



CONINTER 4

Congresso Internacional
Interdisciplinar em Sociais
e Humanidades

Foz do Iguaçu PR: UNIOESTE, 8 a 11 de
dezembro de 2015, ISSN 2316-266X, n.4,
Volume 12

SEXUALIDADES, SUBJETIVIDADES E CORPORALIDADES

Coordenadores:

Adriana Ribeiro Rice Geisler

(Programa de Pós-graduação em Pesquisa Clínica em Doenças Infecciosas do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas da Fundação Oswaldo Cruz)

Eder Fernandes

(Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense)

O 4º Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (CONINTER), evento da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (ANINTER-SH), teve como tema

“FRONTEIRAS E INTEGRAÇÃO – ESTUDOS INTERDISCIPLINARES NA AMÉRICA LATINA”

Local: Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), **Município de Foz do Iguaçu (PR)**, entre os dias 08 e 11 de dezembro de 2015.

Comissão Executiva

Alba Simon (UFF)
Fernando José Martins (UNIOESTE)
Fabio André Hahn (UNESPAR)
Renan Araújo (UNESPAR)
Samuel Klauck (UNIOESTE)
Wilson Madeira Filho (ANINTER)

Comissão Científica

Dione da Rocha Bandeira (Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville); Simonne Teixeira (Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense); Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes (Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville); Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas); Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília); Leonardo Barci Castriota (Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais); Fernando José Martins (Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná); Gaudêncio Frigotto (Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro); Eduardo Manuel Val (Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Estácio de Sá); Enzo Bello (Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense); Elisa Maria Andrade Brisola (Pós-graduação em Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação da Universidade de Taubaté); Gilvan Luiz Hansen (Pós-graduação em Justiça Administrativa da Universidade Federal Fluminense); Napoleão Miranda (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Vera Teixeira Kauss (Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio); Ana Maria Motta Ribeiro (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - UFF); Márcia Barros Ferreira Rodrigues (Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo); Alba Simon (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Annelise Fernandez (Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro); Luzinete Simões Minella (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina); Felipe Bruno Martins Fernandes (Programa de pós-graduação de Estudos Interdisciplinares em mulheres gênero e feminismo); Tânia Mara Pedroso Müller (Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca); Luiz Fernandes de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em Educação, "Contextos Contemporâneos e Demandas Populares" da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro); Adriana Ribeiro Rice Geisler (Programa de Pós-graduação em Pesquisa Clínica em Doenças Infecciosas do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas da Fundação Oswaldo Cruz); Eder Fernandes (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Carlos

Henrique Medeiros de Souza (Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense); Cleonice Puggian (Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio); Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis (Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da universidade do Grande Rio); Edicléa Mascarenhas Fernandes (Programa de Pós-Graduação em Diversidade e da Universidade Federal Fluminense); Francisco Ramos de Farias (Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro); Leandro Garcia Pinho (Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense); Maria Thereza Azevedo (Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Mato Grosso); Gláucia Maria Costa Trinchão (Programa de Pós-graduação em Desenho, Cultura e Interatividade da Universidade Estadual de Feira de Santana); Marcus Fabiano Gonçalves (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champangnatte Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio); José Carlos de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro); Wilson Madeira Filho (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Ana Keila Mosca Pinezi (Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC); Dario Paulo Barrera Rivera (Universidade Metodista de São Paulo); Diana de Souza Pinto (Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro); Jacqueline Pinheiro (Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio); Livia Alessandra Fialho da Costa (Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador); Fernando Gama de Miranda Netto (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Geraldo M. Timóteo (Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense); Luciene Rodrigues (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade de Montes Claros); Pedro Heitor Barros Geraldo (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - UFF); Lenin Pires (Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense); Delton Meirelles (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Fernanda Duarte (Pós-Graduação em Direito da Universidade Estácio de Sá); Paulo Renato Silva (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA); Gerson Ledezma Meneses (Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea na América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA); Giane Lessa (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA); Johnny Octavio Obando Morán (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA); Senilde Alcantara Guanaes (Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea na América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA).

Comissão de Apoio

Marcelino Conti da Silva (UFF)
Sherazade Tammela Madeira (UFF)
Simone Brilhante de Mattos (UFF)
Patrícia Valente Canela (UFF)

Diagramação

Erick Brum (UNESA) e Marcelo Tammela Madeira (Anhanguera)

Revisão e Sistematização

Tauã Lima Verdan Rangel (UFF) e Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)

Apresentação e Sumário

Wilson Madeira Filho (ANINTER)

APRESENTAÇÃO

O processo de normalização das sexualidades e dos corpos nas sociedades modernas cristaliza os lugares sociais de homens e mulheres. Dividem-se às experiências sexuais em heterossexuais e homossexuais e se instituem hierarquias, discriminações e invisibilidades. A heteronormatividade impõe seus padrões normativos, familiares e reprodutivos por intermédio do silenciamento, do esquecimento e mesmo de violências físicas e institucionais de pessoas cujas sexualidades são representadas como a antinorma de ideais de masculinidades. Pretende-se dar ênfase às potências dos corpos e “identidades anormais” que, contando e recontando suas histórias, subvertem e se reivindicam. Trata-se da tentativa de resgatar as experiências de abjeções, performatividades e transformações, que se reinventam e operam singularidades. Nas brechas do sistemacis/heteronormativo, convocam-se as “anormalidades”, as “estranhezas”, os “desvios” e “as maldições” para, no diálogo com a academia, fazerem falar os desejos de seus corpos na forma de necessidades e demandas por direitos. Nesse tempo em que as multidões ousam gritar sua política, busca-se a legitimação de discursos (auto)biográficos, valorizadores dos protagonismos de si.

Uma das questões abordadas é, sem dúvidas, a relacionada com a dimensão contemporânea das masculinidades, hoje essenciais para as pesquisas de gênero. As correntes das masculinidades se desenvolvem no curso da história através de perspectivas vitimista e crítica. Para além de enxergar os homens enquanto vítimas de um conjunto de fatores sociais e psíquicos e que, por isso, reproduzem violências internalizadas é preciso analisar criticamente os alicerces que fundam as bases da dominação masculina enquanto processo natural, que definem um padrão de masculinidade hegemônica e subordinam mulheres e outros grupos de homens.

Wilson Madeira Filho
Presidente da ANINTER

SUMÁRIO

A INSERÇÃO DOS ESTUDOS DE MASCULINIDADES NAS PESQUISAS DE GÊNERO E SUAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS - SOUZA, David. p. 01-20

AS DINÂMICAS VIVIDAS PELOS HOMENS QUE PRATICARAM VIOLÊNCIA CONJUGAL – (DES)CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES MASCULINAS. BILLERBECK, Luana Marcia de Oliveira, DR^a. SCHIMANSKI, Édina p. 21-38

A MULHER HEROÍNA EM “AS MIL E UMA NOITES”: A EMPATIA CONTRA A DOMINAÇÃO MASCULINA - MARTIRE, Gabriel Cerqueira Leite; PEREIRA, Pamela Sabrinne dos Santos p. 39-56

SEXO MURADO: ANÁLISES PRÁTICAS SOBRE DISCIPLINA INSTITUCIONAL E SEXUALIDADE NO INSTITUTO DA VISITA ÍNTIMA EM UMA PENITENCIÁRIA - RIBEIRO, Laura Talho; RIBEIRO, Sílvia Talhop. 57-71

CORPORALIDADE E PORNOGRAFIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DOS ESTUDOS DE DAVID LE BRETON - RIBEIRO, Raisia Duarte da Silvap. 72-88

A APODEERAÇÃO DO CORPO FEMININO NO CENÁRIO BIOPOLÍTICO COMO INTERFERÊNCIA NA FRUIÇÃO DO DIREITO DA PERSONALIDADE - KREMER, Bianca. p. 89-104

O CORPO E O PSIQUISMO INFANTIL NO PROCESSO PRÉ-CIRÚRGICO. OLESIAK, Luísa da Rosa, PFEIFER, Paula Moraes, QUINTANA, Alberto Manuel p. 105-121

O ADOECIMENTO PSÍQUICO DO PROFESSOR COMO EXPRESSÃO DO MAL-ESTAR NA EDUCAÇÃO, E SEUS REFLEXOS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL - CRESPO, Camilla Paiva Silva. ISTOE, Sérgio Elias. MANHÃES, Fernanda Castro p. 122-132

ANÁLISE DOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL OCORRIDOS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOTIFICADOS NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU NO PERÍODO DE 2013 A 2014 - BORTOLI, Dayse Mara, NIHEI, Oscar Kenji p. 133-147

FREQUÊNCIA DO USO DE PRESERVATIVO POR PESSOAS HIV+ DE UM CENTRO DE REFERÊNCIA EM IMPERATRIZ-MA - REGINA DE ANDRADE ARRAIS ROSA, Claudia, DIMITRI RODRIGO PEREIRA SANTOS, Francisco, NEGREIROS DE MELO, Thaisa p. 148-160

- SEXUALIDADE FEMININA: UM ESTUDO SOBRE A VULNERABILIDADE DAS MULHERES IDOSAS E A PREVALÊNCIA DE COMPORTAMENTO DE RISCO DO HIV/AIDS** - TENÓRIO, Luiza Carla Ferreira Ribeiro Marques; ISTOE, Rosalee Santos Crespo; SOARES, Márcia Regina Pacheco p. 161-174
- MUNDO DO TRABALHO FORMAL: REPRESENTAÇÃO E REALIDADE NO PROJETO DE LEI Nº 4.211/2012 (QUE REGULAMENTA A ATIVIDADE DOS PROFISSIONAIS DO SEXO)** - CASTRO, Carla Appollinario de, SANTOS, Hudson Silva dos p. 175-194
- A PRIMEIRA DÉCADA DE VIGÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA: AVANÇOS E DESAFIOS** - AKUTSU, Beatriz Hiromi da Silva; FERNANDES, Eder p. 195-212
- RESSIGNIFICAÇÕES *QUEER* NO DISCURSO SUBVERSIVO DE *SOLANGE, TÔ ABERTA!*** - RODRIGUES, Rejane Lopes, FARIAS, Francisco Ramos de p. 213-228
- RECONHECIMENTO, REDISTRIBUIÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DO GÊNERO: MAPEANDO AS TEORIAS DE NANCY FRASER E JUDITH BUTLER** - OLIVEIRA, Natália Caroline Soares dep. 229-242
- ELEKÔ¹: MULHERES NEGRAS CONTRA AS REMOÇÕES DAS FAVELAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO** - SANTOS, Carolina Câmara Pires dos p. 243-262
- SER OU NÃO SER, EIS A IDENTIDADE EM QUESTÃO** - PONTES, Carlos Frederico Bustamante, LAGO, Mara Coelho de Souza p. 263-280
- INCLUSÃO E APRENDIZAGENS: ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS IDOSAS MEDIADA PELA INFORMÁTICA** - SOARES, Márcia Regina Pacheco; MANHÃES, Fernanda Castro; ISTOE, Rosalee Santos Crespop. 281-295
- AUTISMO E SEXUALIDADE NA VISÃO DE FREUD, FOUCAULT E GREENSPAN** – GUSMÃO, Bruna Poley Gomes Reis; FONTES, Regina Celia da Silvap. 296-304
- MEMÓRIA E IDENTIDADE: DISCUSSÕES A PARTIR DO DOCUMENTÁRIO THE FLAT** - SANT'ANNA, Sebastião Cesar Meirellesp. 305 320



A CONSTRUÇÃO DOS ESTUDOS DE MASCULINIDADES E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA AS PESQUISAS DE GÊNERO

Souza, David Emmanuel da Silva
*Mestrando do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal
Fluminense*
Bolsista CAPES
davidemmanuel9@hotmail.com

1

RESUMO:

Os estudos de masculinidades são essenciais para as pesquisas de gênero. As correntes das masculinidades se desenvolvem no curso da história através de perspectivas vitimista e crítica. Para além de enxergar os homens enquanto vítimas de um conjunto de fatores sociais e psíquicos e que, por isso, reproduzem violências internalizadas é preciso analisar criticamente os alicerces que fundam as bases da dominação masculina enquanto processo natural, que definem um padrão de masculinidade hegemônica e subordinam mulheres e outros grupos de homens.

Palavras-chave: Estudos de masculinidades. Teorias Vitimista e Crítica. Michael Kaufman. Michel Kimmel. Raewyn Connell.

ABSTRACT:

The men's study are essential to gender's researches. The masculinities' currents have been developed in history through victimized and critical theorys. Beyond to see men as victims of a range of social and psychological factors and, therefore, reproducers of a internalized violence it is crucial critically examine the foundations which are the basis to the foundations of male domination as a natural process, that define a standard of hegemonic masculinity and subordinate women and other groups of men.

Key-words: Men's study. Victimized and Critical Theorys. Michael Kaufman. Michael Kimmel. Raewyn Connell

INTRODUÇÃO

Os estudos de masculinidades têm início na década de 70, e, por isso, ainda são muito precários no interior das ciências sociais e humanas. Entender que os homens também estão inseridos nas relações e manutenções das estruturas de gênero foi um passo de incomensurável relevância para os estudos de gênero.

A pesquisa que será desenvolvida neste artigo constitui parte de uma pesquisa de mestrado que visa compreender com profundidade a importância dos men's studys para os debates sobre gênero. Para tanto, considera-se preciso traçar um esboço histórico da



dominação masculina, mapear seus estágios e suas fases, bem como demonstrar a forma de produção do conhecimento sobre masculinidade dos seus principais expoentes.

Nesta etapa da pesquisa, será realizada uma revisão de literatura dos autores Michael Kaufman, Raewyn Connell e Michael Kimmel traçando um paralelo entre os pensamentos vitimista e crítico. Por pensamento vitimista, evidente nas construções de Kaufman, se compreende a colocação dos homens enquanto vítimas das relações e opressões que gênero, que, internalizando estruturas de violências, as reproduzem contra si mesmos, contra outros homens e contra as mulheres, para suprir o temor consubstanciado no medo de perder a definição do que é ser homem. O pensamento crítico de Connell e Kimmel direciona o olhar dos estudos de masculinidades para estruturas mais amplas, partindo de um conceito relacional de masculinidade, que se mantém através de mecanismos de hegemonia, e que, por esta razão, perpetuam formas e instituições de dominação e subordinação de mulheres e outros homens que não se enquadram no padrão de masculinidade.

Michael Kaufman, educador, empreendeu uma compreensão de tríade da violência masculina, formulando que as formas de dominação do homem são construídas através de processos contínuos sancionados socialmente e que se reforçam mutuamente pela violência contra outros homens, contra as mulheres e contra si mesmo.

Raewyn Connell, cientista social, cuja principal obra intitulada Masculinidades (2003), é quem acrescentou aos estudos de gênero outra perspectiva, a da masculinidade hegemônica, conceituando a masculinidade como uma configuração prática em torno das posições dos homens na estrutura das relações de gênero. Assim, Connell, ao referir-se a “práticas”, comenta que a ação formadora da masculinidade é dotada de uma racionalidade situada em um contexto histórico. Seguindo, ao tratar de “posição dos homens” aponta para o sentido relacional social, cultural, simbólico e físico na construção das corporalidades dos homens na formação das masculinidades. Por fim, a autora confirma seu o posicionamento levantado de que as construções das corporalidades e sexualidades, bem como as de gênero – incluindo as masculinidades – são produtos sociais, históricos e culturais.

Na mesma esteira de pensamento está Michael Kimmel, sociólogo, que mapeou as diversas masculinidades encontradas na história dos Estados Unidos, e com isso demonstra que a masculinidade hegemônica se constrói num sistema de oposição, seja



ou em negação da feminilidade ou submissão das demais masculinidades que se apresentam como concorrentes.

As literaturas aqui apresentadas servem para compreender a forma histórica, social e cultural da construção do corpo e a sua vulnerabilidade diante de contextos sociais indissociáveis. Estudar masculinidades sob o viés dos discursos levantados se faz relevante para compreender como representações tão antigas continuam presentes e permanecem estabelecendo diferenças entre os sexos, assegurando a hegemonia do poder viril, que é fundada num ideal de força física, firmeza moral e potência sexual.

Os autores trabalhados contribuem com o entendimento de que a dominação masculina e masculinidade hegemônica não surgem de um estado natural, mas que estão inscritas no estado da cultura, da linguagem, das imagens, dos comportamentos que inspiram e prescrevem modelos e padrões de condutas.

Isso, com vista a enxergar que o conjunto de papéis sociais e dos sistemas de representações, que definem o masculino e o feminino, não podem se reproduzir, senão enquanto a hegemonia viril continuar atrelada à ordem natural das coisas e, por isso, imutável. Para reproduzir a história de estruturas desiguais é preciso transformar a história em natureza. Os estudos das masculinidades caminham na contramão deste viés. Lutam para explicitar que os privilégios da virilidade não são fatos postos, mas um problema a ser travado na modernidade através do despertar do progresso entre a igualdade entre os sexos e os avanços sociais, políticos e culturais alcançados pelo feminismo.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DA DOMINAÇÃO MASCULINA

A dominação masculina remonta da origem da espécie humana, que instaurando representações estabeleceu formas variáveis de desigualdades entre homens e mulheres. O homem através da virilidade perpetua uma dominação simbólica, visível e resistente ao tempo sobre o sexo oposto, atribuindo um valor socialmente aceitável àqueles que estão caracterizados enquanto gênero masculino (HAROCHE, 2013).

A divisão entre os sexos parece estar inserida na ordem natural das coisas, a ponto de ser inevitável, estando incorporados no mundo social, nos corpos, nos hábitos e nos esquemas de pensamento e ação, adquirindo reconhecimento e legitimação, de modo que a força vinculante da ordem masculina dispensa justificção, uma vez que se



impõe como neutra. Assim, a estrutura social funciona mediante a reprodução de símbolos legitimadores da dominação masculina, construindo os corpos como depositários de princípios de visão e de divisão sexualizante. A supremacia masculina legitima a dominação colocando-a enquanto condição biológica, sendo esta, produto de uma construção social naturalizada e simbólica. (BOURDIEU, 2003)

A constituição da virilidade “natural” conduz os homens a exercerem ações para encobrir suas fragilidades e não deixar transparecer sua impotência, para tanto, buscando dominar a impotência masculina, eles continuamente colocam o outro em uma posição inferior através da violência física e, ou, psíquica (HAROCHE, 2013).

O sentimento de impotência produz inquietações extremas na condição viril, entretanto, reconhecê-lo é primordial para diminuir as exclusões e as perpetuações de modelos arcaicos de dominação, com vistas a reconhecer os limites da dominação masculina e das relações travadas com os outros, rompendo as molas de opressão que assolam as relações humanas, sobretudo, as relações que ferem direitos do humano feminino (HAROCHE, 2013).

Estas considerações iniciais a respeito da virilidade enquanto caractere “natural” dos homens é o pontapé para compreender as bases principais do pensamento vitimista construído por Michael Kaufman, que visa justificar a dominação masculina por meio de uma fundamentação da tríade da violência masculina.

2 A CONSTRUÇÃO VITIMISTA DA MASCULINIDADE EMPREENDIDA POR MICHAEL KAUFMAN

Entender as estruturas de poder demonstra-se uma atividade complicada e estimulante, posto que é difícil compreender que os padrões de dominação estão sempre em constante mudança e que as interações de opressão a nível individual e social, política, econômica e ideológica são sustentadas por estruturas de hierarquias e privilégios. Compreendendo inicialmente desta forma parece possível enxergar dois tipos de homens, desde aqueles que tentam viver em uma sociedade que não está estruturada para atender as necessidades humanas e, por isso, sofrem profundamente, até aqueles que são dotados de poderes e privilégios sobre as mulheres. Desta forma evidente de compreensão que na maioria das sociedades os homens dominam, nasce a



concepção de que eles consciente ou inconscientemente perpetuam mecanismos de poder masculinos (KAUFMAN, 1989).

Kaufman aponta que os homens integram nas suas personalidades as estruturas sociais de opressão e poder, de modo a constituir a própria visão de realidade e de conhecimento imparcial, e que todas as ações e escolhas conduzem a ganhos e perdas. Da mesma forma que o feminismo semeou entre as mulheres uma esperança de construção de uma sociedade livre do patriarcado e igualitária, despertou nos homens diversas reações que perpassam as piadas, aceitação relutante, ira, temor e hostilidade (KAUFMAN, 1989). Neste sentido, Kaufman afirma que

Existe en la vida de los hombres una extraña combinación de poder y privilegios, dolor y carencia de poder. Por el hecho de ser hombres, gozan de poder social y de muchos privilegios, pero la manera como hemos armado ese mundo de poder causa dolor, aislamiento y alienación tanto a las mujeres como a los hombres. Esto no significa equiparar el dolor de los hombres con las formas sistemáticas de opresión sobre las mujeres, solamente quiere decir que el poder de los hombres en el mundo –cuando estamos descansando en la casa o caminando por las calles, dedicados al trabajo o marchando a través de la historia– tiene su costo para nosotros. Esta combinación de poder y dolor es la historia secreta de la vida de los hombres, la experiencia contradictoria del poder entre ellos (KAUFMAN, 1987).

O autor afirma que alguns homens adotaram a luta construída pelas mulheres não somente visando a igualdade entre homens e mulheres, mas por uma transformação nas relações humanas e das prioridades sociais objetos de exigência dos movimentos feministas ao redor do mundo, quais sejam, as mudanças a serem empreendidas contra as opressões humanas em sentido amplo – como a opressão de classe, nacional e racial -, sempre partindo do pressuposto que as formas de opressão contra a mulher tem raízes sociais, políticas e econômicas e dedicando especial atenção a experiência individual e de grupos constituídos por homens dentro do contexto sócio-econômico (KAUFMAN, 1989).

Kaufman assume a posição de que as piadas, a desaprovação e a hostilidade produzida pelos homens contra os movimentos feministas correspondem a um temor viralizado na sociedade, consubstanciado no medo de perder a definição do que é ser homem. Isto, porque, o feminismo produz conflitos e confusão entre os homens tanto



pelo receio da perda de privilégio, quanto pelo susto de ver sua virilidade sob questão, e, por conseqüência, a desconstrução das noções de masculinidade historicamente específicas e socialmente construídas e incorporadas individualmente (KAUFMAN, 1989).

Entretanto, ao mesmo passo que Kaufman condena o patriarcado e a dominação masculina, celebra o poder construtivo dos homens. Ainda que critique os aspectos gerais da masculinidade, ressalta as qualidades associadas à masculinidade que potencializam os seres humanos, como a potencia sexual, a força física e emocional, a capacidade de atuar sob pressão, a valentia, a criatividade, o intelecto, entre outras características, de modo a reconhecer que muitos homens prestam cuidado ao amor e não permitir ser enganado pelas definições sociais de virilidade que camuflam os méritos da masculinidade, desvalorizam as características e faz com que homens confirmem menos valor a elas (KAUFMAN, 1989).

Kaufman afirma que as diferenças estritamente biológicas entre sexos são as bases para a estruturação das diferenças sociais entre gêneros – haja vista que o autor confunde homem (relacionado ao sexo biológico) com masculinidade (expressão de gênero), compreendendo, inclusive, que esta distinção nada diz sobre o processo de produção de internalidades de experiências que estão inscritas na sociedade – e que ainda que as características da masculinidade sejam valorizadas, elas também são opressivas e destrutivas, posto que a adaptação à masculinidade é um processo difícil para todos os homens, mesmo que inconscientemente. Continua assentando que a dissociação entre os termos homem e masculinidade proposta pelo feminismo é problemática, posto que o que se propõe chamar de função de gênero na sociedade se aplica a entidades biológicas cujos corpos são fonte fundamental de prazer e dor (KAUFMAN, 1989).

Para tanto, compreendendo que as estruturas de dominação masculina se sustentam em alicerces sociais, que regulam tanto a vida íntima e sexual, quanto a organização da vida política e econômica, e que os homens cristalizam estas estruturas dentro das suas personalidades, Kaufman insiste na investigação das relações de opressão em ambos os níveis, analisando o significado social das personalidades individuais, as condutas praticadas pelos homens e as instituições sociais que servem de sustentáculo para a sociedade de dominação masculina, posto que sustenta que o



patriarcado é uma das bases da organização da sociedade do mundo de países desenvolvidos e sub-desenvolvidos e que cria couraças individuais de masculinidades sobre os homens. Kaufman aposta na ideia de que só haverá uma destruição do patriarcado quando os homens entenderem como adquiriram as couraças individuais, questionarem as relações de opressão contra outros homens, contra si mesmos e contra as mulheres, quer dizer, questionem a construção social da masculinidade e a tríade da violência (KAUFMAN, 1989).

Para o autor, cada ato de violência aparentemente individual está inscrito em um contexto social, que só é compreensível dentro de uma experiência também social. As sociedades civilizadas foram construídas através da destruição, repressão e exploração de outros povos. A vida voltada ao trabalho vista nas sociedades industriais e classistas é pautada na violência, que é disfarçada de racionalidade econômica na medida em que uns se tornam extensões das máquinas e outros cérebros descolados do corpo. Kaufman aduz que o racismo, o sexismo e o heterossexismo institucionalizados nas sociedades constituem atos de violência socialmente regulados (KAUFMAN, 1989). O autor acrescenta que

Nuestras ciudades, nuestras estructuras sociales, nuestros trabajos, nuestras relaciones con la naturaleza y nuestra historia son más que el telón de fondo de la preponderancia de la violencia. Son formas de violencia; formas institucionalizadas de violencia codificadas en estructuras físicas y relaciones socioeconómicas. Gran parte del análisis sociológico de la violencia en nuestras sociedades indica simplemente que la violencia es una conducta aprendida al presenciar y experimentar violencia social: el hombre patea al niño; el niño patea al perro. Como lo indica el estudio del maltrato de esposas, tales experiencias de transmisión de violencia son una realidad, ya que muchos los hombres que golpean sus esposas eran maltratados cuando niños (KAUFMAN, 1989).

Quer dizer, para Kaufman as identidades próprias das pessoas – personalidade, sexualidade, temores, necessidades – são criadas através da realidade vivida, e não simplesmente adquiridas. Assim, a violência da ordem social fomenta uma psicologia da violência que reforça as estruturas sociais, políticas e econômicas de violência, assim como a violência individual que fundamenta a tríade da violência masculina que o autor defende ao trabalhar com estudos de masculinidades.



A tríade de violência masculina está inserida em sociedades baseadas em estruturas de controle e dominação, cujos alicerces patriarcais de autoridade estão disseminados em todas as atividades sociais, econômicas, políticas e ideológicas. O autor defende o uso do termo patriarcado mesmo considerando que autoridade masculina não está vinculada a figura do pai, mas por ser uma categoria de ampla descrição que permite visualizar que a forma de dominação está indiretamente relacionada com a transformação das relações e atividades em fórmulas objetivas, instrumentais e impessoais, e que, por isso, fomentam violências, cuja gênese encontra-se na dominação da natureza, refletindo-se, em seguida, nas relações humanas (KAUFMAN, 1989). Isto, porque os homens compreendem sua separação com a natureza quando a ideia de paternidade se apodera da mente humana. Assim, o patriarcado se configura na capacidade de transcender as realidades naturais com realidades históricas construídas pelos homens, transferindo os sentimentos naturais para as mulheres, que são vistas como personificação da natureza, e, por consequência passivas (KAUFMAN, 1989).

A masculinidade para Kaufman, portanto, é uma reação contra a passividade e a impotência, acarretando na repressão de todos os desejos e recursos que a sociedade define negativamente como passivo ou que refletem experiências passivas, como por exemplo, a rejeição ao desejo de ser protegido que se incuti dentro das normas da masculinidade, consubstanciando uma repressão à passividade que constitui um desenvolvimento de uma agressividade excedente – norma nas sociedades patriarcais (KAUFMAN, 1989). Ao comentar sobre a maneira como os homens construíram poder social e individual, Kaufman aponta que

The very way that men have constructed social and individual power is the source of enormous fear, isolation, and pain for men themselves. If power is constructed as a capacity to dominate and control, if the capacity to act in “powerful” ways requires the construction of a personal suit of armour and a fearful distance from others, if the very world of power and privilege removes us from the world of child-rearing and nurturance, then we are constructing men whose own experience of power is fraught with crippling problems. And, on top of that, the internalized expectations of masculinity are themselves impossible to satisfy or attain. This may well be a timeless problem, but it seems particularly true in an era and in cultures where rigid sex boundaries have been overthrown. Whether it is physical or financial



accomplishment, or the suppression of a range of human emotions and needs, the imperatives of manhood (as opposed to the simple certainties of biological maleness) seem to require constant vigilance and work, especially for younger men. [...]What makes this possible as an individual compensatory mechanism has been the widespread acceptance of violence as a means of solving differences and asserting power and control. What makes it possible are the power and privileges men have enjoyed, things encoded in beliefs, practices, social structures and the law (KAUFMAN, 2000).

A violência masculina contra as mulheres é a forma mais direta, comum e personalizada presente nas sociedades patriarcais, que se substanciam de forma ampla desde o acasalamento sexual e violação até o incesto e o maltrato físico sofrido pelas esposas ao assistir filmes pornográficos violentos (KAUFMAN, 1989). O primeiro espectro evidenciado com a tríade da violência masculina, especificamente a violência contra as mulheres, é apresentada por Kaufman como forma de explicitar a expressão da fragilidade masculina e sua função de perpetuar as estruturas de masculinidade e de dominação.

Kaufman evidencia este pensamento através da compreensão de que os poderes sociais, econômicos e políticos são reflexos das diferenças percebidas entre força física e treinamento para lutar, como também ao dualismo ativo/passivo, que fundamentam a violência dos homens contra as mulheres e que define o gênero masculino – as relações de violência são exemplos de manifestações das relações de poder e, por conseguinte, demonstram a fragilidade masculina e os sentimentos de inferioridade, impotência e ira diante de uma sociedade de repressão excedente que consolida um ambiente de violência (KAUFMAN, 1989).

A despeito disto, Kaufman aponta que

I have looked at the ways that men's violence against women is linked to men's violence against other men and to the internalization of violence, that is, a man's violence against himself. This triad – each form of violence helping create the others – occurs within a nurturing environment of violence: the organization and demands of patriarchal or male-dominant societies (KAUFMAN, 2000).

Segue afirmando que as mulheres, definidas como o “outro” na sociedade falocêntrica, são objetos de mistificação por parte dos homens, objetos em que os



homens podem descarregar seus sentimentos, ou, ainda, objetos com menos poderes sociais. Ainda que se possa aferir a violência em termos de agressão masculina, esta opera dentro de um sistema dual entre ativo/passivo e masculinidade/feminilidade, de modo que um não pode existir sem o outro, sobretudo porque a masculinidade requer ser afirmada e respeitada constantemente, resultando que a violência contra as mulheres se traduz em um meio de afirmação do poder pessoal dentro das expressões de sexo/gênero, ainda que reforce a imagem negativa sobre si mesmo no tangente à fragilidade, artificialidade e precariedade do que é ser masculino (KAUFMAN, 1989).

O segundo elemento que constitui a teoria de Kaufman a respeito da violência é a violência contra outros homens, que se evidencia em todas as sociedades em formas de brigas, exibição, rituais de violência, culto a esportes agressivos, humilhação verbal, ataques a homossexuais, entre outras, para enfrentar diferenças e conflitos pessoais, políticos, econômicos e sociais. Estas formas de manifestação de violência que representam agressão e hostilidade reforçam o fato de que, tanto a nível pessoal quanto no nível de estado, as relações entre homens são relações de poder. A ansiedade latente dos homens revela um estado de temor, especialmente no meio heterossexual, de que todos os outros homens são potencialmente inimigos (KAUFMAN, 1989).

Ao mesmo passo que os homens alimentam temor a outros homens, também constroem espaços públicos de comunhão e de subcultura de privilégios masculinos, posto que são espaços de refúgios onde homens, de comum acordo, podem se sentir seguros e demonstrar seus afetos por outros homens. Melhor dizendo, existe uma razão para a criação destes espaços institucionalizados masculinos que é para mediar a tensão entre atividade e passividade entre homens heterossexuais (KAUFMAN, 1989).

A heterossexualidade exclusiva é um dos fundamentos da masculinidade, que precisa, desta forma, da repressão da homossexualidade. Isto, porque o medo de perder poder e o papel ativo é fundamental para a criação dos papéis de sexo e de gênero. Os homens interiorizam uma definição de “homem normal e verdadeiro” que se traduz na definição de possuidor de um pênis firme e ereto, de amante de mulheres e cujas atividades são ativas, em contraposição à concepção de pênis murcho e fraco que está associado a sentimentos afeminados e, conseqüentemente, passivo (perda de poder) (KAUFMAN, 1989).



A homofobia, nesta esteira, não se trata somente de um medo individual, mas uma fobia construída socialmente que se apresenta indispensável para a imposição e para o mantimento da masculinidade. Uma das principais manifestações da homofobia na sociedade patriarcal é a negação excessiva da atração por outros homens, que resulta em violência (KAUFMAN, 1989).

A prática da violência masculina contra outros homens revela o mesmo elemento fundante da violência contra as mulheres, a agressividade excedente consubstanciada no uso da força para ocultar e manifestar seus sentimentos mutuamente. Kaufman aponta que “dada la fragilidad de la identidad masculina y la tension interna de lo que significa ser masculino, la afirmación final de la masculinidad reside en el poder sobre las mujeres. Esto poder se manifiesta de várias maneras. La violencia es una dellas”. Deste modo o medo sentido por homens em parecer débeis e passivos os conduz a manter relações de dependência com as mulheres para satisfazer suas necessidades, expressar seus sentimentos e encontrar espaço de segurança (KAUFMAN, 1989).

O último componente da tríade de violência masculina é a violência contra si mesmo decorrente da construção do ego masculino em um marco de repressão e agressão excedentes, que desenvolve uma estrutura precária de violência internalizada. Esta violência precária internalizada decorre da negação inconsciente e consciente da passividade e de todas as formas de manifestação dos sentimentos e das emoções relacionadas ao medo, vergonha, dor e tristeza. Desta forma, a vigilância constante do controle das emoções passivas constitui violência contra si mesmo, e a falta de vias de liberação e descarga das emoções as transforma em ira e hostilidade, dirigidas a si mesmos como sentimentos de culpa, ódio a si mesmo, problemas fisiológicos e psicológicos. Por consequência, os homens distanciam-se cada vez mais de si, transmutam a masculinidade em objeto, preocupam-se cada vez mais com a aquisição de poder, retiram a sensibilidade do pênis – transformando-o em arma – e transbordam a violência internalizada nas relações com outros homens e com as mulheres (KAUFMAN, 1989).

Vistos que os alicerces da dominação masculina conceituados por Kaufman perpassam uma ideia vitimista da masculinidade, tanto no sentido de colocar os homens enquanto vítimas do sistema das relações de gênero, quanto por valorizar os caracteres que definem os homens e a masculinidade, passa-se agora para visualizar as construções



críticas das masculinidades esboçadas por Michael Kimmel e Raewyn Connell, verificando outros argumentos que explicitam a forma de produção e manutenção das estruturas de poder conferidas aos homens.

3 O PENSAMENTO CRÍTICO SOBRE AS MASCULINIDADES DE MICHAEL KIMMEL E RAEWYN CONNELL

Raewyn Connell realizou trabalho fundamental para os men's studys ao definir com clareza o conceito de masculinidade associado a um caráter de hegemonia. Connell afirma que a masculinidade é ao mesmo tempo uma posição nas relações de gênero, assim como as práticas que homens e mulheres se comprometem em realizar com esta posição, cujos efeitos destas práticas refletem na experiência corporal, na personalidade e na cultura. Connell aduz que uma forma de masculinidade só se torna hegemônica com a correspondência entre os ideais da cultura e as estruturas de poder institucional, porém pode ser desestabilizada quando as mudanças interferem nos processos existentes de dominação masculina exercida sobre as mulheres, posto que a masculinidade hegemônica se faz em um sistema histórico de constantes mutações (CONNELL, 1997).

Connell chama a atenção para dois aspectos históricos fundamentais para a compreensão das políticas de masculinidades: a busca constante por hegemonia, em que homens lutam pelo domínio através da definição social de masculinidade, posto que as condições sociais que sustentam a hegemonia são transformadas ao longo do tempo; e a história do imperialismo, que transporta consigo formas sociais organizadas de masculinidades (CONNELL, 1995). Desta forma, a masculinidade hegemônica oculta e subordina as expressões de feminilidade e das masculinidades subalternas, porém não as elimina por completo, mas previne que as manifestações alternativas ganhem espaço social, cultural, político e econômico. Melhor dizendo, o papel da masculinidade hegemônica sustentado por cumplicidade entre todos é de legitimar e naturalizar as práticas de subordinação (CONNELL, 1997).

Para a autora, o modelo de masculinidade hegemônica é tão predominante, que muitos acreditam que as características relacionadas ao masculino e as condutas praticadas por indivíduos desta categoria sexual sejam consideradas “naturais”. Entretanto, os comportamentos ditos essencialmente masculinos variam ao longo do tempo e do espaço, o que demonstra uma pluralidade e diversidade cultural dos significados de masculinidade capaz de oferecer aos homens a possibilidade de se



diferenciarem legitimamente entre si, considerando, ainda, que a masculinidade não é unicamente um aspecto da individualidade, uma vez que se encontra presente nas relações sociais, instituindo-se de forma histórica (CONNELL, 2003).

Enxerga-se nas masculinidades uma qualidade fundamentalmente social de distinções baseadas no sexo, afastando o determinismo biológico, a fim de compreender os nexos entre os corpos e os processos sociais, pois entende que o gênero e a sexualidade como construções sociais e discursivas elaborados de forma interacional (CONNELL, 2003).

Connell caminha no sentido de conceituar as masculinidades como socialmente construídas, não reduzida à condição biológica, portanto, não dotada de propriedades eternas. Assim, as variações culturais, percebidas até mesmo dentro de um mesmo grupo, bem como as transformações ocorridas através dos tempos e, ainda, as próprias mudanças na vida de um homem individual estão permeadas na conceituação de masculinidades (CONNELL, 2003).

Os corpos dos homens tornam-se objetos generificados pela sociedade através da imposição de práticas corporais e reflexivas específicas, transformando-os em símbolo, signos e posições nos discursos a serem cultivados por estruturas históricas (CONNELL, 2008: 3).

Nesse sentido, se faz importante a crítica realizada a posição sociobiológica que entende a masculinidade como uma ampliação cultural das características físicas dos homens e do temperamento deles, pois compreende a masculinidade e a feminilidade como conceitos relacionais, denunciando, assim, as construções arbitrárias da virilidade e da feminilidade – que se apóiam em características meramente biológicas para explicitar os diferentes comportamentos sexuais (CONNELL, 2003).

Isso, porque o pensamento sobre masculinidades vai de encontro com as teorias dos papéis sexuais produzidas nas ciências sociais da década de 30, que identifica dois desempenhos sexuais homogêneos, bem definidos e complementares, o masculino e o feminino, interiorizados no processo de socialização. Os papéis masculino e feminino são passíveis de alteração no curso do processo social, haja vista que não são caracteres fixos de gênero, mas diferentes formas interacionais num sistema de relações simbólicas (CONNELL, 2003).



Connell afirma que um símbolo só pode ser entendido dentro de um sistema de conexões de outros símbolos que se transpassam dentro de um sistema de relações de gênero. Assim ocorre com a própria definição de masculinidade apontada por ela, a qual define como uma posição dentro das relações de gênero, combinada com os efeitos das práticas relacionais na experiência corporal, na personalidade e na cultura (CONNELL, 1997).

Gênero, portanto, é uma prática social que se refere aos corpos e ao que os corpos fazem, sem se reduzir ao corpo, posto que não é autônoma, uma vez que se gera dentro das estruturas das relações sociais que definem masculinidade e feminilidade, tais como o discurso, a ideologia e a cultura. Quer dizer, o gênero se estrutura em práticas simbólicas que ultrapassam a vida individual, pois são incorporadas historicamente (CONNELL, 1997).

Para Connell, o modelo de estrutura de gênero é composto por três dimensões que se relacionam com poder, produção e desejo sexual. No tocante a relação de poder, aponta que está estruturado nas relações de subordinação das mulheres e na dominação masculina, consubstanciadas no patriarcalismo. A respeito da relação de produção, discorre deve se prestar especial atenção às divisões genéricas de trabalho numa economia capitalista, pois se perfazem enquanto processo de acumulação de gênero em que os homens, predominantemente, controlam as principais corporações e grandes fortunas privadas. Sobre o desejo sexual, Connell aponta que é visto de forma tão natural, que passa despercebido pela teoria social (CONNELL, 1997). Connell aduz a importância de se compreender as relações de gênero dentro da estrutura social, pois não é possível entender os conceitos de classe, raça e desigualdade sem considerar as nuances do gênero (CONNELL, 1997).

Connell reforça a importância de enxergar a masculinidade e a feminilidade enquanto produto histórico, que se transformam com o tempo, para compreender como se construíram as estruturas de desigualdades social, cultural, política e econômica, que não podem ser reproduzidas e mantidas senão com base na violência. Violência, esta, que se demonstra justificada pela ideologia da supremacia, e que impõe terror para demarcar espaços de exclusões (CONNELL, 1997).

Por isso, reconhecer a existência de múltiplas masculinidades se faz imprescindível para compreender o próprio conceito de masculinidade hegemônica, que



não é dotada de caracteres fixos e imutáveis, pelo contrário, constitui um modelo de relações de gênero que se encontra em constante processo de disputa social e cultural, que se coloca como prática genérica em resposta a legitimidade do patriarcado, e que garante a posição dominante dos homens e a subordinada das mulheres, assim como a posição submissa dos próprios homens que não se encaixam no padrão da masculinidade hegemônica (CONNELL, 1997).

O conceito de masculinidade hegemônica serve para aprofundar a descrição das práticas de gênero que legitimam o patriarcado e que garantem a posição dominante dos homens em detrimento da subordinação das mulheres. Conceito este que também será abordado no pensamento de Michael Kimmel.

O pensamento de Michael Kimmel parte de considerações relevantes para a compreensão dos estudos de masculinidades. Inicialmente o autor compreende que a masculinidade é um conjunto de significados que estão sempre em mutação e que são construídos a partir da relação de interação com os outros, consigo mesmo e com o mundo, isto porque a virilidade não é atemporal, mas histórica, tampouco se perfaz enquanto manifestação da essência interior de cada homem, haja vista ser construída social e culturalmente, não estando incutida nos componentes biológicos. Desta forma, o que significa ser homem só pode ser encontrado em oposição a diversas outras construções, as quais o autor apresenta como minorias raciais, sexuais e, sobretudo, em oposição às mulheres (KIMMEL, 1997).

A definição de virilidade, por não ser atemporal, encontra-se em constantes mutações ao longo da história, sendo, pois, implantadas no terreno político e social, realizando-se através das relações entre homens e mulheres. Esta compreensão permite substituir a resignação formulada pelos estudos essencialistas ahistóricos e atemporais, uma vez que a partir dos elementos que existem ao redor da cultura, como pessoas, ideias e objetos, é que se criam as identidades e os mundos. Fazendo isto, os homens podem mudar suas concepções tanto a nível individual quanto coletivo (KIMMEL, 1997).

Kimmel realizou um trabalho de grande relevância para os estudos de masculinidades ao pesquisar sobre a virilidade e a masculinidade do homem norte americano. Apesar da construção da masculinidade no homem estadunidense Kimmel afirma que



Era una masculinidad cada vez más ansiosa, que requería de constantes demostraciones y pruebas tangibles de éxito expresado en la adquisición de bienes. Además, esta ansiedad era estimulada por la ideología de la movilidad social ascendente, ya que si la persona podía ascender al topo máximo de sus propias capacidades en Estados Unidos, también podía caer, sin rede de seguridad, sin poder culpar a nadie del fracasso excepto a si mismo (KIMMEL, 2005).

Sua compreensão é de que as forças de mercado do mundo atual definem os caracteres de virilidade e masculinidade a serem seguidos e acolhidos pelo homem, por descreverem tanto o cenário público e de mercado, quanto as aspirações de agressividade, competência e ansiedade cobradas aos homens. O mercado, enquanto espaço de prova e verificação da masculinidade, é onde se apresentam as tensões entre homens e mulheres e entre distintos grupos de homens. Dito isto, estas tensões sugerem que as definições de gênero são colocadas em um cenário de disputa de relações de poder (KIMMEL, 1997).

O mesmo acontece com a própria definição do que é ser homem na sociedade, que segue sendo a norma da qual se mede e se valoram outras formas de virilidade. A assunção do homem branco, classe média, urbano e heterossexual é o modelo que é posto em altar e direciona os caminhos a serem traçados por todos os homens, criando, assim, medições, crenças e aspirações do que é ser masculino. Não acessar este patamar de colocações faz parecer que o homem é indigno, incompleto e inferior (KIMMEL, 1997).

Esta definição de masculinidade hegemônica – apoiada na definição de masculinidade encontrada em Connell (2003) – consubstanciada na imagem do homem que está no poder, com poder e de poder tornou-se objeto normativo nas evoluções psicológicas, nas investigações sociológicas e nos manuais de auto-ajuda que ensinam a encontrar o “homem verdadeiro”. O sentido de “homem verdadeiro” é igualado a ser forte, exitoso, capaz, confiável, que ostenta controle e que perpetua o poder sobre outros homens e sobre as mulheres (KIMMEL, 1997).

De forma ampla, a definição cultural de masculinidade em Kimmel percorre os diversos aspectos seguintes, que servem para medir virtualmente os homens: a busca individual do homem para acumular símbolos culturais que denotam virilidade; as



normas usadas contra as mulheres que as impedem de alcançar espaço público, ficando restritas ao desvalorizado enclausuramento no âmbito doméstico; o uso diferenciado dos recursos que conferem virilidade a determinados tipos de homens e o modo de desenvolvimento de práticas de manutenção deles; e a força destas definições que confere aos homens poder para se sobrepôr às mulheres e a outros grupos de homens. Inversamente, o fracasso decorrente de não alcançar estas normativas gera nos homens dor e confusão (KIMMEL, 1997).

A principal normativa evidenciada por Kimmel é a definição de que os homens devem se distanciar de todas as práticas e atividade que sugiram feminilidade, isto porque a concepção de masculinidade consiste no repúdio do feminino. Outras questões de raça, classe, etnia, orientação sexual passam despercebidas, uma vez que o importante para ser um homem é não ser uma mulher. Esta noção de anti-feminilidade está inscrita nas concepções contemporâneas de virilidade, de tal forma que a masculinidade se evidencia por oposição e não por definição: a identidade masculina nasce da renúncia do feminino e não da afirmação direta do masculino, o que torna a identidade masculina tênue e frágil. Admitir fragilidade, debilidade e fraqueza, para um homem, é ser visto como afeminado e, por conseguinte, não verdadeiramente homem. Kimmel ressalta que este “ser visto como homem” é uma necessidade que os homens possuem de serem reconhecidos e validados como verdadeiros aos olhos de outros homens, enquanto critério de validação homosocial (KIMMEL, 1997).

Os homens entre si patrulham a virilidade um dos outros, por isso há a necessidade de demonstração de masculinidade para a aprovação dos outros homens. São eles que valoram o desempenho e a autoridade da masculinidade. Esta validação homosocial é consequência do sexismo, pois decorrente do fato de que as mulheres ocupam um local tão baixo na escala social é que os homens almejam a aprovação de outros homens. Quanto mais distante de ser mulher, quanto maiores os riscos assumidos e os atos heróicos praticados, mais alto o homem estará na escala social masculina (KIMMEL, 1997).

Se a masculinidade é um critério de validação homosocial em que os homens demonstram masculinidade e virilidade para que sejam reconhecidos por outros homens, o sentimento mais comum encontrados entre os homens é o de medo. Kaufman explica este medo revelando que



La homofobia es el miedo de a que otros hombres nos desenmascaren, nos castren, nos revelen a nosotros mismos y al mundo que no alcanzamos los standards, que no somos verdaderos hombres. Tenemos temor de permitir que otros hombres vean esse miedo. Este nos hace avergonzamos, porque su reconocimiento en nosotros mismos es una proba de que no somos tan varonil como pretendemos [...] Nuestro miedo es el miedo de la humillación. Tenemos verguenza de estar asustados. La verguenza conduce al silencio – los silencios que permiten creer a otras personas que realmente aprobamos las cosas que se hacen em nuestra cultura a las mujeres, a las minorías, a los homossexuales y a las lesbianas. El silencio aterrador cuando echamos a correr presurosos, dejando atrás una mujer que esta siendo acosada por hombres en la calle. Ese furtivo silencio cuando los hombres hacen chistes sexistas o racistas en el bar. Ese pegajoso silencio cuando los tipos en la oficina hacen chistes sobre ataques a los gays. Nuestros miedos son a fuente de nuestros silencios, y los silencios de los hombres es lo que mantiene el sistema. Esto puede ayudar a explicar por que a menudo las mujeres se lamentan que sus amigos o compañeros varones son tan comprensivos cuando están solos, pero cuando salen em grupo celebran los chistes sexistas o más aún, son ellons mismos los que los cuentan (KIMMEL, 1997).

Kaufman acrescenta que o medo de verse afeminado domina as definições da virilidade, assim como a violência se torna o seu principal indicador. Para tanto, os homens desde pequenos são ensinados a cumprir com as regras negativas de conduta – nunca fale assim, nunca ande deste jeito, entre outros – e a máxima de conduta positiva configurada na eterna demonstração de desejo sexual pelas mulheres. A homofobia, portanto, é o medo de ser percebido como gay, como não sendo um verdadeiro homem aos olhos de outros homens. Desta forma, os homens exageram no cumprimento das regras tradicionais de masculinidade, especialmente a exploração sexual das mulheres, demonstrando que homofobia, sexismo e racismo caminham lado a lado (KIMMEL, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comprender as principais correntes dos estudos de masculinidades levantadas pelos principais expoentes aqui apresentados fornece meios para avançar nas pesquisas sobre gênero, compreendendo o seu caráter relacional de produção de normas e manutenção das estruturas desiguais de poderes.



O pensamento de Kaufman parece ser ultrapassado por não conseguir avançar na discussão das construções das masculinidades relacionados a outros fatores como raça, classe, etnia, orientação sexual, entre outros. A contribuição do autor demonstra-se insuficiente, pois colocar os homens como vítimas do sistema, por internalizarem arcabouços de violência e reproduzi-los, não explicita de forma clara os modos de produção das normas masculinas e, conseqüentemente, os caminhos a serem traçados para superar as desigualdades percebidas entre gênero, posto que valoriza a definição e os caracteres que definem a masculinidade e inferioriza as demais demonstrações tanto de masculinidades, quanto de feminilidades.

Connell e Kimmel realizam críticas mais robustas ao patriarcado, compreendendo que os aspectos sociais, culturais e relacionais das masculinidades são mutáveis ao longo da história. Reconhecem a existência de uma masculinidade hegemônica que se constitui enquanto práticas de gênero que legitimam e sustentam o patriarcado e que garantem a posição dominante dos homens em detrimento da subordinação das mulheres, prevenindo que masculinidades subalternas ganhem espaço social, cultural, político e econômico.

Assim, percebe-se que os pensamentos de Raewyn Connell e Michael Kimmel ultrapassam a compreensão vitimista evidenciada em Michael Kaufman, por acrescentarem às discussões dos estudos de masculinidades uma visão mais ampla e mais crítica, fugindo da ótica reducionista de ver os homens apenas como vítima do sistema das relações de gênero. O que os dois primeiros autores fazem é compreender a masculinidade num sistema de constantes mutações históricas e de perpetuação de práticas que garantem a manutenção da hegemonia masculina em detrimento da subordinação das mulheres e de outros grupos que homens, que não se encaixam no conceito de masculinidade hegemônica.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

CONNELL, Raewyn. La organización social de la masculinidad, pp. 31-48. In T Valdés & J Olavarría (eds.). Masculinidades: poder e crisis. Ediciones de las Mujeres 24. Isis Internacional, Santiago. 1997.

CONNELL, Raewyn. Masculinidades. Traducción: Irene Ma, Artigas. 1 ed. Universidad Nacional Autónoma de México. 2003.

CONNELL, Raewyn. Políticas da masculinidade. Educação e Realidade : 185-206. Porto Alegre. 1995.

HAROCHE, Claudine. Antropologias da virilidade: o medo da impotência. In Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello. História da virilidade: a virilidade em crise? tradução de Noéli Correia de Mello Sobrinho e Thiago de Abreu e Lima Florêncio – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

KAUFMAN, Michael. Hombres: placer, poder y cambio. Santo Domingo : CIPAF. 1989.

KAUFMAN, Michael. Working with men and boys to challenge sexism and end men's violence. In: Ingeborg Breine, Robert Connell and Ingrid Eide. Male Roles, Masculinities and Violence: a culture of peace perspective. – Universitaires de France, Vendôme: UNESCO, 2000.

KAUFMAN, Michael The construction of masculinity and the triad of men's violence, pp.1-29 In M Kaufman (ed.) Beyond patriarchy: essays by men on pleasure, power, and change. Oxford University Press, Toronto-Nova York. 1987.

KIMMEL, Michael. Homofobia, temor, verguenza y silencio en la identidad masculina. pp 31-49. T Valdés & J Olavarría (eds.). Masculinidades: poder e crisis. Ediciones de las Mujeres 24. Isis Internacional, Santiago. 1997.

KIMMEL, Michael. The history of man: essays in the history of American and British masculinities. State University of New York Press, Albany. 2005.



AS DINÂMICAS VIVIDAS PELOS HOMENS QUE PRATICARAM VIOLÊNCIA CONJUGAL – (DES)CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES MASCULINAS

BILLERBECK, Luana Marcia de Oliveira

*Estudante do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Estadual de Ponta Grossa
lmbillerbeck@hotmail.com*

DR^a. SCHIMANSKI, Édina

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade
Estadual de Ponta Grossa- UEPG
edinaschi@hotmail.com*

21

RESUMO:

O objetivo do trabalho é estudar sobre a identidade dos homens que estão inseridos nos grupos reflexivos, os quais tem previsão na Lei nº11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo medidas de assistência e proteção às mulheres. O destaque se dá em relação à Lei que prevê a possibilidade de implantação de Serviço de Reflexão, Reeducação e Responsabilização dos Autores da Violência Doméstica e Familiar. Há necessidade de se investir no combate/prevenção à violência contra as mulheres, mas deve-se reconhecer a necessidade de se aliar ações dirigidas aos homens, autores de violência, tendo em vista que na própria construção da masculinidade há influencia da dimensão de gênero, a qual se expressa pela violência.

Palavras chaves: identidades, masculinidades, violência

ABSTRACT

The objective of this paper is to study about the identity of the men who are set on the reflective groups, which are inserted in Law 11.340/2006, named Maria da Penha Law. Maria da Penha Law created tools to inhibit and prevent domestic and familiar violence against women since it established assistance and protection to women who use to suffer violence. Maria da Penha Law brings about the possibility of implementation of a care service named Service of Reflection, Re-education and Accountability of the Perpetrator of Familiar and Domestic Violence. There is need to invest in fighting / prevention of violence against Women, but must recognize the need to combine policies directed at men, perpetrators of violence, considering that in the construction of masculinity there is influence of the gender dimension, which is expressed by violence.

Key-words: identities , masculinity , violence



INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objeto de estudo, compreender as identidades/masculinidades dos homens que praticam a violência de gênero contra a mulher e que estão inseridos nos grupos reflexivos responsabilizantes, conforme determinação judicial e previsão da Lei 11.340/2006. A hipótese que norteia o trabalho é de que a partir da complexidade da vida moderna, há tensões nas identidades masculinas, que contribuem para a ocorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher, e como isso é percebido através da narrativa dos próprios autores de violência.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O tema da violência em abordagens interdisciplinares, nas últimas décadas têm fomentado discussões nos diversos campos de estudos das ciências, o que se justifica porque é fenômeno gravíssimo na contemporaneidade e tem atingido setores inteiros da sociedade.

A Organização Mundial da Saúde define violência como:

[...] o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

[...] assim, “o uso da força física ou do poder”, deve ser entendido de forma a incluir a negligência e todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico, bem como o suicídio e outros atos de auto-abuso. (KRUG et al., 2002,p.5).

Já Safiotti compreende a violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual e integridade patrimonial.

No âmbito da violência doméstica e familiar, a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, define a violência doméstica e familiar como qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, lesão ou sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial à mulher.

Caracteriza-se a violência doméstica como aquela que ocorre no âmbito da unidade doméstica, sendo essa o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas, como por exemplo, as empregadas domésticas. E, a violência familiar, como aquela que ocorre na comunidade



formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade, ou por vontade expressa. (BRASIL, 2006).

Mas antes de adentrar à violência de gênero, faz- necessário compreender ao dimensão de gênero, cujo conceito para as ciências humanas, foi criado para distinguir as dimensões biológicas da construção cultural, expressa nas atividades como masculinas e femininas, cujas raízes estão ligadas aos movimentos feministas contemporâneos.

Portanto a violência contra a mulher tem como ponto de impacto a assimetria nos relacionamentos dos homens em relação às mulheres, calcado em muitas vezes nos valores da virilidade masculina e submissão feminina, que quando não cumpridas resultam muitas vezes em violações físicas, psicológicas, morais, sexuais e patrimoniais.

Considerando o acima exposto, tratar a questão da violência contra a mulher como parte de um contexto maior que é social, cultural, político e histórico requer a compreensão que o agressor é parte *sine qua non* deste processo. Daí a necessidade substancial do trabalho com estes sujeitos a partir de uma perspectiva que envolve a sua formação sociocultural como um todo.

Nesse sentido, o objetivo do trabalho é estudar a construção da identidade masculina, dos homens que foram condenados pela Lei Maria da Penha e que estão inseridos em grupos reflexivos responsabilizantes.

Importante, assim compreender que ao falar da violência, trata-se de identidades, pois estas adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos, pelos quais elas são representadas.

A representação atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações sociais. A construção da identidade é processo relacional conforme afirmado por Hall, marcada pela diferença. Mas ela se dá no mundo essencialmente masculino, pautada sob a égide de gênero, no qual o homem estabelece o espaço de sujeito deixando a mulher no papel do outro, como nas palavras adotadas por Simone de Beauvoir.

Registre-se que a importância de se compreender o fenômeno da violência, enquanto marcação simbólica do homem sobre a mulher e como isso, vem efetivamente contribuir para que se entenda a questão da violência intraconjugal. Embora a violência seja fato gravíssimo, quando praticado sob a perspectiva de gênero, recebe contornos específicos, os quais devem ser considerados na sua análise.



O conceito de gênero para as ciências humanas, foi criado para distinguir as dimensões biológicas da construção cultural, expressa nas atividades como masculinas e femininas, cujas raízes estão ligadas aos movimentos feministas contemporâneo, que se constitui na :

tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, da dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessária parte este fim, se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo como movimento social. (GARCIA, 2011, p.13)

De modo que o feminismo se articula como movimento de lutas sociais, políticas e culturais, que passaram a utilizar a expressão gênero vinculada à construção social do sexo anatômico e significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos.

Embora, se reconheça que a criação do termo gênero foi utilizado como categoria médica pelo psiquiatra norte americano Robert J. Stoller 1968, o conceito passa a ser utilizado, pelas feministas, como campo social da construção do masculino e feminino e se amplia como categoria histórica de análise.

Em que pese os direitos das mulheres e a luta pela justiça de gênero ser registrada na história por sucessivas ondas, marca-se o reconhecimento da construção das ideias feministas como sinônimo de emancipação nos Estados Unidos na década 60 e se propaga no Brasil na década de 80. O movimento feminista tem neste aspecto a sua tônica no reconhecimento da opressão das mulheres e da luta por uma igualdade material.

Nesse sentido, destaque à Simone de Beauvoir, que preparou o terreno de uma geração posterior de teóricas feministas, ao identificar um viés masculinista que permeia todo o pensamento ocidental, e que estas ideias representam uma verdadeira virada epistemológica. Este impacto se deu com a obra *Segundo Sexo*, no qual afirma “não se nasce mulher, torna-se mulher”, ela questiona o discurso do “eterno feminino” como rotulo da subjetividade masculina que constrói determinados protótipos de mulher compatíveis com os diversos tipos de projetos e praticas do imaginário masculino .

Beauvoir, afirma que o ideário e no imaginário masculino, constrói-se Mulher como o Outro absoluto. Ela se torna o repositório “natural” e da imanência (comparada



dom a transcendência como possibilidade/projeto existencial dos homens). No discurso masculino ela é ora forasteiro, ora objeto consumido pelos homens a fim de satisfazer seus desejos. Para a cultura (masculina) ela é o não essencial, o Outro que só serve para que o Um (homem) se reconheça. E dessa forma são negadas a elas as possibilidades de uma existência ou relações não alienadas, pois nos termos da filosofia que desenvolveu, a “verdadeira presença” do outro significa que esses outros esteja presente *em e para si*, isto é, como objeto e sujeito, envolvido em relações de reciprocidade e não de objetivação, Beauvoir (1949, p.88; 189)

No campo de gênero, contribuição de Louro (1997) que chama a atenção para a categoria “gênero” a qual não consta no dicionário Aurélio, e que a sua própria ausência já mostra um significado interessante de análise.

Parte em seguida para explicar que o conceito de gênero se liga ao movimento feminista contemporâneo, que num primeiro momento esteve ligado ao sufrágismo (direito ao voto das mulheres que era negado) também conhecido como primeira onda e a segunda onda ocorre por volta dos anos 60 no qual se intensificam discussões sobre a construção teórica. Mas o momento de maior efervescência acadêmica surge em 1968 e tem como obras clássicas de Simone de Beauvoir (1949), Betty Friedman (1963) e Kate Millett (1969), e isso se propaga nas universidades como estudos de mulher.

A par disso com envolvimento maior das mulheres que passaram a se inserir na própria história de estudos feministas. Mas foi através das feministas anglo-saxãs que *gender* passa a ser usado como distinto de *sex*. Nas palavras de Louro (1997, p.21) Visando “rejeitar” um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual, elas desejam acentuar, através da linguagem, “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (Scott, 1995, p.72) O conceito serve, assim, como ferramenta política

Conforme afirmado por (Louro, 2003, p.22).“ .O que se pretende é recolocar o debate no campo social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações desiguais entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação.



A pretensão é, então entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos. E aqui nos vemos frente a outro conceito complexo, que pode ser formulado a partir de diferentes perspectivas: o conceito de identidade. Numa aproximação às formulações mais críticas dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais, compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo ser contraditórias. (Louro, 1997, p.24).

Conforme citado por Louro (1997, p.25) à citação de Stuart Hall (1992, p.4) ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a étnica, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a idéia é perceber o sujeito, constituindo-o. Nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são também constituintes dos gêneros. Essas práticas e instituições “fabricam” os sujeitos.

Outro ponto importante da distinção que se estabelece é quanto ao sexualidade e o gênero, embora tenham elementos de similitude.

Quando se trata do gênero, sexualidade e poder, Louro traz as contribuições de Michael Foucault sobre as relações de poder, pontua que na concepção de Foucault, “o exercício do poder sempre se dá entre sujeitos que são capazes de resistir (pois, do contrario, o que se verifica, é uma relação de violência).

Outra contribuição importante no campo do gênero, enquanto categoria, se dá por Scott, a qual reconhece o gênero primeiro como elementos constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos, mas também como relações de poder que se manifesta inclusive como ingrediente político.

Em que pese, existir concepções diferenciadas da categoria gênero, há um limitado consenso das autoras de que o gênero é a construção social do masculino e feminino (Saffiotti, 2004, p.45). Além disso, pode-se agrupar inicialmente os estudos de gênero em três grandes categorias: a primeira constituída pelas feministas para as que trabalham com o conceito de patriarcado, a segunda vinculada a corrente marxista e a terceira pós estruturalista (francês e anglo americana) que utilizam a ideia de relação de identidades do sujeito, ou seja, vinculado à processo de hierarquias.



Contribuição importante no campo de gênero no Brasil se dá com Joan Scott, que em 1993 publica seu artigo *Gênero: uma categoria Útil para Análise Histórica*, no qual afirma:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 1993,p.23)

O pensamento de Scott (1993) caminha no sentido de demonstrar que a dimensão do gênero se estende para integrar as mudanças na organização das relações sociais, mas que invariavelmente são representações de poder, que se expressa por meio de conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que se manifestam nas relações de parentesco, doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino.

Na perspectiva feminista e marxista, a contribuição de Heleieth Saffioti, ao afirmar que gênero não se resume a uma categoria de análise, tal como proposto por Scott, mas também represente uma categoria histórica, portanto pode ser concebido de várias formas, além do que não explicita necessariamente desigualdades entre homens e mulheres, tendo muitas vezes a hierarquia presumida.

O problema teórico pelo qual perpassa gênero, é o termo patriarcado que embora polissêmico, precisa ser evidenciado pois integra a ideologia de gênero, que integra a sociedade e se expressa no próprio Estado.

Para Saffioti (2004) o patriarcado embora categoria específica de determinado período, ou seja para seis ou sete milênios mais recentes da história, reside na hierarquia um dos pontos de divergência, porque há feministas que entendem que a esta existe sempre, embora sob diferentes roupagens, pois está em permanente transformação.

Um dos elementos nucleares do patriarcado reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa ao seu marido Saffioti (2004, p.49). E endossa o seu pensamento com a contribuição de Pateman (1993).



A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido de liberdade não deve ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal- é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paternal não apenas para conquista da sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é um contrato sexual quanto social: é social no sentido de patriarcal- isto é, contrato cria direito político dos homens sobre as mulheres-, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich, de 'lei do direito sexual masculino'. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado: ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno. (Pateman 16-17 citado por SAFFIOTI, 2004, P.54).

E ressalta, que o distanciamento do conceito, é preocupante, na medida que esse comportamento pode se operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração, e representa uma estrutura de poder que serve inclusive para justificar a violência de gênero.

Em outro viés, há autoras que realizam a crítica, à própria construção feita pelas feministas da década de 60 e 70, conhecido como feminismo de segunda onda, no que concerne ao conceito de gênero; são as chamadas feministas radicais, tendo como uma de suas representantes Teresa de Lauretis que encara gênero a partir da crítica feita ao sexo enquanto oposição universal binária (homem-mulher) pois neste sentido não haveria diferença entre as diversas mulheres. Além disso aponta que a segunda limitação do conceito de diferença sexual é que ela acaba por reacomodar o papel do homem sem sair dos limites do próprio patriarcado. Assim aponta como caminho a necessidade de se distanciar o conceito de gênero das diferenças sexuais, enfatiza:

...necessitamos de um conceito de gênero que não esteja tão preso à diferença sexual a ponto de virtualmente se confundir com ela, fazendo com que, por um lado, o gênero seja considerado uma derivação direta da diferença sexual como um efeito de linguagem ou como puro imaginário- não relacionado ao real.

[...] Para isso, pode-se começar a pensar o gênero a partir de uma visão teórica foucaultiana, que vê a sexualidade como uma “tecnologia sexual”, desta forma, propor-se-ia que também o gênero, como representação e como auto-representação, é produto de diferentes



tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana.(LAURETIS, 1987, p.208) .

Gênero é além da diferença sexual, a construção de representações que se expressam nos diversos espaços sociais, por ela indicado de “engedrado” pelo sexo, raça e classe.

Mas é preciso avançar na discussão de gênero, alargar o problema para além do binarismo e pensamentos dicotômico, nesse sentido importante conhecer as contribuições das teóricas pós estruturalista e pós –modernas e pela teoria queer.

Nessa linha é o embate de Butler, que discute sobre questões ligadas a sexualidade, gênero e poder na sociedade. Têm como ponto de partida o questionamento à respeito do corpo, como a sexualidade e o gênero são produzidos. Por isso usa o termo da materialidade - como expressão impositiva e discursiva da sexualidade heterossexual, sendo este referencial político, que exerce formas diferenciadas de poder e de dominação, pois afirma: o “sexo” não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz corpos que governa. (BUTLER, 2000, p.151), e para aclarar esta explicação, parte de conceitos centrais em torno do sexo, processo de materialização, gênero, performatividade e à citacionalidade.

O ponto de partida de sua análise perpassa pelos estudos de Foucault, quando trata da ideia de dispositivo da sexualidade como fator de regulação e imposição da heteronormatividade. Mas avança na análise, pois além de explicar a genealogia do gênero e da sexualidade do ponto de vista do binarismo heterossexualidade, reconhece que a sua condição não é estativa, mas vinculada às condições normativas de regulação do mundo cultural , o fazendo na perspectiva de campo de contestação social e político.

Justifica a noção de performatividade de gênero (entendida como prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia), afirma:

[...] as normas regulatórias do “sexo” trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. (BUTLER, 2000,p.152).

A crítica também se estende ao conceito estabelecido de gênero, pois a sua construção obedece à teorias de localização de lugar e tempo e expressão de uma identidade. Neste percurso Butler traz a contribuição sobre a heterossexualidade e o



falocentrismo, compreendidos como regimes de poder e de discurso. Afirma que na construção do gênero há influência da linguagem, que se dá por atos performativos que “criam” realidade, e afirma “o gênero não pode ser compreendido como construção, ele é um efeito, essa é uma formação performativa”. Que se dá de forma reiterada de normas ou conjunto de normas, as quais passam a adquirir o status de verdade e produz o que ela chama de citacionalidade.

E afirma que :

o processo dessa sedimentação – ou daquilo que poderíamos chamar materialização – será uma espécie de citacionalidade, a aquisição do ser através da citação do poder, uma citação que se estabelece uma cumplicidade originária com o poder na formação do “eu”. (BUTLER, 2000,p.164)

Ou seja, estes três elementos heteronormatividade, atos performativos e citacionalidade, compõem as estruturas de poder.

Portanto a crítica feita por Butler se dá para o construtivismo de gênero existente, e procura rechaçar com a ideia de desconstrução. Aplica este entendimento ao gênero, pois reconhece que está localizado de modo social e histórico, mas também acaba sendo vinculado ao sexo, que é reconhecida como categoria biológica.

A justificativa busca amparo na linguagem, a que se reconhece o poder de produzir realidades, portanto gênero é performativo. Evidentemente que esse reconhecimento não nega a existência do sexo biológico, mas avança no sentido de reconhecer a influência da linguagem (processo reiterado) de criar verdades.

Outro aspecto retratado em seus pensamentos, se dá quanto ao sujeito que passa pelo processo em assumir um sexo, evidentemente dentro do discurso heterossexual, mas isso acaba por produzir uma matriz excludente, que denomina de seres abjetos, que são aqueles sujeitos que se encontram nas chamadas zonas inabitáveis da vida social, que constitui o limite definidor do domínio do sujeito, conforme afirmado por Butler.

O pensamento sobre o sexo e o gênero de Butler sofre críticas severas, inclusive de feministas, que não perceberam que seus estudos avançam sobre o binarismo masculino e feminino, e isso acaba por contribuir para incluir outras formas de identidades, que neste modelo posto são considerados abjetos, excluídos.

Em que pese a existência de algumas críticas a ela formuladas, há efetivamente o reconhecimento de que seus trabalhos inauguram uma nova forma de se pensar sobre



sexo, corpo, gênero e desejo. Evidente que Butler não ignora o aspecto biológico do sexo, mas o contesta – subverte numa perspectiva ontológica, pois questiona o como está construído e o desloca também para o campo social, na medida em que reconhece que está atrelado à um processo discursivo de materialização, com parâmetros viáveis apenas da heteronormatividade, pois traz o questionamento da construção da identidade com influencia historia e ligado às demandas sociais que o cercam.

Mas em que pese as concepções diferentes, entende-se que a violência contra a mulher tem como ponto de impacto a assimetria nos relacionamentos dos homens em relação às mulheres, calcado em muitas vezes nos valores da virilidade masculina e submissão feminina, que quando não cumpridas resultam muitas vezes em violações físicas, psicológicas, morais, sexuais e patrimoniais.

Foi e é esta a preocupação das feministas com expressões no mundo que fomentaram as lutas pelo fim da violência de gênero.

Em especial no Brasil, com relação às políticas públicas, a questão da violência contra a mulher teve expressão maior, a partir da década de setenta com a pressão das feministas para as discussões de gênero, e com destaque as contribuições de Saffiotti, que em que pese os direitos das mulheres e a luta pela justiça de gênero ser registrada na história por sucessivas ondas, nesse sentido a importância do movimento feminista.

Mas foi principalmente a partir da Constituição Federal de 1988 que se instala com um novo perfil do estado do bem-estar brasileiro, vinculado às políticas de proteção e promoção social, primeiro por reconhecer como garantia fundamental a igualdade entre homens e mulheres, como corolário da dignidade humana. Para Ingo Wolfgang Sarlet (2002, p. 26), esta se refere à “essência do ser humano [...] a uma qualidade intrínseca e indissociável de todo e qualquer ser humano” sendo meta permanente do Estado e do Direito a proteção e o respeito à dignidade da pessoa humana.

Com essa compreensão, de que o ser humano é merecedor de proteção e de reconhecimento de sua dignidade, que o dispositivo constitucional - artigo 226- dá tutela especial à família, como lugar de liberdade e autonomia, pois é ela o primeiro espaço onde se aprende o relacionamento com o outro, onde se descobrem os limites de uma convivência saudável onde valores de respeito e solidariedade devem prevalecer; e por isso cria mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.



Tudo isso levou a inúmeros movimentos no país, o qual culminou em 2006, com a criação da Lei 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, para coibir a violência intrafamiliar, que é fenômeno gravíssimo na contemporaneidade e produzido cada dia, mais vítimas no cotidiano. A violência contra a mulher não atinge só ela, mas o grupo familiar inteiro. As sequelas são sentidas por todos os membros da família, inclusive pelo próprio agressor.

E com esta compreensão que a chamada Lei Maria da Penha prevê aos homens autores de violência doméstica e familiar, além da responsabilização pelos seus atos por meio da condenação pelo devido processo legal, a possibilidade de criar espaços para que possam aprender e refletir sobre outras maneiras de exercer sua masculinidade, de solucionar conflitos, de expressar suas emoções, que não de forma agressiva e violenta. Somente assim é possível dar ao problema a amplitude de tratamento que ele exige, entendendo-o em toda sua complexidade (Toneli et al., 2010a).

Sob esta perspectiva que se mostra relevante, compreender a construção das identidades masculinas dos homens, que estão inseridos nos grupos reflexivos responsabilizantes, pois as suas identidades são permeadas por meio de sentidos, símbolos e linguagens pelas quais são construídos e reconstruídos paulatinamente

Pois da mesma forma que a violência é construída socialmente, o agressor também o é. Ele faz parte de um processo que envolve características sociais e culturais que culminam na construção de um tipo de masculinidade violenta, machista e dominadora.

Daí a necessidade substancial do trabalho com estes sujeitos a partir de uma perspectiva que envolve a sua formação sociocultural como um todo, e nisso se busca amparo nos estudos culturais.

O referencial teórico se dá a partir de Stuart Hal, pois “argumenta que o sujeito fala, sempre, a partir de uma posição histórica e cultural específica”.

Nesse sentido a necessidade de se estudar as questões de identidades como fenômenos culturais; nessa perspectiva, a importância de se compreender como as identidades foram e são registradas pela marcações da história. Registra-se que a questões de identidades são marcada por três grandes períodos mais ou menos distintos.



A primeira identificação do sujeito é do iluminismo, período em que a identidade estava centrada no indivíduo mas reconhecendo-o apenas na perspectiva do masculino.

A etapa seguinte reconhece o sujeito sociológico, que refletia a complexidade do mundo moderno e que a sua identidade era formada pela interação entre o eu e a sociedade, conforme afirmado por Hall (2006, p.11) O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem.

O terceiro momento se dá com o sujeito pós-moderno (pós-colonial), o qual não tem uma idade fixa, essencial ou permanente. Ela é transformada continuamente, embora definida historicamente e não biologicamente, portanto apresenta identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções.

Hall afirma que não significa negar que a identidade tenha um passado, mas reconhecer que, ao reivindicá-la, nós a reconstruímos e que, além disso o passado sofre uma constante transformação.

Essa transformação e fluidez é denominada por Laclau de deslocamento, no qual a discussão de classe embora existente fica sobrejugada (sobreposta) pelo “surgimento de outras arenas de conflito social, tais como baseadas no gênero, na “raça, na etnia ou na sexualidade.

Nesse sentido a identidade passa a sofrer as influências e a influenciar nos diferentes espaços, denominados por Pierre Bourdieu como “campos sociais”, tais como família, grupos de colegas, instituições, etc.

Todos estes campos são capazes de impregnar significados em nossas identidades, tendo em vista seu poder de representação.

Poder, que consiste numa relação de forças de prática social construída historicamente, penetrando e agindo materialmente sobre os indivíduos tal como apontado por Foucault em sua microfísica do poder, inclusive para definir quem é incluído e quem é excluído.

A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis. Mas esta escolha é feita muitas vezes por processo de manipulação, que fabrica um tipo de homem necessário a o funcionamento de determinados interesses.



RESULTADOS ALCANÇADOS

O “*Serviço de Reflexão, Reeducação e Responsabilização do Autor de Violência*” também deverá constituir parte da rede de atendimento e de enfrentamento à violência contra as mulheres e atuar de forma articulada com os demais serviços da rede, no sentido de contribuir para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres.

Portanto foi com a lei 11.340/2006 que passa a dispor sobre a previsão da criação dos centros pelo Estado, e a determinação judicial de autores de violência aos serviço reflexivo responsabilizante.

Conforme afirmado por Lopes (2013, p.25) não se trata de um “serviço para os homens” mas de uma ação destinada a interromper o ciclo de violência de gênero e intrafamiliar, promovendo o fim da violência contra as mulheres.

Vários estudos têm sido realizados nesta área na literatura internacional, conforme apontado por Veloso, Natividade (WORK WITH PERPETRATORS OF DOMESTIC VIOLENCE IN EUROPE [WWP], 2008 Rothan, Butchart, Cerda 2003, Greig, 2001), que esclarecem que o cenário das primeiras atuações neste campo são datada da década de 1970 nos Estados Unidos, por grupo de homens pró-feministas (Bennet, William, 2001, Toman, Edlson 1995) e se expandiram para o Canadá, contando com mais de 200 programas neste país, sendo que inicialmente os trabalhos se desenvolviam de forma complementar às políticas de proteção às mulheres.

Informa que o mais antigo data de 1977 nos Estados Unidos denominado Counseling and Education to Stop Domestic Violence (EMERGE). Na Europa, o programa UK Membership Association for Domestic Violence Perpetrator Programmes And Associated Support Services (RESPECT), que preconiza serviços e ações integradas de atendimento às mulheres e desde 2006 prevê uma base de intervenções com homens na comunidade europeia.

Na América Latina, as intervenções se iniciam no México na década de 1990 e se expande para outros países como Peru, Argentina, Brasil, e América Central, Holanda, Honduras e Nicaraguá, (TONELI et al, 2010, p.47).



No Brasil as experiências têm se voltado majoritariamente com caráter reflexivo, ou seja, pedagógico.

Natividade (2013). explica que no tocante ao modelo de intervenções adotadas , registra-se que há recortes psicopatologizante/clínico; instrutivo/pedagógico e reflexivo/responsabilizante.

O primeiro deles está ancorado na perspectiva psicológica/médico, há neste tipo de trabalho uma preocupação maior com as características individuais do sujeito, embora descontextualizada, ou seja, sem se preocupar com os aspectos culturais.

No segundo modelo que é o instrutivo /pedagógico, está alicerçado em processo de aprendizagem, em formatos de cursos e/ou palestras, além disso há informações sobre a violência, saúde e aspectos emocionais. A crítica a este modelo, é de que as informações fornecidas aos homens, sobre seus atos e suas estratégias podem ser usadas inclusive por eles mesmos para jogo relacional violento.

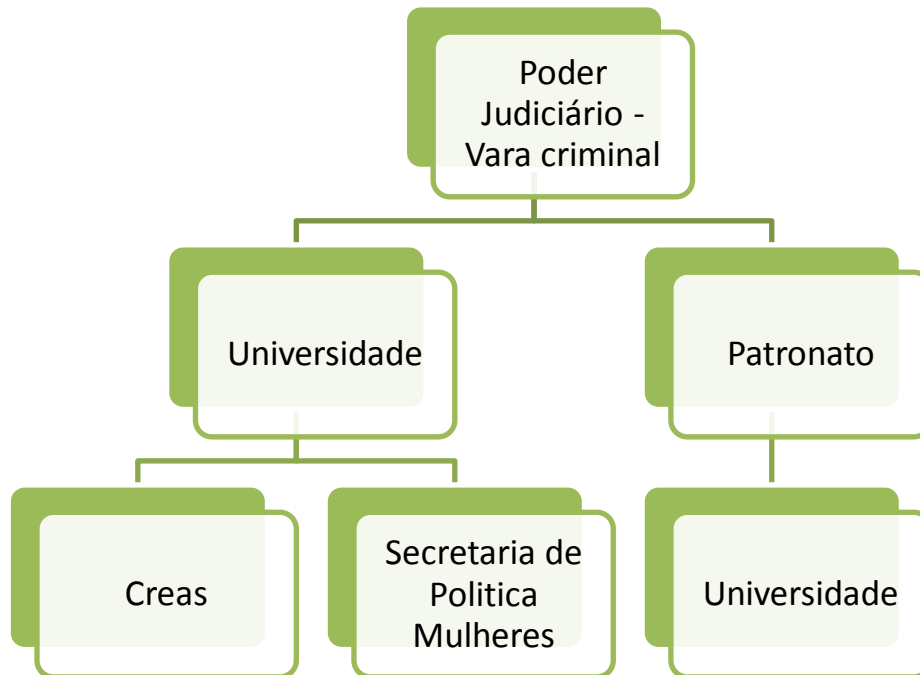
E o terceiro modelo, intitulado reflexivo/responsabilizante, tem como pressuposto fomentar as relações igualitárias entre homem e mulher, mas criando a responsabilidade dos homens pelos seus atos, portanto não pactuar com condutas que reforcem comportamentos violentos .

Conforme apontado por Leite (2013, p.28) o caráter educativo/pedagógico, não sugere o sentido de transmissão de conteúdo formal, mas uma preocupação voltada para as questões dialógicas, como as propostas por Paulo Freire, no sentido de experiência pedagógica, objetivando portanto, a possibilidade de reflexão transformadora, tendo as dinâmicas relativas à violência e gênero.

Atualmente no Estado do Paraná, há iniciativas neste sentido, e em especial o trabalho que está sendo implementado pelo Patronato Penitenciário do Estado com sede em Curitiba que foi criado para modernizar, ampliar e dinamizar o atendimento oferecido pelo extinto Programa Pró-Egresso, encerrado em fevereiro de 2013, que firmado com as Instituições de Ensino Superior, Prefeituras Municipais, Associações e Conselhos da Comunidade , realiza através do projeto BASTA.



Estrutura de encaminhamento ao trabalho reflexivo



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema da identidade recebe contornos específicos, na era da modernidade tardia, ou contemporânea ou da globalização, na qual se constroem ou reconstroem sujeitos tensionados por interferências econômicas, sociais, culturais em uma dimensão muito mais profunda. É importante pensar que tudo isso pode estar repercutindo nas masculinidades que estão em colapso velhas estruturas mediadas por novos componentes que trazem insegurança ao papel hegemônico masculino.

De modo que a problemática de gênero, neste modelo, afeta homens e mulheres variavelmente conforme classe, raça/etnia, sexualidade e idade, mas implica em subordinação e desvantagem para as mulheres e privilégios para homens, embora se reconheça que neles também repercutem de forma negativa, em razão das estruturas da violência simbólica.

O privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo que impõe a todo homem o dever de afirmar, e toda e qualquer circunstância, sua virilidade, inclusive favorecer a própria violência (Bourdieu, 2014, p.76)



E tudo isso repercutirá nas questões de violência contra a mulher, que é um fenômeno complexo e pluricausal, uma vez que para o seu desenvolvimento estão envolvidos, entre outros fatores, questões culturais, sociais e pessoais.

REFERÊNCIAS

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf, acesso em 13 de abril de 2015.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Difusão Europeia do Livro, 4 edição. tradução de Sergio Milliet.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. A condição feminina e a violência simbólica. 1ª. Rio de Janeiro, 2014.

BUTLER, Judith. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* / Guacira Lopes Louro (organizadora) Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva — Belo Horizonte: Autêntica, 2000

GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*, São Paulo: Claridade, 2011.

LOPES, Paulo Victor Leite. (org.) *Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública* / Paulo Victor Leite Lopes, Fabiana Leite (organizadores). – Rio de Janeiro: Iser, 2013. disponível em http://www.iser.org.br/website/wp-content/uploads/2013/11/homens_miolo_9nov.pdf, acesso em 30/11/2015.

LOURO, Guacira Lopes – *Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ 6ª edição, 1997.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. - tradução Tomaz da Silva, Guacira Lopes Louro 11 edição, Dp&A editora. Rio de Janeiro, 2006.



NATIVIDADE, Claudia, Cotelip. Flavia Metodologias de abordagem dos homens autores de violência contra as mulheres. *Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública* / Paulo Victor Leite Lopes, Fabiana Leite (organizadores). – Rio de Janeiro: Iser, 2013 . p.45-67. disponível em http://www.iser.org.br/website/wp-content/uploads/2013/11/homens_miolo_9nov_.pdf, acesso em 30/11/2015.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Gênero, patriarcado, violência mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004 (coleção Brasil Urgente).

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher ><http://mulheres.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/Pacto%20Nacional/view>, acesso em 17 de outubro de 2013.

SCOTT Joan – *Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press. 1989. Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila(trad). https://archive.org/details/scott_gender, acesso em 20 de setembro de 2015.



A MULHER HEROÍNA EM “AS MIL E UMA NOITES”: A EMPATIA CONTRA A DOMINAÇÃO MASCULINA

MARTIRE, Gabriel Cerqueira Leite

Professor; graduado em Artes e Direito; mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense – PPGSD/UFF; especializando em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade pelo CLAM & UERJ e em Ensino da Arte pela EAV & UERJ.
gclm85@yahoo.com.br

39

PEREIRA, Pamela Sabrinne dos Santos

Bacharel em Direito pelo Instituto Superior de Ensino La Salle – Unilasalle.
pamelasabrinne@gmail.com

RESUMO

“As mil e uma noites”, obra literária na versão de Antoine Galland (1646-1715), é o objeto central para análise deste trabalho. Nele, por meio da revisão de literatura, pretende-se demonstrar em que medida a personagem *Sherazade* (sultana), mulher e heroína no contexto da narrativa, pode estabelecer pontes de empatia com o(a) leitor(a). Este(a), envolvido(a) e tocado(a) pela trama desenvolvida nos fatos fictícios, transpassa as fronteiras de gênero. Além disso, a interculturalidade pode ser um caminho em potencial para novas reflexões sobre como agem os marcadores culturais. Isso porque, a trama e o drama que vivem *Sherazade*, *Dinazade* (irmã da sultana) e *Shahriar* (sultão) transita por lógicas sociais imaginadas sobre um redimensionamento da figura da mulher e do homem, contrário à lógica de dominação masculina. Por fim, em termos de alcance dos direitos humanos, percebe-se o quanto a comunicação pode impulsionar movimentos sociais contra discriminações e desigualdades de gênero.

Palavras-chave: Literatura. Empatia. Dominação.

ABSTRACT

"The Arabian Nights", literary work in the version of Antoine Galland (1646-1715), is the central object for analysis of this work. In it, through the literature review is intended to demonstrate the extension which the character Scheherazade (sultana), woman and heroin in the context of the narrative, can empathize bridges with the reader. This is involved and played in a plot which is developed in the fictitious facts, as also in gender boundaries. In addition, interculturalism can be a potential way for new thinking on how to act cultural markers. That's because the plot and the drama show Scheherazade, Dinazade (sultana's sister) and Shahriar (Sultan) transit among imaginary social logics and on a resizing of the figure of the woman. And the man, contrary to a logical male domination. Finally, in terms of the scope of human rights, it is clear how communication can boost social movements against discrimination and gender inequality.

Keywords: Literature. Empathy. Domination.



INTRODUÇÃO

Este trabalho preocupa-se com a análise de obra literária, especificamente do livro “As mil e uma noites”, em versão traduzida dos contos árabes por Antoine Galland (1646-1715), como meio de transformação social contra discriminações e desigualdades a respeito de gênero e de sexualidade.

Trata-se de assunto extremamente relevante, pois sinaliza reflexões diante dos contextos atuais de discussão sobre criações de espaços de normalização dos corpos nas sociedades, que, não raro, garante direitos a uns e, em contrapartida, excluem direitos de outros.

A hipótese é que a obra de Antoine Galland se apresenta como uma dentre diversas obras e mecanismos que possuem potencial força de transformação social. Em razão disso, pretende-se dissecar tal trabalho literário, comparando-o com estudos realizados por outros autores que demonstram o quanto, por exemplo, alguns romances, tal como no século XVIII, contribuíram para uma maior conscientização das pessoas sobre o sentido de empatia e de autonomia, o que, de certo modo, estabelece íntima relação com a invenção dos Direitos Humanos.

Para tanto, a metodologia envolve a fundamentação teórica, por meio da revisão de literatura, que sustenta a existência de um fio condutor entre espaços reais e imaginados. Visto que o último ambiente mencionado na frase anterior proporciona campo fértil de sedução do(a) leitor(a), projetando-o para além dos contextos sociais normatizados. Isso possibilita criar experiências corpóreas muito específicas. Conforme o grau de envolvimento sentimental ou psíquico vivenciado na leitura, bem como o grau das técnicas e dos processos das narrativas, pode-se estimular zonas de reconhecimento do outro e de si como seres de idêntica natureza.

O vínculo de identificação com a personagem central é, praticamente, consequência inevitável do(a) leitor(a), que passa a vivenciar e a reconhecer a luta travada pela mulher heroína, representada por *Sherazade*. Nesse sentido, *Sherazade* ganha lugar de destaque, pois se coloca contrária às atitudes de um soberano. Este, o sultão, estava determinado a exterminar as mulheres solteiras de seu reino, o que fazia sob a égide de uma cultura, predominantemente, machista onde se desenvolve o cenário da obra literária.

O reposicionamento da mulher cujo papel passa a caracterizar uma pessoa não mais submissa e disposta a agir desafiadoramente, projeta a personagem para um lugar legítimo na cena, tornando-a parâmetro e símbolo de combate à estrutura normativa de dominação masculina.



Uma mulher construída com tanta força de vontade, com tanta personalidade e com tamanho poder, não precisa se esforçar para convidar e despertar o desejo no(a) leitor(a), para que ele(a) participe da luta contra as injustiças do sultão, em nome da própria sultana.

O grande feito de *Sherazade* é se valer de seu capital cultural¹ e de sua esperteza, sem utilizar violências, arriscando sua própria vida para tentar proteger a vida das demais mulheres do reino, confrontando a personificação do opressor masculino na figura do sultão.

Visto isso, em suma, a divisão do artigo em tópicos, cada qual com seu respectivo título, tem como proposta atender a seguinte dinâmica: primeiro, situar contextualmente “As mil e uma noites” e a preocupação de Antoine Galland com o resgate da literatura árabe e sua tradução para o francês; segundo, demonstrar como a narrativa é desenvolvida, através de análises comparativas dos romances pesquisados pela autora Lynn Hunt (2009); terceiro, dando seguimento às análises, as teorias de Pierre Bourdieu (1999) servem como auxílio para a compreensão do modo como é observado sociologicamente a construção de poderes simbólicos que se moldam nas sociedades, arquitetando estruturas e conflitos nos mais diversos campos, de tal modo que a produção e reprodução de códigos passa a fazer parte dos modos inconscientes que as lógicas de dominação agem sobre as pessoas dominantes e dominadas. Também será tema de preocupação os surgimentos dos desvios sociais, tema tratado cuidadosamente pelo autor Howard S. Becker (1973); por último, e não menos importante, expor as possibilidades que a teoria crítica de Joaquín Herrera Flores (2009) aponta para diversas questões sobre a construção dos Direitos Humanos pela ótica da interculturalidade e pela ruptura com sistemas hegemônicos.

1. MARCO HISTÓRICO DA OBRA

Antoine Galland pode ter sido um dos mais importantes precursores na interconexão entre a literatura árabe oriental e a literatura ocidental, após ter realizado a tradução e a divulgação, na França², dos contos árabes.

Uma das mais destacadas obras conhecida do referido autor é o livro “As mil e uma noites”. Esta, tornou-se um clássico da literatura francesa, servindo de inspiração para outros autores que seguiram a mesma trilha de Galland (GALLAND, 2002, p. 20).

¹ Termo utilizado por Pierre Bourdieu para englobar, prioritariamente, a variável educacional, porém não se restringindo a ela.

² Segundo pesquisas levantadas no próprio livro. (GALLAND, 2002, p. 18-20)



De origem humilde, Galland começou seus estudos ainda muito cedo, com quatro anos de idade, no Colégio de Noyon, logo após a morte de seu pai. No entanto, aos treze anos perdeu os protetores que o haviam acolhido no colégio. Isso o forçou, novamente, à convivência com sua mãe, que decidiu que ele deveria aprender um ofício.

Embora o seu interesse pelas letras fosse maior, não lhe restou escolha que fosse a de aceitar o trabalho de ofício, permanecendo durante um ano acompanhado de um mestre. Após esse período resolveu ir à Paris, onde teve oportunidade de continuar seus estudos no Colégio du Plessis. Lá continuou a se dedicar, tendo boa orientação e se especializando na língua hebraica e outras línguas orientais. Desempenhou também grandes funções para a biblioteca de Sorbone.

Sua carreira estava só começando. Quando realizou sua transferência para o colégio Mazarino, teve a oportunidade de se associar a outras pessoas no seu trabalho, o que lhe garantiu aprendizagem em latim. Seguiu para Constantinopla, onde agregou conhecimentos de grego. Continuou sua rota para Jerusalém e outros lugares da Terra Santa, onde pesquisou e registrou descobertas arqueológicas que hoje acrescentam o patrimônio de Baudelot.

Retornou à Paris, em 1675, regressando novamente ao Oriente. Em 1679, Galland empreendeu nova viagem por conta da Companhia das Índias Orientais, onde aprendeu a fundo o árabe, o turco e o persa. Sua jornada foi farta de acontecimentos. Conseqüentemente, acumulava o que precisava para dedicar-se cada vez mais ao estudo das letras, assegurando-lhe privilégios que só um especialista teria.

Tudo isso permitiu que assumisse funções do suave lazer de trabalhar na produção de pequenas obras. Foi aí que começou a imensa tradução dos contos árabes, tão conhecidos pelo nome de “Mil e uma noites”.

Notoriamente, os contos do livro “As mil e uma noites”, bem como as características dos personagens de sua obra, somente em versão francesa, transparecem uma apropriação intercultural, visto que foram realizadas algumas adaptações, fortemente marcadas pelo arcabouço cultural do próprio Galland. Tal afirmação se observa em razão de Galland, meticulosamente, tomar as cautelas de omitir cenas que pudessem sofrer censuras dos princípios morais cristãos da época. Igualmente, por ter aproveitado apenas parte dos contos originais. Além disso, suprimiu as características poéticas dos textos originais, bem como aboliu expressões que considerava deselegantes e vexatórias para a cultura francesa da época.



Dessa forma, o autor buscou atender ao gosto francês, adaptando a obra, bem como a estrutura do livro ao estilo literário de seu momento histórico. (GALLAND, 2002, p. 20)

“As mil e uma noites” faz parte da composição literária francesa do século XVIII. A narrativa do livro gira em torno do eixo das histórias de *Sherazade*, que se tornou sultana ao se submeter esposa de *Shariar*. Este, por sua vez, procrastina sua morte a cada nascer do sol, somente porque sua curiosidade aumenta a cada noite para saber os finais dos contos árabes que *Sherazade* conta para sua irmã.

A figura de *Sherezade* exprime uma das poucas vozes da narração feminina à época (SOUZA, 2007, virtual).

Essas técnicas de envolvimento na narrativa revelam o quão importante as histórias são, na medida que elas podem ser ouvidas com prazer por diversos grupos, “uma vez que são interessantes, tenham vida e possam cativar a atenção” (GALLAND, 2002, p. 15). Não importa o tipo de linguagem que as histórias são transmitidas, elas continuam integrando o repertório patrimonial de diferentes culturas. Na cultura árabe, preservavam-se os contadores de histórias, principalmente, nas aldeias.

“Conforme a palavra sempre eloquente do narrador os ouvintes se agitam ou se acalmam. À cólera violenta sucedem os sentimentos mais ternos; os risos estridentes são seguidos, não raro de prantos e lamentações” (GALLAND, 2002, p. 16). Mas, eram as histórias em série ou em cadeia, contadas oralmente entre os muçumanos, que repercutiam assombroso interesse. Os enredos eram trazidos de diferentes regiões e experiências, muitas vezes contadas por beduínos, alterando as histórias e mudando nomes de personagens.

A característica principal das histórias em cadeia é a “deixa” do término, que o liga ao conto seguinte, forçando o ouvinte a continuar ouvindo, sempre interrompendo em um momento palpitante. Entre tais histórias, a de maior interesse eram as “Mil e uma noites”.

Sua origem é controversa. Existem afirmações que as histórias foram tiradas do livro persa *Hezar Afsaneh* (Mil Histórias). Porém, outras fontes relatam que os persas colheram na Índia o enredo para os principais contos do livro persa. Segundo Gustavo Weill (1808-1889), orientalista e historiador alemão, os contos árabes das “Mil e uma noites” são totalmente diferentes de suas antigas raízes (GALLAND, 2002, p. 18).



2. NARRATIVA DA TRAMA

No capítulo “Torrentes de emoções”, Lynn Hunt (2009, p. 35) escreveu sobre o quanto as leituras de romances foram importantes para reforçar a percepção entre os indivíduos sobre suas semelhanças e experiências.

A autora fala de um romance elaborado por Rousseau, que ganhou atenção internacional. Trata-se da obra “Júlia” ou “A nova Heloísa” (1761), que envolve uma série de dramas, inevitavelmente, vividos pela personagem principal. Nessas dinâmicas enfrentadas entre Júlia e os personagens homens, por exemplo, “será que Rousseau procurava celebrar a submissão à autoridade do pai e do esposo, ou tinha a intenção de retratar como trágico o ato de ela sacrificar os seus próprios desejos” (HUNT, 2009, p. 36)?

Assim como acontece na trama do romance de Rousseau, “As mil e uma noites” parece desencadear a mesma inquietação apontada acima. Isso porque, *Sherazade*, parece levar o leitor a experimentar seu sacrifício diário, no trágico risco de seu insucesso, caso seus contos não fossem suficientemente bons para instigar a curiosidade do sultão, que poderia matá-la ao amanhecer, e continuar a sua vingança com a morte em série de diversas mulheres solteiras do reino.

Resta a impressão que, como em Júlia, existem técnicas narrativas que promovem a comoção do(a) leitor(a) por sua “intensa identificação” com a personagem heroica, o que aqui ocorre, especialmente, com *Sherazade*.

Com o propósito de comprovação das reações de identificação entre leitor(a) e a personagem heroica, foram resgatadas diversas documentações escritas realizadas e encaminhadas por cortesãos, clero, oficiais militares e toda sorte de pessoas comuns para Rousseau. Nessas cartas as pessoas descreviam os intensos sentimentos que partilhavam com a leitura do romance, e o apego pela personagem Júlia, que morre ao final da história. Como destaca Lynn Hunt,

a leitura de Júlia predisps os seus leitores para uma nova forma de empatia. Embora Rousseau tenha feito circular o termo “direitos humanos”, esse não é o tema principal do romance, que gira em torno de paixão, amor e virtude. Ainda assim, Júlia encorajava uma identificação extremamente intensa com os personagens e com isso tornava os leitores capazes de sentir empatia além das fronteiras de classe, sexo e nação. Os leitores do século XVIII, como as pessoas antes deles, sentiam empatia por aqueles que lhes eram próximos e por aqueles que eram muito obviamente seus semelhantes – as suas famílias imediatas, os seus parentes, as pessoas de sua paróquia, os seus iguais sociais costumeiros em geral. Mas as pessoas do século XVIII tiveram de aprender a



sentir empatia cruzando fronteiras mais amplamente definidas. (HUNT, 2009, p. 38)

Isso demonstra que a empatia começa a ser sentida com muito mais intensidade por meio de uma nova forma de comunicação, qual seja, a literária. Existe uma identificação imaginada com os personagens das histórias, muito além das relações sociais que são travadas naturalmente no mundo concreto.

Romances como *Júlia* levavam os leitores a se identificar com personagens comuns, que lhes eram por definição pessoalmente desconhecidos. Os leitores sentiam empatia pelos personagens, especialmente pela heroína ou pelo herói, graças aos mecanismos da própria narrativa. (HUNT, 2009, p. 38)

As leituras são guiadas por técnicas de imersão quase que espontânea de recepção dos(as) leitores(as) nas narrativas, o que pode ser constatado sem muito esforço por meio do potente instrumento de comunicação que ainda hoje é o mais utilizado, a escrita.

Cabe ressaltar que a escrita envolve diversos mecanismos de discursos, o que era empregado muito bem em determinados textos, principalmente, quando a pretensão do autor era dimensionar novas concepções políticas.

Em efeito, os romances do século XVIII, assim como a obra “*As mil e uma noites*”, mostraram que é possível sentir o(a) outro(a) através de si. Assim, era possível experimentar, por exemplo, todo percalço vivido pela personagem feminina no contexto das histórias, e comparar as experiências abstratas com os fatos da sociedade em concreto. Com efeito, isso poderia atingir potencialmente transformações na compreensão do que seria “ser mulher” em determinadas condições e paradigmas sociais. Claro que, não se pode olvidar o fato de escritores homens terem narrado e criado as personagens e ambientes femininos, porém, cabe destacar que esse foi um primeiro passo na abertura de portas para a comunhão de novas tendências. Afinal, como bem aponta Lynn Hunt, a empatia pode ser sentida, independentemente de gênero ou de orientação sexual.

Não é preciso dizer que a empatia não foi inventada no século XVIII. A capacidade de empatia é universal, porque está arraigada na biologia do cérebro: depende de uma capacidade de base biológica, a de compreender a subjetividade de outras pessoas a ser capaz de imaginar que suas experiências interiores são semelhantes às nossas. [...] Normalmente, todo mundo aprende a sentir empatia desde uma tenra idade. Embora a biologia propicie uma



predisposição essencial, cada cultura modela a expressão de empatia a seu modo. A empatia só se desenvolve por meio da integração social: portanto, as formas dessa interação configuram a empatia de maneiras importantes. No século XVIII, os leitores de romances aprenderam a estender o seu alcance de empatia. Ao ler, eles sentiam empatia além de fronteiras sociais tradicionais entre os nobres e os plebeus, os senhores e os criados, os homens e as mulheres [...]. (HUNT, 2009, p. 39)

Nesses termos, observa-se nitidamente as interceptações entre biológico e cultural. Conseqüentemente, é um fato constatado que a arte possibilita a criação de novos rumos de percepção cultural e corporal na troca comunicativa hipotética promovida pelas ficções literárias aqui analisadas.

Tanto homens como mulheres se identificavam com as heroínas desses romances. Pelas cartas a Rousseau, sabemos que os homens, mesmo os oficiais militares, reagiam intensamente a Júlia. Um certo Louis François, oficial militar aposentado, escreveu a Rousseau: “Você me deixou louco por ela. Imagine então as lágrimas que sua morte arrancou de mim. [...] Nunca verti lágrimas mais deliciosas. Essa leitura teve um efeito tão poderoso sobre mim que acredito que teria morrido de bom grado durante aquele supremo momento”. Alguns leitores reconheciam explicitamente a sua identificação com a heroína. (HUNT, 2009, p. 47)

As fronteiras de gênero eram nitidamente cruzadas no âmbito subjetivo. Mesmo que fossem leitores masculinos, a identificação era estabelecida com a figura da mulher, e não com os personagens masculinos das tramas. Aliás, os relatos revelam que os homens sentiam repulsas pelos personagens masculinos, geralmente sujeitos tirânicos. “As ações dos personagens masculinos só servem para realçar essa vontade feminina” (HUNT, 2009, p. 60). A figura do homem tirânico é criada na personalidade de *Shahriar*, o sultão de “As mil e uma noites”, no momento que sua vingança se projeta para o extermínio das mulheres.

Em trecho do livro “As mil e uma noites” é possível destacar:

[...] Mal chegado, correu ao aposento da rainha. Ali, mandou amarrá-la e entregou-a ao seu grão-vizir, com a ordem de estrangulá-la, o que o ministro cumpriu sem ousar perguntar que crime ela havia cometido. O príncipe, irritado, não se contentou com isso; com suas próprias mãos, cortou a cabeça de todas as companheiras da sultana. Depois de tão terrível punição, persuadido de que não existia mulher recatada, e para evitar as infidelidades das que possuiria no futuro, resolveu desposar uma por noite, e ordenar que a estrangulassem no dia seguinte. (GALLAND, 2002, p. 37)



Passar a perceber o outro como seu semelhante, mesmo que sem o conhecer pessoalmente, era uma possibilidade que a arte literária propiciava internamente para as pessoas. “Sem esse processo de aprendizado, a ‘igualdade’ talvez não tivesse um significado profundo e, em particular, nenhuma consequência política” (HUNT, 2009, p. 40).

A escolha das palavras e o tipo de linguagem que eram utilizados nos romances podiam reforçar continuamente efeitos psicológicos através da leitura. Isso porque a forma narrativa facilitava a personificação dos personagens.

Um romance de muitas centenas de páginas podia revelar um personagem ao longo do tempo e, ainda por cima, a partir da perspectiva do eu interior. O leitor não segue apenas as ações de Pamela: ele participa do florescimento de sua personalidade enquanto ela escreve. O leitor se torna simultaneamente Pamela, mesmo quando se imagina um(a) amigo(a) dela e um observador de fora. (HUNT, 2009, p. 45)

A imersão nas tramas cria a impressão de se estar vivendo em um mundo só seu, próprio, distante do mundo existente no plano real. Também as cenas imaginadas transportam as paixões para si mesmo.

Imaginar é a palavra-chave para se identificar e experimentar a empatia.

3. REDIMENSIONANDO AS POSIÇÕES

Como uma construção simbólica de dominantes e dominados, o efeito do romance age sobre a pessoa, muitas vezes de modo inconsciente. “O romance exerce o seu efeito pelo processo de envolvimento na narrativa, e não por discursos moralizadores explícitos” (HUNT, 2009, p. 45).

Como se vê, as narrativas podem incorporar, de certo modo, uma estrutura política. Isso não é muito diferente nos dias de hoje. Os conflitos sociais do período atual, por exemplo, demonstram claramente, conforme Bourdieu (2004, p. 12) aponta, a forma como a violência simbólica³ atua, contribuindo para a “domesticação dos dominados”, visto que há uma luta constante da classe dominante pela hierarquia dos princípios de hierarquização, desviando sempre em seu proveito o poder de definição do mundo social. Assim, a reação dos dominantes

³ Segundo Pierre Bourdieu (2004), violência simbólica é o termo que explicaria a adesão dos dominados em um campo: trata-se da dominação consentida, pela aceitação das regras e crenças partilhadas como se fossem



em se manter constantemente no poder, controlando em benefício próprio os discursos simbólicos, pode ser observada através da simples comparação entre a justificação de valores morais da lógica de dominação masculina, em contraponto com os valores não discriminatórios e igualitários. Nesse sentido, existe uma resistência contínua que cria obstáculos para impedir o alcance da plena participação democrática. Por isso, a literatura trabalhada sobre a perspectiva de empoderamento⁴ da mulher, por exemplo, torna-a uma importante ferramenta de repressão às formas de submissão e coisificação de seus corpos.

Pierre Bourdieu (2004) demonstra como a sociedade incorpora a ordem de dominação, mostrando em que medida o poder simbólico contamina os diversos campos. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que a literatura promove um campo imaginado de tensões e relações com o próprio “eu” interior, que, de certo modo, também é dominado por moldes sociais pré-estabelecidos. Por certo, os conflitos se desenvolvem diante de estruturas que propõem a perpetuação de hierarquias. Nesse sentido, o poder se estabelece para garantir a “domesticação dos dominados”. Isso é incorporado de modo inconsciente pela sociedade, perpetuando-se nas construções de violências simbólicas que se consubstanciam nos “*habitus*”, produzindo e reproduzindo as formas de controle imperantes do poder social.

Incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina; arriscamo-nos, pois, a recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamento que são eles próprios produto da dominação (BOURDIEU, 1999, p. 13).

Segundo Lynn Hunt, (2009, p. 59) “Quase toda a ação nos três romances gira em torno de expressões da vontade feminina, em geral uma vontade que tem de se atritar com restrições” impostas pela dominação masculina.

Pierre Bourdieu (1999, p. 17) complementa então seus estudos, sinalizando em que sentido as diferenças de gênero e de sexualidade podem promover desigualdades nas relações sociais, quando projetadas no plano de produção e reprodução de uma ordem dominante sobre dominados. Nesse sentido, na medida em que os princípios de visão e divisão estão

“naturais”, e da incapacidade crítica de reconhecer o caráter arbitrário de tais regras impostas pelas autoridades dominantes de um campo.

⁴ Segundo esclarece Lynn Hunt (2009, p. 41), a força política que os romances impulsionavam, na medida que centravam o ato heroico em personagens pouco valorizados(as) socialmente, ou mesmo periféricos, tais como criados, marinheiros e moças da classe média, chamava a atenção de certos estudiosos, que ligavam os romances às posições capitalistas e a outras mudanças revolucionárias.



objetivamente ajustados às divisões pré-existentes, consagra-se a ordem estabelecida, trazendo-a à existência conhecida e reconhecida, ou seja, oficial. Assim, tudo que é considerado normal e natural, está construído com base na divisão entre os “sexos”.

De certa forma, os romances do século XVIII atingiam os padrões morais e religiosos da sociedade, que tinham preocupações diretas no controle dos corpos. “Em 1744, a tradução francesa entrou para o índice papal dos livros proibidos, onde logo se veria acompanhada de Júlia, de Rousseau, junto com muitas outras obras do Iluminismo” (HUNT, 2009, p. 45).

Os romances eram capazes de revelar individualidades a partir da “interioridade”, e como todos os indivíduos possuíam tal capacidade de sensibilidade, estabelecia-se então o vínculo de igualdade.

A troca de cartas torna a criada Pamela, por exemplo, antes um modelo de individualidade e autonomia orgulhosa que um estereótipo dos oprimidos. Como Pamela, Clarissa e Júlia passam a representar a própria individualidade. Os leitores se tornam mais conscientes da capacidade que existe em si próprio e em todos os outros indivíduos. (HUNT, 2009, p. 48)

Esse caminho, comparando com a teoria do desvio de Howard S. Becker (1973), revela que as sociedades podem agir para além dos estereótipos que definem características rotuladas ao outro. À medida que as possibilidades subjetivas funcionam a partir de essencialidades comuns que identificam os seres humanos como iguais, os desvios, as exclusões sociais, e demais formas de segregação começam a cair em desuso. Desnecessário dizer que nem todos experimentam os mesmos sentimentos, visto a dinâmica de inserção em diferentes estruturas culturais, bem como diferentes graus de recepção das coisas. Por isso que

os contemporâneos sabiam por suas próprias experiências que a leitura desses romances tinha efeitos sobre os corpos, e não apenas sobre as mentes, mas discordavam entre si sobre as consequências. O clero católico e protestante denunciava o potencial de obscenidade, sedução e degradação moral. [...] Armand-Pierre Jacquim, escreveu uma obra de quatrocentas páginas para mostrar que a leitura de romances solapava a moralidade, a religião e todos os princípios da ordem social. (HUNT, 2009, p. 50-51)

A ameaça de destruição provocada por uma arte transformadora da moralidade de certos grupos hegemônicos preocupava a perda de poder dessas categorias. Em razão disso, as forças de oposição à publicação e leitura dos romances alertavam para os perigos que residiam nos



poderes de atração que as histórias tinham. “Ao martelar constantemente as seduções do amor, eles estimulavam os leitores a agir segundo seus piores impulsos, a recusar o conselho de seus pais e da igreja, a ignorar as censuras morais da comunidade” (HUNT, 2009, p. 51). A preocupação moral era tão intensa, que a medicina começou a se apropriar dos estímulos provocados pelas literaturas para construir degenerações ou anormalidades⁵. O pânico moral acusava os romances de serem os responsáveis pelo aumento da prostituição e do adultério.

Dito isso, é possível analisar como os dominados, em tal sistema de hierarquias e discriminação social, excluem os dominantes da participação democrática. Por consequência, os dominados passam a integrar o papel de desviantes, o que será melhor explicado segundo os estudos de Howard S. Becker, que dialogam, de certa forma, com os estudos sobre a sociedade em Pierre Bourdieu. A teoria do desvio de Howard S. Becker ajuda a entender melhor como são fixadas as bases das exclusões sociais.

Assim, Howard S. Becker (1973, p. 21) explica que os desvios são construídos socialmente pelos marcadores da infração⁶ de determinada regra geralmente aceita e pré-estabelecida, seja ela uma regra de conduta legal, moral, tradicional, entre outras. É nesse sentido que seus estudos revelam a face oculta do desviante. Cabe então investigar quem são essas pessoas que infringem as regras já pré-estabelecidas pela sociedade.

Superando o conceito de uma categoria homogênea sobre os desviantes, Becker (1973) observa como a sociedade cria o desvio a partir de regras. O autor demonstra que a sociedade rotula os “*outsiders*” ou desviantes através de estereótipos que se formam socialmente, integrando todas as pessoas com as mesmas características a um determinado grupo. Assim, distintas formas de desvio classificam distintas formas de “*outsiders*”. Por exemplo, se é mais comum na sociedade pessoas heterossexuais, aquelas pessoas que não se encaixam nesse modelo serão classificadas segundo suas diferenças desviantes.

Dessa forma, diversos marcadores começam a atuar na sociedade ao estereotipar consciente e inconscientemente as diferenças. Isso, comumente gera a produção e reprodução de segregações, discriminações e desigualdades no seio social. Por conseguinte, Becker (1973,

⁵ O médico suíço Samuel-Auguste Tissot ligava a leitura de romances à masturbação, que ele pensava provocar uma degeneração física, mental e moral. [...] Na Inglaterra, as moças nos internatos pareciam especialmente em perigo, por causa de sua capacidade de conseguir esses livros “imorais e repugnantes” para lê-los na cama. Assim, os clérigos e os médicos concordavam em ver a leitura de romances em termos de perda. [...] Supunham que a leitora imitaria a ação do romance e se arrependeria mais tarde. (HUNT, 2009, p. 53)

⁶ Entende-se como marcador da infração na visão de Becker (1973), aquela pessoa que ao infringir uma norma, por exemplo, é rotulada pela sociedade como alguém que sempre será infrator – como se não houvesse a possibilidade de sair daquele estigma que lhe foi atribuído.



p. 27) explica que “outsiders’ designa aquelas pessoas que são consideradas desviantes por outras, situando-se por isso fora do círculo dos membros ‘normais’ do grupo”.

Regras sociais são criadas de grupos sociais específicos. As sociedades modernas não constituem organizações simples em que todos concordam quanto ao que são as regras e como elas devem ser aplicadas em situações específicas. São, ao contrário, altamente diferenciadas ao longo de linhas de classe social, linhas étnicas, linhas ocupacionais e linhas culturais. Esses grupos não precisam partilhar as mesmas regras e, de fato, frequentemente não o fazem. Os problemas que eles enfrentam ao lidar com seu ambiente, a história e as tradições que carregam consigo, todos conduzem à evolução de diferentes conjuntos de regras. À medida que regras de vários grupos se entrecrocavam e contradizem, haverá desacordo quanto ao tipo de comportamento apropriado em qualquer situação dada (BECKER, 1973, p. 27).

51

Romances como o de Júlia e a obra “As mil e uma noites” podem promover no(a) leitor(a) o reconhecimento de si de sua própria condição, pois ao imaginar ser o que não se é, passa-se a acreditar que se pode ser aquilo que não se é. Essa potência de mutação tencionava reflexões pela luta da independência. “Rousseau esperava plenamente que seus leitores tivessem reações violentas” (HUNT, 2009, p. 54).

Por fim, como preleciona Pierre Bourdieu (2004, p. 118), não se pode perder de vista que “o mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto”. A existência concreta da identidade supõe a possibilidade real, jurídica e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença.

4. LUTA PELA IGUALDADE

Enfim, a empatia era o ponto nodal entre literatura, imaginação e identificação. Esses três pontos interligados eram as bases para a construção e para a busca pela independência que, na obra “As mil e uma noites”, tornou-se a luta travada por *Sherazade*. “Os romances do século XVIII refletiam uma preocupação cultural mais profunda com a autonomia” (HUNT, 2009, p. 60).

Nesse sentido, foi possível observar o importante papel que algumas obras literárias exerceram na promoção de autonomia e inclusão das pessoas em termos de participação social e cidadã, pois, por mais que parecesse incipiente e rudimentar, era o maior grau de liberdade imaginado à época.



Com essa visão, queremos superar a polêmica entre o pretensão universalismo dos direitos e a aparente particularidade das culturas. Ambas as afirmações são produtos de visões reducionistas da realidade. Ambas acabam por ontologizar e dogmatizar seus pontos de vista, ao não relacionarem suas propostas com os contextos reais. [...] Por essa razão, a visão complexa dos direitos aposta por situar-nos na *periferia*. [...] Não podemos nos descrever sem descrever e entender o que é e o que faz o entorno do qual formamos parte. No entanto, educaram-nos para nos entendermos e “vivermos” como se fôssemos entes isolados de consciência e de ação, postos em um mundo que não é o nosso, que nos é estranho, que é diferente do que somos e fazemos e, por esta razão, podemos dominar e explorar. [...] A solidão do centro supõe a dominação e a violência. A pluralidade das periferias supõe o diálogo, a convivência (FLORES, in: WOLKMER, 2004, p. 366-367).

Por isso, “a visão complexa [...] assume a realidade e a presença de múltiplas vozes, todas com o mesmo direito a expressar-se, a denunciar, a exigir e a lutar” (FLORES, in: WOLKMER, 2004, p. 368). “Ter pensamentos e decisões próprias requeria, assim, tanto mudanças psicológicas como filosóficas” (HUNT, 2009, p. 61).

Desse modo, os direitos humanos passavam a ter sentido quando as pessoas deixavam de ser vistas pela posição ou função social que representavam, para serem percebidas como iguais, com desejos, com instintos, e com tudo mais que as concebiam como integrantes de uma mesma composição essencial.

Por certo,

os romances tornavam a Júlia da classe média e até criados como Pamela, a heroína do romance de mesmo nome escrito por Samuel Richardson, igual e mesmo superior a homens ricos como o sr. B., o empregador e futuro sedutor de Pamela. Os romances apresentavam a ideia de que todas as pessoas são fundamentalmente semelhantes por causa de seus sentimentos íntimos, e muitos romances mostravam em particular o desejo de autonomia. Dessa forma, a leitura dos romances criava um senso de igualdade e empatia por meio do envolvimento apaixonado com a narrativa. Seria coincidência que os três maiores romances de identificação psicológica do século XVIII – Pamela (1740) e Clarissa (1747-8), de Richardson, e Júlia (1761), de Rousseau – tenham sido todos publicados no período que imediatamente precedeu o surgimento do conceito dos “direitos do homem”? (HUNT, 2009, p. 39)

Criar humanidade em pessoas desumanizadas socialmente, ainda parece ser um papel muito difícil, e que demanda uma série de reflexões constantes e medidas efetivas de adoção de políticas de inclusão e de proteção.



Certamente que a constituição de uma cultura jurídica antiformalista, antiindividualista e antimonista, fundada nos valores do poder da comunidade, está necessariamente vinculada aos critérios de uma nova legitimação social e de um novo diálogo intercultural. O nível dessa eficácia passa pelo reconhecimento da identidade dos sujeitos sociais (aqui incluindo os grupos culturais minoritários), de suas diferenças, de suas necessidades básicas e de suas reivindicações por autonomia (WOLKMER, 2006, p. 114).

Obviamente, os romances não são as únicas formas de identificações dos outros como semelhantes, ainda assim a leitura dos romances deixou registro de muitas transformações no comportamento de grande parte da sociedade ocidental do século XVIII, e “coincidiu cronologicamente com o nascimento dos direitos humanos” (HUNT, 2009, p. 40). O auge⁷ do romance epistolar concentrou-se entre as décadas de 1760 e 1780.

Os leitores aprendiam a apreciar a intensidade emocional do comum e a capacidade de pessoas como eles de criar por sua própria conta um mundo moral. Os direitos humanos cresceram no canteiro semeado por esses sentimentos. Os direitos humanos só puderam florescer quando as pessoas aprenderam a pensar nos outros como seus iguais, como seus semelhantes em algum modo fundamental. Aprenderam essa igualdade, ao menos em parte, experimentando a identificação com personagens comuns que pareciam dramaticamente presentes e familiares, mesmo que em última análise fictícios. (HUNT, 2009, p. 58)

Provavelmente, é difícil saber qual foi a real motivação de Antoine Galland ao se esforçar para traduzir os Contos Árabes. Talvez isso reste um mistério indecifrável. Porém, é certo que o autor não se esquivou de alguma atração pela experiência de suas leituras. Isso reforça que “aprender a sentir empatia abriu caminho para os direitos humanos, mas não assegurava que todos seriam capazes de seguir imediatamente esse caminho” (HUNT, 2009, p. 69).

Nem o direito, garantia de identidade comum, é neutral; nem a cultura, garantia da diferença, é algo fechado. Torna-se relevante construir uma *cultura dos direitos* que recorra, em seu seio, à universalidade das garantias e ao respeito pelo diferente. Mas, isso supõe uma [...] visão *complexa* dos direitos humanos [...] (FLORES, in: WOLKMER, 2004, p. 365).

⁷ Na França, oito novos romances foram publicados em 1701, 52 em 1750 e 112 em 1789. Na Grã-Bretanha, o número de novos romances aumentou seis vezes entre a primeira década do século XVIII e a década de 1760: cerca de trinta novos romances apareceram todo ano a década de 1770, quarenta por ano a de 1780 e setenta por ano a de 1790 (HUNT, 2009, p. 40)



Nesse sentido, a teoria crítica serve como importante proposta na luta pela conscientização contra os sistemas dominantes de valores que, na maioria das vezes, tornam impotentes e marginalizados os grupos dominados, quando estes almejam acessibilidade de informações e bens igualitários e não hierarquizados. Afinal, o que se quer é estabelecer uma maior participação “democrática-emancipadora”⁸, visto que “os problemas sempre afetam os menos favorecidos pelos sistemas de poder, e as convenções de direitos têm uma forte carga de assunção de deveres e responsabilidades” (FLORES, 2009, p. 97).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se destaca no próprio livro “As mil e uma noites”, a literatura pode alcançar pessoas das mais variadas classes sociais, idades e diversidades culturais possíveis. Se as leituras forem interessantes, atrativas, cativantes, as histórias que são narradas nelas podem ganhar muita repercussão, podendo ser representadas também de formas diferentes, como exemplo de dramatizações ou filmagens.

O envolvimento com as histórias comumente transpassa as barreiras da indiferença, levando o leitor a libertar suas expressões de sentimento. Assim, por exemplo, Lynn Hunt (2009, p. 41) também compartilha que “a escalada extraordinária do romance à preeminência no século XVIII não passou despercebida” e teve, de algum modo, participação na mudança das relações de gênero.

Tudo isso fomentou pesquisas sobre as consequências dos romances nas relações sociais, que engajaram a autora Lynn Hunt nas análises dos efeitos psicológicos causados pelas leituras, bem como pelo modo como o envolvimento com a personagem dos livros pode se ligar ao surgimento dos direitos humanos.

A existência de corpos sensíveis ao mundo e aptos a receberem emoções e praticarem emoções faz com que as leituras e seus significados se tornem valiosos instrumentos de transformação social. Por isso o importante papel que exerce a personagem principal, *Sherazade*, é fonte de análise.

Esse trabalho, mais que conclusões, propõe novas reflexões sobre o importante estudo da arte literária para a compreensão de políticas de empatia e de igualdade. Isso se vislumbra à



medida que a personagem *Sherazade*, que se destaca como heroína, exerce um papel de resistência às estruturas de dominação masculina. Essas arcabouço, no contexto da obra “As mil e uma noites”, se perfaz no conflito entre o homem e a mulher, em que a todo instante o homem exerce o controle sobre o corpo feminino, inferiorizando a mulher, tentando a todo custo domesticá-la como se fosse o dono dos desejos dela. Assim, a heroína da história luta contra a opressão masculina, envolvendo também o(a) leitor(a) a resistir às injustiças cometidas contra as mulheres. Políticas como essa podem ser muito importantes na construção de marcos nos quais a sociedade promova sistemas de valores que impeçam discriminações e desigualdades de gênero, e tantas outras.

REFERÊNCIAS

BECKER, Howard. *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press, 1973.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. *O Poder Simbólico*. Trad. de Fernando Thomaz. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FLORES, Joaquín Herrera. *A (Re)invenção dos Direitos Humanos*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

_____. *Direitos Humanos, Interculturalidade e Racionalidade da Resistência*. Traduzido por Carol Proner. Cap. 11, in: WOLKMER, Antonio Carlos. Org. *Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004.

GALLAND, Antoine. *As mil e uma noites*. Tradução de Alberto Diniz; apresentação de Malba Tahan. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

HUNT, Lynn. *A Invenção dos Direitos Humanos: Uma história*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUZA, Aldinida de medeiros. (2007) *A narradora e as contadoras de história em oiteiro*. Em: *XII Seminário Nacional Mulher e Literatura e do III Seminário Internacional Mulher e Literatura – Gênero, Identidade e Hibridismo Cultural*, do GT Mulher e Literatura da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguísticas), realizados em outubro de 2007, na Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus/Bahia. Disponível em: <

⁸ Herrera Flores (2009, p. 102), expõe que “a versão imperialista-colonialista do conhecimento deve ser superada por um tipo de conhecimento democrático-emancipador, cujo objetivo seja a implantação de relações de solidariedade entre nós e os outros.”



CONINTER 4

Congresso Internacional
Interdisciplinar em Sociais
e Humanidades

Foz do Iguaçu PR: UNIOESTE, 8 a 11 de
dezembro de 2015, ISSN 2316-266X, n.4

<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/ALDINIDA%20DE%20MEDEIROS%20SO%20UZA.pdf> > Acessado em 20 de novembro de 2015.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico, direitos humanos e interculturalidade*. Revista Sequência, nº 53, p. 113-128, dez. 2006. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15095/13750> > Acessado em 04 de setembro de 2015.



SEXO MURADO: ANÁLISES PRÁTICAS SOBRE DISCIPLINA INSTITUCIONAL E SEXUALIDADE NO INSTITUTO DA VISITA ÍNTIMA EM UMA PENITENCIÁRIA

RIBEIRO, Laura Talho

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal
Fluminense*
lauratalho@gmail.com

RIBEIRO, Sílvia Talho

Advogada. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora
silvia_talho@hotmail.com

57

RESUMO

A visita íntima é um instituto que perpassa análises acerca da sexualidade, da imposição de regras de conduta moral e íntima, e da disciplina institucional dos condenados que vivem em presídios. Desse modo, o presente trabalho faz parte de um estudo que analisa as normativas nacionais e estaduais, bem como sua conformidade com a prática vivenciada no Presídio Professor Ariosvaldo de Campos Pires, localizado em Juiz de Fora, Minas Gerais. Através de uma metodologia de pesquisa que se utiliza de entrevistas, que foram realizadas com um pequeno número de sentenciados e de alguns funcionários penitenciários, pretende-se adentrar em uma realidade que mormente é apenas discutida em vias teóricas, deixando de compreender os reais significados do instituto na vida enclausurada dos detentos, bem como na de suas companheiras.

Palavras-chave: Visita íntima. Sexualidade. Disciplina.

ABSTRACT

A conjugal visit is an institute that runs through analysis about sexuality, the imposition of moral and intimate conduct rules, and institutional discipline of convicts living in prisons. Thus, this study is part of an analysis of national and state regulations and their conformity with the practice experienced at the Presidio Professor Ariosvaldo Pires de Campos, located in Juiz de Fora, Minas Gerais. Through a research methodology that uses interviews, which were conducted with a small number of sentenced and some prison staff, we intend to enter into a reality that especially is only discussed in theoretical way, failing to understand the real meaning of institute in the cloistered life of detainees, as well as their companions.

Key-words: Conjugal visit. Sexuality. Discipline.

INTRODUÇÃO

A prisão, pensada por Michel Foucault como “*a detestável solução da qual não se pode abrir mão*” (2009), é uma instituição que induz muitas análises e inúmeros questionamentos. Para isto, diversas pesquisas, tanto acadêmicas, midiáticas ou



governamentais, são realizadas em torno deste mundo cercado de muros, que baseia sua experiência através da disciplina institucional e da imposição de normas de controle.

Esta instituição gera uma abundante quantidade de críticas a respeito da forma com que se reproduz a vigilância das condutas dos homens que são colocados sob sua guarda, à medida em que uniformiza os padrões e retém as individualidades.

Há de se considerar que a prisão, por si só, é um ambiente que favorece a violação de direitos. “O cárcere é uma instituição totalizante e despersonalizadora” (ESPINOZA, 2004, p. 78) e o indivíduo que nele se encontra apresenta ruptura, em diversos níveis, dos vínculos sociais. Não se trata apenas da perda da liberdade, mas da privação por completo da capacidade de autodeterminação. (COLOMBAROLI, 2011, pp. 2-3)

Assim, condutas sociais vistas como inerentes aos cidadãos da “rua”¹, são muitas vezes entendidas como privilégios que devem ser retirados daqueles que passam a viver atrás das grades, como forma de se gerar mais punição e se obter mais controle das ações dos presos.

Foucault ressalta que, quando os suplícios deixaram de ser caracterizados como a principal punição de um crime, em meados do século XIX, e outras formas de repreensão começaram a aparecer, estas não se desvincilharam totalmente do corpo do condenado:

(...) Sem dúvida, a pena não mais se centralizava no suplício como técnica de sofrimento; tomou como objeto a perda de um bem ou de um direito. Porém, castigos como trabalhos forçados ou prisão – privação pura e simples da liberdade – nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, **privação sexual**, expiação física, masmorra. (FOUCAULT, 2009, p. 20) (grifos nossos)

Assim, a privação sexual sempre fora colocada como mais uma medida de sofrimento físico, indissociada à prisão, bem como a administração da sexualidade, que sempre fora uma questão imposta em diferentes âmbitos sociais há muitos anos em nossa sociedade, como forma de disciplinar a conduta e a produtividade dos indivíduos, a começar pela imposição do celibato aos padres católicos, instituída pela Igreja no século XI. (BEATTIE, 2009)

Ainda que historicamente a visitação íntima tenha sido implementada como forma de se conter a homossexualidade e a masturbação nos presídios masculinos, assumindo um caráter de proteção dos laços tradicionais e muitas vezes religiosos (influência da Igreja Católica); hoje

¹ “Rua” é entendida como categoria nativa, e se refere à vida exterior à penitenciária.



este instituto é entendido como necessário à ressocialização e à manutenção do contato familiar, bem como uma das formas de manutenção da disciplina nos presídios, como instrumento utilizado muitas vezes como moeda de troca em negociações entre agentes e presos.²

Assim, a pesquisa torna-se importante por ter como objetivo primordial mostrar como os próprios sentenciados se enxergam dentro do “sistema”, dando ao preso o foco principal na análise do instituto, como traduzem a vivência e analisam suas próprias condições dentro do cárcere.

Busca-se tratar dos diferentes olhares, das diferentes percepções e das diferentes histórias relatadas para um mesmo objeto de pesquisa.

E é através da reflexão percebida nas falas dos presos que se passa a enxergar o instituto não só como um benefício concedido ao encarcerado, mas sim como um interesse que, a longo prazo, será proporcionado a toda a sociedade, tendo em vista que auxilia na sua ressocialização, por possibilitar que não seja perdido o contato com o mundo exterior: “*Minha mulher às vezes trazia fotos do nosso filho*”, lembrou um dos entrevistados que há dois meses perdeu a mulher em uma cirurgia.

Para se tratar do instituto em meio à vida no cárcere, vai se fazer uma análise do que articulam as principais matérias legislativas sobre o assunto, e se propõe a realizar uma pesquisa de campo na Penitenciária Professor Ariosvaldo de Campos Pires, localizada na cidade de Juiz de Fora - MG, com entrevista de agentes da Administração Penitenciária, bem como de alguns detentos, na busca de um exame que atente para a percepção dos participantes diretos deste direito.

1. DAS NORMATIVAS

Deve-se começar com a seguinte indagação proposta pelo filósofo Michel Foucault (2009, p. 20, grifos nossos):

(...) A crítica ao sistema penitenciário, na primeira metade do século XIX (a prisão não é bastante punitiva: em suma, os detentos têm menos fome, menos frio e privações que muitos pobres ou operários), indica um postulado que jamais foi efetivamente levantado: **é justo que o condenado sofra mais que os outros homens?**

² Em Londrina presos negociaram, entre outras exigências, a visita íntima para o término da rebelião. “*Rebelião na penitenciária estadual de Londrina termina depois de 24 horas*”. G1, 15.out.2015. <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2015/10/rebeliao-na-penitenciaria-estadual-de-londrina-termina-depois-de-24-horas.html>



Pensando com base na época atual e no desenvolvimento dos direitos humanos, há que se colocar que os ordenamentos jurídicos introduziram questões que antes não eram tratadas como direito do homem, do sujeito, mas apenas significavam tutelas garantidas ao Estado e a seu soberano, como exemplificam as ordenações penais do século XVII.

Pensando nas violações de direito do século XX, organizações de direitos humanos foram criadas e fizeram coro para exigir mais direitos para o Homem. Mas foi apenas no último ano ditatorial no Brasil, em 1984, que se criou a Lei de Execução Penal, que garantiu isonomia no tratamento dos presos.

Nas décadas de 80 e 90, no entanto, ocorre um processo de fechamento da prisão visibilizado a partir da construção das penitenciárias de alta segurança a fim de tentar desmobilizar grupos criminais organizados. Este movimento leva a uma mudança na relação prisão-família, cujas legislações relacionadas passam a estimular a introdução da família no território carcerário. Um exemplo disso é a Lei de Execuções Penais (LEP- Lei 7210) publicada em 1984 e que enfatiza a visita como direito da pessoa presa, junto com muitos outros como educação, trabalho, saúde, liberdade religiosa, entre outros. Fruto do processo de redemocratização política, essa lei enfatizou a importância da garantia dos direitos humanos e da manutenção dos vínculos familiares, dizendo que “constituem direitos do preso: visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados” (art. 41). (BASSANI, 2013, p. 109)

A Lei de Execução Penal nº 7.210 positivou pela primeira vez o direito à visitação íntima para a população carcerária. Ainda que não tenha tratado de forma extensiva sobre o tema, significou inovação legislativa acerca desta garantia.

Antes disso, no entanto, algumas prisões brasileiras experimentaram visitas conjugais ou outros programas designados para manter o contato dos internos com seus cônjuges.

Muitos advogados e médicos argumentavam que visitas conjugais seriam parte de um programa de reabilitação humano, voltado para manter os prisioneiros do sexo masculino saudáveis e em contato com suas famílias. Eles ainda sustentavam que isto poderia reduzir a masturbação e as relações sexuais que comumente ocorriam entre os presos. Autoridades carcerárias, como o diretor citado, frequentemente entendiam as visitas conjugais basicamente como um instrumento para a manutenção da disciplina do presídio. (BEATTIE, p. 123)



Esta conquista veio assegurar o princípio basilar da dignidade da pessoa humana, principalmente no que concerne à privacidade, à intimidade, ao vínculo familiar, e à ressocialização e reinserção do preso, tutelados pela Constituição da República de 1988.

Não há dúvida de que os laços mantidos principalmente com a família são essencialmente benéficos para o preso, porque o levam a sentir que, mantendo contatos, embora com limitações, com as pessoas que se encontram fora do presídio, não foi excluído da comunidade. Dessa forma, no momento em que for posto em liberdade, o processo de reinserção social produzirá-se de forma natural e mais facilmente, sem problemas de readaptação a seu meio familiar e comunitário. (Mirabete, 2000 apud Ewert, 2010).

Para regular o tema da visita íntima, dentro de uma visão mais progressista, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) expediu, em 30.01.1999, a Resolução nº 01 que foi publicada no Diário Oficial da União de 05.04.1999, a qual “recomendou aos Departamentos Penitenciários Estaduais ou órgãos congêneres fosse assegurado o direito à visita íntima aos presos de ambos os sexos, recolhidos aos estabelecimentos prisionais”, estendendo também à população carcerária feminina, o direito à visita conjugal. Mas foi apenas com a Resolução nº 04, de 29 de junho de 2011, que revogou a resolução anterior, que tal direito foi também ampliado à população carcerária LGBT.

Apesar da LEP abranger o direito a visita, até 1999 não existiam quaisquer referências à possibilidade de encontros íntimos entre visitantes e presos, o que deu margem à um período de informalidades e arranjos administrativos envolvendo essas relações. (BASSANI, 2013, pp. 109-110)

Determina a Constituição, em seu artigo 24, I, que as matérias atinentes a direito penitenciário serão de competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal. Logo, o que a Resolução nº 04/2011 fez foi estabelecer diretrizes necessárias aos Departamentos Penitenciários Estaduais e órgãos congêneres para a realização das visitas íntimas. Dessa forma, o Governo do Estado de Minas Gerais editou a norma de Procedimento de Gestão – Ressocialização (PG.GP.01.02), de 25.10.2004, abrangendo todas as penitenciárias, com a finalidade de “estabelecer princípios gerais para o atendimento ao preso nas penitenciárias, subordinadas a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS)”. Em seu item 6.20 (vide anexo), ela vem tratar acerca da visitação, tanto no que concerne à visita social, quanto à íntima, trazendo, no que se refere a esta última, disposições irmãs às previstas na Resolução nº 04 da CNPCC.



Ainda em âmbito estadual, o Procedimento Operacional Padrão (POP.GP) nº 01.14 e o nº 01.15 dispõem, pormenorizadamente, acerca do Cadastro e Credenciamento de Visitas do tipo Íntima e da Revista no Visitante e nos seus Pertences, respectivamente, constituindo-se como manuais aos agentes penitenciários à realização dos encontros íntimos.

2. O ARIOSVALDO

A Penitenciária Professor Ariosvaldo de Campos Pires, ou simplesmente PPACP, como é conhecida por seus funcionários, localiza-se no alto de uma das montanhas do mar de morros que compõe o relevo da cidade mineira de Juiz de Fora.

No bairro Linhares, a cerca de 8 km do centro da cidade, atrás de inúmeros portões se esconde a penitenciária de segurança máxima, com capacidade para 396 presos, destes, 36 detentas femininas. Atualmente, porém, como ocorre nas demais unidades prisionais brasileiras, este número já foi em muito superado, contando com 934 presos, dos quais 155 são mulheres.

Apesar das condições não serem ideais, devido à superlotação e muitas vezes à falta de efetivo de agentes prisionais, há muitos anos o instituto da visita íntima é aplicado no local, como determina as normas do Estado de Minas Gerais, e pela importância dada ao instituto pelos próprios funcionários da Penitenciária.

Para a visita conjugal, segundo informações, cerca de 300 (trezentos) presos fazem uso do instituto³, sendo que destes, apenas 4 (quatro) ou 5 (cinco) mulheres recebem, efetivamente, seus parceiros. Para este trabalho trataremos apenas dos olhares dos presos masculinos que fazem uso do instituto na PPACP, deixando para futuros exames a problemática da visita íntima para presas mulheres e homossexuais.

2.1 - A suíte: “devagarzinho vai ajeitando as coisas”

O presídio conta com um total de 9 (nove) suítes para visitas íntimas, sendo 1 (uma) feminina, que não é utilizada com este intuito, visto que não há efetivo suficiente no pavilhão

³ É importante ressaltar que as visitas podem se dar também entre detentos, visto que a Penitenciária é mista, e muitas vezes ocorrem casos de homens e mulheres que estavam em um relacionamento anterior à prisão, serem retidos na PPACP.



feminino para fazer a guarda e a proteção das agentes e das demais presas, caso ocorresse a entrada de homens no local.

Logo, quando há a visitação para as detentas femininas, esta é feita no pavilhão masculino, com a devida obediência às normas de segurança.

Desta forma, apenas 7 (sete) suítes são utilizadas efetivamente pelos detentos, já que duas são reservadas para situações emergenciais, como no caso de brigas entre presos, precisando serem separados e postos em celas individuais. Como no local há superlotação, estas celas são utilizadas para esta função. Outra situação que se caracterizaria como emergencial, citada pelos agentes, seria a de problemas de vazamentos nos encanamentos ou algum outro problema estrutural, que necessitasse a troca do local da visita.

Ao adentrar na suíte localizada no pavilhão feminino, a única que pode ser disponibilizada no momento para a observação das pesquisadoras, pode-se verificar as instalações físicas e as características do ambiente. Há que se colocar que todas as nove suítes possuem o mesmo padrão, e ao final da tarde de nossa visita, 5 (cinco) estavam em preparação para uso (período de 18h as 6h).

A suíte possui aproximadamente 10m², possuindo uma cama de casal de alvenaria, um colchão de espuma fino, em algumas há também televisão e rádio. Ainda dispõe de um chuveiro de água quente (enquanto nas celas a água é fria), uma pia e um vaso sanitário (que parece terem sido moldados dentro do próprio ambiente, nada que pudesse se soltar sob o emprego de certa força), separados do espaço em que se localiza a cama por uma parede de aproximadamente 1,70m, (enquanto a altura do quarto deve ser de 3m), que dava uma ligeira impressão de estarem divididos em dois ambientes, ainda que não haja qualquer privacidade entre um e outro. Há no quarto pequenas (medindo um palmo), porém largas ventanas, com grades, para a entrada de ar no local. Uma das presas comentou sentir muito calor dentro da suíte, devido à baixa circulação do ar, fato que foi reafirmado por outro detento.

Perguntado ao agente penitenciário do porquê de as suítes possuírem chuveiro com água quente, respondeu:

O preso, quando comete o crime e vem para cá, deve 'pagar' sua dívida, já o parente não. A esposa (ou o esposo) não tem que passar pelas mesmas condições da vida no cárcere. Tem que receber o mínimo de conforto possível, pois o visitante ajuda a trazer o preso para a ressocialização; além do sexo, há conversa, e o poder da palavra é muito grande.



Outra característica importante que denota a preocupação com a dignidade e segurança do familiar foi percebida quando perguntado acerca dos procedimentos de entrada do parceiro até a suíte. Quando o visitante chega à Unidade Prisional, ele informa em uma guarita o número do INFOPEN (Sistema de Informações Penitenciárias) do preso, que será verificado pelo agente penitenciário que lá se encontra, se há visita agendada para aquele dia (tarde ou noite), lembrando que há horários a serem cumpridos para a chegada do familiar. Se o nome constar na lista⁴, o visitante passa para uma sala na qual aguardará para ser chamado à revista. A revista acontece em um dos dois pequenos quatinhos contíguos à sala, um masculino e o outro feminino. A revista é minuciosa, e é realizada por agente de mesmo sexo.

Enquanto isto, o preso é chamado e avisado que seu parceiro chegou para o horário de visitação. Ele é então encaminhado à suíte para esperar pela visita, e fazer a arrumação do local, bem como limpá-lo, pois, fica a cargo do próximo usuário fazer a higienização para seu uso, antes da chegada de seu parceiro. O preso também passa por revista, que se dá previamente à entrada nas suítes, e antes de retornarem a seus pavilhões, ou seja, sempre que houver contato externo.

Após a revista do familiar, ele é levado à suíte, onde o detento já se encontra. Desde a chegada do visitante, até sua entrada neste espaço, transcorre em média 1h30min. Questionou-se se a chegada do preso antes era por necessidade de limpeza do local. O agente respondeu que era uma medida para manter a dignidade e integridade do familiar: ele não deve permanecer trancado em uma cela, com a sensação de também estar preso, enquanto espera seu companheiro que está sob guarda, causando angústia e desconforto desnecessários. Além disso, estar em uma suíte significa estar dentro de um pavilhão, o que, por si só, já corresponderia a um risco para a visitante.

Na entrevista com os detentos, perguntados se se sentem confortáveis com o local disponibilizado para a visitação, as respostas foram variadas. Um dos presidiários testemunhou que *“pra dentro da cadeia tá bom, mas podia melhorar, uma TV que às vezes não funciona, um*

⁴ Sobre a marcação da visita: A visitação íntima é agendada de 15 em 15 dias através de um link eletrônico: <https://sites.google.com/site/ppacpvisitaintima/> que consta um formulário da Superintendência de Atendimento, o qual trava se houver tentativa de agendar com menos tempo. Essa inovação evita o constrangimento do usuário pelo contato telefônico, embora ainda exista essa possibilidade através do telefone do serviço social de saúde. Caso o encontro íntimo se dê entre dois detentos, estes ocorrerão aos sábados, no período noturno, e as marcações serão realizadas a pedido deles ao setor de Serviço Social. Perguntado ainda à direção se é possível haver negociações entre os presos, como uma espécie de troca de favores entre eles, fora respondido que todos os procedimentos são feitos com a mediação da Segurança, inclusive as marcações das visitas, suas alterações e cancelamentos. Logo, as desmarcações são feitas pela Unidade, pois os detentos não têm acesso ao Sistema, podendo, apenas, requisitar ao setor as alterações.



colchão melhor, devagarzinho vai ajeitando as coisas”, enquanto outro declarou ainda que “*já que tem que pagar cadeia, com a suíte fica melhor*”. No entanto, um dos detentos afirmou que não se sentia confortável quando sua esposa, que já falecera, o visitava. Declarou ele que a mulher não se incomodava com as revistas, como algumas reclamavam, pois dizia que as agentes estavam apenas fazendo o seu trabalho. Contudo, o marido relatou que tinha dias que o chão estava molhado, o sanitário entupido e as paredes sujas, e “*mulher sempre reclama dessas coisas né?! E é a gente que acaba ouvindo*”. Embora sejam os próprios detentos que realizam a limpeza, alguns deles não tinham “*muita consciência*”, conforme contou outro.

Na grande parte das entrevistas, os presos dão a entender que já se acomodaram com a situação de encarceramento, e que a suíte, apesar de não ser o local ideal como na “rua”, seria um alento tanto pelos momentos de intimidade, como de “esquecimento” da condição de preso.

3. DA VISITA

3.1 - Do cadastramento

O cadastramento é feito, desde abril de 2015, pelo UAI – Unidade de Atendimento de Integrado através do NAF – Núcleo de Atendimento à Família, no Shopping Independência. No local, deve ser apresentado comprovante de residência e um comprovante de vínculo afetivo, que pode ser uma Certidão de Casamento ou uma Declaração de União Estável, reconhecida por duas testemunhas. Anteriormente, quando o cadastro era feito pelo setor de Serviço Social da própria penitenciária, podia-se comprovar o vínculo também através da Certidão de Nascimento de filho.

Ainda, se faz necessário ao cadastramento, a apresentação de alguns exames médicos: Hemograma completo, HIV I e II, VDRL (sífilis), Hepatite B e C, atestado médico e preventivo.

Importa salientar que o exame positivo de HIV não é impeditivo para a visita em questão, mas é necessária a assinatura de uma declaração de ciência da condição do parceiro, e a que as devidas precauções serão tomadas, para que não haja contaminações.

Os núcleos de Segurança e Inteligência confirmarão as possibilidades fáticas, não apenas jurídicas do cadastramento. Verifica-se o vínculo afetivo, não apenas documental, visto que é comum haver casamentos de fechada, com o intuito específico de levar narcóticos e



alguns objetos para dentro do complexo penitenciário, já que, conforme afirmou a assistente social, *“a maioria das presas que aqui estão, fizeram uso do próprio corpo para trazerem drogas e celulares”*.

Para a confirmação do cadastro, os internos devem também assinar um termo de consentimento de visita conjugal.

As visitas são permitidas em dois períodos, de 8h às 16h e de 18h às 6h, de segunda a segunda. Embora esteja previsto no POP (Procedimento Operacional Padrão – manual que disciplina os direitos e deveres dos detentos, funcionários e visitantes, no Estado de Minas Gerais) que estas visitas sejam realizadas somente de segunda a sexta no período único de 18h às 6h, a Administração da PPACP optou por alargar este benefício, tendo em vista a grande quantidade de presos cadastrados para a visita conjugal.

Quanto aos materiais que são permitidos para o momento íntimo, estes também passam por uma vistoria minuciosa, e obedecem às normativas impostas pelo POP. Roupas de cama, banho e lingerie são vistoriadas; produtos para banho como shampoo e condicionador somente podem entrar se estiverem em saco plástico transparente; e desodorantes somente em pasta. Perfumes e materiais de limpeza são expressamente proibidos, por ocasionarem risco à segurança do local. O estabelecimento prisional oferece preservativos, bem como os presos passam por exames rotineiros para comprovar seu estado de saúde, sendo eles realizados com uma frequência trimestral mínima. Ainda, se houver necessidade de se realizarem exames fora da penitenciária, o setor de Enfermagem os solicitará.

Destarte, pode-se perceber que há injustificado receio acerca do aumento de casos de doença venérea ou de gravidez, embora a Administração tenha afirmado ser recorrente os casos de gestação entre as parceiras que não se encontram reclusas, visto que seria inconcebível o controle de natalidade realizado àquelas que não se encontram sob a tutela estatal.

3.2 - Dos olhares: “É o dia mais feliz da minha vida”

A presente pesquisa trabalhou com um sistema de amostragem através da realização de entrevistas com cinco homens dos 936 detentos (femininos e masculinos), e três agentes penitenciários, sendo eles uma assistente social, um inspetor de polícia e uma diretora de atendimento social. Embora o universo abarcado tenha sido pequeno, ele buscou abranger



diferentes visões e experiências de vida distintas, no que se refere a questões etárias e de estado civil.

Um dado bastante curioso a se ressaltar trata-se da questão da declaração de união estável. Embora todos eles tenham tido que assinar termo de declaração para tal condição, apenas um se declarou como “amasiado”, quando lhes perguntado sobre seu estado civil. Ou seja, pode-se concluir que, para eles, a declaração trata-se apenas de uma mera formalidade administrativa, já que a maioria se declarou como solteira (três entrevistados) e um que afirmou que sua “esposa” havia falecido há dois meses, embora não tenha registrado casamento.

Ainda, interessante ressaltar que embora todos eles reconheçam a importância desses encontros, três, dos cinco homens entrevistados, afirmaram que já chegaram a pedir às parceiras que deixassem de visitá-los. Um deles afirmou que era cansativo para a companheira, e que falava para ela não vir durante um mês, que descansasse e ficasse com o filho deles. Outro, que agora está solteiro, disse que recebeu visitas durante o ano que ficou no CERESP⁵, mas que ele chegou a pedir para que a companheira parasse de vê-lo, pois optava por ficar sozinho, preferindo “*deixar ela na liberdade dela*”, já que estava trabalhando muito, sem tempo para visitá-lo, e que preferia “*ter confiança na rua*”. O outro entrevistado disse que está com a companheira há 15 anos, e que pediu a ela que não fosse mais lá, pois que estava “*pagando cadeia junto comigo*”, mas que a parceira continua visitando-o, e que está acostumada.

3.3 - “Fase boa”

Um dos pontos essenciais da pesquisa tratou de reconhecer a importância do instituto na visão daqueles que, diariamente, estão inseridos nessa relação e contexto.

Perguntado aos agentes penitenciários sobre a relevância do instituto em relação aos detentos, houve unanimidade em afirmar que reputam de caráter fundamental aos reclusos, afirmando que eles sempre ficam mais calmos e tranquilos após as visitas. Um dos funcionários entrevistados chegou a afirmar que “*a religião, a escola e a suíte são três pontos fundamentais em qualquer estabelecimento prisional, que não podem ser cortados nunca*”. Os encontros íntimos seriam uma “*válvula de escape*” dos presos, uma oportunidade de terem contato com o mundo externo e de esquecerem por algumas horas a dura realidade do cárcere, afinal “*o que*

⁵ CERESP (Centro de Remanejamento do Sistema Prisional) é o local onde estão acautelados os presos provisórios, também localizado no bairro Linhares, em Juiz de Fora.



pode ser mais recôndito e segregador que uma penitenciária moderna?” (BEATTIE, 2009, p. 127)

Ainda, a direção também asseverou que se importa ter em mente que apenas o direito à liberdade deve ser privado do preso. Os demais direitos e garantias previstos no art. 5º da CF, devem ser garantidos, pois, como o direito à assistência médica, social, familiar, jurídica, o direito ao sexo também deve ser preservado.

Quando realizada a mesma pergunta aos sentenciados, todos também afirmaram ser indispensável a visita íntima em suas vidas atrás dos muros. Um deles foi enfático ao colocar que dentro da penitenciária sempre há fases boas e ruins, e que a fase boa era quando sua parceira ia visitá-lo. Muitos afirmaram que era um momento alegre e que esperavam sempre ansiosamente. Ainda, teve outro que relatou ser de fundamental importância, sendo o dia mais feliz da vida dele.

O encontro íntimo torna-se assim um momento que o detento tem para se abrir sentimentalmente, visto que está longe dos olhos dos demais (a visita social ocorre nos pátios, com os demais presos), e está ali em um momento particular com quem mais ama. Um dos presos relata: *“ajuda muito; alivia bastante”*. Outro narrou que ficava muito feliz quando via a esposa, que era uma forma de manter contato. Desta forma, visualiza-se que eles têm na companheira seu alicerce psicológico e seu contato com o mundo real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como aponta Antonio Rafael Barbosa, *“no caso das prisões, o cimento de seus muros somente ganha liga quando misturado a nossos juízos morais”* (2005, p. 36), ou seja, a análise do instituto torna-se importante quando traduz e interpreta os olhares da Administração, do preso, da justiça e da coletividade como um todo.

Assim, o presente trabalho buscou retratar uma parcela da visão dos homens presos e de agentes penitenciários (homens e mulheres) que participam cotidianamente do contexto prisional, na tentativa de compreender os significados da visita íntima e a importância que atribuem ao instituto.

A pesquisa traz à baila questões referentes a direitos humanos e sexualidade no cárcere, avocando à discussão a necessidade de uma harmonização entre punição,



ressocialização e saúde pública nas prisões brasileiras, sem desatentar para a dinâmica da disciplina institucional, que é como funciona este aparato de execução penal.

Embora a pesquisa tenha apontado dados positivos em relação à visita íntima, já que este instituto, na Penitenciária Professor Ariosvaldo de Campos Pires, é respeitador do que instituem as normas federais e estaduais, a realidade dentro das prisões ainda é muito cruel e pouco ressocializante, segundo se viu nas palavras dos próprios entrevistados.

Dessa forma, o presente artigo não procura encerrar o tema, mas sim, despertar a atenção para a problemática da realidade daqueles que vivem cercados e confinados atrás de muros de concretos e daqueles que fazem também parte desse contexto: os familiares do condenado. O que se busca é atentar para uma pena mais humanizadora, em que a punição seja a menos infligidora de garantias de direitos possíveis (se é que é possível pensar em penas “humanas” dentro de uma prisão).

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Antonio Rafael. *Prender e dar fuga: biopolítica, sistema penitenciário e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. 2005. 539p. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Museu Nacional.

BASSANI, Fernanda. *Visita íntima: o gerenciamento da sexualidade nas prisões do Brasil*. 2013. 150p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia.

BASTOS, Paulo Roberto da Silva. Criminalidade feminina: Estudo do perfil da população carcerária feminina da Penitenciária Professor Ariosvaldo de Campos Pires – Juiz de Fora (MG)/2009. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 81, out.2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8444>. Acesso em 28.nov.2015.

BEATTIE, Peter M. “Cada homem traz dentro de si sua tragédia sexual”. Visitas conjugais, gênero e “A questão sexual nas prisões” (1934), de Lemos Britto. In: MAIA, Clarrissa (org.). *História das Prisões no Brasil*, Rocco Digital, 2009.

BRASIL, *Lei de Execução Penal nº 7.210*, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial, Brasília, DF, 11 jul. 1984.

BRASIL, *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.



COLOMBAROLI, Ana Carolina de Moraes. *Violação da dignidade da mulher no cárcere: restrições à visita íntima nas penitenciárias femininas*. 2011. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/e6cac230-4faa-42f7-a078-8abebaa4e2ec>> Acesso em 07.12.2015

EWERT, Arthur. A regulamentação de visita íntima nos estabelecimentos prisionais – Projeto de Lei. In: JurisWay. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5085> Acesso em 29.nov.2015

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 37ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2009.

LIMA, Márcia. *Da visita íntima à intimidade da visita: a mulher no sistema prisional*. 2006. 103p. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública.

MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio – seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. 2009. 119p. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia.

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Fui informado (a) a respeito da presente pesquisa intitulada “*Sexo murado: análises práticas sobre disciplina institucional e sexualidade no instituto da Visita Íntima em uma Penitenciária*” que está sendo realizada por Laura Talho Ribeiro, aluna matriculada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF) – Mestrado, e Sílvia Talho Ribeiro, advogada graduada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O estudo consiste em compreender os significados da visita íntima para homens e mulheres que se encontram presos na Penitenciária Professor Ariosvaldo Campos Pires, através de entrevistas realizadas com um pequeno número de detentos, para exemplificar as situações vividas. Tive a informação que responderei à algumas perguntas elaboradas pelas pesquisadoras, abordando assuntos como visita íntima e sexualidade, não sendo tratado nenhum aspecto em relação ao julgamento de meu delito. Também fui informado (a) que as pesquisadoras utilizarão de diário de campo para registro dos dados em análise. Também me foi comunicado que não haverá identificação nominal e que minha participação na pesquisa é livre e minha aceitação não implicará em nenhum prejuízo ou vantagem de ordem pessoal ou institucional. Os resultados deste estudo serão utilizados para elaboração de artigo



científico e sua publicação, com fins exclusivamente acadêmicos. Concordo em participar desta entrevista de forma livre e esclarecida, ficando com uma cópia deste documento.

Data:

Participante:

Assinatura:

Pesquisadoras:



CORPORALIDADE E PORNOGRAFIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DOS ESTUDOS DE DAVID LE BRETON

RIBEIRO, Raisal Duarte da Silva

Mestranda em Direito Constitucional pela Universidade Federal Fluminense

Professora Auxiliar da Faculdade Nacional de Direito (FND-URFJ)

raisaribeiro@ufrj.br

RESUMO:

o presente trabalho possui o objetivo de analisar as críticas dirigidas ao discurso pornográfico hegemônico à luz dos estudos antropológicos sobre a corporeidade desenvolvidos por David Le Breton. Assim, o presente trabalho se divide em três partes essenciais. Em um primeiro momento, analisam-se os estudos de David Le Breton acerca da sociologia e da antropologia da corporeidade. Em um segundo momento, analisa-se as críticas do movimento feminista anti-pornografia, em especial das feministas radicais Andrea Dworkin e Catharine Mackinnon, acerca da pornografia tradicional e dos seus efeitos na construção da realidade social das mulheres. E, por fim, em um terceiro momento, realiza-se uma leitura das críticas dirigidas pelo movimento feminista anti-pornografia à pornografia tradicional, à luz das constatações empíricas sobre a corporeidade realizadas por David Le Breton.

Palavras-Chave: feminismo radical; corporalidade; pornografia.

ABSTRACT:

this work intend to analyze the critics of the hegemonic pornography speech based on the anthropological studies of corporeality made by David Le Breton. In this sense, this work has divided in three main parts. First, David Le Breton antropological and sociological studies about the corporeality was observed. Second, the anti-pornography feminist movement main critics was analyzed and their effects in the construction of women's social reality, in particular Andrea Dworkin and Catharine Mackinnon thoughts. At least, that was related the influxes of the body elements in the fruition of tradicional pornography.

Key-words: radical feminism; corporeality; pornography

INTRODUÇÃO

Atualmente, a pornografia não é um fenômeno facilmente definido, sendo a sua conceituação passível de diferentes acepções por parte de seus estudiosos. Todavia, apesar de não ser pacífica a sua delimitação conceitual, pode-se afirmar que através da pornografia remete-se o telespectador a uma observação do comportamento sexual dos corpos e entre os corpos.

Através de atos expressivos, os corpos humanos se interagem durante a relação sexual exibida pela pornografia. Em razão de ser constituída por alguns



elementos corporais significantes, a análise da pornografia perpassa, necessariamente, pela observância de algumas destas nuances.

Neste contexto, o presente trabalho possui o objetivo de analisar os elementos corporais que são encontrados nas críticas dirigidas pelo movimento feminista anti-pornografia, em especial desenvolvidas por Catharine Mackinnon e Andrea Dworkin, à luz dos estudos sociológicos e antropológicos de David Le Breton acerca da corporeidade. Assim, realiza-se uma análise das implicações e contribuições que estes estudos sobre a corporalidades podem trazer para a análise e para a corroboração das críticas dirigidas à pornografia tradicional.

A vertente teórico-metodológico adotada será a analítica, pois o presente trabalho possui o objetivo de compreender as correlações entre a corporalidade e a pornografia tradicional através de análises textuais, temáticas, interpretativas e de problematizações. Desta forma, o presente trabalho realiza um estudo interpretativo consubstanciado em uma análise crítica dos fenômenos enunciados.

A presente pesquisa se estrutura em três subdivisões. Em um primeiro momento, foi realizada a análise dos estudos realizados por David Le Breton sobre a corporeidade, observando as peculiaridades dos elementos corporais.

Em sequencia, foram observadas as críticas realizadas pelo movimento feminista radical anti-pornografia, em especial das ativistas Catharine MacKinnon e Andrea Dworkin, sobre os efeitos que a pornografia causa em seus consumidores, em especial com relação à construção da realidade social das mulheres, que são exibidas como objetos sexuais desumanizados pela pornografia, sendo que esta iconografia permanece e reluz no ambiente social.

Por fim, em um terceiro momento, foi realizada a correlação entre as críticas dirigidas pelo movimento feminista anti-pornografia à pornografia hegemônica à luz dos elementos corporais enunciados por David Le Breton.

Ademais, cabe ressaltar que o presente trabalho foi fruto de discussões realizadas no seio do grupo de pesquisa “*Sexualidade, Direito e Democracia*”, cadastrado no CNPQ e desenvolvido no âmbito da Universidade Federal Fluminense.



1. CORPORALIDADE

Em seu livro *“a sociologia do corpo”*, David Le Breton¹ propõe uma sociologia do corpo como um capítulo da sociologia ainda em construção, especialmente dedicada a estudar e compreender a noção da corporeidade humana como um fenômeno simbólico, social e culturalmente construído, objeto de representações e de imaginários complexos da sociedade na qual está inserida [LE BRETON, 2007, p. 07-09].

Refutando uma sociologia implícita e uma sociologia pontilhada do corpo, o autor sustenta que a sociologia do corpo enxerga o corpo como um vetor semântico pelo qual se evidencia a relação com o mundo, sendo visto como uma simbologia própria do grupo social, que faz do homem a extensão de sua experiência [LE BRETON, 2007, p. 07-09].

David Le Breton analisa algumas ambiguidades com relação ao corpo. Inicialmente, o autor menciona o absurdo de nomear o corpo como se fosse um fetiche, isto é, omitindo o homem que o encarna, através de uma análise ambígua, dualista do corpo [LE BRETON, 2007, p. 24]. Assim, *“é preciso ressaltar a ambiguidade que consiste evocar a noção de um corpo que só mantém relações implícitas, supostas, com o ator que faz indissoluvelmente o corpo”* [LE BRETON, 2007, p. 24].

David Le Breton realiza estudos da corporeidade relacionados com alguns campos de pesquisa. Dentre eles, ressaltam-se os campos de pesquisa relacionados ao corpo, tais como as técnicas do corpo, a gestualidade, a etiqueta corporal, a expressão dos sentimentos, as percepções sensoriais, as técnicas de tratamento, as incrições corporais e a má conduta corporal [2007, p. 39-61]

As técnicas do corpo consistem em modalidades de ação, sequências de gestos, sintonias musculares que se sucedem na busca de uma determinada finalidade [LE BRETON, 2007, p. 39]. Neste sentido, valendo-se das análises realizadas por Marcel Mauss [1950, pp. 363-386 *apud* LE BRETON, 2007, o. 39], afirma-se que o corpo pode ser visto como o primeiro e mais natural instrumento do homem, modelado conforme hábitos culturais, através de uma dimensão simbólica [LE BRETON, 2007, p. 39 e 44]. Mauss propõe uma classificação das técnicas do corpo segundo diferentes perspectivas.

¹ David Le Breton é um dos autores franceses contemporâneos mais destacados no âmbito dos estudos sobre o corpo e a corporeidade. O autor é sociólogo e antropólogo, além de professor da faculdade de Strasbourg na França e autor de diversos livros e artigos que versam sobre os elementos corporais.



Dentre elas, resalta-se a classificação das técnicas do corpo conforme o sexo e conforme a idade.

Conforme o sexo, as definições de gênero implicam em um conjunto de gestos codificados de diferentes maneiras [LE BRETON, 2007, P. 40]. A definição de homem e de mulher conduz aos seus papéis sociais e define as formas apropriadas de comportamento do corpo. Conforme a idade, dentre outros aspectos, Mauss introduz de fato a sexualidade nas técnicas do corpo e lembra a variabilidade de posições sexuais existentes [LE BRETON, 2007, P 40].

A gestualidade refere-se às ações do corpo quando os atores se encontram, podendo ser analisada através de três coordenadas: espaço-temporal, interativa e linguística [LE BRETON, 2007, pp. 44-45]. Na dimensão espaço-temporal, observa-se a amplitude dos gestos, a forma, o plano de desenvolvimento, os membros utilizados e o ritmo; na dimensão interativa, observa-se a interação com o interlocutor, com o espaço ou com os objetos que fazem parte dele; e na dimensão linguística, observa-se os gestos cuja significação é independente dos propósitos tidos ou ao contrário que os desdobra [LE BRETON, 2007, p. 44-45]

A etiqueta corporal traduz-se em interações, que implicam em códigos, em sistemas de espera e de reciprocidade aos quais os atores se sujeitam, que demonstram aos seus interlocutores o que está autorizado ou não a se falar, quais expressões são permitidas ou não.

Na expressão dos sentimentos, valendo-se novamente de Mauss, Le Breton sustenta uma dimensão social e cultural dos sentimentos e de sua formalização no comportamento do ator, demonstrando que os fenômenos sociais são marcados essencialmente com o sinal da não espontaneidade, mas da mais perfeita obrigação [MAUSS, 1968-1969, p. 81 *apud* LE BRETON, 2007, p. 51].

Através das percepções sensoriais, podemos decodificar o mundo transformando-o em alterações visuais, auditivas, olfativas, táteis ou gustativas [LE BRETON, 2007, p. 55]. E através das técnicas de tratamento da corporeidade, pode-se analisar os tratamentos corporais nas diversas formas que se fazem ou de maneira pública ou privada e os diversos valores que lhe são associados conforme grupos ou classes sociais.

Le Breton realiza pesquisas também acerca dos imaginários sociais dos corpos [LE BRETON, 2006, p. 62-76], concluindo que a diferença entre os sexos, inicialmente



estruturada por traços biológicos, é definida pela construção social do que significa ser homem e o que significa ser mulher [LE BRETON, 2007, p. 65-68].

Neste sentido, o autor salienta que através de escolhas culturais e sociais, as condições do homem e da mulher são construídas. São as escolhas sociais que decidem atribuir a um sexo, em oposição ao outro, as características da docura, da bravura, da agressividade, da objetividade, da maleabilidade. O universo inteiro tem um lado sagrado, nobre precioso, e outro lado fêmea, fraco e passivo. A mulher é sempre associada ao negativo.

Neste aspecto, observa-se uma nítida correlação com a construção binária dos sexos, através de um sistema de relações homólogas, sustentada por Pierre Bordieu², onde o feminino é sempre associado ao negativo e subalterno enquanto que o masculino sempre se encontra associado ao positivo e hierarquicamente superior [BORDIEU, 2002, p. 09-26].

De acordo com Bordieu, os órgãos sexuais eram vistos como duas variantes da mesma fisiologia, sendo na lógica dicotômica, o órgão masculino superior e o órgão feminino inferior [BORDIEU, 2002, p. 18-19]. A própria divisão social das coisas e das atividades através da oposição masculino e feminino, utilizando um sistema de relações homólogas – alto/baixo, em cima/em baixo, reto/curvo, seco/úmido, duro/mole, fora/dentro – associa as atribuições superiores ao homem e as inferiores às mulheres.

No mesmo sentido de Bordieu, Le Breton demonstra que as qualidades morais e físicas atribuídas ao homem ou à mulher não são inerentes aos atributos corporais, mas sim a significação social que lhe damos [LE BRETON, 2007, p. 68]. A condição do homem e da mulher não se inscreve portanto em suas características biológicas, mas na sua construção social.

Para ilustrar a divisão social e a hierarquia tradicional dos sexos, Le Breton vale-se do trabalho de E. Goffman [1998, P. 185, *apud* LE BRETON, 2007, p. 68] que expõe a diferença sexual exposta pela publicidade. Na publicidade, há uma ritualização excessiva dos estereótipos, de forma que os homens e mulheres que nela atuam evocam de modo mais ou menos aberto a divisão e a hierarquia tradicional dos sexos [BRETON, 2007, p. 67]. A mulher encontra-se frequentemente em posição de

² Pierre Bourdieu foi um sociólogo francês da contemporaneidade, filiado ao construtivismo-estruturalista. Para o autor, a sociedade é composta por estruturas sociais sedimentadas que delimitam a atuação do indivíduo ao mesmo tempo em que estas estruturas sociais são frutos da construção social humana.



subalternidade e o homem, de altura mais elevada, a ampara numa atitude de proteção. Há uma submissão simbólica e suave da mulher com relação ao homem.

Le Breton afirma que nos anos 1970, o debate sobre a sexualidade, a contraceção e o aborto revelaram-se como embates políticos dos quais o corpo da mulher podia ser objeto [2007, P. 69].

De acordo com o autor, o corpo é um suporte de valores, sendo visto como um símbolo da sociedade, que reproduz em escala reduzida os poderes e os perigos que se atribui à estrutura social. Assim, o rosto é, de todas as partes do corpo humano, aquela onde se condensam os valores mais elevados [LE BRETON, 2007, p. 71], os sentimentos de identidade, de reconhecimento do outro, de indentificação do sexo, entre outros.

O corpo se impõe como um lugar de predileção do discurso social [LE BRETON, 2007, P. 85], sendo os estudos sobre a corporalidade de fundamental importância na agenda da sociedade.

2. CRÍTICAS DO MOVIMENTO FEMINISTA ANTI-PORNOGRAFIA À PORNOGRAFIA

O movimento feminista anti-pornografia³ embasa seus argumentos críticos contrários à pornografia em diversas pautas centrais, que serão, neste momento, brevemente resumidas. Neste momento, serão enfatizados os posicionamentos das feministas radicais e ativistas Catharine A. Mackinnon e Andrea Dworkin, grandes representantes deste movimento.

Preliminarmente, cumpre salientar que as críticas que serão analisadas são aquelas dirigidas à pornografia hegemônica, tradicional ou convencional. Isto é, aquela pornografia em que há a exibição gráfica da subordinação sexual explícita das mulheres,

³ O movimento feminista anti-pornografia engloba diversas ondas do feminismo, encontrando no feminismo de segunda geração ou no feminismo radical as vozes mais latentes e ecoantes. Em breve síntese, o movimento feminista vem sendo classificado em três ondas ou gerações. A primeira onda do feminismo, também intitulada de feminismo liberal, considera que homens e mulheres são iguais, equivalentes em seus direitos e não devem sofrer distinções entre si; o direito ao sufrágio feminino e o direito ao trabalho foram as grandes pautas desta causa. A segunda onda do feminismo, também intitulado de feminismo radical, observa a existência de diferenças entre os gêneros, pleiteando por um novo sentido do termo igualdade; esta onda, além de lutar pela valorização do trabalho da mulher, luta ativamente contra a violência em face da mulher e o direito ao prazer feminino. A terceira onda do feminismo, também conhecida como pós-feminismo, discute alguns dos paradigmas estabelecidos pelas duas primeiras ondas, mostrando que o discurso universal é excludente e trazendo a micropolítica para a discussão pública. Sobre as ondas do feminismo, vide: OLIVERA, 2014, p. 83 e ss.



que são degradadas e abusadas, através da perpetração de comportamentos violentos e depreciativos, que parecem endossar, promover e naturalizar a violência de gênero.

De acordo com Catharine Mackinnon [1989, P. 210-211], a pornografia trata as mulheres como objetos sexuais desumanizados, na medida em que as características do auto-respeito e da reação a dor lhes são negadas. A qualidade de humanidade é retirada das mulheres, sendo substituída pela sua objetificação, pela sua animalização, pela sua fragmentação corporal.

Pela pornografia, as mulheres são exibidas como seres valorosos quando utilizados como coisas. Assim, as mulheres são vistas como coisa ou objetos, servíveis às vontades masculinas e, mais do que isto, servíveis à sexualidade masculina, na medida em que a existência da mulher é sexual. Na pornografia, as mulheres somente tem voz dentro de um script sexual, em um contexto sexual. Pela pornografia, reforça-se a ideia de que as mulheres são objetos, que servem para serem utilizados, acessados e descartados. Por serem objetos sexuais, as mulheres provocam a sua utilização em termos sexuais, porque o propósito de qualquer objeto é ser usado pelo seu dono.

Na pornografia, as mulheres são exibidas excitadas enquanto são degradadas, humilhadas e maltratadas ao mesmo tempo em que aparentam sentir prazer na violação, na dor. Através da pornografia, a depreciação e a tortura das mulheres passam a ser vistos como uma qualidade do sexo.

Por outro lado, não se retrata na pornografia a empatia dos atores sociais. Enquanto a mulher demonstra sentir prazer na dor e gostar de ser humilhada, através de insultos e outros elementos de subalternidade; os homens, independentemente do tamanho da sua ereção, não expressam excitação durante a relação sexual, sua reação gira em torno única e exclusivamente da sua ejaculação e o tratamento que destinam as mulheres demonstram nada além do que ódio [DINES, 2010, p. xxiv].

Na pornografia, o prazer feminino é relegado, não havendo uma preocupação real com o prazer feminino. O orgasmo feminino serve apenas para afirmar e reforçar a virilidade masculina. Neste contexto, a simulação do organismo feminino [MACKINNON, 1987, P. 58] pode ser visto como uma excelente exemplificação do poder masculino de fazer com que a interação dos sexos ocorra de acordo com a lógica andocêntrica: a mulher não sente prazer, mas finge que sente para que os homens tenham a prova de sua virilidade e dominação.



Além de negar a característica da humanidade à mulher, a pornografia a reduz a condição de objetos, coisas, animais ou partes restritas de seus corpos [DWORKIN, MACKINNON, 1989, p. 34]. A mulher é vista como um objeto de posse e de uso masculino, disponível, sendo personificada como animais e, muitas vezes, isoladas a partes sexuais de seus corpos.

Além de associar a mulher a objetos ou coisas para o uso masculino, a pornografia gera a animalização da mulher, na medida em que as apresentam como animais (à exemplo de coelhinhas dóceis e puras) ou são chamadas por nome de animais ou, ainda, à exemplo do que ocorre na pornografia da bestialidade, são coagidas a terem relações sexuais com animais não humanos.

Tanto a objetificação quanto a animalização da mulher sevem para retirar a racionalidade feminina. Objetos e animais não possuem racionalidade. As mulheres, por serem objetos ou coisas animalizadas, não possuem a capacidade de tomarem suas próprias decisões, de decidirem com convicção e autonomia, de livremente expressarem suas vontades.

Por serem animais ou objetos, as mulheres não são decidirem por si próprias, necessitando de auxílio e representação, que é realizada pelos homens. Através da objetificação e da animalização feminina, os homens justificam o fato de eles poderem fazer tudo com as mulheres, mesmo contra as suas vontades: as mulheres são seres incapazes, que necessitam serem guiadas por seres racionais, que necessitam serem direcionadas pelos homens.

Além disto, a pornografia realiza a fragmentação corporal da mulher, exibindo-as como partes restritas de seus corpos, em geral, como as partes sexuais de seus corpos, retirando-se o reconhecimento da pessoa que personifica o corpo que é exposto. Assim, na pornografia, a mulher é isolada a uma parte de seu corpo – a sua vagina, anus, seios, boca; não se reconhece a pessoa mulher, mas apenas as partes femininas de seu corpo disponíveis para uso e posse.

Ademais, a desumanização das mulheres possibilita e permite que atos de violência sejam contra elas perpetrados. A retirada da humanidade é um mecanismo que permite que atos de violência de gênero sejam realizados. Na medida em que não se reconhece o outro como ser humano, torna-se mais fácil a perpetração de atos agressivos.



Neste sentido, a pornografia possui uma relação de intrínseca causalidade com atos penais, tais como a lesão corporal, o estupro, o assédio sexual, o estupro de vulneráveis e o homicídio. Para Mackinnon [1996, p. 15], as atrizes ao ensaiarem cenas de estupro e tortura são efetivamente estupradas e torturadas.

Por outro lado, conforme observa Diana Russell, a pornografia caracteriza-se como uma causa múltipla na realização do estupro e de outros atos violentos em face das mulheres, através de quatro fatores. Em primeiro lugar, a pornografia atua de forma a criar predisposições masculinas ao ato do estupro para os homens que não possuíam esta vontade antes de entrar em contato com o produto pornográfico ou reforça as predisposições já existentes. Em segundo lugar, a pornografia enfraquece as inibições internas masculinas ao ato de estuprar, através do reforço dos mitos do estupro, por exemplo. Em terceiro lugar, a pornografia enfraquece e debilita as inibições sociais masculinas ao ato de estuprar. E por fim, a pornografia enfraquece a possibilidade de reagir ou evitar o estupro por parte das vítimas [RUSSELL, 2010].

Desta forma, violência física⁴, psicológica⁵, sexual⁶, patrimonial⁷ e moral⁸ é gerada pela pornografia, em razão de sua produção e em razão de sua comercialização. Apesar de ainda não existir uma tese jurídica que comprove uma relação de causalidade direta entre o produto pornográfico e o estupro obtido ou o ato violento perpetrado, estudos empíricos, testes laboratoriais e diversas pesquisas sociais já demonstraram que

⁴ Para fins de definição, adota-se a definição legal de violência de gênero prevista na lei nº 11.340, de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Neste sentido, violência física é definida nos termos do artigo 7º, I: “I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal”

⁵ Art. 7º, II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

⁶ Art. 7º, III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

⁷ Art. 7º, IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

⁸ Art. 7º, V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.



a pornografia consiste em um fator que induz, corrobora e naturaliza a violência em face das mulheres.

Além disto, a pornografia incentiva estes ilícitos penais de forma bastante sutil. Por exemplo, na pornografia, muitas vezes, as mulheres aparecem resistindo, dizendo que não querem e ao final, se rendendo ou não, gostam do que lhe é feito, causando a ideia de que a mulher nunca está na realidade negando. Outro exemplo também na seara da consensualidade consiste no fato dos homens acessarem os corpos femininos sem que haja uma anuência ou concordância expressa da mulher para tanto; os corpos femininos, na pornografia, são disponíveis para o acesso e para o uso masculino.

Na pornografia são realizadas cenas onde ocorrem abusos sexuais, cometidos pelos professores em face de suas alunas, cometidos pelos empregadores em face de mulheres que lhe são subordinadas, criando condições para que os seus consumidores naturalizem o assédio e o abuso cometido em face das mulheres.

Além disto, a pornografia, cada vez mais, exhibe cenas nas quais a relação sexual entre adultos e crianças ou adolescentes estão envolvidas. A pornografia contrata mulheres adultas que aparentam ser cada vez mais novas para que sejam gravadas tendo relações sexuais com pessoas mais velhas. A pornografia grava cenas nas quais a pedofilia aparenta estar envolvida, sugerindo e naturalizando este tipo de relação sexual, caracterizando uma forma de pornografia que pode ser intitulada como pseudo-pornografia infantil. De forma exemplificativa, ao ingressar no site *pornhub*, observa-se que uma das categorias de filmes pornográficos existentes é intitulada *teenagers*, onde as atrizes aparentam ser adolescentes que possuem relações sexuais com homens mais velhos⁹.

Neste contexto, a pornografia causa intrusão mental inconsciente e manipulação física [MACKINNON, 1996, P. 15] no mundo real, construindo, reforçando e corroborando a realidade existente. A pornografia insere-se em uma rede complexa de poder, que sustenta e reforça o primado da dominação masculina.

Passado este ponto, faz-se mister ressaltar que a corrente feminista anti-pornografia não presume que toda a pornografia seja realizada em condições de abuso ou feita mediante coação. No entanto, sustenta-se que toda a pornografia é realizada mediante condições de desigualdade baseada no sexo [MACKINNON, 1996, p. 20]. A

⁹ Vide: <http://www.pornhub.com/categories> Acesso em 02/07/2015.



indústria pornográfica explora, incentiva e mantém estas condições de desigualdade de gênero, sendo este um ponto central das críticas das feministas anti-pornografia.

Em razão de lutar contra a ordem andocêntrica do mundo, MacKinnon entende que a pornografia realiza uma crítica ao feminismo, na medida em que preserva a supremacia masculina, e reforça a hierarquia dos sexos [1989, p. 196].

Além disto, com base no feminismo radical, pode-se afirmar que pornografia construir arquétipos feminismos à luz da visão masculina. Na pornografia, ser feminina significa degradação, passividade, silêncio, anuência. As imagens e as palavras da pornografia traduzem a hierarquia social dos gêneros, trazendo sentimentos de inferioridade e de superioridade, em uma visão binária de sexualidade.

Assim, a pornografia pode acarretar na padronização de comportamentos sexuais das mulheres, o que gera violência sexual em razão de limitar e anular o exercício livre da sexualidade feminina. A pornografia demonstra quais são as posições que devem ser realizadas durante o ato sexual, quais são as interlocuções sexuais que agradam aos homens, como deve ser a depilação feminina e como devem ser e se comportar seus corpos. Os corpos das mulheres que não se enquadram no arquétipo feminino da pornografia são dispensados ou intensamente menosprezados. A pornografia passou a ser utilizada como uma forma de educação sexual dos homens, de suas vítimas e também dos jovens.

Na pornografia, o homem possui todo o poder sobre a mulher: a relação sexual se desencadeia como o que ele quer, onde ele quer e como ele quer, pois ele controla o ritmo, a velocidade e a natureza dos atos [DINES, 2010, p. xxv].

Ademais, para as feministas radicais, a pornografia vem se tornando cada vez mais violenta no decorrer dos anos [RUSSEL, 1993, p. 11; DINES, 2010, p. xvii]. a pornografia que era considerada *hard-core* antigamente agora é considerada *mainstream*. Com a evolução da internet, com as novas formas de acesso à pornografia e com o vício dos consumidores, o mercado se tornou saturado e os consumidores começaram a se tornar entediados e desestimulados, o que fez com que os pornógrafos passassem a procurar novos caminhos que os tornassem diferentes, com produtos diferenciados. E a violência tornou-se o caminho mais perseguido [DINES, 2010, p. xvii]. Na pornografia, os corpos das mulheres são testados em seus limites.

Para as feministas radicais, a proibição da pornografia consiste em uma medida afirmativa para a promoção da igualdade material, na medida em que a pornografia gera



discriminação e opressão em face das mulheres, causando o seu silenciamento e retirando a sua credibilidade na sociedade.

3. AS IMPLICAÇÕES DOS ELEMENTOS CORPORAIS PARA AS CRÍTICAS À PORNOGRAFIA

Com base nos estudos sobre a corporalidade, ressalta-se que a observação realizada por David Le Breton acerca da Ambiguidade de se tratar o corpo como se fosse um fetiche, diferente do ser que o encarna [2007, P. 24], é completamente pertinente no que tange as críticas realizadas pelo movimento feminista anti-pornografia.

De acordo com as críticas feitas pela corrente feminista anti-pornografia, liderada por Catharine A. MacKinnon e Andrea R. Dworkin, a pornografia reduz a mulher a sua condição de corpo, objetificando-a [DWORKIN, MACKINNON, 1988, p. 34]. A mulher é vista como um corpo, dissociada de si, de seus sentimentos, disponível para o acesso e o uso [MACKINNON, 1989, p. 195]. A pornografia consegue dissociar o ser mulher de seu corpo, se inserindo na mesma lógica absurda criticada por Le Breton de nomear o corpo como se fosse um fetiche.

David Le Breton [2007, p. 26] ressalta que não se pode deixar de esquecer que as representações do corpo são representações da pessoa. Neste sentido, a pornografia ao esvaziar a mulher à condição de seu corpo, dissociada do ser que o encarna, conduz a sua objetificação, a reduz a condição de coisa¹⁰.

De acordo com Le Breton, “*é preciso afastar o risco da fragmentação da identidade humana entre o homem de um lado e esse belo objeto que seria o corpo*” [LE BRETON, 2007, p. 35]. Esta crítica é indissocialmente aplicável aos mencionados problemas relacionados à pornografia, que reduz a mulher a condição de objeto, a condição de um corpo fragmentado do seu ser. A fragmentação corporal gera a falta de reconhecimento da pessoa que é titular do corpo exibido, desconsiderando os seus sentimentos, vontades e sensações.

Partindo das técnicas do corpo, observou-se que as definições de gênero e idade implicam em um conjunto de gestos codificados de diferentes maneiras. De acordo com o sexo, realiza-se a definição de uma série de comportamentos do corpo que

¹⁰ Neste sentido: “*women’s body parts – including but not limited to vaginas, breasts, or buttocks – are exhibited such that women are reduced to those parts*” DWORKIN, MACKINNON, 1988, p. 36.



devem ser observados pelo homem e pela mulher. Neste sentido, pode-se perceber que a pornografia também codifica os papéis destinados aos sexos, designando os comportamentos sexuais que devem ser observados pelos diferentes sexos e pelas diferentes idades.

Em recente documentário, intitulado “*Hot girls wanted*”¹¹, que se insere no campo da pornografia amadora, o agente das atrizes afirma que as meninas de 18 até 21 anos de enquadram no perfil de “*teenagers*” enquanto que as atrizes com cerca de 25 anos se enquadram na categoria da “*mother*”. Cada uma destas categorias possui performances diferentes, filmagens diferentes para públicos masculinos diferentes^{12 13}.

A partir da gestualidade, observaram-se as coordenadas que decodificam as ações dos corpos quando os atores se encontram, através dos gestos, do ritmo, da prostração do corpo, do espaço, em suma, da linguagem corporal.

Na pornografia, pode-se observar que a gestualidade é essencial para a confecção de sentidos. A amplitude dos gestos, as formas de consentir ou de negar, a interação com o interlocutor são formas de gestualidade muito visualizadas na pornografia.

Na pornografia, a mulher está disponível sem consentir expressamente. O seu acesso e o seu uso é realizado sem que haja a sua anuência expressa. O seu silêncio é visto como anuência e a sua negação significa um querer [MACKINNON, 1996, p. 05]. Por este motivo, reforça-se a ideia de que a mulher quis, mesmo sem se manifestar expressamente.

Neste sentido, cabe observar também a importância da etiqueta social na pornografia, ao traduzir interações de códigos e de sistemas de espera e de reciprocidade. A pornografia traduz sistemas de espera e de reciprocidade no mundo real, no qual os homens acreditam que sempre podem e as mulheres se submetem em uma posição de inferioridade, de subordinação. De acordo com Mackinnon, a pornografia institui um padrão de comportamento [1996, p. 17] e constitui realidades [1996, p.19].

¹¹ Documentário produzido por BAUER, Jill; GRADUS, Ronna.

¹² “*That is, he revealed that the obscenity standard – and it is not unique – is built on what the male standpoint sees*” MACKINNON, obj. cit., 1989, p. 197.

¹³ Cabe mencionar, ainda, que em um busca no site pornhub é possível observar 79 categorias diferentes de filmes pornográficos, que são produzidos de formas diferentes, com personagens diferentes, observando os feitiços do público masculino. Vide: <http://www.pornhub.com/categories> Acesso em 02/07/2015.



Com base na expressão dos sentimentos, observa-se que pornografia impõe sentidos de conduta obrigatórios aos seus consumidores, de forma que os padrões de comportamento perpetrados pela pornografia acabam tendo uma aplicação cogente na realidade na qual ela se insere [MACKINNON, 1989, P. 197]. A pornografia acaba retirando a espontaneidade dos sentimentos e das vontades de seus atores bem como de seus consumidores, que terminam se enquadrando nos comportamentos sexuais que são ditados por ela.

As percepções sensoriais visuais e auditivas da pornografia são gritantes. De acordo com Dworkin e MacKinnon, na pornografia as mulheres são vistas como seres subalternos, que experimentam o prazer na violação, na posse e em outras agressões sexuais. Assim, na pornografia, a mulher é vista como um objeto que sente prazer na dor [DWORKIN, MACKINNON, 1988, p. 35 e 101].

As percepções sensoriais que a pornografia, ao demonstrar o prazer que a mulher sente com a dor, faz com que os seus telespectadores acreditem que o prazer da mulher está na sua submissão, na sua posse violenta. Violência em face da mulher e sexo passam a ser vistos como elementos que não estão dissociados, mas interligados.

No que tange aos imaginários sociais dos corpos, a análise sobre a corporalidade realizada por David Le Breton colabora na desmistificação da pornografia. A divisão e hierarquia tradicional dos sexos podem ser exemplificadas também através da pornografia. A pornografia também reproduz de forma intensa estereótipos de gênero. A mulher, majoritariamente, encontra-se em uma posição de subalternidade, e o homem em posição de supremacia, comprovando, através da posse, a sua virilidade.

Se na década de 70 o debate sobre a sexualidade, a contracepção e o aborto relevaram-se como embates políticos dos quais o corpo da mulher podia ser objetivo; atualmente, o debate sobre a pornografia também se insere nesta problemática. Na pornografia, os corpos das mulheres continuam sendo objetificados e visualizados como padrões estereotipados de corporeidade.

Por fim, cabe observar um dos elementos mais significantes da corporalidade utilizados na pornografia. De acordo com Le Breton, o corpo é visto como um suporte de valores, um símbolo social, sendo que no rosto se condensam os valores mais elevados, como os sentimentos de identidade, de reconhecimento do outro, de identificação do sexo.



De acordo com Andrea Dworkin¹⁴ e Catharine Mackinnon [1996, P. 05], através do sorriso da mulher que se valida à pornografia. A mulher é possuída, tem seu corpo dilacerado, penetrado, utilizado, machucado. A mulher, em sua posição de submissão, sofre, sente dor. No entanto, ela é forçada a sorrir, ela deve sorrir, agindo como se tivessem gostando da dor. Na pornografia, a mulher enquanto é objeto de posse, deve sorrir, para legitimar o ato de dor. E é por isso que as críticas à pornografia parecem ser esvaziadas – ora, a mulher está sorrindo, está gostando de ser machucada, de ser utilizada desta forma. Passa-se a confundir violência e sexo. A mulher gosta, porque está estampado em seu rosto o seu sorriso. Por isto, a mulher é vista como um objeto que sente prazer na dor.

Se na pornografia a mulher age como se estivesse experimentando prazer na dor, os homens, por outro lado, conforme salientado por Gail Dines [2010, p. xxiv], não expressam nada além do que ódio e, muito frequentemente, insultos. Na pornografia, não há empatia entre os atores pornográficos. Os homens demonstram uma falta de excitação durante a relação sexual com a mulher. Não importa o tamanho da sua ereção, em seu rosto não está estampado nenhum sinal associado a excitação sexual. Para os homens, tudo gira em torno de sua ejaculação. Na pornografia, quando o homem goza, a relação sexual realmente acabou – não há nenhum sinal de intimidade com a mulher na qual ele ejaculou [DINES, 2010, p. xxiv] .

Por fim, cabe mencionar que David Le Breton afirma que o corpo hoje impõe-se como lugar de predileção do discurso social [2007, p. 85]. Neste sentido, não há como deixar de correlacionar a corporeidade com a pornografia. Os corpos são os instrumentos de personificação da pornografia. Esta, por sua vez, reafirma e corrobora com o discurso social majoritário de uma lógica patriarcal, deslegitimando o discurso feminista e objetificando a mulher.

¹⁴ Vide: Dworkin, Andrea. Testimony to the Attorney General on the effects of pornography on women's civil rights. Depoimento disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=neQeea4rmLA> Acesso em: 01/07/2015.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pornografia é alvo de muitas críticas pelo movimento feminista anti-pornografia, em especial em razão de naturalizar e incitar a violência de gênero. A pornografia possui um componente importante na construção da realidade social das mulheres e como o gênero e a sexualidade é entendida e admitida pela sociedade.

A violência de gênero causada e incitada pela pornografia é derivada, muitas vezes, da iconografia de mulher construída pela pornografia e pelos discursos implícitos de consensualidade e de consolidação dos papéis sociais que estão inseridos em seus discursos, pautados no primado da supremacia masculina.

Com a evolução da indústria pornográfica e com as novas formas cinematográficas, a realização da pornografia passou a exigir atores reais para a sua realização, de forma que as construções pornográficas utilizam elementos corporais significativos. O comportamento dos corpos e a forma pela qual eles se relacionam sexualmente possuem elementos importantes para a compreensão das vicissitudes do discurso pornográfico.

Assim, a análise de elementos corporais é de fundamental relevância para se compreender mais profundamente e com mais esclarecimento as críticas dirigidas pelo movimento feminista anti-pornografia a este fenômeno.

Neste sentido, os estudos sociológicos e antropológicos sobre o corpo e sobre a corporeidade são indispensáveis para a análise da pornografia. Com base nas constatações realizadas por David Le Breton sobre as técnicas do corpo, tornou-se possível uma melhor compreensão sobre a construção da iconografia da mulher, desumanizada, objetificada, animalizada, restringida às partes sexuais de seus corpos.

Desta forma, observa-se que os estudos sobre a corporeidade realizados por David Le Breton possuem uma contribuição muito grande para a corroboração das críticas realizadas à pornografia. Através da análise dos elementos corporais, pode-se observar como a pornografia tradicional constrói o imaginário social, perpetuando o imaginário da mulher submissa e da dominação masculina.



BIBLIOGRAFIA

- BAUER, Jill; GRADUS, Ronna (2014). Documentário: *Hot Girls Wanted*.
- BORDIEU, Pierre (2002). *A Dominação Masculina*, 2ª edição. Tradução Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BRETON, David Le (2007). *A Sociologia do Corpo*, 2ª edição. Tradução de Sonia M. S. Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- DWORKIN, Andrea; MACKINNON, Catharine A. (1988) *Pornography and Civil Rights – a new day for women's equality*. Library of Congress.
- _____. *Testimony to the Attorney General on the effects of pornography on women's civil rights*. Depoimento disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=neQeea4rmLA> Acesso em: 01/07/2015.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1986). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 2ª edição, revista e aumentada. Editora Nova Fronteira.
- GAIL, Dines (2010) *Pornland: how porn has hijacked our sexuality*, Boston, Beacon Press.
- GOFFMAN, Erving (1988). *La ritualisation de la féminité*. Les moments et leurs hommes. Paris: Seuil-Minuit.
- MACKINNON, Catharine A. (1987). *Feminism Unmodified, Discourses on Life and Law*. Cambridge e Londres, Harvard University Press.
- _____. (1989) *Toward a feminist theory of state*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- _____. (1996), *Only Words*, Cambridge, Harvard University Press.
- MAUSS, Marcel (1950) *Les techniques du corps. Sociologie et anthropologie*. Paris: PUC.
- MAUSS, Marcel (1968-1969) *L'expression obligatoire des sentiments*. Essais de sociologia. Paris: Minuit.
- OLIVEIRA, Adriana Vidal de (2014). *A Constituição e Direitos das Mulheres – Uma Análise dos Estereótipos de Gênero na Assembleia Constituinte e suas Consequências no Texto Constitucional*. Curitiba: Juruá.
- PORNHUB. Disponível em: <http://www.pornhub.com/categories> Acesso em 02/07/2015. Acesos em 02/07/2015.
- RUSSEL, Diana E. H. (1993) *Against Pornography: The Evidence of Harm*, Bekerley, Russell Publications.



A APODERAÇÃO DO CORPO FEMININO NO CENÁRIO BIOPOLÍTICO COMO INTERFERÊNCIA NA FRUIÇÃO DO DIREITO DA PERSONALIDADE

KREMER, Bianca

Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestranda em Direito Constitucional pelo

PPGDC-UFF

kremerbia@gmail.com

89

RESUMO

O presente trabalho propõe uma análise acerca dos obstáculos enfrentados pelas mulheres no processo de construção de sua identidade em face da expoente era contemporânea da biopolítica. Busca-se averiguar o papel do corpo enquanto elemento de construção de identidade, com foco específico na questão da apoderação do corpo feminino no cenário biopolítico; analisando em que medida, quando a política começa a ter incidência sobre o corpo-espécie e o corpo individual das mulheres, as suas vidas se investem de significado social e capital, e a vitalidade de cada uma delas se torna uma fonte de biovalor. Deseja-se propor uma reflexão acerca de eventuais obstruções, obstaculizações e lacunas deixadas pela legislação civil-constitucional brasileira sobre o tema, uma vez que ramo do direito que abarca os direitos da personalidade.

Palavras-chave: Identidade. Corpo feminino. Biopolítica. Direito Civil. Direito da personalidade.

ABSTRACT

This paper proposes an analysis of the obstacles faced by women in the process of building their identity before the exponent contemporary era of biopolitics. The aim is to ascertain the role of the body as an identity construction element, with specific focus on the female body's possession in bio-political scenario; analyzing how, when politics begins to have an effect on the "body-specie" and the "individual body" of women, their lives are invested of significant social capital, and the vitality of each of them becomes a source of "biovalue". A reflection is proposed about eventual obstructions, obstacles and gaps left by the brazilian civil and constitutional law on the subject, since branch that covers the personality rights.

Keywords: Identity. Female body. Biopolitics. Civil law. Personality rights.

INTRODUÇÃO

A apoderação do corpo e de seus processos mais básicos e fundamentais como foco de ação e atenção política foi notada já por Foucault em meados da década de 70. O autor identificou que surgiu um processo de investimento político no corpo pelos mecanismos de exercício de poder. O intitulado "biopoder", dentro da narrativa do autor, passava a ser apresentado a partir da comparação com o poder soberano, de maneira que a "velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano" adquiria uma nova roupagem por meio da



“administração dos corpos – poder disciplinar – e pela gestão calculista da vida – biopoder”.¹ Nesse sentido, o império do biopoder passa a se encarregar não da morte, mas sim em conhecer, organizar e controlar a vida. É nesse cenário biopolítico² que passa-se a desenvolver o poder sobre a vida de duas formas principais: a primeira, em meados do Séc. XVII, sob a forma da anatomopolítica (ou *anátomo-política*) do corpo e dos procedimentos disciplinares. A segunda, por volta da metade do Séc. XVIII, tendeu a agir sobre o corpo individual, centrando-se nos processos biológicos: longevidade, nascimentos, mortalidade, proliferação, e todos os processos de variação do corpo.³ No que concerne à primeira forma de imposição de poder sobre a vida, a anatomopolítica trata da incidência da disciplina sobre o corpo de maneira a exercer um controle de suas forças. Curioso frisar, por oportuno, que esse processo extrai do corpo um aumento da força econômica, enquanto diminui, ao mesmo tempo, sua força política. Nesse âmbito, podem ser observados procedimentos centrados no adestramento, no incremento da docilidade da pessoa humana, na usurpação de suas forças, e sua integração em sistema de controle eficazes. A esse tecido de relações Foucault denominou sociedade disciplinar. É sob esse pano de fundo de biopoder/biopolítica que a docilização e apoderação do corpo feminino assume importância como foco de incidência política.

A complexidade do feminino se inicia pelo próprio termo, o qual possui amplo conteúdo. Sua menção alcança não apenas a definição do sexo como base na formação biológica do indivíduo – sexo feminino – como também perpassa por tudo aquilo que é próprio do gênero, de acordo com determinada cultura, bem como tudo que é relativo à mulher, em termos individuais ou coletivos. O conceito de “feminino” é tão amplo que, muitas das vezes, o que se trata no âmbito individual diz respeito também ao coletivo.⁴ É possível deduzir que o corpo da mulher possui um papel particular no cenário do biopoder, de modo que a ele é dado o enquadramento de sujeito-objeto.

¹ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Ghilhon Albuquerque. 18ª ed. Rio de Janeiro: Graal. 2007. p. 152.

² Biopolítica é o termo utilizado por Foucault para designar a forma na qual o poder tende a se modificar no final do século XIX e início do século XX. As práticas disciplinares utilizadas antes visavam governar o indivíduo. Contudo, na biopolítica, tem-se como alvo o conjunto dos indivíduos, i.e., a população. A biopolítica, portanto, é a prática de biopoderes locais. Cf. FOUCAULT, Michel. *A governamentalidade: curso do Collège de France*, 1 de Fevereiro de 1978. In *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 24ª edição. Rio de Janeiro. Graal. p. 277-293.

³ Cf. ORTEGA, Francisco et al. **Corpo em evidência: a ciência e a redefinição do humano**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2010. p. 70-71.

⁴ BARBOZA, Heloisa Helena. **A docilização do corpo feminino**. *Feminilidades: corpos e sexualidades em debate*. Ed. Uerj. Rio de Janeiro, 2013. p. 353.



Significa dizer que o corpo feminino está submetido, mais do que qualquer outro, não apenas às imposições de gênero, mas também a diversos instrumentos de docilização. São exemplos da apoderação do corpo feminino pelo direito questões ligadas à seara reprodutiva: temas como gravidez de “aluguel”, reprodução assistida, aborto, parto domiciliar e humanizado; no casamento os supostos e alegados deveres conjugais impostos pelas normas jurídicas; e na saúde os intitulados direitos sexuais⁵, que dizem respeito ao direito à liberdade, autonomia, integridade e segurança sexual, dentre muitos outros. Conforme alegado por Foucault, a docilização do corpo se opera por meio de técnicas e métodos de controle que implicam uma coerção ininterrupta sobre os processos da sua atividade, resultando numa sujeição constante das forças do corpo e impondo-lhe uma relação de docilidade-utilidade, ao que denomina “disciplinas”.⁶

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Saliente-se, em um primeiro momento, a importância das formulações produzidas pelo autor Stefano Rodotà para o Direito na problematização dos efeitos da integração do corpo feminino aos sistemas de controle eficazes e econômicos na sociedade contemporânea, quais sejam: de que corpo estamos falando? De quem é o corpo?⁷ Afirme-se, portanto, a existência de vários corpos que transcendem o corpo biológico. Significa dizer que cada indivíduo detém a presença de um corpo social, um corpo psicológico, um corpo político e um corpo jurídico. E em todos esses corpos há uma revelação dúplice, de forma que uma é a real e a outra virtual. A real é o corpo físico, presente em determinado tempo e espaço; enquanto a virtual diz respeito à transmissão de dados, o que não necessariamente respeita os limites espaciais e temporais. Frisem-se, ainda, as contribuições de Foucault na diferenciação entre o corpo-espécie e o corpo individual. O primeiro, diz respeito ao corpo enquanto suporte dos processos biológicos: nascimento, morte, nível de saúde, etc. Já o segundo, vislumbra o corpo como instrumento passível de adestramento, ampliação de aptidões e “docilização”⁸.

Tendo em vista tal entendimento sobre as diversas acepções do conceito de “corpo”, é possível partir do pressuposto de que as manifestações de poder sob o corpo individual, de

⁵ RIOS, Roger Raupp. **Para um direito democrático da sexualidade**. Horizontes Antropológicos. Ano 12. n. 26. Porto Alegre, jul-dez 2006. p. 85

⁶ _____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. P. 117-118.

⁷ RODOTÀ, Stefano. **La vita e le regole: tra diritto e non diritto**. Milano: Giangiacomo Feltrinelli, 2006, p. 73.

⁸ “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” Cf. _____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. p. 118.



maneira a aumentar a sua utilidade e integração aos sistemas de controle eficazes e econômicos, geram efeitos concretos na integridade psicofísica da pessoa humana, em especial na da mulher, considerando que, cumpre ratificar, é possível inferir que o corpo feminino está submetido, mais do que qualquer outro, não apenas às imposições de gênero, como também a diversos instrumentos de docilização. Nesse sentido, vislumbra-se o conceito de “corpo” conforme apresentado por Rodotà e Foucault, e a importância de compreensão da superação do conceito de corpo físico, adentrando em suas diversas espécies, a fim de que se possa visualizar com maior clareza as barreiras encontradas pelas mulheres à livre disposição de seu próprio corpo e à formação de sua identidade no cenário biopolítico. Decerto, “ainda que se distancie do seu destino biológico, por força de intervenções as mais variadas, o corpo é talvez a mais eloquente expressão da individualidade, o lugar de construção de identidade de cada ser humano”.⁹ A construção da identidade do ser humano tangencia a questão do corpo. Tangencia, e não a define de maneira engessada, posto que a identidade de cada indivíduo é definida também historicamente, não apenas biologicamente: envolve o próprio processo de existência do indivíduo no corpo social, correlacionando as diversas modalidades de corpo trazidos por Rodotà – reais e virtuais – de forma que o corpo “juridificado, politizado, até mesmo medicalizado, torna-se cada vez mais, ao longo da vida, expressão da individualidade, em todas as suas manifestações culturais, religiosas, políticas, sentimentais, enfim numa diversidade de aspectos que, em seu conjunto, constroem a identidade de cada ser humano”.¹⁰

2.1 O direito civil e a obstaculização à disposição ao próprio corpo

Nesse processo complexo e multifacetado de construção de identidade por parte do indivíduo, o direito se mostra presente enquanto sistema de normas de conduta criado com o papel de regular as relações sociais. O direito à identidade se mostra regulado pelo Direito Privado, especificamente na seara do Direito Civil, o qual trabalha a questão dos direitos da personalidade. O direito à identidade é estudado enquanto uma das muitas expressões da personalidade, uma vez que direito personalíssimo e, para além disso, fundamental à dignidade da pessoa humana no contexto social. Saliente-se em um primeiro momento que segundo a doutrina clássica a personalidade consiste na aptidão para adquirir direitos e contrair obrigações. É plausível perceber que a conceituação de personalidade no Direito se mostra

⁹ BARBOZA, Heloisa Helena. A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade. **Cadernos IHU Ideias**. Ano 11. Nº 194. 2013. p. 9.

¹⁰ Loc. cit.



demasiado simplista comparada às contribuições das ciências sociais para o conceito de identidade e seus processos de formação, segundo as quais não é fruto de interesses circunstanciais e transitórios, mas produto da cultura de grupo construída das ressignificações dos elementos referentes a um sistema cultural mais amplo.¹¹ Isto é, a construção de identidade pode se dar por meio do *habitus*, conforme trazido por Bourdieu, no qual o indivíduo forma a sua personalidade enquanto também a recebe do meio onde realiza sua interação social, que articula os agentes sociais na medida em que não são determinados exclusivamente por causas externas ou internas.

O Direito, nessa perspectiva, traz um conceito insuficiente à complexidade do conceito de personalidade na seara das regulações sociais, não obstante a associação da ideia de personalidade à dignidade da pessoa humana, trazida pelo processo de despatrimonialização do direito civil. A ciência jurídica era baseada anteriormente no positivismo científico, o que significa dizer que a interpretação e aplicação das normas jurídicas deveriam ser deduzidas em caráter exclusivo a partir do sistema.¹² As searas pública e privada eram estagnadas e compartimentadas, isto é, o direito privado tratava dos direitos naturais e inatos dos indivíduos, enquanto o direito público era incumbido da tutela de interesses gerais.¹³ Não era cogitado que normas hierarquicamente superiores regulassem matéria de relações patrimoniais, sendo os princípios constitucionais vistos como normas políticas. Ocorreu então o reconhecimento do papel dos princípios constitucionais a partir do Séc. XX, de forma que passaram a ser compreendidos não apenas como norma superior, mas também como detentores de inequívoca força normativa.¹⁴

Apesar da evolução do direito civil quanto ao caráter prioritário que ganharam as situações de natureza extrapatrimonial em detrimento das de cunho patrimonial, por meio da ótica de inversão do sistema codificado e da colocação da pessoa humana como epicentro do ordenamento jurídico com o advento da Constituição de 1988, é possível notar que o Direito ainda coloca obstrução à disposição sobre o próprio corpo por parte dos indivíduos. A simples

¹¹ BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

¹² WIEACKER, Franz. História do Direito Privado moderno. Trad. A. M. Botelho Hespanha. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1967. p. 492.

¹³ MORAES, Maria Celina Bodin de. A caminho de um direito civil constitucional. **Revista de Direito Civil**. São Paulo. Revista dos Tribunais, n. 65, jul./set.. 1993, p. 22.

¹⁴ ABREU, Celia Barbosa. **Curatela e Interdição Civil**. Rio de Janeiro. Ed. Lumen Juris. 2009. p. 8-10.



leitura do Art. 13 do Código Civil¹⁵ demonstra vedação expressa para tanto, quando signifique diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes, salvo por exigência médica. A expressão trazida pelo artigo “salvo por exigência médica” se mostra problemática diante do contexto de aplicação e concretização do princípio da integridade psicofísica da mulher na sociedade contemporânea, e é plausível supor que o artigo 13 do Código Civil traz um paradigma de via dupla: ao mesmo tempo em que se mostra problemático interpretar o que, de fato, seja o conceito jurídico indeterminado de “bons costumes”, que varia no tempo e espaço no qual se situa; também autoriza que o médico seja a entidade incumbida de determinar o que é saudável, correto ou moral do ponto de vista científico e – por que não – pessoal, uma vez que não existe o grau zero na interpretação.¹⁶ Surge a figura do paternalismo médico, que autoriza o legislador a abrir mão da sua competência de legislar “em nome da voz mais forte da ciência”¹⁷. Essa lacuna legal em favor da opinião médica a respeito de tópicos abstratos, porém de alta incidência na vida cotidiana – como a moralidade social e os “bons costumes” – podem ser observados de maneira negativa, considerando que o papel da norma jurídica, i.e., o objetivo da lei, deve ser sempre o de proteger a pessoa humana.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

O lento processo de transformação das identidades trazida pela estrutura de poder que é o Poder Disciplinar alimenta, e é alimentado, por mudanças em outras fronteiras, tais como a do natural/artificial ou do natural/patológico. Como salientado, o sentido de si mesmo do indivíduo e sua fonte de individualidade vem sofrendo lenta modificação, passando-se a definir

¹⁵ BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2002. Art. 13. Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em 29 de Julho de 2015.

¹⁶ A ontologia fundamental heideggeriana defende, em apertada síntese, que interpretar não parte de um grau zero. Ao contrário, parte-se de uma pré-compreensão que envolve as relações pessoais de cada indivíduo com o todo. Gadamer denunciou há muito a questão das três subtilitas: o problema hermenêutico se dividia em *subtilitas intelligendi* – compreensão, *subtilitas explicandi* – a explicação, e *subtilitas applicandi* – a aplicação. No entanto, o romantismo passa a reconhecer a unidade interna entre *intelligere* e *explicare*, de forma que a interpretação não é ato posterior e oportunamente complementar à interpretação, mas compreender é sempre interpretar. Significa dizer, em outras palavras, que nós não interpretamos primeiro, para depois explicar, e depois aplicar. Gadamer vai dizer que nós sempre aplicamos. Isso exprime que o círculo hermenêutico, ou as pré-compreensões de Gadamer, são uma blindagem contra deduções. Cf. GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Petrópolis. Ed. Vozes. 1999. p. 491.

¹⁷ KONDER, Carlos Nelson. Privacidade e corpo: convergências possíveis. **Pensar – Revista de Ciências Jurídicas**. Fortaleza. v. 18. n. 2. p. 328-353. 2013.



aspectos-chave da subjetividade em termos corporais e biomédicos.¹⁸ É importante uma reflexão acerca dos fatores que têm interferido diretamente naquilo que consideramos normal ou patológico, moral ou imoral, aceitável ou inaceitável, e de que maneira o processo de gestão do corpo feminino como instrumento do poder disciplinar – quer no plano individual (medicina clínica), quer no plano coletivo (medicina social) – no campo da biopolítica imiscui-se na formação de identidade da mulher e nas práticas de disposição ao próprio corpo, seja ele o corpo-espécie ou o corpo individual, conceitos trazidos por Foucault .

Acredita-se que a mulher enfrenta obstáculos enquanto sujeito-objeto no processo de construção de sua identidade na era contemporânea da biopolítica, e há implicações desse processo no direito civil-constitucional brasileiro. Uma vez apontado que a identidade de um indivíduo se constrói biológica, historicamente, e também por meio da interação social; bem como que há pluralidade nos conceitos de corpo em virtude da transcendência da concepção biológica, ele se mostra uma importante e eloquente expressão da individualidade, i.e., trata-se do lugar de construção de identidade de cada ser humano. Ne cenário biopolítico a disposição ao próprio corpo encontra obstrução e obstaculização por conta de interesses políticos e culturais hegemônicos, bem como do direito e das lacunas legais deixadas ao alvedrio das opiniões política, social e (bio)médica.

Trata-se de um tema que, pode-se dizer, se inscreve no rol dos “esquecidos” pelo direito. A Constituição Federal de 1988 é reconhecida por sua dedicação à pessoa humana. Contudo, as situações que envolvem a disposição ao próprio corpo não podem ser consideradas como superadas uma vez que não receberam ainda o tratamento jurídico adequado, podendo ser classificado atualmente enquanto insuficiente. No que concerne à situação das mulheres a situação se agrava. A legitimação da divisão social dos papéis dos corpos a consagra como ordem natural estabelecida, tornando-a um conceito institucionalizado.¹⁹ A diferença biológica entre os sexos, entre o corpo masculino e o feminino, aparece ao longo da história de forma não complementar, isto é, como uma justificativa socialmente construída para a subordinação do feminino e a determinação do espaço da mulher nas diversas sociedades através da “naturalização” dessa construção social androcêntrica que determina o papel do feminino em

¹⁸ _____. **Corpo em evidência**: a ciência e a redefinição do humano. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2010. p. 63.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. **La domination masculine**. Paris Éditions du Seuil, 1998. p. 23



todos os espaços.²⁰ A história da mulher é marcada pela exclusão na narrativa androcêntrica, e de luta pelo seu reconhecimento enquanto sujeito capaz em todas as searas da vida. As pressões do movimento feminista, desde os anos 70, apoiadas pela entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho e na vida acadêmica, provocaram uma quebra no silêncio histórico e historiográfico e novas produções intelectuais, afirmando a presença da mulher nos mais diversos campos do conhecimento. No Brasil, o movimento feminista se concretiza no âmbito de contextos sociais, culturais, políticos e históricos específicos. Ele se configurava enquanto oposição à ditadura militar e, conforme a abertura política se desenvolvia gradativamente nas décadas seguintes, adquiria características próprias pela projeção de nossas próprias referências culturais.²¹

O corpo feminino, não obstante todas as conquistas políticas e sociais obtidas, permanece como objeto de manipulação, exibição e subordinação na sociedade contemporânea de forma velada. Houve a construção no ideário social de que o corpo da mulher é oferecível e disponibilizável para toda sorte de finalidades, as quais abarcam processos de erotização e desempenho de toda sorte de papéis sociais dela esperados e pré-concebidos pela sociedade. Diante desse quadro, uma das questões de maior pertinência é a naturalização desse comportamento e esse conceito de normalidade no desempenho desses papéis por parte da mulher, na concepção natural que recebe o corpo feminino enquanto dotado de disponibilidade para os mais variados interesses da sociedade e responsável pelo cumprimento de seus desígnios para ele.

Nesse sentido, o princípio de corpo enquanto expressão eloquente da individualidade e lugar de construção da identidade se apresenta confrontado com os valores de uma sociedade que vislumbra o corpo feminino enquanto idealizado, distorcido, mas principalmente consumido. Há uma preocupação premente na elaboração do presente projeto de pesquisa com o papel de subserviência e subordinação o qual é atribuído à mulher, à medida em que não há que se falar em liberdade e igualdade – e em consequência construção da identidade – sem tocar na questão da disposição ao próprio corpo, o qual considera-se uma das maiores expressões de autopertencimento, se não a maior. Acredita-se que, enquanto a mulher não tiver livre

²⁰ ZACCARA, Madalena de F. P. et al. O corpo como instrumento político na obra de Cristina Machado: uma artista mulher pernambucana. **24º encontro da ANPAP**. Compartilamentos da arte: redes e conexões. Comitê História, Teoria e Crítica de Arte. Santa Maria. Rio Grande do Sul. Set. 2015, p. 372-382.

²¹ SARTI, Cynthia Andersen. **O Feminismo Brasileiro desde os anos 1970**: revisitando uma trajetória. Estudos Feministas. Florianópolis. Mai-Ago. 2004. p. 35-50.



disposição ao seu próprio corpo e ele não cessar de ser considerado enquanto *res publica* pela sociedade, não há que se falar em liberdade na construção de identidade em nenhuma hipótese.

Há lacunas deixadas pelo direito no que concerne ao tratamento do tema, cujas consequências são mais gravosas para as mulheres, uma vez que, acredita-se, ignorando o direito os processos políticos e sociais aos quais se mostram submetidas as mulheres, em especial no tocante ao seu corpo como objeto de coerção ininterrupta atribuído de uma função de docilidade-utilidade²² muito mais exigida do que aos homens, promove-se o incremento da sua desproteção criando-se, assim, o seguinte paradoxo: ao passo que se constitucionalizou o direito da personalidade como inerente à dignidade da pessoa humana, se enfraqueceu a proteção efetiva desse direito.

Em outras palavras, significa dizer que, ao mesmo tempo em que o processo de desaprimoniação do direito civil associa a ideia de personalidade à dignidade da pessoa humana, atribuindo-lhe *status* constitucional com o escopo de conferir maior proteção aos direitos da personalidade, uma vez não traçadas as diretrizes materiais e a determinação de conteúdo da dignidade da pessoa humana²³, resta ao princípio o caráter de conceito jurídico indeterminado²⁴ que, apesar de princípio fundamental do ordenamento jurídico brasileiro com conceito normativo e axiológico – pois traduzido em norma e existente enquanto um valor, sua eficácia se mostra atada às vontades políticas e econômicas dominantes, e não ocorre de maneira diferente no que concerne à sujeição do corpo feminino ao alvedrio dos interesses biopolíticos.

Para o reconhecimento da necessidade de efetivação de qualquer direito, importa que se seja capaz de vislumbrar o cenário geral para se conferir a igualdade material. A igualdade hoje não há mais que ser tratada na dicotomia simplista material *versus* formal. Para a promoção de um estudo do princípio da igualdade é necessário tocar em outras questões, como a aceitação da diversidade e a exigência de se conviver com ela, a pluralidade de grupos sociais e o pluralismo jurídico, as indagações do conceito de normalidade, a reivindicação do direito à diferença, a constatação de uma humanidade diversificada culturalmente, a importante presença das ações afirmativas, entre muitos outros dada a enorme quantidade de questões em torno do tema e a

²² FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Op. cit. p. 117-118

²³ AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Caracterização jurídica da dignidade da pessoa humana. **Revista Trimestral de Direito Civil**. Rio de Janeiro. Padma, n 9, pp. 3-24, jan/mar. 2002, p. 3.

²⁴ ENGLISH, Karl. **Introdução ao pensamento jurídico**. Trad. J. Batista Machado. 7 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, pp. 205-274.



extrema dificuldade que há em conferir-lhe uma abordagem integral.²⁵ E nesse sentido, não havendo que se falar em liberdade sem igualdade, é importante compreender o papel do ordenamento jurídico nesse processo de determinação cultural do papel feminino nos espaços sociais, e a interseção da biopolítica na manutenção desses interesses, uma vez que a apoderação do corpo feminino, dotado de potência econômica e de biovalor, permanece assujeitado mesmo diante de normas vigentes de suposta promoção de igualdade.

3.1. A relação entre biopolítica, corpo feminino e o direito da personalidade

No que concerne à construção de identidade da mulher e a apoderação do corpo feminino no cenário biopolítico, importa mencionar as contribuições de Stefano Rodotà em suas reflexões acerca das profundas mudanças sofridas pelo mundo diante de um impulso manente a inovações científicas e tecnológicas, sobre o conceito de corpo, a quem ele pertence, e a transcendência do complexo biológico que o constitui. Tais perspectivas demonstram que a biotecnologia científica desconstrói e afronta o que antes se configurava uma lei natural absoluta, e isso gera efeitos importantíssimos no Direito. Em especial o direito civil, em uma era em que se mostra mais do que ultrapassado o conceito de patrimonialização do direito civil. A constitucionalização do direito gerou mudanças nas instituições jurídicas, de forma que a codificação do Direito Civil foi se tornando inadequada diante das novas exigências, e novos direitos desencadearam alterações no significado do direito privado.²⁶

Dentre essas novas exigências surgidas com o desenvolvimento da sociedade, se mostram presentes as que emergiram com o avanço técnico-científico e o biotecnociência²⁷. E diante desse quadro, o desenvolvimento do poder sobre a vida passa a integrar os interesses políticos e econômicos sob a forma de imposição e manutenção de poder. O corpo passa a ser um objeto político de interferência e influência, em detrimento da livre disposição por parte de seu detentor e sua construção de identidade em sentido *lato sensu*. Esse poder é desenvolvido sob a forma da anatomopolítica quanto à execução de procedimentos disciplinares sobre o corpo, e também passa a agir sobre o corpo individual, com foco nos processos biológicos a ele

²⁵ ABREU, Celia. **Curatela e Interdição Civil**. Op. cit. p. 17.

²⁶ PERLINGIERI, Pietro. apud MORAES, Maria Cecília B. **A caminho de um Direito Civil Constitucional**. Revista Estado, Direito e Sociedade, vol. I, 1991, p. 6.

²⁷ Termo utilizado em artigo publicado pela Prof. Dra. Heloisa Helena Barboza, formado pelos termos *bio* e *techne* (de origem grega) e *cientia* (de origem latina), que visa indicar a interação entre sistemas complexos como são os seres e ambientes vivos. O sistema técnico e de informação que permite agir sobre tais sistemas, e o tipo de saber e saber-fazer que se torna possível quando aplicado ao mundo vital. Ver BARBOZA, Heloisa Helena. In GOZZO, Debora et al. *Bioética e Direitos Fundamentais*. Ed. Saraiva. São Paulo. 2012. p. 126.



referentes: longevidade, nascimentos, mortalidade, proliferação, e todos os demais processos de variação. Saliente-se, aqui, as contribuições trazidas por Foucault na identificação de um processo de investimento político no corpo pelos mecanismos de exercício de poder. Tal denúncia se mostra imperiosa para a compreensão da apoderação do corpo feminino como interesse político e manutenção do *status quo*, diminuindo a força política do corpo e acrescentando-lhe força econômica. Em outras palavras, é plausível inferir que esse tecido de relações denominado por Foucault de sociedade disciplinar pode ser o pano de fundo para que o biopoder e a biopolítica exerçam o controle e apoderação dos corpos como foco de incidência política, de forma a proceder ao incremento da docilização do corpo da mulher, usurpação de suas forças, e integração aos sistemas de controle eficazes aos interesses políticos e econômicos.

No que concerne ao corpo como valor, o autor Francisco Ortega se mostra uma importante vertente teórica a fim de elucidar o contexto cultural da ascensão do corpo como valor, e as nuances do normal e do patológico na contemporaneidade, o que se mostra crucial para o presente trabalho. Ao que desenvolve a questão identitária, elucida os modos de subjetivação contemporâneos estão passando por um processo de somatização e exteriorização, o que significa dizer que as novas relações com o corpo com objetivo de reformulação e aperfeiçoamento têm raízes em práticas socioculturais.²⁸

Além de que, as transformações das identidades são alimentadas por mudanças em outras fronteiras, como o natural/artificial ou o normal/patológico, e diante disso, o autor trabalha quais fatores têm interferido diretamente naquilo que se considera normal ou patológico, chegando à conclusão de que existe uma indissociabilidade entre regras fisiológicas do organismo e as normas sociais, uma vez que, para o autor, o que se considera normal ou saudável depende de uma avaliação social essencialmente, e não apenas de uma média estatística ou de um fato biológico. Isto posto, conclui que o conceito de normalidade é um valor, e não uma constante biológica.²⁹ E essa conclusão se mostra de imperiosa importância para correlacionar os ideais de Ortega, Rodotà e Foucault no que concerne à questão da apoderação do corpo feminino: a estrutura social em que se mostra engendrada essa teia de poder na seara do biopoder e da biopolítica (construção de identidade da mulher encontrando barreiras pela implementação da anátomopolítica), os diferentes conceitos de corpo e as

²⁸ Cf. ORTEGA, Francisco et al. **Corpo em evidência**: a ciência e a redefinição do humano. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2010. p. 63-64.

²⁹ Op. cit. p. 84



consequências do controle sobre os diferentes corpos – reais e virtuais – de cada indivíduo, em especial as mulheres, diante de uma suposta necessidade de regulamentação por critérios subjetivos que atendam os interesses de uma sociedade heteronormativa, patriarcal e androcêntrica como “moral” e “bons costumes”, os obstáculos à construção e aquisição de uma identidade pelas mulheres nessa sociedade disciplinar, os efeitos nocivos dessa estrutura de poder hegemônica e dominante, a insuficiência e ineficiência da legislação brasileira, em especial a Civil, no tratamento das questões atinentes à proteção das mulheres e a disposição ao seu próprio corpo.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a temática possui imperiosa relevância quando transposta para o âmbito do Direito Civil, quando as barreiras enfrentadas pelas mulheres na fruição e disposição ao próprio corpo se mostram verdadeira parte integrante e elemento-chave do processo de construção de sua identidade, uma vez que direito inerente à personalidade. Existe apenas um artigo no código civil brasileiro que trata da disposição ao corpo, o Art. 13, o qual apresenta como exceção à plena fruição do próprio corpo quando, dentre outros requisitos, contrariar os “bons costumes”. Muito mais do que os homens, as mulheres se mostram submetidas aos interesses da sociedade no que concerne ao seu corpo.

O Art. 13 traz em sua redação muito mais do que um conceito abstrato: acaba por determinar a submissão das mulheres ao que se considera “bom”, “moral” ou “correto” para a sociedade. Uma sociedade dominada por interesses predominantemente masculinos que acabam por submeter seus valores e interesses às mulheres. Submissão essa que se mostra invisibilizada na sociedade em sentido *lato sensu* por conta de uma legislação civil e constitucional que promove a igualdade mas, por conta da abstração dos conceitos preceituados e da naturalização de comportamentos que promovem a desigualdade, acaba por não adquirir a eficácia desejada, e se transformar em insinceridade normativa. Acredita-se que a mulher se mostra especialmente desprotegida pela legislação brasileira, em especial a civil-constitucional, com as lacunas legais sobre o tema e a referida vedação do artigo 13 à livre disposição ao seu próprio corpo pelos valores sociais morais, sem se questionar impostos por quem, para quem, e por quê.

As mulheres enfrentam grandes obstáculos, muitas vezes intransponíveis, no processo de construção de sua identidade no cenário biopolítico, uma vez que adquirem na sociedade



contemporânea a posição de sujeitos-objeto e seus corpos são dotados de biovalor; de maneira que não possuem liberdade para disposição deles e isso implica diretamente em interferência na fruição do seu direito da personalidade, o que é corroborado pelo ordenamento jurídico brasileiro que trata da matéria. O biopoder possui relação direta com o corpo, em especial no que diz respeito à sua fruição e disposição por parte do indivíduo. Para Foucault não existe “o Poder”, mas sim relações de poder, i.e., formas díspares, heterogêneas e em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente. Assim, é crível que essa construção social do poder encontra lugar na sociedade disciplinar: procedimentos centrados no adestramento, no incremento da docilidade da pessoa humana, na usurpação de suas forças, e sua integração em sistema de controle eficazes. É sob esse pano de fundo de biopoder/biopolítica que se supõe que a docilização e apoderação do corpo feminino assume importância como foco de incidência política.

O corpo feminino, em uma perspectiva mais avançada que o corpo masculino, é dotado de biovalor e, no cenário biopolítico, sob a égide de uma coerção ininterrupta e por meio do controle de forças e dos processos biológicos, o corpo feminino enfrenta uma maior gama de restrições à sua livre disposição, o que acaba por ocasionar efeitos na seara do direito civil e do direito constitucional no que tange à fruição dos direitos da personalidade de forma plena, em especial quanto à construção da sua identidade. O conceito de corpo transcende o biológico. Dessa forma, qualquer interferência em se tratando de corpo diz respeito necessariamente à seara da integridade psicofísica da pessoa humana, que diz respeito à integridade no seu sentido mais amplo. Não há que se falar em liberdade sem igualdade, e acredita-se que o ordenamento jurídico possui um papel determinante nesse processo de determinação cultural do papel feminino nos espaços sociais, enquanto à biopolítica cumpre a manutenção desses interesses, uma vez que o corpo feminino é dotado de potência econômica e de biovalor, e permanece assujeitado mesmo diante de normas em vigor concernentes a uma suposta promoção de igualdade.

A inefetividade do direito em proteger os direitos da personalidade da mulher gera e/ou incrementa a invisibilização de um processo de apoderação do corpo feminino e da existência de um cenário vigente de biopoder, no qual a identidade das mulheres é constituída diariamente nos moldes de uma sociedade androcêntrica e naturalizadora de comportamentos arbitrários. Entende-se que o conceito de normalidade é um valor, não uma constante biológica e, como tal,



depende de uma avaliação social. E essa avaliação social, quando discriminadora e segregadora, deve ser combatida pelo direito. Quando não o é, o resultado são as injustiças e a insinceridade normativa. O corpo é uma expressão eloquente da individualidade e lugar de construção da identidade, que se apresenta confrontado com os valores de uma sociedade que vislumbra o corpo feminino enquanto idealizado, distorcido e consumido. Acredita-se que fatores têm interferido de maneira direta sobre o que se considera normal ou patológico, correto ou incorreto, aceitável ou inaceitável, especialmente no que diz respeito ao corpo feminino e a forma com que a sociedade o vislumbra. As mulheres se mostram hoje impossibilitadas de construir sua identidade de forma plena, de maneira que enfrentam obstáculos para tanto em virtude de uma legislação civil por vezes omissa e, por outras, cerceadora de direitos na esfera de usufruto do próprio corpo. O mesmo ocorre em âmbito constitucional, quando a indeterminação dos princípios de dignidade e liberdade dificulta a sua aplicação prática e favorece a abstração e a subjetividade.

O cenário que se vislumbra, portanto, acaba por ser dotado de pessimismo, uma vez compreendido que se vive atualmente sob a égide da biopolítica no processo de apoderação dos corpos como fonte de biovalor – salientada a posição de destaque do corpo da mulher nesses processos por conta da rica contribuição econômica e biológica que carrega – e a desproteção do ordenamento civil brasileiro às mulheres nesse sentido, quando observada a absorção dos valores morais de uma coletividade indeterminada como possíveis impedimentos à disposição ao próprio corpo, o que acaba por cercear a livre e plena construção de identidade da mulher *ab initio*, considerando o papel do corpo como protagonista desse processo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Celia Barbosa. **Curatela e Interdição Civil**. Rio de Janeiro. Ed. Lumen Juris. 2009.
- AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Caracterização jurídica da dignidade da pessoa humana. **Revista Trimestral de Direito Civil**. Rio de Janeiro. Padma, n 9, pp. 3-24, jan/mar. 2002.
- BARBOZA, Heloisa Helena. A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade. **Cadernos IHU Ideias**. Ano 11. Nº 194. 2013.
- _____. In GOZZO, Debora et al. *Bioética e Direitos Fundamentais*. Ed. Saraiva. São Paulo. 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **La domination masculine**. Paris Éditions du Seuil, 1998.



_____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2002. Art. 13. Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Art. 1º, inc. III. “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III - a dignidade da pessoa humana”, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>.

ENGLISH, Karl. **Introdução ao pensamento jurídico**. Trad. J. Batista Machado. 7 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade: curso do Collège de France, 1 de Fevereiro de 1978. In *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 24ª edição. Rio de Janeiro. Graal.

_____. **História da Sexualidade I:** a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Ghilhon Albuquerque. 18ª ed. Rio de Janeiro: Graal. 2007.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Petrópolis. Ed. Vozes. 1999.

KONDER, Carlos Nelson. Privacidade e corpo: convergências possíveis. **Pensar – Revista de Ciências Jurídicas**. Fortaleza. v. 18. n. 2. p. 328-353. 2013.

MORAES, Maria Celina Bodin de. A caminho de um direito civil constitucional. **Revista de Direito Civil**. São Paulo. Revista dos Tribunais, n. 65, jul./set.. 1993.

ORTEGA, Francisco et al. **Corpo em evidência:** a ciência e a redefinição do humano. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2010.

PERLINGIERI, Pietro. apud MORAES, Maria Cecília B. **A caminho de um Direito Civil Constitucional**. Revista Estado, Direito e Sociedade, vol. I, 1991.

PERLINGIERI, Pietro. **La personalità umana nell’ordinamento giuridico**. Napoli. Edizioni Scientifiche Italiane, 1972.

RIOS, Roger Raupp. **Para um direito democrático da sexualidade**. Horizontes Antropológicos. Ano 12. n. 26. Porto Alegre. jul-dez 2006.

RODOTÀ, Stefano. **La vita e le regole:** tra diritto e non diritto. Milano: Giangiacomo Feltrinelli, 2006.



SARTI, Cynthia Andersen. **O Feminismo Brasileiro desde os anos 1970**: revisitando uma trajetória. Estudos Feministas. Florianópolis. Mai-Ago. 2004.

WIEACKER, Franz. História do Direito Privado moderno. Trad. A. M. Botelho Hespanha. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1967.

ZACCARA, Madalena de F. P. et al. O corpo como instrumento político na obra de Cristina Machado: uma artista mulher pernambucana. **24º encontro da ANPAP**. Compartilhamentos da arte: redes e conexões. Comitê História, Teoria e Crítica de Arte. Santa Maria. Rio Grande do Sul. Set. 2015.



O CORPO E O PSIQUISMO INFANTIL NO PROCESSO PRÉ-CIRÚRGICO

OLESIAK, Luísa da Rosa
*Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria e Membro do Núcleo de
Estudos Interdisciplinares em Saúde
Bolsista PROBIC- FAPERGS
luisa_drolesiak@hotmail.com*

PFEIFER, Paula Moraes
*Psicóloga. Mestre em Psicologia com ênfase em Saúde. Especialista em Psicologia Hospitalar
paulabmpfeifer@gmail.com*

QUINTANA, Alberto Manuel
*Orientador. Professor do Programa de Pós-Graduação e do Curso de Psicologia- UFSM.
albertom.quintana@gmail.com*

RESUMO

A cirurgia revela uma ameaça à constituição psíquica e corporal, tornando-se, muitas vezes, incompreensível e traumatizante. Na cirurgia pediátrica, as conflitivas e sentimentos mobilizados intensificam-se. Nesse sentido, buscando compreender os sentimentos e temores no momento pré-cirúrgico, realizou-se pesquisa qualitativa, com sete crianças, de cinco a doze anos, internadas em um hospital público do Rio Grande do Sul para realização de cirurgia em 2014. Aplicaram-se como instrumentos a Hora do Jogo e o Teste das Fábulas, sendo gravados e transcritos e após realizada a análise de conteúdo. Identificou-se a mobilização de sentimentos e ameaças envolvendo o corpo, sua desfiguração e imagem, além de angústias frente à ausência de informações. Conclui-se assim, que as reverberações psíquicas e corporais, buscam significar a experiência pré-cirúrgica, bem como, defender-se dela, essas precisam ser abordadas pela equipe, permitindo a criança elaborar essa vivência.

Palavras-chave: Cirurgia pediátrica. Corpo. Psicologia.

ABSTRACT

The surgery reveals a threat to the psychic and corporal constitution, becoming, often, incomprehensible and traumatic. In pediatric surgery, the mobilized conflicts and feelings are intensified. In this sense, aiming to understand the feelings and fears in the pre-surgical moment, a qualitative research was made, with seven children, from five to twelve years old, admitted to a public hospital in Rio Grande do Sul for surgery in 2014. As instruments, the Play Time and Fables Test were applied, being recorded and transcribed and after a content analysis was performed. It identified the mobilization of feelings and threats involving the body, its disfiguration and image, as well as anxieties towards the lack of information. It is concluded, thus, that the psychic and corporal reverberations, aim to signify the pre-surgical experience, as well as to defend from it, those need to be approached by the team, allowing the child to elaborate this experience.

Key-words: Pediatric surgery. Body. Psychology.



INTRODUÇÃO

O procedimento cirúrgico, independentemente do seu porte e embora objetive a melhora na qualidade de vida, manifesta-se como uma experiência de ameaça a integridade física e psíquica do sujeito, sendo possível produzir diversos afetos e conflitivos. Este processo no universo infantil intensifica as angústias e ansiedades mobilizadas (CREPALDI; HACKBARTH, 2002), visto que a criança se encontra ainda em formação e consolidação do seu psiquismo, bem como, da percepção do seu corpo e imagem corporal.

A intervenção cirúrgica ao implicar, muitas vezes, a hospitalização e seus procedimentos, revela-se uma experiência de caráter invasivo à constituição da psique e corpo do indivíduo. Ademais, a necessidade cirúrgica coloca em cena a incerteza do futuro, diante da emersão de sentimentos envolvendo a finitude da vida e o perigo instaurado. Dessa forma, as vivências obtidas no momento pré-cirúrgico fazem presente o mal-estar e sofrimento, colocando em constante destaque o corpo e suas reverberações. .

Em vista da complexidade que o momento pré-cirúrgico coloca, constata-se que o preparo psicológico nesta vivência, se apresenta como produtor de resultados relevantes caracterizados a curto prazo (BROERING; CREPALDI, 2011, COSTA JÚNIOR et al., 2012). Denotando assim, uma diminuição das queixas de dores físicas e conseqüentemente menor uso de medicações, bem como, a redução da ansiedade, a minimização das conseqüências no pós-operatório, como as alucinações e necessidade de sedação (VELÁZQUEZ et al., 2005).

Contudo, com a prática clínica, percebe-se muitas vezes, que à expressão de sentimentos e fantasias no contexto hospitalar, é sentida de forma ameaçadora para grande parte da equipe de saúde, visto que não há formação e preparo para lidar com aspectos do âmbito emocional, fugindo esses do controle (PITTA, 1999). Assim, a informação da cirurgia e suas intercorrências, muitas vezes, não são passadas à criança, visto que além da equipe de saúde, a família, encontra dificuldades de dialogar com a criança sobre esse processo, imperando muitas vezes, o silêncio e a esfera de mistério, que não permitem um amparo ao indivíduo.

Nesse viés, a abordagem dos aspectos inconscientes mobilizados no momento pré-cirúrgico, demonstra-se relevante, em decorrência de que sentimentos e fantasias referentes ao sofrimento associado ao momento pré-cirúrgico, podem prejudicar a elaboração da criança neste processo e ameaçá-la quanto a sua identidade. Dessa forma, a recuperação do paciente e sua aceitação do processo sofrem influência direta das fantasias originadas, já que podem estar a serviço de uma defesa contra toda a ansiedade que a cirurgia desperta (FIGHERA, 2006).



Considerando assim, a importância de um estudo sobre as peculiaridades e sentimentos subjacentes ao momento anterior a intervenção cirúrgica que acometem o sujeito ainda em construção, a partir da perspectiva e olhar da própria criança, realiza-se esta pesquisa que é fruto de um pequeno recorte da dissertação de mestrado intitulada: “O PAPEL DA FANTASIA EM CRIANÇAS FACE AO ATO CIRÚRGICO”. Neste sentido, o presente estudo visou compreender as vivências e sentimentos oriundos do infantil no momento anterior a cirurgia, com o intuito de possibilitar reflexões e aprimoramentos nos cuidados e acolhimentos do corpo e psíquico infantil no ambiente hospitalar.

Para tanto, utilizou-se uma abordagem qualitativa, com sete pacientes, de idades de cinco a doze anos, internados em um hospital público do Rio Grande do Sul para realização de cirurgia no ano de 2014. Conforme Turato (2003), esta abordagem surge como um método capaz de aprofundar a busca na compreensão de sentidos e significados atribuídos pelo indivíduo neste campo, proporcionando uma abordagem mais integral. Visando o alcance dos objetivos, utilizaram-se como instrumentos a Hora do Jogo e o Teste das Fábulas.

A Hora do Jogo, também chamada de entrevista lúdica, parte da ideia que ao brincar livremente, mediante a disponibilização de uma caixa de brinquedos com materiais simples e básicos para facilitar o acesso à fantasia infantil, a criança expresse ao profissional da Psicologia, a representação de seus sentimentos e conflitivos. Sendo que, a única instrução ofertada à criança foi de que brincasse a respeito do motivo de sua internação. Este instrumento possuiu uma duração no entorno de quarenta e cinco minutos (ABERASTURY, 1982/1992).

O Teste das Fábulas caracteriza-se como um teste projetivo, composto, em sua forma verbal, por dez fábulas ou histórias, finalizadas com uma pergunta, a qual a criança deve responder completando a história. Já sua versão pictórica possui doze pranchas, com ilustrações adequadas a cada uma das dez fábulas, que devem ser apresentadas ao sujeito junto com a forma verbal. O teste é indicado para crianças a partir dos três anos de idade e a aplicação dura de quinze a vinte minutos (CUNHA; NUNES, 1993). Este teste possibilitou o estímulo para a expressão e compreensão de pensamentos, conflitos e sentimentos oriundos da subjetividade.

Nesse intuito, aplicou-se em um único momento primeiramente a Hora do Jogo e posteriormente o Teste fábulas. Para fins de observação, os procedimentos foram gravados mediante permissão do participante e do responsável. Os dados foram transcritos e posteriormente foi realizada a sua análise mediante a técnica de análise de conteúdo, descrita por Bardin (1977/2010). Sendo assim, respeitados todos os preceitos éticos.



1. CORPO E PSIQUE NO CONTEXTO PRÉ-CIRÚRGICO

A constituição do sujeito está diretamente ligada a corporalidade. Desde o início da constituição da subjetividade, o corpo biológico e seus processos psíquicos dialogam, criando significados, para assim agir no mundo. A relação do sujeito obtida com o mundo é intencional, na busca de definir e organizá-lo com base na sua corporalidade. A atividade psíquica em si, estabelece-se diante dessa função biológica, desempenhando a pele um papel de promoção dos limites ao eu, possibilitando-se desde as primeiras experiências corporais, a criação de forma gradual da diferença entre o mundo externo e interno (FERREIRA, 2008).

Nessa linha de raciocínio, conforme o mesmo autor, o processo de percepção sobre o mundo e si mesmo, encontra no corpo a sua origem, e permite a criação de representações sobre as vivências do sujeito. Nesse viés, o corpo é o principal elo de ligação entre o mundo externo e o indivíduo, sendo que, no mesmo momento em que o corpo é próprio do sujeito, é também alheio ao mesmo, sofrendo diversas influências que vem do ambiente.

A Cirurgia e os procedimentos anteriores atuam diretamente no corpo físico, o que produz reverberações na percepção subjetiva desse corpo. Fala-se aqui de um corpo diferente do abordado pelo viés da medicina, o qual o considera adoecido quando alguma função do organismo não desempenha bem o seu papel. A partir desse corpo com funções biológicas, origina-se o corpo perpassado pela erogeneização, investido pelo sujeito e marcado pela linguagem, em que é significado e elaborado (FONSECA, 2007).

Neste entrelace, a percepção do indivíduo sobre seu corpo, advém da imagem corporal por ele construída. Esta é criada, por meio da integração de informações visuais exteriores e de sensações oriundas do interior do corpo, bem como, da experiência subjetiva obtida com o próprio corpo (FERNANDES, 2003). Assim, a imagem corporal é singular de cada sujeito, visto que está ligada a sua história e relação com o mundo.

Nessa perspectiva, todo indivíduo é construído por sua condição corporal, visto que é por meio do corpo que se produz um espaço para a criação da identidade pessoal. Dessa forma, diante de uma mudança em alguma forma corporal, outra identidade e humanidade do sujeito precisam ser construídas (LE BRETON, 1995). Assim, a cirurgia e procedimentos preparatórios, podem produzir intervenções e alterações em alguma parte do corpo, modificando a imagem corporal até então constituída no sujeito e exigindo a reconstrução da sua identidade. Nesse sentido, o processo cirúrgico pode manifestar-se como um estímulo



maior que a capacidade egoica de elaboração da criança, introduzindo uma necessidade de reorganização psíquica (LEPRI, 2008).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O adoecer coloca o sujeito diante das vulnerabilidades de seu corpo e na relação com o desamparo e suas fragilidades (DOCA; COSTA JUNIOR, 2011; FIGHERA; VIERO, 2005). Nesse viés, o adoecimento é compreendido como uma falha no processo natural de desenvolvimento, independentemente da idade que o indivíduo se encontra. No âmbito da infância, o adoecer torna-se ainda mais indesejado e inesperado, causando inquietação e sofrimento (CALVETT; SILVA; GAUER, 2008).

A doença ainda impõe limitações físicas, bem como, impedimentos de reações semelhantes às tidas anteriormente no ambiente. Nessa perspectiva o adoecer possui a capacidade de modificar tudo que até então havia sido estruturado no sujeito (SACCOL; FIGHERA; DORNELES, 2007).

Em decorrência disso, sentimentos de angústia fazem-se presentes, visto que a questão da finitude da vida é posta em evidência, bem como, as perdas que esse processo instaura, pois afeta a rotina da criança, suas formas de relação com o mundo e consigo mesma, além de produzir intercorrências no seu desenvolvimento e inserção social (MIKOWSKI, 2008).

Frente à doença, quando se faz necessária a hospitalização e o processo cirúrgico, o futuro torna-se imprevisível, sendo as vivências da criança tidas como uma ameaça, originadoras de dor, sofrimentos e conflitivas psíquicas. Uma intensidade emocional significativa se evidencia nesse processo de adoecimento e internação. Nessa perspectiva, a hospitalização por si só já provoca ansiedades, trazendo manifestações variáveis de reações como medo, ansiedade e estresse. Passar pelo processo de internação conduz a um rompimento da continuidade do espaço e tempo até então vividos pelo sujeito (MARTINS, 2007). Ademais, reações emocionais podem ser geradas em função do ambiente hospitalar e o que ele remete, produzindo-se temores envolvendo a nova realidade que é imposta, misteriosa e desagregadora.

Tendo em vista que a criança inserida nesse contexto hospitalar encontra-se em um ambiente diferenciado do seu habitual, com pessoas diferentes e em uma condição que lhe traz privações, reverbera o confronto com a dor e a passividade diante dos procedimentos. Com isso, abre-se campo para as manifestações do medo da morte e do corpo adoecido. Reações



estas ainda mais potencializadas quando se torna necessária a submissão a procedimentos de ordem invasiva, como a cirurgia (MITRE; GOMES, 2004).

Apesar do avanço de todo aparato tecnológico da medicina nas últimas décadas, a cirurgia, constitui um momento de crise, trazendo até mesmo a possibilidade de um trauma psíquico. Quando se pensa em trauma e eventos traumáticos, sabe-se que é considerado traumático aquilo que não consegue se ligar a uma representação e, assim, permanece enquanto afeto (DAHL, 2011). O traumático vem como algo da ordem do real, que não tem possibilidade de ser significado e é afastado pelo funcionamento, podendo ser considerado frente a perda real ou imaginária de algo considerado importante pelo sujeito (FREUD, 1909/1996). Nesta via de compreensão, o trauma marcaria a impossibilidade da representação de um afeto. O evento traumático lança o sujeito em um desamparo, emergindo a fantasia como recurso para atribuir significação à realidade insuportável desse evento (LEANDRO; COUTO; LANNA, 2013).

Independentemente da idade, do porte da cirurgia e do fato do indivíduo já ter vivenciado algum procedimento da mesma ordem, ela pode desencadear sentimentos variados no sujeito e afetos sem possibilidade de representação. Nesse viés, a cirurgia coloca a criança em contato direto com as perdas advindas do adoecimento indesejado, procedimentos desagradáveis e dolorosos e frente ao que desconhece. Assim, torna-se natural que este processo mobilize, no período pré-operatório, sentimentos que envolvam incertezas, fragilidades, medos da dor, do desconhecido, da desfiguração e mutilações, bem como, o temor à morte (GARANHANI; VALLE, 2012; GOIDANICH; GUZZO, 2012).

Ao consistir a intervenção cirúrgica em uma experiência que traz consigo uma bateria exames incômodos e mal-estares, torna-se, muitas vezes, uma experiência incompreensível à criança, sem possibilidades de manejo ao afeto que reproduz. Carrega a ideia de agressão e mobiliza angustias. Nessa perspectiva, a indicação cirúrgica geralmente é vivenciada pela criança como uma ameaça a sua integridade corporal e emocional, o que pode complicar a elaboração do paciente, já que há uma ausência de compreensão e, até mesmo, de explicações acerca dos procedimentos hospitalares desenvolvidos no corpo da criança (FIGHERA, 2006).

Considerando ainda, que a criança se encontra em inicial processo de crescimento e constituição da subjetividade, nesta lógica do procedimento cirúrgico, há a imposição de uma realidade, para a qual ainda não dispõe de recursos psíquicos para enfrentar, visto que não possui completo entendimento dos limites do seu corpo, bem como, da doença a qual é afetada (SILVA et al., 2015).



Em referência a isso, na cirurgia pediátrica a decisão médica não inclui, muitas vezes, a criança no momento da informação. Isto advém da crença que em muitos casos é baseada na cultura difundida, de que as crianças não são sempre capazes de compreender a complexidade e os motivos de um procedimento cirúrgico. Além disso, muitas vezes, a família possui dificuldades de conversar com a criança quanto a necessidade do procedimento, bem como da internação. No entanto, a criança possui capacidade de observação e percepção que algo diferenciado ocorre consigo e a dificuldade que a família apresenta para lidar com este processo (GARANHANI; VALLE, 2012; LEPRI, 2008; MIKOWSKI, 2008). Isto pode instaurar um universo de silêncio e mistério, o que pode prejudicar a elaboração da criança sobre os procedimentos desenvolvidos com ela e acarretar em consequências na sua recuperação.

Diante deste debate, levando em conta que o ego do sujeito cria forma a partir de sensações corporais, no momento em que corpo e psíquico são unificados na constituição do sujeito, o que vier a acometer esse corpo, produz implicações ao psíquico e a representação que o sujeito tem de si. Desse modo, quando a integridade corpo-psiquismo é abalada emergem temores e fantasias, como recurso para manter a integridade do eu, permitindo, assim, enfrentar a realidade imposta e tornar suportável o adoecimento e seus processos (LEPRI, 2008).

Sabe-se dessa forma, que é por meio do corpo que se originam as sensações, tanto internas quanto externas, como a dor. Esta se coloca entre o psíquico e o somático, sendo a dor física o mais imperativo dos processos psíquicos. Assim, toda vivência de ordem dolorosa imprime sua representação no psiquismo, de modo consciente ou não, que resulta na visão que o sujeito constrói sobre essa experiência e sua percepção corpórea. É através da visão que é possível conhecer ao outro e a si mesmo, delinear os contornos das várias partes do seu corpo, criar a imagem de si, se reconhecer no espelho e se ver perante o olhar do outro. A imagem de si e do mundo externo revelam o ponto de vista de cada um a sua forma singular de estar no mundo e receber suas intervenções (CAMPOS, 2007).

Por sua vez, o corpo dotado de sua característica de inacabado, permite-se ser invadido por tecnologias que prolongam sua funcionalidade e qualidade de vida, além de modificarem de algum modo sua aparência. Contudo, o corpo visto como ideal deve ser belo e anterior a isso, saudável e sem nenhum traço e marca que denuncie alguma patologia (DANTAS, 2011).

Desse modo, considera-se que o corpo e sua imagem são depósitos de súbita importância em função de é que é no corpo que se evidencia o palco maior dos juízos sociais, os indivíduos lidam com seu corpo de modo a utilizá-lo como um meio de reconhecimento perante



o social. Nesse viés, as imagens que o sujeito faz do seu próprio corpo são a síntese viva das suas experiências psíquicas e emocionais vivenciadas por meio das sensações, passadas ou presentes, constituindo assim a memória inconsciente de toda vivência relacional do sujeito (FERREIRA, 2008).

Conforme Freud (1923/1976) a primeira representação de um dano na esfera narcísica do sujeito é uma perda da ordem corporal. Nesse campo, o corpo faz registro e assimila suas vivências, sofrendo com suas perdas e marcas, emergindo como objeto de prazer, mas também, de angústia e sofrimento (CAMPOS, 2007). Com isso, por meio do que a intervenção cirúrgica produz, pensa-se em corte, marca, dor e sofrimento aplacados na experiência do sujeito, que ao acometer diretamente o corpo precisam ser impressos no psiquismo, e investidos pelo sujeito a fim de criar significados as sensações oriundas desse processo.

Nesse sentido, diante de todo o conjunto referente ao adoecimento, internação hospitalar e indicação cirúrgica, as vivências obtidas pela criança perpassam constantemente a delicada visão de si, perante o seu olhar e do outro. Com isso, essas experiências são expressas de forma abrupta pelo sujeito, trazendo a ambivalência de que, para poder o seu corpo ser curado e recuperar seu estado de saúde, este deve ser atacado. Implicando assim, um impacto físico, social e emocional para os pacientes. (COSTA JÚNIOR et al., 2012; GOIDANICH; GUZZO, 2012). Nesse propósito, o estado emocional reflete no funcionamento do seu sistema imunológico, bem como, na sua situação física de forma geral, retratando, muitas vezes, que as cirurgias precisam ser canceladas devido ao grau intenso de ansiedade manifestada pelo paciente (GARANHANI; VALLE, 2012).

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

O procedimento cirúrgico é uma experiência que traz consigo diversos incômodos e mal-estares, assumindo um caráter invasivo e tornando-se, muitas vezes, uma vivência incompreensível e traumatizante. Essas questões juntamente com as ideias que a criança constrói da doença e da cirurgia, desencadeiam sentimentos e temores variados, que podem gerar angústias diante da ausência de saber e do desconhecido, impossibilitando o sujeito de elaborar sua vivência. A criança sente medo de situações dolorosas, da anestesia, de ficar desfigurada, de pessoas estranhas e do morrer. Medos estes que não são, muitas vezes, imaginários, mas sim, reais e concretos (DEMASO; SNELL, 2013).



Em vista disso, é através do corpo que se expressam os efeitos e também os significados que as relações e vivências têm para os sujeitos. Nessa perspectiva, as conflituosas e sofrimentos do indivíduo também são colocados no corpo, o mesmo servindo como depósito das angústias não elaboradas (FERNANDES, 2003). Toda vivência afetiva e corporal intensa, consciente ou não, deixa um traço permanente no inconsciente, assim se constrói a memória inconsciente das vivências obtidas no corpo infantil (NÁSIO, 2009). Nesse prisma, a imagem inconsciente de um corpo configura-se em função da imagem de uma emoção obtida nesse, como apresentado no contexto cirúrgico. As perdas referentes ao processo cirúrgico deixam marcas que se apresentam no corpo e reverberam em representações de um corpo com defeito, que vem a possuir um reparo, mas que carrega em si registros desta falha e deformação.

Nesse intuito, visando dar conta da proposta do presente estudo, os resultados alcançados consistirão em duas seções. Estas foram escolhidas em decorrência dos aspectos recorrentes no discurso dos participantes. Consistindo a primeira seção na apresentação dos sentimentos presentes no olhar da criança frente ao processo cirúrgico, evidenciando suas repercussões psíquicas. Sendo, a segunda e última seção referente aos reflexos da angústia diante do desconhecido e da ausência de informações.

3.1. Sentimentos frente ao processo pré-cirúrgico

A ameaça à integridade do ego representada pela cirurgia coloca em cena diversos sentimentos que se sobrepõem ao corpo e psique. Verificou-se temores referentes ao tipo de cirurgia a ser produzido, se essa será a corte ou a vídeo, em decorrência disso o que ocorrerá com o seu corpo, como ele ficará após a cirurgia, se haverá dor, virá a falecer, bem como, se esse órgão adoecido demonstra algo ruim de si que precisa ser retirado, e se retirado onde ficará essa parte sua? Indagações essas que promovem medos diante das incertezas e impressões oriundas do processo pré-cirúrgico. Constatou-se, também, a presença de temores quanto à percepção desse corpo que passaria pelo procedimento cirúrgico e intervenções pré-operatórias, representado pelo entendimento de precisar ser atacado para poder recuperar a sua saúde.

As construções expressas pelos participantes em suas brincadeiras demonstravam por meio das figuras como a do médico, do mecânico e do assaltante, a introdução da ideia de um corpo com falhas, defeituoso. Além disso, ficou evidente a associação da situação com a ideia de agressão, invasão e vulnerabilidade, na qual assaltos invadem abruptamente o corpo - perpassado por tiroteios - e o emocional fica sem a possibilidade de defesa. Observou-se



também, a percepção da cirurgia enquanto uma reconstrução do corpo, representada seja por meio de um marceneiro ou um construtor que se utiliza de torques e serrotes.

Dessa forma, todas estas percepções, perpassam a imagem corporal que o sujeito possui de si, onde o corpo esburaca-se em assaltos, perpassa diversos exames, precisa de uma remoção de algo deficitário sem consentir e é levado ao mecânico para arrumar a sua roda que se encontra estragada. A criança é colocada em relação com a parte deficitária do seu corpo, ficando subjugada as intervenções técnicas e aos manejos físicos, os quais podem ser sentidos como desagradáveis e provocarem mal-estar (SACCOL; FIGHERA; DORNELES, 2007).

A remoção de uma parte de si pode vir como uma perda imaginária e até mesmo real. Algumas cirurgias, como a retirada do apêndice ou da vesícula biliar, envolvem uma perda real, isto é, a remoção de uma parte de si. O sentimento de perda é proporcional ao significado específico que o paciente atribui à parte afetada e à sua função, e não ao tamanho ou complexidade da intervenção cirúrgica (DEMASO; SNELL, 2013). Este órgão, mesmo encontrando-se doente é uma parte da criança, sendo inclusa na sua imagem corporal e, assim, sua retirada desencadeia um processo de enlutamento, exigindo uma reconstrução da sua percepção corporal. Com isso, a cirurgia coloca limite ao sentimento de onipotência da criança quanto maior for o valor que se atribui ao órgão perdido, sendo maior o sentimento de ameaça vivido por ela (FREUD, 1909/1996).

Nesse sentido, no caso da cirurgia, que é um procedimento agressivo e que carrega a ameaça de uma aniquilação real e de uma perda concreta, desperta na criança a ideia de ser atacada e dominada (LEPRI, 2008). Conforme o autor, em situações extremas, como os procedimentos cirúrgicos que envolvem uma possibilidade real de aniquilamento do ego, os temores e fantasias são alimentados pelo medo da criança quando não se encontra em condições de lidar com a situação. Ainda, o adoecimento e a cirurgia podem ser sentidos pela criança como uma retaliação ou uma punição, nutrindo fantasias e medos persecutórios.

Além disso, verificou-se com a pesquisa o medo de sofrer mutilações e da marca deixada pela cirurgia. Estas manifestadas seguidamente pelas crianças frente ao temor da desfiguração do seu corpo, seja pelo corte, sua altura e tamanho, que possa ou não cicatrizar, ou pelo receio da própria cicatriz, bem como, se esse corte vai ficar exposto e deixar a mostra o seu órgão.

Nesse viés, a cirurgia por mais que tenha êxito, deixa marcas leves ou profundas, o que repercute em um sofrimento frente ao registro do corpo e emoção que essa vivência carrega



(LEPRI, 2008). Marcas estas passam a ser um representante da perda, que o identifica como alguém que necessitou ser consertado, isto é, alguém falho, despertando angústia e vergonha de ser visto pelo outro dessa maneira. Desse modo, as marcas possuem uma repercussão na esfera física e simbólica, prestando-se ao significado de uma perda que remete a ambas esferas e que deixam sinais a serem assistidos (GARANHANI; VALLE, 2012).

Assim, no caso de cirurgias, envolve-se a modificação da imagem corporal, visto que um órgão será retirado, ou se instaurará uma cicatriz, sinal, interferindo de forma concreta no sentimento de identidade do sujeito. Conforme Fontes (2006) os corpos que denunciam de alguma forma que sofrem de uma patologia, causam acentuado aumento da angústia identitária, ou seja, uma angústia causada pelo sentimento de não pertencer, tampouco se assemelhar fisicamente às exigências estéticas impostas pela sociedade.

No que concebe aos medos referentes à finitude da vida apresentaram-se evitações do assunto de morte pelas crianças, contudo a temática encontrava-se presente de modo constante no conteúdo expresso. Ademais, os participantes revelaram a necessidade de afastá-la de si, de defender-se da angústia que ela retratava. Contudo, mediante a representação de tantas mortes desse corpo, há uma sobrevivência, o que possibilitava a passagem, em alguns casos, para outra brincadeira, permitindo a elaboração dessas perdas.

Como presente na cirurgia, o indicativo de possibilidade de morte, confronta o indivíduo com suas fragilidades, limitações e fere suas aspirações narcisistas em seu desejo de imortalidade, configurando-se, assim, em uma ameaça (KOVÁSC, 2005).

Além do mais, diversas questões que se apresentam nos participantes representam sua posição diante do momento pré-cirúrgico. Uma posição passiva, ocupando o lugar de um corpo que recebe todas essas intervenções, mas que através das brincadeiras pode assumir uma posição diferente daquela que lhe foi delegada. O brincar possibilitou ao participante assumir uma atitude ativa mediante a imaginação, submetendo o outro, na busca de resignificar esse corpo que foi alterado pela cirurgia e apropriar-se dessa vivência como parte da sua história. Através do brincar de médico, por exemplo, é possível substituir a situação real pelo imaginário e permitir à criança identificar e lidar de forma simbólica com aquilo que a cirurgia lhe representa (LERWICK, 2013).



3.2. A angústia, diante do desconhecido e da ausência de informações

Em alguns casos, percebe-se a mudança constante de brincadeira, repetindo o tema da necessidade de um conserto, na busca de um saber, referências e respostas do que vem a acontecer a si mesmo e seu corpo, visto a ausência de informações que imperam no contexto hospitalar. Essas mudanças constantes apresentam ainda uma angústia e ansiedade, que deixam inacabadas as brincadeiras, denotando o quão ameaçador é realizá-la até o final, não permitindo espaço para produzi-las e abarcá-las por completo.

Percebe-se também, a ausência de um saber na questão que remete até mesmo ao que a criança veio fazer no hospital. Isto reflete ainda, diante dos procedimentos e manejos da equipe de saúde, que muitas vezes, não são explicados e sim reproduzidos em seu corpo. Com isso, diante de uma não abertura de informações e conseqüentemente, de espaço para a expressão da criança, como apresentado em um caso, quando se indaga, ao que nas estórias do instrumento aplicado, os personagens sentem, o participante relata constantemente não saber.

Dessa forma, diante dessa ausência de espaços e fala, apresenta-se, em muitos casos, a impossibilidade de construir um saber sobre isso que é vivenciado e conseqüentemente, dificuldades de a criança de algum modo se apropriar deste momento. Nesse viés, se apresenta por meio das brincadeiras não conseguir definir o que virá a ocorrer com o personagem, como a estória acaba, e não ter um pensamento próprio sobre essa estória, visto que não há espaços. Ainda, a ausência de informação apresenta-se por meio da emergência de que algo precisa ser dito e colocado a criança, mas que ela mesma desconhece o que poderia ser, nas suas verbalizações fica subentendido que algo falta ser expresso, mas que não conseguem nomear.

O desconhecido, apresenta-se desde o adoecimento e internação do paciente, assumindo uma forma assustadora, que permeia a incerteza e produz reverberações corpóreas e psíquicas. A ausência de um saber e assim de uma elaboração pelo paciente infantil surgem por meio das intervenções impostas a criança, visto que há a ausência da compreensão quanto as terapêuticas desenvolvidas e explicações quanto as mesmas aplicadas no seu corpo. No universo infantil, esses aspectos intensificam-se, justamente porque, muitas vezes, a decisão da cirurgia e hospitalização são tratadas e verbalizadas apenas entre a família e equipe, não incluindo a criança nessa conversa (FIGHERA, 2006). Em função disso, a incompreensão quanto os novos hábitos, envolvendo o ambiente hospitalar e suas intervenções, provoca um mistério, onde o desconhecido pode promover repercussões em sofrimentos quanto à cirurgia e o adoecer.



Aquilo que tem maior poder de causar um desequilíbrio psíquico pela ameaça que nos cria é pertencente do nosso interior, de uma entidade abstrata que nos habita. Segundo Corso (2005) precisamos nomear, dar significado e fala para poder tirar o estatuto de “ameaça” do objeto que nos perturba. Poder dar algum sentido ao que advém como ameaçador para que então deixa-lo viver longe de nós carece de identificação. Além disso, considerando que é na própria infância que se apresenta o sentimento de “medo”, torna necessário considerar que sentir medo de algo específico é mais fácil de assimilar e menos doloroso a criança, do que isso tornar-se angústia.

Nesse sentido, o medo pode ser controlado, visto que é possível identificá-lo e saber onde se encontra, enquanto a angústia faz-se presente em toda parte, tornando-se difícil de abordá-la ou pedir suporte para lidar com a mesma, pois gera desconforto e medos referentes a morte, bem como, a percepção de si e seus contornos. Desse modo, não obtendo uma estrutura verbal e psíquica que possibilite plena elaboração de suas angústias, o afeto pode passar a ser dirigido de forma difusa e, muitas vezes, dolorosa a criança (SILVA et al., 2015).

Nessa perspectiva, muitas vezes, no contexto hospitalar e nas vivências pré-cirúrgicas não se torna possível encontrar contornos e significados ao que ocorre consigo e o seu corpo. A angústia pode se fazer presente, devido ao universo instaurado, de ausência de informações e nomeações ao que vem acometer intrusivamente este corpo e psique, sendo manifestado pela pesquisa, através das repetições de um não saber, sem possibilidades de aprofundar-se nas histórias e criar a elas um sentido, uma significação, evidenciando não conseguir criar representações sobre a nova realidade e suas intervenções. Não conseguindo assim terminar nenhuma das suas brincadeiras, mudando-as de forma constante, visto a ansiedade que provocava defrontar-se com o inominável e o que não se encontra representado.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse ínterim, compreende-se que o processo pré-cirúrgico coloca diversas dinâmicas e conflitos da criança com relação a sua constituição e identidade, o que permite a emersão de medos e angústias, para assim, suportar essa vivência, como também, servindo como defesa para o sujeito diante do que o pré-cirúrgico provoca.

Frente à ameaça à integridade física do paciente, a cirurgia, manifesta-se assim como uma experiência de carga afetiva intensa, podendo assumir um caráter traumático. Percebe-se assim, sentimentos provindos desse momento pré-cirúrgico colocam diversos temores ao corpo



e psique da criança, referentes a sua imagem corporal, como a desfiguração, invasão, recortes, além de, o futuro incerto e possibilidade de morte. Ademais, na ausência de espaços para que a criança consiga-se colocar por meio da sua linguagem, a ausência do saber referente aos seus sentimentos, suas vivências, o que denota uma angustia ameaçadora frente ao que não se permite representar, ao que se desconhece e não nomeia.

Com isso, é necessário que a abordagem da criança seja realizada por meios alternativos e lúdicos, facilitando sua expressão e a identificação de seus sentimentos. Nesse intuito, uma construção sobre uma nova percepção da realidade e do corpo colocam uma complexidade de sentimentos e sofrimentos que precisam ser compreendidos e assistidos no ambiente hospitalar, visando um espaço que possam ser trabalhados e escutados para um desenvolvimento saudável do processo cirúrgico e recuperação.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda. (1982/1992) *Psicanálise da Criança: teoria e técnica*. Porto Alegre: Artmed.

ARAÚJO, Fabíola Menezes de. (2013) O véu do inconsciente e a questão da angustia. *In: Cad. Psicanál*, v.35, n.28. Rio de Janeiro: CPRJ, jan./jun.2013, 149-168.

BARDIN, Laurence. (1977/2010) *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Editora Edições 70.

BROERING, Camila Volpato; CREPALDI, Maria Aparecida. (2011) Preparação psicológica e o estresse de crianças submetidas a cirurgias. *In: Psicologia em Estudo*, v.16, n.1. Maringá, jan./mar.2011, 15-23.

CALVETT, Prisca Ücker; SILVA, Leonardo Machado da; GAUER, Gabriel José Chittó. (2008) Psicologia da saúde e criança hospitalizada. *In: Psic*, v.9, n.2. São Paulo, jul./dez. 2008, 229-234. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psic/v9n2/v9n2a11.pdf> Acesso em 02 set 2015.

CAMPOS, Sonia Cury da Silva. (2007) A imagem corporal e a constituição do eu. *In: Reverso*, v. 29, n. 54. Belo Horizonte, set. 2007, 63-69.

CORSO, Diana. (2005) Cada criança tem seu Monstro-da-Guarda: Sobre a fobia infantil. *In: Psicanálise na vida cotidiana*. Disponível em: <http://www.marioedianacorso.com/cada-crianca-tem-seu-monstro-da-guarda> Acesso em 22 set 2015.

COSTA JÚNIOR, Áderson Luiz. et al. (2012) Preparação psicológica de pacientes submetidos a procedimentos cirúrgicos. *In: Estudos de Psicologia*, v.29, n.2. Campinas, apr./jun



2012,271-284. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2012000200013 Acesso em 03 set 2015.

CREPALDI, Maria Aparecida; HACKBARTH, Irene Dranka. (2002) Aspectos psicológicos de crianças hospitalizadas em situação pré-cirúrgica. *In: Temas em Psicologia*, v.10, n.2. Ribeirão Preto, ago.2002, 99-112.

CUNHA, Jurema Alcides; NUNES, Maria Lúcia Tiellet. (1993) *Teste das Fábulas: forma verbal e pictória*. São Paulo: Centro Editor de Testes e Pesquisas em Psicologia.

DAHL, Gerhard. (2011) Os dois vetores temporais de Nachtraglichkeit no desenvolvimento da organização do ego: a importância do conceito para a simbolização dos traumas e ansiedades sem nome. *In: Jornal da Psicanálise*, v. 44, n. 80. São Paulo, jun.2011, 95- 114.

DANTAS, Jurema Barros. (2011) Um ensaio sobre o culto ao corpo na contemporaneidade. *In: Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 11, n. 3. Rio de Janeiro, dez. 2011, 898-912.

DEMASO, David R; SNELL, Carolyn. (2013). Promoting coping in children facing pediatric surgery. *In: Seminars in Pediatric Surgery*, v.22, n.3. august/2013,134-138. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1053/j.sempedsurg.2013.04.004> Acesso em 22 set 2015.

DOCA, Fernanda Nascimento Pereira; COSTA JÚNIOR, Àderson Luiz. (2011) Preparação psicológica nos serviços de psicologia pediátrica dos hospitais universitários públicos federais. *In: Estudos de Psicologia*, v. 28, n.1. Campinas, jan./mar 2011, 79-87.

FERNANDES, Maria Helena. (2003) *Corpo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

FERREIRA, Francisco Romão. (2008) A produção de sentidos sobre a imagem do corpo. *Em: Interface- Comunicação, Saúde, Educação*, v.12, n.26. Botucatu, jul./set. 2008, 471-83. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/icse/v12n26/a02.pdf> Acesso em 22 set. de 2015.

FIGHERA, Jossiele. (2006) *Angústia e fantasias relacionadas ao paciente cardíaco cirúrgico*. 2006. 94f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica – PUCRS, Porto Alegre.

FIGHERA, Jossiele; VIERO, Eliani Venturini. (2005) Vivências do paciente com relação ao procedimento cirúrgico: fantasias e sentimentos mais presentes. *In: Revista da SBPH*, v. 8, n.2. Rio de Janeiro, dez.2005, 51-63.

FONSECA, Maria Carolina Bellico. (2007) Do trauma ao fenômeno psicossomático (FPS) – Lidar com o sem sentido?. *In: Ágora*, v. X, n. 2. Rio de Janeiro, jul./dez 2007, 229-244.

FONTES, Malu. (2006) Uma leitura do culto contemporâneo ao corpo. *In: Revista de Comunicação e Cultura*, v.4, n.1. jun.2006, 117-136. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3482/2539> Acesso em 02 nov 2015.



FREUD, Sigmund. (1909/1996) Análise de uma fobia de um menino de cinco anos. (J.O. A Abreu, Trad.). In: J. Salomão (Org.) *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. X, 59-75. Rio de Janeiro, Editora Imago.

_____. (1923/1976) A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade. In: *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago.

GARANHANI, Maria Lúcia; VALLE, Elizabeth Ranier Martins do. (2012) O significado da experiência cirúrgica para a criança. In: *Ciência Cuidado e Saude*, v.11(suplem.), 259-266. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/17084/pdf> Acesso em 02 set. de 2015

GOIDANICH, Marcia; GUZZO, Fabíola. (2012). Concepções de vida e sentimentos vivenciados por pacientes frente ao processo de Hospitalização: O Paciente Cirúrgico. In: *Rev. SBPH*, v.15, n.1. Rio de Janeiro, jun.2012, 232-248.

KOVÁSC, Maria Júlia. (2005) Educação para Morte. In: *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 25, n.3. Brasília, 484-497.

LEANDRO, Mardem.; COUTO, Daniela Paula.; LANNA, Maria Dos Anjos Lara. (2013). De realidade psíquica ao laço social a função da mediação do conceito de fantasia. In: *Cadernos de Psicanálise*, v. 35, n.28. Rio de Janeiro: CPRJ, jan./jun. 2013, 27-48.

LE BRETON, David. (1995) A síndrome de Frankenstein. In: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. (org.), *Políticas do corpo*. 1º ed. São Paulo: Estação Liberdade.

LEPRI, Patrícia Maria Fassina. (2008) A criança e a doença: da fantasia à realidade. In: *Rev. SBPH*, v.11, n.2. Rio de Janeiro, dez 2008, 1-12.

LERWICK, Julie L. (2013). Psychosocial implications of pediatric surgical hospitalization. In: *Seminars in Pediatric Surgery*, v.22, n.3. august.2013, 129-133. Disponível em: [http://www.sempedsurg.org/article/S1055-8586\(13\)00034-6/abstract](http://www.sempedsurg.org/article/S1055-8586(13)00034-6/abstract) Acesso em 02 set. 2015

MARTINS, Denise Arruda. (2007) A psicologia ambiental no estudo da inter-relação pessoa-ambiente no contexto hospitalar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA: DIÁLOGOS EM PSICOLOGIA SOCIAL, 31 out./3.nov, Rio de Janeiro. *Anais...* ABRAPSO. Rio de Janeiro. nov.2007, 15p.

MIKOWSKI, Esther Maynart Pereira. (2008). *Intervenção psicológica em crianças a serem submetidas à cirurgia através do brinquedo terapêutico diretivo*. Monografia (Bacharel em Psicologia) Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão.

MITRE, Rosa Maria de Araújo; GOMES, Romeu. (2004) A promoção do brincar no contexto da hospitalização infantil como ação de saúde. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 9,n. 1. Rio de Janeiro, nov.2004, 147- 154.



NÁSIO, Juan David. (2009) *Meu corpo e suas imagens*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar.

PITTA, Ana Maria Fernandes. (1999) *Hospital: dor e morte como ofício*. 3º ed. São Paulo: Hucitec.

SACCOL, Camila Souza; FIGHERA, Jossiele; DORNELES, Letícia. (2007) Hospitalização infantil e educação: caminhos possíveis para a criança doente. *In: Vidya*, v.24, n.42. Santa Maria, jun./dez 2004, 181-190.

SILVA, Alexandre Barbosa. et al. (2015) A criança no ambiente hospitalar: o fantasma e a elaboração pelo brincar. *In: Psicologado*, Disponível em: <https://psicologado.com/atuacao/psicologia-hospitalar/a-crianca-no-ambiente-hospitalar-o-fantasma-e-a-elaboracao-pelo-brincar> Acesso em 02 jun. 2015.

TURATO, Egberto Ribeiro. (2003) *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: Construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Petrópolis: Vozes.

VELÁZQUEZ, Mirian E. Rodriguez. et al. (2005) Trabajo de investigación en psicoprofilaxis quirúrgica pediátrica. Primera experiencia nacional. *In: Arch Pediatr Urug*, v.76, n. 1. Montevideo, mayo 2005, 27-37. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S1688-12492005000100006&script=sci_arttext Acesso em 03 set. 2015



O ADOECIMENTO PSÍQUICO DO PROFESSOR COMO EXPRESSÃO DO MAL-ESTAR NA EDUCAÇÃO, E SEUS REFLEXOS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL

CRESPO, Camilla Paiva Silva

Mestranda em Cognição e Linguagem da UENF e Professora da UNIFLU - Bolsista FAPERJ
cpaivasilva@yahoo.com.br

ISTOE, Sérgio Elias

Mestrando em Cognição e Linguagem da UENF e Prof. da Universidade Estácio de Sá - Bolsista UENF
sergioistoe@gmail.com

MANHÃES, Fernanda Castro

Pós-doutoranda em Cognição e Linguagem da UENF.
castromanhaes@gmail.com

122

RESUMO

O presente estudo procura analisar o fenômeno social do adoecimento psíquico dos professores do primeiro segmento do ensino fundamental. Supõe-se que, para além de fatores circunstanciais e externos, haja outro fator que contribua para o adoecimento que retira o professor da sala de aula. É possível que a própria constituição do sujeito possa se configurar como mais um fator de adoecimento psíquico. Nesse sentido, o conceito de mal-estar apresentado pela teoria psicanalítica serviu de referencial teórico para a presente análise. O estudo justifica-se pela importância de pensar em novas estratégias de prevenção para esse fenômeno social. Inicialmente apresentaremos o processo de Feminização da Educação e em seguida a teoria psicanalítica do mal-estar. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica com o uso de fonte primária e secundárias.

Palavras-chave: Adoecimento Psíquico. Educação. Ensino Fundamental. Mal-Estar

ABSTRACT

This study seeks to analyze the social phenomenon of mental illness of teachers of the first segment of elementary school. It is assumed that, beyond circumstantial and external factors, there is another factor that contributes to the illness that removes the teacher in the classroom. It is possible that the constitution of the subject can be configured as an additional factor of mental illness. In this sense, the concept of malaise presented by psychoanalytic theory served as the theoretical framework for this analysis. The study is justified by the importance of thinking of new strategies to prevent this social phenomenon. Initially we present the process of feminization of Education and then the psychoanalytic theory of malaise. The methodology was the literature review using primary and secondary

Keywords: Psychic illness. Education. Elementary School. Malaise



INTRODUÇÃO

O presente estudo procura analisar o fenômeno social do adoecimento psíquico dos professores do primeiro segmento do ensino fundamental. Os jornais nos mostram, vez ou outra, que a situação do professor de escola pública se agravou bastante nas últimas décadas, e atualmente, as condições de trabalho são muito desfavoráveis: é notória a necessidade de possuir duas matrículas, para que se alcance melhores condições salariais; no caso das professoras mulheres, depois de um dia inteiro de trabalho, algumas delas retornam para suas casas tendo que enfrentar uma terceira jornada de atividades domésticas, e não raras vezes o convívio com os alunos vem se mostrando cada vez mais difícil, quando não é perigoso.

Acredita-se que a realidade da sala de aula também não seja favorável: unidades escolares com quantitativo superior ao previsto por lei, alunos e pais de alunos considerados desrespeitosos e violentos, ambientes insalubres e condições de trabalho inadequadas e insuficientes. Esses e outros fatores concorrem para a elevação do nível de estresse desse profissional, que acaba adoecendo.

No entanto, para além dessas possibilidades de fatores circunstanciais e externos, que por si só, já seriam patologizantes, supõe-se que haja um outro fator que contribua para o adoecimento que retira o professor da sala de aula. É possível que a própria constituição do sujeito, sua forma de enxergar o mundo, e em especial, suas expectativas em relação à sua vida e à sua profissão, possam se configurar como mais um fator de adoecimento psíquico.

Esse adoecimento pode levar a pedidos de licenciamento e à defasagem do corpo docente na unidade escolar, gerando uma sobreposição de outros adoecimentos dentro dela. Esse trabalho visa a pesquisar tal realidade nas escolas públicas do município de Campos dos Goytacazes, notadamente entre os professores do ensino fundamental do primeiro segmento, uma vez que, são nessas séries iniciais, que o aluno deve ser alfabetizado e, dentro da educação básica, é nesse momento que o trabalho do professor é mais evidenciado.

Num intercâmbio entre Psicologia, Psicanálise, Educação e Sociologia os autores nos conduzem a uma análise que tangencia a história da inserção da mulher no magistério, a constituição do indivíduo enquanto sujeito inserido numa coletividade e aos reflexos que isso traz para a sua saúde psíquica e sua vida profissional.

Esta pesquisa será quantitativa e qualitativa. Considera-se pesquisa quantitativa, aquela cujas opiniões e informações podem ser traduzidas em números, aquela que requer os recursos da estatística



(SOUZA, 2014). Já a pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2009) é aquela que trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças e valores, que são entendidos como parte da realidade social que é vivida e partilhada pelos indivíduos.

Do ponto de vista de seus objetivos, será feita uma pesquisa exploratória para alcançar maior familiaridade com o problema e o procedimento técnico de pesquisa bibliográfica elaborada a partir de livros, artigos e periódicos. Pretende-se também investigar o corpo docente de duas escolas públicas de ensino fundamental, localizadas no município de Campos dos Goytacazes, no interior do estado do Rio de Janeiro, que apresentem, em seu quadro, significativo número de professores licenciados por adoecimento, a fim de verificar o impacto que esta ausência provoca na unidade escolar.

Como esse estudo está em andamento, não possuímos ainda todos os dados da pesquisa de campo.

1. FEMINIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Quando pensamos na educação básica do Brasil não podemos deixar de considerar o fato de que, em sua maioria, o corpo docente é constituído por mulheres. Esse fato social foi construído ao longo de toda a história da educação brasileira e reflete nossa cultura, trazendo consequências diretas para essa categoria profissional.

Carvalho (1996), entre outros dados, nos aponta que é notável que, desde o século XIX, as chamadas escolas domésticas ou de improviso – algumas sem vínculos com o Estado e outras com docentes aprovados como funcionários públicos – permaneciam como espaço educacional para as mulheres. Brasil (2009) traz evidências históricas, onde se assume que o exercício do magistério, em especial na educação básica, foi ao longo dos séculos, constituindo um caráter quase que exclusivamente feminino, e carregado de representações simbólicas e morais sobre a mulher, produzindo subjetivações que atravessam todos os sujeitos envolvidos na prática pedagógica e no fazer diário de uma escola.

O fenômeno da presença maciça de mulheres no magistério começou no século XIX e se constitui um fenômeno multifatorial. No Brasil, as mulheres só adquiriram o direito de estudar em 1827, por meio das escolas que apresentavam currículos distintos para homens e mulheres. Para as moças, que eram proibidas de frequentar o ensino superior, restava um ensino menos aprofundado nas ciências e voltado às aptidões domésticas. (ARANHA, 2006)



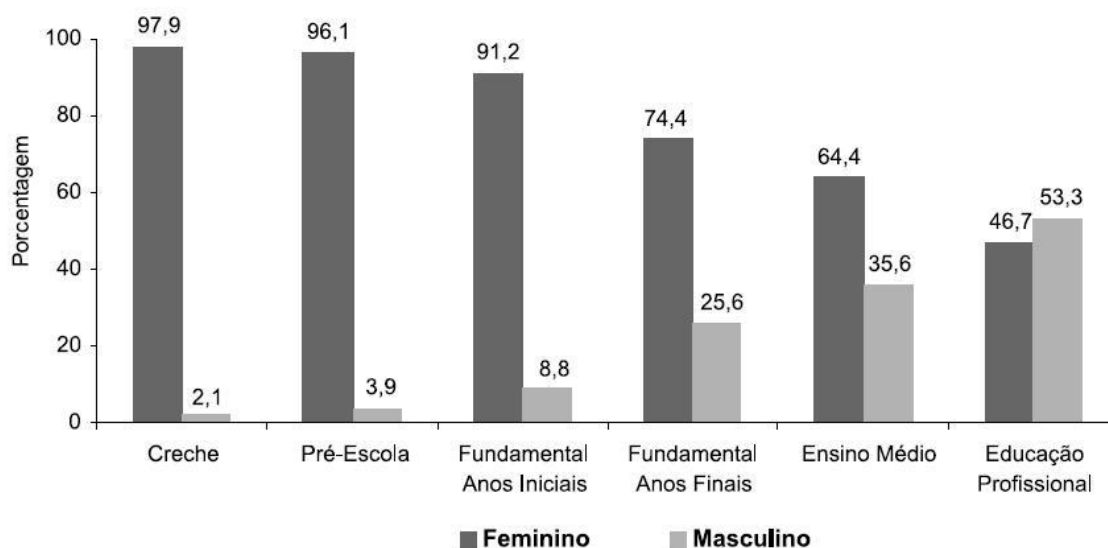
Durante o Império, a única oportunidade de a mulher prosseguir seus estudos era através da Escola Normal, que permitia sua inserção no mercado de trabalho como docente. A partir de 1895, o número de moças ultrapassou o número de rapazes formados nessas escolas de São Paulo (DEMARTINI & ANTUNES, 1993).

Todavia, destacamos uma educação elitista cuja abertura para a população era bastante restrita. Somente a partir dos anos de 1940 foi que a educação brasileira iniciou um intenso processo de flexibilização de seus alcances, contemplando quase a totalidade de crianças, naquilo que hoje chamamos de ensino fundamental. Dessa forma, a expansão do ensino projetou a feminização do magistério por todo país (ARANHA, 2006).

Entre as explicações para esse fenômeno de presença majoritária da mulher no magistério, existem as concepções conservadoras fundamentadas nas ideias de vocação, de habilidade natural e inata. As mulheres, portanto, seriam levadas à profissão docente por conta da sua natureza, inclinada à manutenção das relações humanas e às práticas do cuidado, que são creditadas à maternidade.

(...) constatei, mediante estudos, que a constituição histórica da imagem do profissional de educação infantil tem estado fortemente impregnada do mito da maternidade, da mulher como rainha do lar, educadora nata, cujo papel educativo associa-se necessariamente ao ambiente doméstico, sendo assim, particularmente importante nos primeiros anos da infância. O início da educação de todo indivíduo deveria, assim, ser extensão natural da maternidade (ARCE, 2001, p.170).

Dados da Figura 1, fornecidos pelo Censo do Professor, apontam para o fato de que, na medida em que, o nível de escolarização vai aumentando, em que a exigência com a formação do professor vai crescendo e que as práticas com o cuidado vão diminuindo, também diminui a porcentagem de mulheres no magistério.



Presença feminina na educação básica, no Estado do Rio de Janeiro: nota-se um declínio conforme avançam as etapas de ensino.

Figura 1: Gráfico

Fonte: Censo do Professor, 2007/INEP.

Se referindo à mulher professora, Diniz (2001) aponta para o fato de que é impossível dissociar os projetos de vida que circundam a existência das mulheres: casar, ser mãe, ser educadora. A autora assevera que

(...) culturalmente essa perspectiva está colocada e sempre haverá uma expectativa por parte da mulher e também da sociedade que essa prerrogativa se concretize (DINIZ, 2001, p.216).

A autora citada prossegue dizendo que há na cultura ocidental a ideia de que a mulher encontra sua completude quando se casa e se torna mãe, e que toda mulher teria como inerente à si a capacidade de cuidar e educar. Nesse sentido, a escolha pelo magistério aconteceria sem que houvesse implicação do desejo da mulher. Ela parece internalizar a vocação para a docência sem se questionar sobre o porquê de sua escolha. Assim, sua relação com o aluno apresenta-se ambígua e misturada: mãe-professora.

Dessa forma, pode-se refletir sobre o fato de que se a professora cria expectativas de filho para um aluno e essa expectativa não se referenda, não se concretiza, a frustração e o mal-estar se estabelecem, gerando o adoecimento psíquico como sintoma.



2. O MAL - ESTAR

A ausência de professores em sala de aula, por motivo de adoecimento psíquico aponta para a presença de um verdadeiro mal-estar na Educação. E quando se fala em mal-estar é necessário recorrer à Freud e ao conceito que ele estabelece sobre a felicidade e a infelicidade, em seu livro intitulado *O mal-estar na civilização*, escrito em 1929/1930.

O pai da Psicanálise se interroga acerca de qual seria o propósito que os homens buscam dar às suas vidas. Ele se questiona a esse respeito fazendo referência aos filósofos antigos que se empenharam em encontrar o propósito da vida, e Freud afirma que eles mesmos se convenceram de que se não houvesse um propósito, a vida lhes perderia o sentido. (FREUD, 1930/1996, p.83)

Partindo da premissa filosófica de que é preciso haver um propósito para a vida humana, Freud afirma que não há dúvidas de que este propósito seja a Felicidade. Os homens se esforçam para obter felicidade, querem ser felizes e assim permanecer. A felicidade, segundo o autor, se apresenta em dois aspectos: por um lado, visa a uma ausência de sofrimento e de desprazer; por outro, à experiência de intensos sentimentos de prazer (FREUD, 1930/1996)

Num sentido mais estrito, a palavra felicidade só estaria relacionada àquele segundo aspecto de intenso sentimento de prazer, e ainda assim, esse sentimento deveria ser repentino e eventual, do contrário a sensação prazerosa produziria apenas um leve contentamento.

O que chamamos de felicidade no sentido mais restrito provém da satisfação (de preferência, repentina) de necessidades represadas em alto grau, sendo, por sua natureza, possível apenas como uma manifestação episódica. Quando qualquer situação desejada pelo princípio do prazer se prolonga, ele produz tão-somente um sentimento de contentamento muito tênue. (FREUD, 1930/1996, p. 84)

Desse modo, de acordo com a teoria psicanalítica, o sujeito só é capaz de derivar prazer intenso de um contraste de sensações, e muito pouco de um determinado estado de coisas, ou por uma situação continuada. Sendo assim, nossas possibilidades de felicidade sempre são limitadas por nossa própria constituição, é da natureza humana se insatisfazer com a rotina.

Em contrapartida, a Infelicidade segundo Freud, é mais fácil de ser evitada. O sofrimento nos ameaça a partir de três direções: de nosso corpo, condenado à decadência e à dissolução; do mundo externo, que segundo o autor, pode voltar-se contra nós com forças de



destruição esmagadoras e impiedosas; e de nossos relacionamentos com os outros homens (FREUD, 1930/1996).

A dificuldade de se obter a felicidade pode ser analisada pelo viés das fontes de sofrimento, ou seja, a fragilidade dos nossos corpos, o poder superior da natureza e a inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade, limitam o poder e os desejos individuais.

A força superior da natureza e a fragilidade dos corpos são aspectos com os quais o homem precisa se conformar, pois não é possível alterar tal realidade, ainda que a ciência venha evoluindo e os fenômenos da natureza sejam cada vez mais conhecidos e previstos e administrados, e ainda que muito se venha fazendo para ampliar a expectativa de vida das pessoas. Mesmo com esses avanços, catástrofes naturais ainda nos assolam e dizimam, e a morte é inexorável (FREUD, 1930/1996).

No entanto, Freud (1930) aponta para o fato de que esta realidade não possui um efeito paralisador, ao contrário, ela aponta na direção da atividade, da mobilidade, quanto mais o homem sabe sobre a natureza e sobre si, mas se empenha em saber. Se não é possível afastar todo o sofrimento, ele pode ser minimizado, e assim o homem vem vivendo, ao longo de sua história. Porém, quanto à fonte social do sofrimento, ele se comporta de forma diversa. Sequer admite que as regras que precisa seguir para se relacionar civilizadamente possam se apresentar como geradoras de sofrimento, vez que conscientemente as percebe como regras de proteção e benefício para si mesmo.

Em função da sua própria constituição psíquica, que faz dele um ser desejante de prazer e ao mesmo tempo dotado de necessidades sociais, o indivíduo não tem escolha sobre estabelecer ou não relações com o outro e ao invés de ser protegido por elas, fica suscetível ao sofrimento. Nesse contexto então, Freud chama de espantoso o argumento que sustenta que

(...) o que chamamos de nossa civilização é em grande parte responsável por nossa desgraça e que seríamos muito mais felizes se a abandonássemos e retornássemos às condições primitivas (FREUD, 1996, p. 93).

Esse argumento é espantoso uma vez que, seja qual for a maneira pela qual se possa definir civilização, necessário admitir que todas as coisas que o homem busca para se proteger contra as ameaças decorrentes das fontes de sofrimento, fazem parte dessa mesma civilização.



Ele busca nela os instrumentos para minimizar seu sofrimento sem se dar conta de que, ao se submeter às regras sociais de conduta, já se expõe à privação do seu prazer.

Para conseguir o benefício da socialização e da civilidade, cuidando melhor de seu próprio corpo, protegendo-se desse mundo externo, dessa natureza tão avassaladora e buscando ampliar o universo de seus relacionamentos o indivíduo deve renunciar a seus instintos, seus desejos mais primitivos e particulares em detrimento do que é estabelecido como regra coletiva. Essa luta de forças entre individual e coletivo, entre o interno e o externo gera o conflito psíquico, que, dependendo da forma como for manejado, pode conduzir o indivíduo a um adoecimento psíquico.

Descobriu-se que uma pessoa se torna neurótica porque não pode tolerar a frustração que a sociedade lhe impõe, a serviço de seus ideais culturais, inferindo-se disso que a abolição ou redução dessas exigências resultaria num retorno a possibilidades de felicidade (FREUD, 1996, p. 94).

Freud sustenta que o estado de civilização nos distingue dos nossos antepassados animais por nossas realizações e regulamentos. Os primeiros atos de civilização foram a utilização de instrumentos, a obtenção de controle sobre o fogo e a construção de habitações (FREUD, p.96).

De fato, o homem tinha desde os primórdios a necessidade de estar junto, tinha e tem uma necessidade social, e dessa condição nasce a civilização para servir a dois intuitos: a proteção dos homens contra a natureza e o ajuste de seus relacionamentos mútuos. E é neste último aspecto que reside a fonte de sofrimento que é capaz de adoecer o homem: o limite aos seus desejos mais particulares em benefício da coletividade.

Diniz (2001) assevera que a civilização é construída sobre a renúncia ao instinto, e essa desistência da satisfação de um instinto tem seu preço, o mal-estar, percebido, não raras vezes, como sintomas que estão para além dos sintomas orgânicos, como é o caso da angústia.

Freud chama de mal-estar esse conflito que surge do abrir mão de impulsos individuais pela vida mais segura em comunidade. E considera que ele é próprio da condição humana, sendo experienciado sempre que o indivíduo está em confronto com a coletividade (DINIZ, 2001)

No que se refere ao trabalho, e a qualquer outra instituição, o mal-estar se estabelece em razão do relacionamento mais direto e estreito entre os indivíduos, fazendo nascer opiniões divergentes, sensação de estranhamento e infelicidade.



Diniz (2001) sustenta que esse relacionamento direto que gera conflitos é fortemente evitado no ambiente educacional. A escola busca apaziguar esse insuportável e não deixá-lo aparecer. Em relação ao professor, este procura evitar as discussões sobre as minorias: o homossexualismo, a raça, a religião, a própria subjetividade. “Mas a negação do mal-estar tem consequências. A instituição, quando sutura o mal-estar, transforma-se em fonte de mal-estar” (DINIZ, 2001, p.205).

Zaragoza (1999) direciona para um dos pontos que conduz o docente a um extremo mal-estar: a interação do professor em sala de aula com os alunos. Segundo o autor a ação do mestre gera tensões, emoções e sentimentos às vezes negativos em relação aos alunos, às condições do ambiente e em relação à própria escola.

Aguiar e Almeida (2006) afirmam que parece haver um mal-estar que comparece no não-dito, que não é expresso pela palavra, mas que se revela na saúde psíquica do professor. Esse adoecimento, por certo, não surge isoladamente, havendo sempre uma relação entre o adoecer e a vivência do sujeito em suas relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que o processo de democratização e expansão da educação trouxe consigo o fenômeno da Feminização do magistério, vez que a formação profissional que era permitida e oferecida às mulheres na época do Império era o Normal, que preparava para a docência. Vimos também que culturalmente se permitia esse ofício às mulheres porque ele era compatível com os afazeres domésticos, que de fato eram os destinados ao gênero feminino.

Pudemos observar também o quanto o imaginário cultural determina a forma de conceber o mundo para um sujeito inserido em certa sociedade. Portanto, numa sociedade patriarcal com a nossa, natural se crer que a mulher era destinada à educação em razão da sua aptidão para a maternidade. Nesse sentido, a mulher se realizaria enquanto sujeito na medida em que se tornasse esposa, mãe e professora.

Esse ideal naturalmente cria expectativas nas mulheres. Expectativas de que a escola seja extensão do lar, de que a relação com o aluno seja semelhante à relação com um filho, de que os laços com os superiores, e também com os colegas, sejam semelhantes à relações familiares.

No entanto, o que o mal-estar nos aponta é que, mesmo que se assim fosse, a vida coletiva em si já seria suficiente para frustrar as expectativas de felicidade do indivíduo, vez



que para viver em comunidade, em relação, é preciso abrir mão de si em prol da totalidade, da civilização.

Portanto, onde quer que o indivíduo se encontre, seja num lugar agradável ou não, com boas condições de trabalho ou não, sendo valorizado ou não, recebendo bom salário ou não, o mal-estar pode se manifesta, a angústia, a ansiedade, o pânico, a depressão pode se manifesta. A grande questão gira em torno da capacidade de suportar a frustração que o sujeito desenvolveu ao longo de sua existência. Sujeitos com maior tolerância ao mal-estar acabam por ultrapassar melhor os limites que a coletividade lhes impõe, apresentando maior resistência aos infortúnios e ressignificando melhor as adversidades.

Quando pensamos no professor e na sua expectativa em transmitir seu conhecimento, sua expectativa em influenciar o aluno, em criar com ele vínculos afetivos, quando pensamos nas professoras, que carregam para a escola e para a sala de aula ideais domésticos, familiares e maternais, podemos perceber o quanto esse profissional vai para o seu ambiente de trabalho vulnerável e à mercê de uma realidade completamente adversa.

Necessário se faz lançar um novo olhar sobre o magistério, necessário objetiva-lo enquanto profissão. O magistério não é missão, não é sacerdócio, a escola não é a casa, o aluno não é o filho. Magistério é profissão, e como tal possui problemas e desafios a serem superados. É preciso desenvolver, nos cursos de formação de professores, de pedagogia e nos cursos de licenciatura uma preparação psíquica, uma conscientização acerca da profissionalização do magistério. É preciso haver uma mudança no pensamento cultural sobre a docência dos anos iniciais. Professor não é tio. Professor é professor.

E, para além dessa mudança na formação do profissional, também se faz necessário, e com certa urgência, que se alcance os professores que estão adoecendo em sala de aula, proporcionando um espaço livre e neutro de escuta especializada, uma escuta coletiva e individual, para que haja acolhimento e suporte, com fins à minimização dos sintomas provocados pelo adoecimento psíquico.

Com relação ao impacto que a ausência do professor provoca na unidade escolar são necessárias pesquisas de campo, que ainda serão realizadas.



REFERÊNCIAS

AGUIAR, Rosana Márcia Rolando and ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de. Professores sob pressão: sofrimento e mal-estar na educação.. In: PSICANALISE, EDUCACAO E TRANSMISSAO, 6., 2006, São Paulo. **Proceedings online...** Available from:<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000032006000100063&lng=en&nrm=abn>. Access on: 06 Apr. 2015.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil.** 3ª ed. São Paulo; Moderna. 2006

ARCE, Alessandra. **Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil.** Cadernos de pesquisa, nº 113, p. 167-184, julho/2001.

BRASIL. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Brasília: Inep, 2009.

CARVALHO, J. M. **A Construção da ordem: a elite política imperial - Teatro de sombras: a política imperial.** RJ: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

DINIZ, M. (2001). *De que sofrem as mulheres-professoras?* Em E. M. T. Lopes (Org.). *A psicanálise escuta a educação.* (pp.195-223). Belo Horizonte: Autêntica.

FREUD, S. (1930). *O mal-estar na civilização.* Em *Edição Standart Brasileira das Obras Completas de Freud*, Vol XXI. RJ: Imago, 1996.

MINAYO, Maria. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

NARVAZ, M; KOLLER, S. **Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 3, set./dez. 2006. pp. 647-654.

NÓVOA, A. (coord). **Os professores e sua formação.** Lisboa-Portugal, Dom Quixote, 1997.

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. **Manual para elaboração de teses/dissertação: documento eletrônico e impresso.** Rio de Janeiro: UENF/CCH/PPGCL, 2014.

SPELLER, Maria Augusta Rondas. **Feminino, psicanálise e educação: do impossível ao possível.** Cuiabá: Entrelinhas: Ed. UFMT, 2005.

ZARAGOZA, J.M.E (1999) *O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores.* (D. de C. Cavicchi, Trad.) Bauru, São Paulo: EDUSC.



ANÁLISE DOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL OCORRIDOS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOTIFICADOS NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU NO PERÍODO DE 2013 A 2014

BORTOLI, Dayse Mara

Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná
daysebortoli@hotmail.com

NIHEI, Oscar Kenji

Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná
oknihei@yahoo.com

133

RESUMO

O presente estudo visa apresentar o panorama dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes notificadas em Foz do Iguaçu-PR. Foram analisados os casos registrados segundo a ficha de notificação compulsória de violência, dos anos de 2013 e 2014. Foi realizada análise de distribuição espacial dos casos de violência sexual segundo as 11 áreas de densidade demográfica municipal utilizando-se o programa QGIS. Ocorreram, no período estudado, 229 casos de violência sexual notificados, sendo 71,2 % das vítimas as crianças e 28,8% adolescentes, sendo que o sexo feminino representou 86,0% das notificações. O principal local de ocorrência foi a residência (68,1%) e o autor da violência sexual foi principalmente indivíduos do sexo masculino (93,0%), representando conhecidos ou familiares próximas das vítimas. Constatou-se que as maiores densidades de casos de violência sexual contra essa população vulnerável se localizavam na periferia da cidade.

Palavras-chave: Violência, criança, adolescente.

ABSTRACT

This study aims to present an overview of the cases of sexual violence against children and adolescents reported in Foz do Iguaçu-PR. The cases registered in the compulsory violence notification datasheet were analyzed, considering the years 2013 and 2014. Spatial distribution analysis of cases of sexual violence was conducted considering the 11 municipal demographic density areas using the QGIS program. During the studied period, occurred 229 reported cases of sexual violence, 71.2% of the victims were children and 28.8% were adolescents, and females represented 86.0% of notifications. The main place of occurrence was the residence (68.1%) and the author of sexual violence were mainly males (93.0%), representing known person or close family members of the victims. It was found that the highest densities of cases of sexual violence against this vulnerable population were located on the outskirts of the city.

Key-words: Violence, child, adolescent.

INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes tem uma construção histórica e social. Segundo Demause (1976), essa violência está relacionada com a conceitualização de criança e da infância que foi sendo construída coletivamente. Até o século IV, as crianças eram vistas pelos adultos somente como objetos de satisfação de suas necessidades e o



estupro de crianças era uma realidade socialmente aceitável. Segundo Ariès (2006, p. 17), até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la.

A questão da sexualidade na infância nos permite visualizar como a identidade da criança vem sendo modificada ao longo do tempo, perpassada pela questão da cultura e a vigilância do Estado. Nos séculos XVI ao XVII, as crianças presenciavam as relações sexuais dos adultos, pois a coabitação na mesma cama era comum em todas as camadas sociais. Era permitido publicamente gestos e contatos físicos entre adultos e crianças porque se acreditava que a criança impúbere fosse alheia e indiferente a sexualidade. Na puberdade essa prática era abolida (ARIÈS, 2006, p. 75-80).

Segundo Sanderson (2005, p.7) existe a evidência de gangues de adolescentes que atacavam crianças mais novas para cometerem estupros. Essa realidade somente se transforma a partir do século XVII, com o Renascimento e as reformas humanísticas, religiosas e políticas, sendo o abuso sexual de crianças e adolescentes, a partir daí, não mais tolerado.

A compreensão da violência sexual envolve fatores políticos, econômicos e culturais, que como relatado em Minayo (1990), se insere em um contexto de relações micro e macrosociais, no qual é imprescindível o entendimento de determinantes históricos e das relações de poder na atualidade.

No Brasil, o estupro de vulnerável consta do artigo 217A do Código Penal Brasileiro, sendo caracterizada como conduta típica a conjunção carnal ou praticar ato libidinoso com menor de 14 (quatorze) anos (BRASIL, 2009). A violência sexual pode ser: 1) Abuso sexual e; 2) Exploração sexual comercial.

O conceito de abuso sexual contra crianças é o de forçar ou incitar uma criança ou um jovem a tomar parte em atividades sexuais, estejam ou não cientes do que está acontecendo. As atividades podem envolver contato físico ou ainda atividades sem contato físico. A diferença com relação à exploração sexual comercial está em que nesta última existe a intenção do lucro, seja financeiro ou de qualquer outra espécie (BRITISH GOVERNMENT, 2003).

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Brasil tem uma estimativa de 600.000 crianças e adolescentes em situação de exploração sexual comercial, sendo o primeiro lugar do mundo, seguido da Índia e EUA (UNICEF, 2006). No Brasil, entre os anos de 2003 a 2005, foram registrados 1506 casos de exploração sexual de crianças e adolescentes notificados a partir do Disque Denúncia sobre abuso e exploração sexual, sendo



o perfil das vítimas: meninas, da raça negra, habitando espaços urbanos periféricos ou municípios de baixo desenvolvimento socioeconômico. Sendo que um elevado número dessas meninas já apresentava histórico prévio de abuso sexual intrafamiliar (UNICEF, 2006).

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, da convenção de Direitos da Criança de 1989 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, o Brasil inicia uma trajetória de consolidação favorável às políticas públicas de enfrentamento da violência sexual a esse público, por meio da mobilização de organizações da sociedade civil, movimentos internacionais e do poder público.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 assegura proteção integral às crianças e adolescentes, determinando que é dever da família, da Sociedade e do Estado, garantir-lhes o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer e à convivência familiar e comunitária, colocando-os a salvo a toda forma de negligência, violência ou crueldade.

Segundo o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2013b), “o Brasil foi o primeiro país a promulgar um marco legal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sob Lei Federal 8.069/1990, em consonância com a Convenção dos Direitos da Criança”, atribuindo cidadania a crianças e adolescentes.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 2014).

A política pública voltada para a criança e o adolescente está inserida no sistema Único da Assistência Social (SUAS), com políticas voltadas a indivíduos e famílias, os serviços voltados a criança e o adolescente estão normatizados na cartilha “tipificação nacional de serviços socioassistenciais” (BRASIL, 2009), no qual contam serviços desde a promoção social até a alta complexidade, que se refere ao abrigo de crianças e adolescentes no âmbito do poder judiciário com acompanhamento psicossocial às famílias.

No Brasil, atualmente, as políticas públicas são definidas a partir dos princípios da gestão descentralizada e participativa, com conselhos de direitos (saúde, assistência social, crianças e adolescentes) nas três instâncias de governo. No Brasil, na área da saúde, o SUS (Sistema Único de Saúde) se fundamenta “como direito do cidadão e dever do Estado, no marco do processamento dos direitos sociais” (FALEIROS *et alii*, 2006, p 17). Quanto à



Assistência Social, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei 8.742 de 07/12/93) reafirma a assistência social como política de Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social), devendo prover serviços e programas para cidadãos que vivem em situação de vulnerabilidade.

1. VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

A Organização Mundial da Saúde (World Health Organization [WHO], 2008) define quatro tipos de violência contra crianças e adolescentes, que são: 1) Sexual; 2) Emocional; 3) Psicológica; e 4) Negligência. Essas violências podem resultar em danos físicos e psicológicos, além de danos ao crescimento, desenvolvimento e maturação desses indivíduos.

De acordo com a Assembleia Geral das Nações Unidas (2006), é na família que se propicia o ambiente acolhedor e adequado para o desenvolvimento, o bem-estar e a qualidade de vida de todos os seus membros, e também é a família que deveria proporcionar esse ambiente adequado e a proteção necessária para se prevenir as violências contra suas crianças e adolescentes. No entanto, ainda no meio familiar é que a criança e o adolescente podem ter contato inicial com a violência:

A prevalência da violência contra crianças por parte de pais e de outros familiares próximos – violência física, sexual e psicológica, bem como a negligência deliberada – foi reconhecida e documentada nas últimas décadas. Do nascimento até a idade de 18 anos, as crianças são vulneráveis a diversas formas de violência dentro de seus lares. Os agressores variam de acordo com a idade e a maturidade da vítima e podem incluir seus pais, padrastos e madrastas, pais adotivos, irmãos, outros familiares e pessoas que cuidam dela (ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006, p. 14).

Dessa forma, sendo na família que as violências acontecem, a questão de sua prevenção e tratamento não deve parar na “porta” da casa, o termo instituição privada, não cabe nesse tema da garantia de direitos a crianças e adolescentes.

1.1 O cenário de pesquisa: Foz do Iguaçu, Paraná.

O município de Foz do Iguaçu constitui um município de região de Tríplice Fronteira, que faz divisa com o município de *Ciudad Del Est* (Paraguai) e *Puerto Iguazú* (Argentina). Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população estimada para o município em 2014 foi de 263.647 habitantes.



1.2 Público-alvo

O público-alvo desta pesquisa foram crianças e adolescentes de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos incompletos que sofreram violência sexual, sendo a violência ocorrida e notificada no município de Foz do Iguaçu no período de 2013 e 2014.

1.3 Fonte de dados

Os dados utilizados neste trabalho foram obtidos no Setor de Epidemiologia da Secretaria de Saúde do município de Foz do Iguaçu, através das fichas de notificação compulsória de violências referenciado no sistema de notificação de agravos de notificação – SINAN, considerando o período de 2013 a 2014.

1.4 Análise dos dados quantitativos

A partir das fichas de notificação compulsória de violências foram obtidas, as seguintes variáveis: sexo, idade, gênero, raça, data de ocorrência, data de registro/atendimento, endereço da vítima, endereço da ocorrência, hora da ocorrência, perfil do agressor, tipos da violência e da agressão, consequências da agressão e encaminhamentos realizados.

Os dados quantitativos foram tabulados e a estatística descritiva (média, desvio padrão e percentual) foram obtidos por meio do programa Excel versão 2010 (Microsoft Corp., EUA).

1.5 Análise da distribuição espacial dos casos de violência

A análise espacial dos casos de violência sexual foi realizada por meio de georreferenciamento e identificação das regiões de alta densidade de casos de violência sexual, considerando as 11 áreas de densidade demográfica (AED) do município de Foz do Iguaçu-PR, utilizando-se o programa *opensource* QGIS, versão 2.8 (*Quantum GIS Development Team*, 2013). O mapa de município de Foz do Iguaçu, em formato *shapefile*, foi obtido na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/default_prod.shtm#TERRIT.

O georreferenciamento dos casos de violência sexual foi realizado a partir do endereço do local de ocorrência obtido na ficha de notificação. A partir dessa informação foi possível obter a latitude e longitude geográficos através da página <http://www.latlong.net/>. Estes dados foram importados para o programa QGIS, onde a análise de densidade (Kernel) foi realizada.



1.6 Aspectos Éticos

A realização da pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), segundo parecer 1.000.817 de 26/03/2015.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Rizzini (2011) a história do país foi impiedosa para com as crianças, marcada por episódios como a aculturação imposta às crianças indígenas pelos padres jesuítas no Brasil colônia; o infanticídio disfarçado na roda dos expostos, serviço executado pela igreja e justificado pela caridade e a exploração do trabalho infantil nos séculos XIX e XX.

Ainda segundo a autora, no início do século XX, o estado brasileiro via, no atendimento à criança, o caminho possível de sair da barbárie e do atraso, uma ideia tomada dos países ditos civilizados. Nesse contexto, o cuidado com a infância seria uma forma de construir a nação, tendo como ideia matriz civilizar o país, sendo as crianças a chave para o futuro da nação. Para tal empreendimento, o cuidado para com a criança seria de responsabilidade do estado, ficando estabelecido então serviços especializados nas áreas da saúde, assistência social e judiciários.

“O perigo estava em que crianças criadas no vício fossem reprodutoras da desordem. Os congressos promovidos na época alardeavam a predominância de crianças entre hordas de vagabundos e mendigos pelas ruas. Intervir nesse segmento era claramente uma questão de ordem pública. Era preciso encontrar mecanismos de coerção que atuassem sobre a infância, separando o “jóio do trigo”, “salvar” aqueles que tinham potencial e pô-los a trabalhar e imobilizar os que se mostravam renitentes.” (RIZZINI, 2011, p. 171).

A partir destas ideias, a política para a infância teve uma perspectiva saneadora, o que significava a necessidade de curar ou remediar os males sociais. Assim, sob a influência da área médica e do movimento higienista, no início do século XX, o cuidado para com a infância, no Brasil, teve como foco sanear a sociedade de comportamentos viciosos a partir da infância.

Foi somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida por Constituição Cidadã, que as políticas para a infância tornaram-se mais efetivas e passa-se a olhar essa população como cidadãos de direito pela primeira vez na nossa história brasileira. E ainda, o olhar sobre os grupos de vulnerabilidade amplia-se, sendo criado, no âmbito da



criança e do adolescente, o ECA (BRASIL, 2014). As reformas consolidadas no país, a partir de então no que se refere a crianças e adolescentes trazem como missão a garantia de direitos e de proteção social que, embora dever do Estado, também é um dever da família e da sociedade.

Ainda que a lei tenha mudado, as violações de direitos praticadas contra a criança e o adolescente continuam acontecendo no nosso país. Para Minayo (1990) a violência contra a criança e o adolescente é um fato humano e social, existente em todas as sociedades e culturas, atingindo todas as classes e segmentos sociais. Ainda segundo a autora, existem violências que se mantem no tempo e se estendem por quase todas as sociedades, e se naturalizam, sendo uma delas a violência contra criança, que no senso comum ainda é vista como não cidadã.

Segundo o Censo SUAS (BRASIL, 2013a), crianças e adolescentes foram os maiores atendidos pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) no país em 2011, havendo predomínio de atendimentos envolvendo crianças devido a abuso sexual (94,5%), violência psicológica (93,1%); negligência e abandono (90,7%); exploração sexual comercial (82,5%); violência física (82,1%), trabalho infantil (77,5%) e tráfico humano (20,3%).

A violência sexual, segundo Kempe & Kempe (1984) diz respeito às seguintes características: 1) Lesões sofridas pela criança ou adolescente localizadas principalmente na área genital; 2) A criança ou adolescente ter tido relação sexual ou outros contatos sexuais genitais com uma pessoa adulta; 3) A criança ou adolescente que tenha se envolvido inadequadamente em ações sexuais com adultos que não estejam classificadas nos pontos (1) e (2). Ainda, segundo o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2013b), a violência sexual é uma violação de direitos, que se subdivide em exploração sexual, subdividido em turismo sexual, pornografia, tráfico, prostituição e do abuso sexual intra e extra-familiar. A violência sexual tem várias faces, e segundo a UNICEF (2006), essa violência está relacionada com a questão de gênero, desigualdade social e raça.

Estudo realizado em Zimbábue (país da África), em 2012, por Rumble *et alii* (2015), demonstrou a partir de pesquisa com 1156 pessoas de 18 a 24 anos de idade, sendo 567 indivíduos do sexo feminino e 589 do sexo masculino que, 32,5% das mulheres relataram que



sofreram algum tipo de violência sexual antes dos 18 anos de idade, sendo este percentual de 8,9% para os homens. Ainda, esse estudo revelou que 62,7% das mulheres e 47,9% dos homens relataram que sofreram mais de uma situação de violência sexual.

Anderson *et alii* (1993) pesquisaram a violência sexual na Nova Zelândia com 3.000 mulheres, e constataram que 1 entre 3 mulheres relatou ter sofrido mais de uma situação de violência sexual antes dos 16 anos de idade. Desses casos, 70% envolveram contato genital e 84,6% dos agressores eram membros da família ou conhecidos da vítima, somente 15% eram pessoas estranhas à vítima. A maioria dos agressores eram homens jovens.

Solá & Delgado (2003) realizaram pesquisa acerca da violência sexual nas Ilhas Canárias, pertencente à Espanha, no período de 1993 a 2001. Neste estudo, constatou-se que a pobreza era frequente entre as vítimas e 88% dos agressores eram familiares da vítima. Verificou-se também que 60% dos casos de violência sexual ocorreram no período da manhã, sendo que os 40% restantes ocorreram em igual proporção entre os períodos da tarde e da noite.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

No período estudado, 2013 e 2014, verificou-se 229 ocorrências de violência sexual notificadas no município de Foz do Iguaçu-PR. Conforme apresentado na Tabela 1, quanto ao perfil das vítimas, a violência sexual envolveu principalmente o sexo feminino (86%), e do total de casos 71,2% eram crianças e 28,8% adolescentes. Na maioria das notificações, a vítima era da raça branca (56,7%), seguido pela raça parda (31,8%). O local de ocorrência da violência que predominou foi a residência (68,1%), seguido de instituição de longa duração¹ (14,8%) e creche (4,4%), o que corrobora com estudos nacionais e internacionais sobre a violência sexual, na qual o abusador predominantemente é da família ou conhecido da vítima. Quanto ao horário em que ocorreu a violência sexual, predominou o período da noite (11,4%), seguido do período da tarde (6,1%). Porém, constatou-se que 77,7% das informações a respeito do horário da ocorrência da violência revelou-se ignorado nas fichas de notificação (Tabela 1).

TABELA 1: Perfil das vítimas e dados gerais sobre os casos de violência sexual notificados contra crianças e

¹ Asilo, cadeia, casa de repouso, casa de estudantes, caserna, hospital psiquiátrico (quando utilizado como moradia pela pessoa atendida/vítima), lar de criança, orfanato, penitenciária, hospitais colônias, pensionato, prisão, reformatório (unidade sócioeducativa), unidade de acolhimento.



adolescentes em Foz do Iguaçu-PR, 2013-2014.

Variável	N (%)
Ano	
2013	119 (52,0)
2014	110 (48,0)
Sexo	
Feminino	197 (86,0)
Masculino	32 (14,0)
Faixa etária	
Criança (0 a 12 anos)	163 (71,2)
Adolescente (13 a 18 anos)	66 (28,8)
Raça/cor	
Branca	130 (56,7)
Parda	73 (31,8)
Preta	17 (7,4)
Amarela	4 (1,7)
Indígena	1 (0,4)
Ignorado	4 (1,7)
Local da ocorrência	
Residência	156 (68,1)
Instituição de longa duração	34 (14,8)
Creche	10 (4,4)
Via pública	4 (1,7)
Estabelecimento de Saúde	2 (0,9)
Habitação coletiva	1 (0,4)
Instituição socioeducativa	1 (0,4)
Ignorado	21 (9,3)
Horário	
Manhã	7 (3,1)
Tarde	15 (6,5)
Noite	26 (11,4)
Madrugada	3 (1,3)
Ignorado	178 (77,7)
Total	229 (100)

Fonte: Autoria própria

Quanto ao perfil do agressor envolvido na agressão sexual contra crianças e adolescentes (Tabela 2), houve o predomínio da participação de indivíduos do sexo masculino (93,0%). Em apenas 2,6% dos casos, o agressor era do sexo feminino.

O dado alarmante é que, na maioria dos casos, o agressor é um conhecido ou parente próximo da vítima, sendo que em 23% dos casos o agressor era um conhecido, seguido pelo pai (15,7%), padrasto (14,0%) e namorado (6,6%) (Tabela 2). Este dado traz a preocupação com a saúde emocional e física da criança ou adolescente, pois o segredo predomina nas famílias. Segundo Furniss (1993), este segredo advém da censura, da vergonha em relação à



sociedade, da autocrítica, do medo da rejeição e de perder os vínculos familiares, das ameaças e da ambivalência em relação ao autor do abuso.

TABELA 2: Perfil do agressor envolvidos nos casos de violência sexual notificados contra crianças e adolescentes em Foz do Iguaçu-PR, 2013-2014.

Variável	N (%)
Sexo do autor da violência	
Masculino	213 (93,0)
Feminino	6 (2,6)
Ignorado	10 (4,4)
Agressor	
Conhecido	53 (23,2)
Pai	36 (15,7)
Padrasto	32 (14,0)
Namorado	15 (6,6)
Irmão	6 (2,6)
Ex-Namorado	3 (1,3)
Mãe	3 (1,3)
Cuidador(a)	3 (1,3)
Cônjuge	2 (0,9)
Outros	53 (23,1)
Ignorado	23 (10,0)
Total	229 (100)

Fonte: Autoria própria.

Na Tabela 3, constata-se que, no que se refere aos tipos de violência sexual que foram notificados, houve predomínio de estupro (61,6%), seguido de assédio sexual (41,5%), atentado violento ao pudor (23,6%), pornografia infantil (10,5%) e exploração sexual (6,6%). Quanto ao tipo de agressão praticada, em 23,1% das notificações houve ameaça, em 14,4% dos casos houve envolvimento de força corporal e em 2,2% dos casos houve enforcamento.

Quanto às consequências da agressão (Tabela 3), as notificações revelam que em 15,7% dos casos houve estresse pós-traumático, em 3,9% dos casos houve transtorno de comportamento e em 2,6% houve gravidez. Doença sexualmente transmissível e tentativa de suicídio apresentaram-se em 0,9% das notificações.

TABELA 3: Características dos casos de violência sexual notificados contra crianças e adolescentes em Foz do Iguaçu-PR, 2013-2014.

Variável	N (%)
Tipo de Violência	
Estupro	141 (61,6)
Assédio sexual	95 (41,5)
Atentado violento ao pudor	54 (23,6)
Pornografia infantil	24 (10,5)



Exploração sexual	15 (6,6)
Outro	16 (7,0)
Tipo de Agressão	
Ameaça	53 (23,1)
Força corporal	33 (14,4)
Enforcamento	5 (2,2)
Arma de fogo	4 (1,7)
Objeto contundente/cortante	2 (0,9)
Outros	9 (3,9)
Consequência da Agressão	
Estresse Pós-traumático	36 (15,7)
Transtorno de Comportamento	9 (3,9)
Gravidez	6 (2,6)
Doença Sexualmente Transmissível	2 (0,9)
Tentativa de suicídio	2 (0,9)
Aborto previsto em lei	1 (0,4)
Transtorno Mental	1 (0,4)
Outros	2 (0,9)
Total	229 (100)

Fonte: Autoria própria.

A Tabela 4 apresenta os dados referentes aos encaminhamentos dos casos de violência sexual na rede de atendimento de proteção à criança e ao adolescente de Foz do Iguaçu, no período de 2013 a 2014. Sendo que 67,7% dos casos foram encaminhados para a delegacia de proteção à criança e ao adolescente, 53,3% para instituição de saúde, 41,0% para o conselho tutelar e apenas 6,9% dos casos foram encaminhadas para o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). O encaminhamento para o plantão policial representou 4,8% dos casos e 0,4% para a vara da infância, no sistema judiciário. No presente estudo, constatamos que crianças e adolescentes do município de Foz do Iguaçu, região de Tríplice Fronteira, não estão sendo atendidos em sua totalidade e adequadamente pelos órgãos de proteção/atendimento nos casos de violência sexual.

TABELA 4: Encaminhamentos dos casos de violência sexual notificados contra crianças e adolescentes em Foz do Iguaçu-PR, 2013-2014.

Tipo de Encaminhamento	N (%)
Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente	155 (67,7)
Instituição de Saúde	122 (53,3)
Conselho Tutelar	94 (41,0)
CREAS	16 (6,9)
Delegacia – Plantão Policial	11 (4,8)
Instituto Médico Legal (IML)	5 (2,2)
Delegacia Especializada da Mulher	3 (1,3)
Abrigo	3 (1,3)
Vara da Infância	1 (0,4)
Outro	8 (3,5)
Total	229 (100)

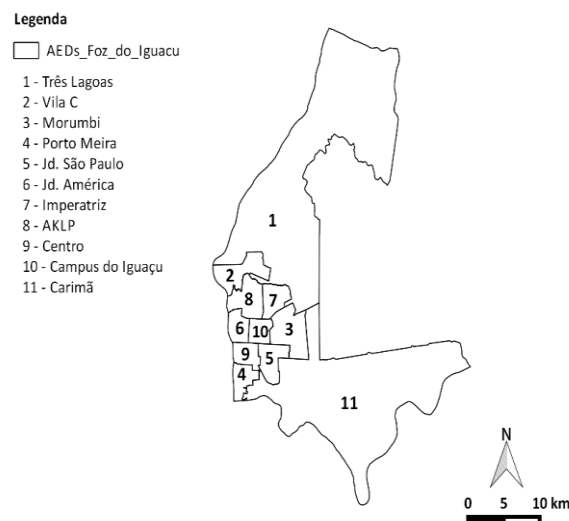


Fonte: Autoria própria.

Em seguida, por meio do georreferenciamento e análise da distribuição espacial dos casos (Figura 1), procuramos identificar as áreas de expansão demográfica (AED) do município de Foz do Iguaçu, com as maiores densidades de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, no período de 2013 e 2014. A Figura 1A apresenta a delimitação geográfica das 11 áreas de expansão demográfica (AED) do município de Foz do Iguaçu-PR. Na Figura 1B, apresenta-se o mapa de Foz do Iguaçu-PR, com a delimitação das AEDs e o georreferenciamento dos casos de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes, apresentados segundo a densidade de casos (mapa de calor).

FIGURA 1: Análise da Distribuição Espacial dos casos de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes no município de Foz do Iguaçu, no período de 2013 a 2014. A) Mapa do município de Foz do Iguaçu indicando as suas 11 áreas de expansão demográfica (AEDs); B) Mapa de densidade (mapa de calor) dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, segundo local de ocorrência, notificados no município de Foz do Iguaçu no período de 2013-2014.

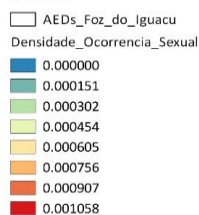
A)



B)



Legenda



As áreas em vermelho representam regiões de maior densidade de ocorrências da violência sexual e as áreas em azul representam uma menor densidade de ocorrências de violência sexual.

Na figura 1B, verifica-se que a maior densidade (*hotspot*) da violência sexual ocorreram nas AEDs 1 (Três Lagoas), 3 (Morumbi), 5 (Jd São Paulo) e 11 (Carimã), correspondendo mais especificamente aos bairros Santa Rita, Parque Morumbi, Jardim São Paulo e Jardim Carimã. Observa-se que essas AEDs se localizam nos bairros periféricos e mais carentes do município. Nas AED 1 (Três Lagoas) e 11 (Carimã) localizam-se bairros que surgiram das remoções da população que viviam anteriormente em favelas localizadas na área central da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorridas e notificadas no município de Foz do Iguaçu constituem umas das principais causas de violação de direitos dessa parcela da população, vitimando principalmente crianças, do sexo feminino e brancas, ocorrendo principal no ambiente residencial. Esse perfil das vítimas é semelhante ao encontrado em outras pesquisas nacionais e internacionais envolvendo a violência sexual contra crianças e adolescentes. Além disso, o agressor era predominantemente do sexo masculino, representando algum conhecido ou membro da família da vítima. Constatou-se que o número de atendimentos de fortalecimento de vínculos foi baixo, uma vez que, apenas 6,9% dos casos foram encaminhados ao CREAS, nesse período.



As AEDs do município de Foz do Iguaçu-PR com as maiores densidades de casos de violência sexual contra essa população vulnerável se localizaram na periferia da cidade, e os principais *hotspots* de violência do período analisado (2013 e 2014) estão localizados em áreas de remoção social. Espera-se que os dados do presente estudo possam orientar e auxiliar em uma melhor estruturação e planejamento de intervenções de promoção, prevenção e atendimentos das crianças e adolescentes, vítimas de violência sexual, e suas famílias, junto à rede de proteção existente no município de Tríplice Fronteira pesquisado.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Jessie, *et alii*. (1993) Prevalence of Childhood Sexual Abuse Experiences in a Community Sample of Women. *In: Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, v. 32, n. 5. Atlanta: Elsevier, p. 911–919.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. (2006) *Direitos da criança: Relatório do especialista independente para o Estudo das Nações Unidas sobre a Violência Contra Criança*. Nova York: Organização das Nações Unidas (ONU).

ARIÈS, Philippe. (2006) *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC.

BRASIL. (2009). *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome: Brasília.

BRASIL. (2013a) *Censo SUAS 2011*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

BRASIL. (2013b) *Plano nacional de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes*. Brasília: Secretaria de Direitos humanos.

BRASIL. (2014) *Estatuto da criança e do adolescente [recurso eletrônico]: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata*. 12ª edição. Brasília: Edições Câmara.

BRASIL. *Lei 12.015 de 07 de agosto de 2009*. Presidência da República: Brasília.

BRITISH GOVERNMENT. (2003) *Safeguarding Children: What to do if you are worried a child is being abused. Children's Service Guidance*. Disponível em: <<http://lx.iriss.org.uk/content/what-do-if-you%E2%80%99re-worried-child-being-abused-children%E2%80%99s-services-guidance>>. Acesso: 04 de novembro de 2015.

DEMAUSE, Lloyd. (1976). *The History of Childhood: Evolucion and Parent-Child Relating as a Factor in History*. Londres: Souvenir Press.



FALEIROS, Vicente Paula *et al.* (2006). *Construção do SUS: histórias da reforma sanitária e do processo participativo*. Brasília: Ministério da Saúde.

FURNISS, Tilman. (1993) *Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

IBGE. (2010). *Censo 2010 Cidades*. Paraná: Foz do Iguaçu 2010.

Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410830>>. Acesso: 10 de agosto de 2015.

KEMPE, C. Henry.; KEMPE, S. Ruth. (1984) The common secret sexual abuse of children and adolescents *In: National criminal justice reference service*. Disponível em: <<https://www.ncjrs.gov/App/abstractdb/AbstractDBDetails.aspx?id=95875>>. Acesso: 21 de outubro de 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (1990) Violência e saúde na adolescência: uma agenda de investigação estratégica. *In: Cadernos de Saúde Pública*, v. 6, n. 3. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, p. 278-292.

QUANTUM GIS DEVELOPMENT TEAM. (2015) *QGIS - A Free and Open Source Geographic Information System*. Disponível em: <<http://www.qgis.org/en/site/>>. Acesso: 20 de maio de 2015.

RIZZINI, Irene. (2011) *O século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*. 3ª Edição. São Paulo: Cortez.

RUMBLE, Lauren, *et alii.* (2015) Childhood sexual violence in Zimbabwe: evidence for the epidemic against girls. *In: Child Abuse & Neglect International Journal*, v. 46. Atlanta: Elsevier, p. 60-66.

SANDERSON, Chistiane. (2005) *Abuso Sexual em Crianças*. São Paulo: M. Books do Brasil Ed. Ltda.

SOLÁ, Suárez; DELGADO, Gonzàles. (2003) Estadísticas y transcendencia de la violencia sexual en menores. *In: Cuadernos de Medicina Forense*, n. 32. Abril 2003, p. 49-61.

UNICEF. (2006) *Violência: Pequenas vítimas. Situação da Infância Brasileira*. Brasília. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/Pags_020_039_Violencia2.pdf>. Acesso: 28 de julho de 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. (2008) *World report on child injury prevention*: WHO: Geneva.



FREQUÊNCIA DO USO DE PRESERVATIVO POR PESSOAS HIV+ DE UM CENTRO DE REFERÊNCIA EM IMPERATRIZ-MA

REGINA DE ANDRADE ARRAIS ROSA, CLAUDIA

Docente do curso de medicina da Universidade Federal do Maranhão - UFMA/CCSST
claudiaarraisrosa@hotmail.com

DIMITRE RODRIGO PEREIRA SANTOS, FRANCISCO

Docente do curso de enfermagem da Universidade Federal do Maranhão - UFMA/CCSST
franciscodimitre@hotmail.com

NEGREIROS DE MELO, THAISA

Acadêmica do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão - UFMA/CCSST
thaisanegreiros@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo identificar a frequência do uso do preservativo em pessoas que vivem com HIV/AIDS atendidas em um Serviço de Assistência Especializado em DST/AIDS e associá-los a variáveis sociodemográficas e comportamentais. Trata-se de um estudo transversal de abordagem quantitativa. A amostra compreendeu 69 pacientes com o diagnóstico de HIV, sendo 36 mulheres e 33 homens. A coleta de dados ocorreu por meio de um roteiro contendo perguntas fechadas, no período de janeiro a maio de 2015. Resultados: dos 69 pacientes que participaram do estudo, 52,2 eram do sexo feminino, apontando a feminização da AIDS, as idades compreenderam entre 15 e acima de 67 anos, todos eram sexualmente ativos, 52 (75,3%) pessoas relataram sempre fazer uso do preservativo durante as relações sexuais, entretanto 11 (15,9%) afirmaram usar às vezes e 6 (8,7%) revelaram não utiliza-lo.

Palavras-chave: HIV. Preservativo. Comportamento sexual

ABSTRACT

This current study has as purpose identify the frequency of condom use by people living with HIV / AIDS treated at a Specialized HIV / AIDS Care Service and link them to sociodemographic and behavioral variables. It is a cross-sectional study with a quantitative approach. The sample included 69 patients diagnosed with HIV, 36 women and 33 men. Data gathering occurred through a script containing closed questions, from January to May 2015. Results: of the 69 patients in the study, 52.2 were female, pointing out the feminization of AIDS, ages were established between 15 and above 67 years old, all were sexually active, 52 (75.3%) people stated having always used a condom during sex relations, but 11 (15.9%) reported using it at times and 6 (8.7 %) declared not to use it at all.

Key-words: HIV, Condom, Sexual Behavior



INTRODUÇÃO

A Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS) representa um conjunto de complexidade envolta em um contexto de simultânea gravidade e letalidade, que tem desafiado a ciência a buscar de forma incessante desde o primeiro caso de AIDS notificado, meios armíferos para controlar a doença e prevenir novas infecções pelo *Human Immunodeficiency Virus* (HIV).

Nesse contexto, a AIDS após adquirir caráter crônico com o advento dos antirretrovirais (ATR) na década de 90, e culminado com o aumentando significativo da sobrevivência dos indivíduos infectados pelo vírus HIV, tem levado alguns indivíduos que vivem com o HIV, a adotarem comportamento sexual menos prudente (KEMPPAINEN, 2012).

Destacando dessa forma, o imaginário estigmatizado e equivocado construído no início da epidemia que relacionava de forma estrita essa doença ao que se consideravam grupos de risco, como profissionais do sexo, homossexuais e usuários de drogas injetáveis. Sabe-se, atualmente que a população em geral apresenta risco de infecção, uma vez que para se inserir nesse meio um dos condicionantes é a adoção de comportamento de risco (CHAVES, 2014).

Emerge nesse cenário, a percepção da magnitude da AIDS como uma doença protagonista de um problema de saúde mundial, passando assim, por um processo de juvenalização, pauperização e feminização. Nesse panorama explicitado é possível refletir em um turbilhão de aspectos envoltos num perfil criado ao longo dos tempos, de submissão da mulher, inserindo-se neste a vulnerabilidade feminina na dinâmica do poder e, as relações sociais entre homem e mulher, que são fatores significativos determinantes no aumento da incidência da infecção em mulheres (BARBOSA, 1999).

Nesse espectro, dentre as nuances, que corroboram para uma negociação de sexo seguro pelas mulheres sem êxito com os parceiros, estão, baixo poder de barganha, medo de perder o companheiro que em diversas situações é o provedor de casa, o difícil acesso ao preservativo feminino e o baixo poder aquisitivo das mulheres dependentes de seus cônjuges (BARBOSA, 1995). Castro et al (2011), ressalta que uma expressiva gama de mulheres possuem poucos parceiros ao longo da vida, o que aponta uma quantidade significativa de mulheres que são infectadas em plena união estável. Estas possuem baixo poder de negociação quanto ao uso do preservativo, comparadas aquelas com parceiros casuais.



Considerando o controle da transmissão do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), este, continua se constituído um desafio de enorme magnitude para a ciência e a área da saúde, uma vez que a transmissão do HIV é um fenômeno ativo, global e instável e, a pandemia causada pelo HIV tem sido relacionada ao comportamento humano individual e coletivo, (PEREIRA, BORGES, 2010).

Após leitura minuciosa de varias literaturas sobre HIV/AIDS, dentre as quais, um estudo realizado por Figueiredo (2010) com 183 mulheres infectadas pelo HIV, no qual se constatou que, após o diagnóstico da infecção pelo HIV, 62,8% aderiram ao uso do preservativo masculino, por outro lado 9,8% alternavam seu uso com coito interrompido, tabelinha ou duchas vaginais. Dai surgiu o interesse em verificar o uso do preservativo em mulheres e homens que vivem com HIV no centro especializado em HIV/AIDS de Imperatriz-MA. Diante do exposto, o presente estudo tem por objetivo identificar a frequência do uso de preservativo em portadores do vírus HIV.

1. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal de abordagem quantitativa, realizado no período de janeiro a maio de 2015. No Serviço de Atenção Especializada em HIV/AIDS (SAE em HIV/AIDS) do Município de Imperatriz-Maranhão.

O SAE em HIV/AIDS do município de Imperatriz-MA foi inserido em 1988. Com endereço atual no Complexo de Saúde do Parque Anhanguera. De acordo dados do SINAN em Imperatriz possui 1405 casos de AIDS notificados, destes 844 são homens e 561 mulheres. Tais pacientes são de várias regiões, dentre as quais sul do Pará, sul do Maranhão, município de Imperatriz, entre outras.

Foram incluídos na pesquisa, pacientes de ambos os sexos, com mais de um ano de diagnóstico, e faziam uso ou não dos ART; foram estabelecidos como critério de exclusão todos aqueles que se recusaram a responder todas as perguntas, que apresentaram desconforto durante a entrevista e não completaram as respostas.

A amostra estabelecida foi de 69 pacientes com o diagnóstico de HIV, alocados por conveniência durante as consultas de enfermagem. Inicialmente foi realizado um convite verbal aos pacientes, após o aceite foram orientados a assinar o termo de consentimento livre e esclarecido, assim como preconiza a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. A



coleta de dados ocorreu por meio de um questionário contendo perguntas fechadas. O questionário buscou identificar características sociodemográficas, econômicas e de proteção à saúde individual e coletiva. A pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal do Tocantins com o parecer de número 105/2014. Para fazer a análise descritiva foi utilizado o programa Microsoft Excel 2010.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O primeiro caso de AIDS no Brasil foi notificado em 1980 na cidade de São Paulo, depois disso, novos casos foram sendo descobertos no âmbito nacional, no entanto mais restritos aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e anos mais tarde se disseminando por todos os estados brasileiros. Devido o primeiro caso ter sido descoberto em um homossexual, logo associaram a doença com o fator do gênero, inicialmente a população alvo era estigmatizada na época como indivíduos com comportamentos de riscos, sendo eles: os Homens que fazem Sexo com Homens (HSH) que eram diretamente ligados a prática do sexo sem controle (ALBOIN, 2012), hemofílicos e pessoas que recebiam transfusão de sangue ou hemoderivados, prostitutas e, dependentes químicos (SZWARCOWALD, 2000).

Quanto aos aspectos epidemiológicos, tem sido evidenciado cerca de 36,9 milhões de pessoas infectadas vivendo com o HIV/AIDS no mundo (UNAIDS, 2015). Enquanto em nível nacional, de acordo com estimativas, foi identificado que a epidemia da AIDS no Brasil continua em patamares elevados, sendo registrados 798.366 casos desde 1980 até junho de 2015, (BRASIL, 2015).

As alterações sofridas no perfil da epidemia da AIDS torna necessário o levantamento de dados, para averiguar os riscos a que essa população está exposta, uma vez que a infecção por HIV continua com dados expressivos, se destacando no ranking por estado, o Maranhão ocupa a 12ª posição com 14.286 casos detectados desde 1980 até junho de 2015. Sendo que na região nordeste, Imperatriz, com 5.331 casos, ocupa a 65ª colocação dos municípios com mais de 100 mil habitantes entre 2010 a 2014 (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, segundo a elaboração e execução de políticas públicas de saúde, identificar as mudanças na dinamização da doença, como o comportamento individual e coletivo das práticas sexuais, principalmente de pacientes infectados pelo HIV, torna-se imprescindível (PEREIRA, MACHADO, RODRIGUES, 2007). Considerando que a



assistência prestada aos pacientes e as ações de educação em saúde sempre necessitam de inovações para se adequar as novas realidades.

Pesquisa realizada por Almeida (2009) salienta que a principal forma de transmissão do vírus HIV, na amostra estudada foi a sexual, resultado este encontrado na maioria dos estudos sobre essa temática. Neste contexto, o uso do preservativo é a maneira mais segura e efetiva de prevenir a infecção sexual pelo o HIV, sendo, por isso, necessário estimular o seu uso constante nas campanhas educativas e preventivas de massa e nas intervenções específicas para informar a população. Imbricado a isto o uso do preservativo é imprescindível na população com vida sexual ativa, principalmente pelas pessoas com HIV, uma vez que a não adesão a este, pode significar a continua disseminação do HIV, representando uma problemática ao poder público.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS E DISCUSSÃO

Fizeram parte do estudo 69 clientes do SAE em HIV/AIDS. Destes 67 (97,1%) estavam em uso da Terapia Antirretroviral (TARV), o que aponta a eficiência das políticas de fortalecimento da acessibilidade do tratamento a população. Por outro lado, em um estudo sobre a adesão à TARV, Fiuza (2013) com uma amostra de 215 pessoas em uso desta, averiguou que há um percentual expressivo de não adesão ideal aos ARV, identificando que as intervenções ainda são ineficientes. Corroborando com este, o resultado de outra pesquisa realizada por Padoin et al (2013) com 125 pacientes, mostrou que 44% destes não eram aderentes a TARV.

3.1. Perfil socioeconômico dos participantes pesquisados

O grupo do estudo foi composto por 69 pessoas, 36 mulheres (52,2%) e 33 homens (47,8%), sendo mais prevalente o sexo feminino, ressaltando dessa forma a feminização da epidemia da AIDS. Entretanto, sabe-se que o HIV tem uma representatividade mais elevada no sexo masculino, porém a infecção na população feminina tem se mostrado bem expressiva, de acordo o Ministério da Saúde desde o início da epidemia no Brasil até junho de 2015, foram notificados 278.960 casos de AIDS em mulheres, significando 35% do total. Sendo válido salientar o aumento de novos casos na população feminina em idade reprodutiva, considerando o mesmo período referido anteriormente, na faixa etária compreendida de 20 a 39 anos foram



identificados 166.485 casos de AIDS. Ao analisar as incidências entre os anos já citados, percebe-se que estas têm se mostrado significativa nesta população.

Nesse âmbito considerando a importância do acolhimento nos centros de saúde, Porto, Silva e Vargens (2014) avaliando a significância atribuída por mulheres, profissionais de saúde, na assistência a mulheres soropositivas para o HIV, levando em consideração a vulnerabilidade de gênero relacionado à feminização do HIV/AIDS, perceberam que apesar de todos os avanços no tratamento que contribuíram para a mudança no perfil da epidemia, ainda hoje a infecção permanece associada a estigmas e preconceitos por parte das profissionais de saúde que delineiam o perfil dos pacientes HIV+, e que pode acarretar em prejuízos na adesão ao tratamento pelas pacientes.

Quanto às idades da amostra, compreenderam entre 15 e acima de 67 anos, conforme tabela 1. Comparando com outros estudos foi possível identificar idades semelhantes à deste. Uma pesquisa realizada por Aboim (2012) que buscou analisar o risco e prevenção do HIV/AIDS sobre os comportamentos sexuais em Portugal, teve faixa etária de idade entre 15 e 65 anos, em outro estudo, Reis (2011) avaliou a adesão ao tratamento antirretroviral, teve amostra entre 15 e 79 anos.

Tabela 1. Faixa etária dos participantes no estudo

Idade	FA(n)	FR	FR(%)
15-35	27	0,40	40
36-46	28	0,40	40
47	13	0,19	19
>67	1	0,01	1
Total	69	1,00	100

Fonte: primária

O Boletim epidemiológico do ministério da saúde (2015) apresenta um aumento de casos em pessoas com baixa escolaridade, apesar de ser ligeiramente relevante em pessoas com nível mais elevado. Este estudo demonstrou como mostra a tabela 2, que 22 dos entrevistados (32,0%) constituíam pessoas com ensino fundamental, 23 com ensino médio (33,3%), já com ensino superior apenas 6 (9,0%), tal fato reforça a associação da escolaridade como fator relacionado à infecção pelo HIV, como apontado pelo Ministério da Saúde.

Em analogia com este estudo, na pesquisa de Bertoncini, Moraes e Kulkamp (2007), realizada em Santa Catarina, com indivíduos infectados pelo o HIV, apenas 13,6% da amostra



possuía ensino superior. Reafirmando dessa forma que o nível de instrução, pode ser um fator de vulnerabilidade para o HIV/AIDS, presumindo assim, que o grau de instrução de uma pessoa pode está relacionado com escassa informação (ROSA, 2015). O que destaca a necessidade intrínseca das campanhas de prevenção e ações educativas possuírem uma linguagem acessível, para que alcance toda a população. Cabe salientar ainda, que de acordo Fonseca (2000), no Brasil a AIDS iniciou acometendo principalmente pessoas com nível de escolaridade mais elevado. Somente no decorrer do tempo que esse quadro sofreu alterações, sendo mais prevalente em pessoas com baixa escolaridade.

Tabela 2. Nível de escolaridade da amostra alocada no estudo

Escolaridade	FA (n)	FR	FR(%)
Analfabeto	5	0,07	7
Alfabetizado	13	0,19	19
Ensino Fundamental	22	0,32	32
Ensino médio	23	0,33	33
Ensino superior	6	0,09	9
Total	69	1,00	100

Fonte: primária

Quanto ao estado civil, aproximadamente metade da amostra 29 (42,03%) afirmaram serem solteiros, juntando os casados com os em união marital temos 23 (33,33%), por fim os viúvos e divorciados somaram 17 (24,64%), de acordo tabela 3. Segundo Gir (2006) o estado civil é uma condição social, entretanto não é um indicador ideal para avaliar a atividade sexual. Entretanto, o número mais elevado de solteiros infectados pelo HIV, pode está associado com o descredito sobre a importância da utilização do preservativo, no estudo de Ayga, (2012) evidenciou-se que os solteiros apresentavam menores chances de usar o preservativo que os casados. No que diz respeito aos casados, Barros (2011) constatou que estes devido a maior confiança entre os cônjuges aventuram-se em praticas sexuais sem o uso do preservativo.

Tabela 3. Estado civil da amostra alocada no estudo

Estado civil	FA (n)	FR	FR(%)
Solteiro (a)	29	0,23	47
Casado (a)	14	0,20	20
Viúvo (a)	4	0,06	6
União marital (a)	9	0,13	13
Divorciado (a)	13	0,19	19



Total	69	1,00	100
--------------	-----------	-------------	------------

Fonte: primária

Relativo às características econômicas 40 possuíam renda de um salário mínimo (57,9%), averiguando assim uma condição econômica precária na população pesquisada. Tal condição pode ser relacionada com a baixa escolaridade anteriormente identificada na amostra desta pesquisa, quanto menos anos de estudo maior o subemprego de uma população, o estudo de Barros (2011), encontrou esta mesma relação nos indicadores do seu estudo.

155

3.2. Atividade sexual após o diagnóstico de HIV

Dos participantes do estudo após o conhecimento da infecção pelo HIV, 61 (88,40%) afirmaram manter vida sexual ativa e 8 (11,60%) revelaram abstinência sexual, tais dados evidenciam alterações na vida sexual após o diagnóstico de HIV. Estes resultados são compatíveis com os encontrados por Bertoni, Moraes e Kulkamp (2007), ao estudarem indivíduos soropositivos para o HIV, verificaram que 95,5% dos entrevistados tinham vida sexual ativa e, apenas 4,5% referiram já não possuir mais tal hábito, salientando ainda alteração no comportamento sexual de metade da amostra conseguinte a informação da sorologia para o HIV. Corroborando com este, Almeida et al (2009) cita que observou a diminuição da libido e da valorização do sexo depois da contaminação pelo HIV. Considerando a repercussão do comportamento sexual, Reis et al (2011) ao buscar avaliar a qualidade de vida, aspectos sociodemográficos e de sexualidade de 228 pessoas vivendo com HIV/AIDS, verificou os piores escores de qualidade de vida relacionados a não ter vida sexual ativa e ter parceiro com HIV/AIDS.

3.3. Frequência do uso do preservativo

Em relação ao uso do preservativo, a análise dos dados mostrou que mais da metade dos participantes 52 (75,3%) relataram sempre usa-lo durante as relações sexuais. Entretanto 11 (15,9%) pessoas afirmaram usar “às vezes” e 6 (8,7%) revelaram não fazer uso do preservativo. Sendo preocupantes tais resultados, visto que a prática do sexo desprotegido corrobora com a disseminação da infecção pelo HIV. Nesse sentido, a vivência dessa situação de risco evidencia a necessidade e, a adoção de opções de redução de risco. É notório que alguns parâmetros para alcançar tal premissa que culminem em maior qualidade de prevenção e assistência, como o acesso à educação e a conscientização da necessidade do uso do preservativo, se constituem



ainda como um desafio de enorme magnitude uma vez que estes estão interligados à situação socioeconômica da população.

Tabela 4. Frequência do uso do preservativo da amostra do estudo

Frequência do uso do preservativo	FA (n)	FR	FR(%)
Sempre	52	0,75	75
As vezes	6	0,09	9
Não utiliza	11	0,16	16
Total	69	1,00	100

Fonte: primaria

Outros estudos também identificaram comportamentos semelhantes, foi averiguado no estudo de Bertoncini, Moraes e Kulkamp (2007), que avaliou o comportamento sexual em adultos maiores de 50 anos infectados pelo HIV, obtendo como resultado o relato da manutenção de relações sexuais sem preservativo, mesmo após o diagnóstico de HIV de 42,9% da amostra, e ainda, 4,5% referiram usar de forma esporádica este. Ao estudar mulheres infectadas pelo HIV, Gir (2006) citou que estas afirmaram não utilizar o preservativo após a soropositividade para o HIV.

Nesta dimensão, recente estudo realizado por Kalckmann (2013) avaliou o uso do preservativo feminino por 713 usuárias de sete serviços especializados de atenção às DSTs/AIDS da grande São Paulo, verificando que as mulheres HIV/AIDS sustentam um tempo de uso maior do preservativo, entretanto estas afirmam que quando sabem que o parceiro também tem sorologia positiva, descartam o uso deste. Ao avaliar a população masculina acima dos 50 anos, Caldas e Gessolo (2007) mostraram que esta população deixa de usar o preservativo em decorrência do temor deste prejudicar a ereção e ainda, estes só o utilizam em relações extraconjugais.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostra que a maioria das pessoas vivendo com HIV/AIDS fazem o uso do preservativo, porém, ainda há uma parcela significativa de pessoas que têm práticas sexuais desprotegidas. Talvez por desconhecimento de coinfeção ou por solicitação do parceiro sorodiscordante e por medo de comunicar ao parceiro, assim, acaba cedendo ao pedido.



Dessa forma, é notável o uso do preservativo como uma prática frequente, entretanto é nítida a necessidade de ampliação da discussão da temática, tentando descobrir o motivo do não uso do preservativo, para assim aprimorar as políticas de maior alcance buscando influenciar práticas seguras de comportamento sexual. Não deixando de salientar a atuação dos profissionais da saúde na prestação holística do cuidado com ênfase para a educação em saúde, a fim de contribuir com a promoção da saúde dos pacientes HIV+ e consequentemente prevenção de novos casos.

Logo, diante dos resultados, cabe salientar que novas pesquisas similares em diferentes regiões com abordagens metodológicas criteriosas, são de suma importância serem desenvolvidas objetivando subsidiar o fortalecimento de políticas públicas e, o trabalho dos profissionais de saúde, na abordagem perante comportamentos de risco e no planejamento de estratégias na prevenção e controle adequado para essa clientela.

REFERÊNCIAS

ANDRADE ARRAIS ROSA, Claudia Regina et al Perfil socioeconômico de mulheres casadas/união estável que vivem com HIV/AIDS e uma reanálise dos fatores que as tornaram vulneráveis ao HIV. In: “Disponível em” <<http://www.index-f.com/para/n22/330.php>> Acesso em 31/01/16.

ALBOIM, Sofia. Riscos e prevenção do HIV/AIDS: uma perspectiva biográfica sobre os comportamentos sexuais em Portugal. In: “Disponível em” <<http://www.redalyc.org/pdf/630/63020622012.pdf>> Acesso 20/12/15.

AYIGA, Natal. Rates and Predictors of Consistent Condom-use by People Living with HIV/AIDS on Antiretroviral Treatment in Ugand. In: “Disponível em” <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3489943/>> Acesso em 10/12/15.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico HIV/AIDS**. In: “Disponível em” <<http://www.aids.gov.br/publicacao/2015/boletim-epidemiologico-aids-e-dst-2015>> Acesso em 04/01/16



BARROS, Claudia; BLIMA SCHRAIBE, Lilia; FRANÇA-JUNIOR, Ivan. Associação entre violência por parceiro íntimo contra a mulher e infecção por HIV. In: “Disponível em” <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v45n2/1924.pdf>> Acesso em 05/01/16.

BARBOSA, R.H.S. (1999) *Aids e saúde reprodutiva: novos desafios*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

GUIMARÃES DE ALMEIDA, Lilian Conceição. HIV/AIDS: Comportamento Sexual de Mulheres e Homens Soropositivos. In: “Disponível em” <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/1770>> Acesso em 12/12/15.

HELENA SIMÕES BARBOSA, Regina. **As mulheres, a AIDS e a questão metodológica: desafios**. In: “Disponível em” <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=151725&indexSearch=ID>> Acesso em 20/01/16.

Z BERTONCINI, Bruna; S MORAES, Karla; C KULKAMP, Irene. Comportamento sexual em adultos maiores de 50 anos infectados pelo HIV. In: “Disponível em” <<http://www.dst.uff.br/revista19-2-2007/3.pdf>> Acesso em 27/01/16.

PATRIOTA CHAVES, Ana Clara et al. Conhecimentos e atitudes de adolescentes de uma escola pública sobre a transmissão sexual do HIV. In: “Disponível em” <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v67n1/0034-7167-reben-67-01-0048.pdf>> Acesso em 26/01/16.

GASPAR, Joice et al. Qualidade de vida de mulheres vivendo com o HIV/AIDS de um município do interior paulista. In: “Disponível em” <<http://www.scielo.br/pdf/reecusp/v45n1/32.pdf>> Acesso em 05/01/16.

CALDAS, JMP; GESSOLO, KM. AIDS depois dos 50: um novo desafio para as políticas de saúde pública. In: “Disponível em” <http://www.aidscongress.net/article.php?id_comunicacao=285> Acesso em 12/12/2007.

FIGUEIREDO, Regina. Uso de preservativos, risco e ocorrência de gravidez não planejada e conhecimento e acesso à contracepção de emergência entre mulheres com HIV/AIDS. In: “Disponível em” <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v15s1/026.pdf>> Acesso em 22/01/16.

PEREIRA MEDEIROS FONSECA, Maria Goretti et al. AIDS e grau de escolaridade no Brasil: evolução temporal de 1986 a 1996. In: “Disponível em” <<http://www.arca.fiocruz.br/xmlui/handle/icict/764>> Acesso em 27/01/16.

TELES FIUZA, Maria Luciana et al. Adesão ao Tratamento Antirretroviral: Assistência Integral Baseada no Modelo de Atenção às Condições Crônicas. In: “Disponível em”



<http://www.scielo.br/pdf/ean/v17n4/1414-8145-ean-17-04-0740.pdf> Acesso em 25/01/16.

GIR, Elucir et al A parceria sexual na visão de mulheres portadoras do vírus da imunodeficiência humana- HIV. In: “Disponível em”

<<http://www.dst.uff.br/revista18-1-2006/10.pdf>.> Acesso em 25/01/16.

GUIMARÃES DE ALMEIDA, Lilian Conceição et al. HIV/AIDS: Comportamento sexual de mulheres e homens soropositivos. In: “Disponível em”

<<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/1770>> Acesso em 12/12/15.

KEMPPAINEN, J. et al. Living with HIV: responses to a mantram intervention using the critical incident research method. In: “Disponível em”

<<http://online.liebertpub.com/doi/abs/10.1089/acm.2009.0489>> Acesso em 16/12/16.

KALCKMANN, Suzana. Preservativo Feminino e Dupla Proteção: Desafios para os Serviços Especializados de Atenção às DSTs e Aids. In: “Disponível em”

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000300020
Acesso em 24/01/16.

SOUZA PEREIRA, Gisella.; ISECKÉ BORGES, Claudia. Conhecimento sobre HIV/AIDS de participantes de um grupo de idosos, em Anápolis-Goiás. In: “Disponível em”

<http://www.scielo.br/pdf/ean/v14n4/v14n4a10> Acesso em 25/01/16.

B. ZIMMERMANN, Juliana et al Atividade Sexual Antes e Após o Diagnóstico da Infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana: Existe Modificação? In: “Disponível em”

<<http://www.dst.uff.br//revista20-3-4-2008/5-Atividade-sexual-JBDST-20-3-4-2008.pdf>>

Acesso em 16/01/16.

Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS-UNAIDS. In: “Disponível em”

<http://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/AIDS_by_the_numbers_2015_en.pdf>

Acesso em 31/01/16.

AGUIAR PEREIRA, Claudia Cristina; JORGE Machado, Carla; NASCIMENTO RODRIGUES, Roberto. Perfil de causas múltiplas de morte relacionadas ao HIV/AIDS nos municípios de São Paulo e Santos, Brasil, 2001. In: “Disponível em”

<<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=441993&indexSearch=ID>> Acesso em 20/12/15.

SERODIO AMIM RANGEL PORTO, Tainara; MARINS SILVA, Carla; MUNIZ DA COSTA VARGENS, Octavio. Cuidando de mulheres com HIV/AIDS: uma análise interacionista na



perspectiva de mulheres profissionais de saúde. In: “Disponível em”
<http://www.scielo.br/pdf/rgef/v35n2/pt_1983-1447-rgef-35-02-00040.pdf> Acesso em
18/01/16.

MARIS DE MELLO PADOIN, Stela. Adesão à terapia antirretroviral para HIV/AIDS. In:
“Disponível em”
<https://www.researchgate.net/profile/Samuel_Zuge/publication/265727259_ADHERENCE_TO_ANTIRETROVIRAL_THERAPY_FOR_HIVAIDS/links/5419c330cf25ebee9887f95.pdf> Acesso em 20/12/15.

KARINA REIS, Renata et al Qualidade de Vida, Aspectos Sociodemográficos e de
Sexualidade de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS. In: “Disponível em”
<<http://www.scielo.br/pdf/tce/v20n3/19.pdf>> Acesso em 13/01/16.

LANDMANN SZWARCOWALD, Celia et al A disseminação da epidemia da AIDS
no Brasil, no período de 1987-1996: uma análise espacial. In: “Disponível em”
<<http://www.scielosp.org/pdf/csp/v16s1/2209.pdf>> Acesso em 16/01/16.



SEXUALIDADE FEMININA: UM ESTUDO SOBRE A VULNERABILIDADE DAS MULHERES IDOSAS E A PREVALÊNCIA DE COMPORTAMENTO DE RISCO DO HIV/AIDS

TENÓRIO, Luiza Carla Ferreira Ribeiro Marques
Mestre em Cognição e Linguagem UENF
luzacarlatenorio@gmail.com

ISTOE, Rosalee Santos Crespo
Professora do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem UENF
rosaleeistoe@gmail.com

SOARES, Márcia Regina Pacheco
Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem UENF
mpachecosoares@gmail.com

RESUMO

O estudo tem como objetivo analisar a vulnerabilidade de mulheres idosas e a prevalência de comportamento de risco do HIV/AIDS e identificar a percepção e o comportamento sexual destas mulheres frente ao perfil epidemiológico do HIV/AIDS, considerando as especificidades do gênero, sexualidade, vulnerabilidade e o contexto sociocultural. Problematisa questões históricas, sociais e biológicas do processo de envelhecimento feminino correlacionado à saúde (perfil epidemiológico da doença), às políticas públicas (participação social, cultural, econômica-previdência e política das mulheres) e as questões socioculturais (estereótipos de degradação biopsicossocial da 3ª idade).

Palavras-chave: HIV/AIDS. Idosas. Saúde.

ABSTRACT

The study aims to analyze the vulnerability of older women and the prevalence of risky behavior of HIV/AIDS and to identify the perception and the sexual behavior of these women in front of the epidemiological profile of HIV/AIDS, considering the specifics of gender, sexuality, vulnerability and socio-cultural context. Discusses historical, social and biological issues of female aging process correlated to health (disease epidemiological profile), public policies (social, cultural, economic participation-welfare and women's policy) and socio-cultural issues (breakdown stereotypes of elderly biopsychosocial).

Key-words: HIV/AIDS. Old ladies. Health.



1. INTRODUÇÃO

Desde os anos 60, o debate sobre as identidades, as práticas sexuais e de gênero vem se destacando na área das ciências sociais e promovendo movimentos sociais acalorados como os movimentos feministas, e movimentos de gays e lésbicas, possibilitando assim que novas identidades sociais se tornassem visíveis, provocando, em seu processo de afirmação, novas divisões sociais. Essas transformações sociais que construía novas formas de relacionamentos e estilos de vida já se mostravam, naquela época, perturbadoras, e se acelerariam ainda mais, nas décadas seguintes. Passou-se a intervir em setores que eram considerados imutáveis, históricos e universais (hormônios, fertilização, mudança de sexo, direitos civis e judiciais). E todas essas transformações afetaram as formas de se viver e de se construir identidades de gênero e sexuais. Assim sendo, tais transformações nos remete a compreender que a sexualidade não é só uma questão pessoal: é também uma questão social e política e que a sexualidade é aprendida e construída ao longo de toda a vida (LOURO, 2000).

Nesse ínterim, a vulnerabilidade está relacionada à fragilidade, desproteção, desfavor e abandono sociocultural, principalmente do gênero feminino, o que demanda a necessidade de proteção das mulheres vulneráveis circunstancialmente, ou seja, a necessidade de utilização de práticas políticas e sociais diretas e duras que efetivem a diminuição da iniquidade em relação à mulher. Pois a desigualdade social, a assimetria de gênero, a falta de acesso à educação, saúde e informação, ainda são fatores de vulnerabilidade para as mulheres (GONÇALVES, 2004).

A auto percepção das mulheres acerca da vulnerabilidade do gênero ao contágio de DSTs e HIV/AIDS mostram que a prevalência do comportamento de risco é alta na população feminina em geral, e que a percepção da vulnerabilidade do individual é baixa e frequentemente inadequada. A maioria das mulheres apresenta um ou dois comportamentos de risco, sendo os comportamentos de risco mais comuns: o início precoce da atividade sexual, o não uso de preservativo e o uso de álcool/drogas pelo parceiro. Constata-se assim, que a auto percepção da vulnerabilidade feminina não é um bom indicador, já que as mulheres não identificam corretamente seu nível de risco (SILVEIRA, et al., 2002).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 HIV/AIDS: conceito, epidemiologia e preconceito

O vírus da imunodeficiência humana (HIV) pertence à família dos retrovírus humanos (Retroviridae) e a subfamília dos lentivírus. Os quatro retrovírus humanos reconhecidos



pertencem a dois grupos distintos: aos retrovírus, que são transformadores, e aos vírus da imunodeficiência humana o HIV 1 e HIV 2, que causam efeitos citopáticos (alterações celulares). A causa mais comum da doença pelo HIV no mundo inteiro é o HIV 1, que compreende vários subtipos com distribuições geográficas diferentes. O reservatório natural do HIV 1 é o chimpanzé *Pan troglodytes*, a fonte mais provável da contaminação humana; já o HIV 2 está estreitamente relacionado do ponto de vista filogenético, ao vírus da imunodeficiência símia (SIV) em macacos *SootyMangabeys*, sendo este identificado pela primeira vez em 1986 em africanos ocidentais, e que era originalmente restrito a à África Ocidental. Entretanto, já foram identificados casos no mundo inteiro, sendo o HIV transmitido por contato homossexual e heterossexual, por sangue e hemoderivados, por mães infectadas a seus filhos na gestação, parto ou através do aleitamento. Em 25 anos de pesquisas não há evidência da transmissão do HIV por picadas de insetos (BRAUNWALD, et al., 2008).

O HIV é o agente etiológico da AIDS, apresenta uma estrutura icosaédrica (forma geométrica), sendo um vírus de RNA que inicia seu ciclo de replicação pela ligação de alta afinidade de sua proteína ao receptor CD4 presente na membrana dos linfócitos TCD4, que, por sua vez, auxiliam o sistema imune ou nos co-receptores CCR5 e CXCR4 presentes em outras células do corpo. Quando alcançado o núcleo da célula hospedeira, a proteína viral catalisa a reserva de RNA viral a partir do DNA hospedeiro, resultando em um DNA de fita dupla do HIV. C, com a ativação da célula, o DNA viral, pela enzima “integrase”, se integra ao cromossomo da célula hospedeira; este processo envolve posteriores modificações da célula do hospedeiro para intensificar o crescimento do vírus e a regulação gênica viral (BRAUNWALD, et al., 2008).

Braunwald, et al. (2008) expõe que a infecção pelo HIV é crônica, com variação do grau de replicação viral. Os indivíduos infectados podem não apresentar variações clínicas da doença por um período médio de 10 anos, sendo que a infecção pelo HIV muito raramente mata o hospedeiro durante a infecção primária. Pacientes com variações clínicas da doença sem tratamento ou pacientes em que o tratamento não consegue controlar a replicação viral (doença avançada) tornam-se susceptíveis a doenças oportunistas, sendo a diminuição das células TCD4 progressiva e inevitável, e não sendo rara a queda da contagem de células TCD4 inferior a $10/\mu\text{l}$ ou até mesmo zero (IDEM, 2008).

A manifestação do HIV pode ocorrer ou ser percebida por meio do aparecimento das



doenças oportunistas, isso ocorre devido à vulnerabilidade do sistema imunológico, causada pela queda do número das CD4. Dentre as alterações clínicas decorrentes do HIV, destaca-se a demência, que compromete a memória, distúrbios do movimento e sintomas depressivos. Segundo o Ministério da Saúde, com o desenvolvimento e evolução do tratamento anti-retroviral, as manifestações decorrentes do HIV tornaram-se menos frequentes, havendo assim uma melhora substancial do prognóstico e da qualidade de vida das pessoas que vivem com AIDS, por possuir como objetivo principal o aumento do tempo e da qualidade de vida dos portadores de HIV/AIDS (FALCÃO, et al., 2010).

O tratamento do HIV/AIDS se dá por meio da terapia combinada de antirretrovirais (TARV) com objetivo da supressão da replicação viral, sendo a terapia um componente indispensável para prolongar e melhorar a qualidade de vida dos pacientes infectados pelo HIV. A supressão adequada só é possível pela estrita adesão ao esquema prescrito de TARV. A reformulação dos antirretrovirais em esquemas de dose única diária é um fator facilitador da adesão ao tratamento.

Perante este quadro, entende-se que a definição de AIDS é complexa, abrangente, e para fins de vigilância, não sendo criada para o cuidado prático do paciente nem para satisfação da aprendizagem visto à rigidez de sua definição. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

A AIDS é considerada uma doença global e devastadora do século XX no mundo, visto a magnitude e extensão dos danos causados às populações. Inicialmente, as pessoas infectadas eram jovens, homens homossexuais e usuários de drogas endovenosas. Em pouco tempo, a AIDS foi identificada em outros segmentos da população, como bissexuais, hemofílicos, heterossexuais e receptores de sangue e hemoderivados, que passaram a ser denominados de grupos de risco. Esta denominação de grupos de risco serviu para isolar e discriminar os portadores de HIV/AIDS. Com a evolução dos estudos epidemiológicos acerca do HIV/AIDS, fala-se atualmente em comportamento de risco, visto que todas as pessoas podem ser infectadas pelo vírus, independente de sexo e orientação sexual. (BRAUNWALD, et.al., 2008).

Uma das características do HIV/AIDS na maturidade e na velhice é a dificuldade de diferenciar os sintomas da AIDS das doenças próprias do envelhecimento. Sintomas, como cansaço mental, falta de apetite, esquecimento e dificuldade de concentração nas atividades cotidianas, antes realizadas sem dificuldades. Estes sintomas são muitas vezes considerados pelos profissionais de saúde como patologias próprias do envelhecimento e não sintomas de



sorologia positiva para HIV/AIDS. Com estas crenças limitadas sobre o envelhecimento, a aparição de sintomas cognitivos comuns ao estágio inicial do HIV/AIDS em pessoas mais velhas (mais de 50 anos) é ignorada, acarretando um diagnóstico tardio da doença. (FALCÃO, et al., 2010).

Do ponto de vista biológico, as mulheres são mais suscetíveis à transmissão do HIV que os homens, por razões anatômicas, por apresentarem uma grande superfície de mucosa vaginal que se expõe ao sêmen, que, por sua vez, contém uma maior concentração de vírus que o fluido vaginal, tendo, pois, a mulher o dobro do risco de contrair o vírus em relação ao homem. (GALVÃO, 2002).

Na menopausa, o risco aumenta ainda mais devido às alterações hormonais que propiciam alterações nas paredes vaginais, ficando mais finas e ressecadas, favorecendo o aparecimento de microlesões que favorecem a infecção pelo HIV (BERTONCINI, et al., 2007). Segundo Galvão (2002), ao longo da disseminação da epidemia de AIDS entre as mulheres, estas estiveram excluídas das campanhas educativas e das ações e metas governamentais de atenção à saúde. Sua vulnerabilidade à doença era negligenciada e o crescimento do número de casos nas notificações permanecia invisível. E Nesse período houve falta de diagnóstico rápido dos dados epidemiológicos que apontassem o crescimento dos casos da AIDS entre as mulheres.

Dados apontam que no ano de 2012, foram notificados 39.185 casos de AIDS no Brasil. A taxa de detecção nacional foi de 20,2 casos para cada 100.000 habitantes. No Brasil, a cobertura de teste de HIV na população sexualmente ativa é de quase 40%. Estima-se que, aproximadamente 718 mil indivíduos vivam com o HIV/AIDS no país, o que representa uma taxa de prevalência de 0,4% na população em geral, dos quais cerca de 80% (574 mil pessoas) tenham sido diagnosticados. Em 2012, a taxa de detecção de casos de AIDS em homens foi de 26,1/100.000 habitantes e de 14,5 em mulheres, apresentando a razão atual de sexos de 1,7 casos em homens para cada caso em mulheres. Além disso, observa-se uma tendência de aumento nas taxas de detecção entre os jovens de 15 a 24 anos, e entre os adultos com 50 anos ou mais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

(...) A taxa de incidência (100 mil habitantes) dos casos de Aids em homens na faixa etária de 50 a 59 anos foi de 29,3, índice superior à taxa de incidência em homens na faixa de 20 a 24 anos, que apresentou índice de 13,7. As mulheres



de 50 a 59 anos apresentaram uma incidência de 17,4, número relativamente superior ao das mulheres de 20 a 24 anos, que apresentaram uma taxa de incidência de 12. Ainda em relação à taxa de incidência segundo sexo e faixa etária, verifica-se que, no sexo masculino, as taxas mais elevadas estão na faixa etária de 30 a 49 anos. Isso pode implicar, futuramente, o aumento significativo de pessoas soropositivas para o HIV na maturidade e na velhice (FALCÃO, et al., 2010, p.127).

Os valores da razão entre o sexo masculino e feminino passaram de 24:1 em 1985, para 6:1 em 1990, e para 2:1 em 1997, mantendo esta média de incidência. As menores razões entre os sexos ocorreram em municípios brasileiros com menos de 50 mil habitantes. Pesquisas comportamentais identificaram que 80% dos indivíduos de faixa etária entre 15 e 65 anos são sexualmente ativos e que a utilização de preservativo é mais comum entre os jovens, tendo a venda de preservativos aumentada de 50 milhões de unidades em 1992 para 300 milhões de unidades em 1998 (BRITO, et al., 2000).

2.2. Sexualidade feminina: vulnerabilidade no contexto sociocultural

Na concepção de Ferreira (1986, p. 1580), o significado da palavra sexo é uma "conformação particular que distingue o macho da fêmea... Fazer sexo, ter relações sexuais... O belo sexo. As mulheres; o sexo amável; o sexo fraco, o sexo frágil... O sexo forte. Os homens...".

Muitos consideram a sexualidade como algo que, mulheres e homens, possuem "naturalmente". Aceitando essa ideia, fica sem sentido argumentar a respeito de sua dimensão social e política ou a respeito de seu caráter construído. A sexualidade seria algo "dado" pela natureza, ou construído pelo ser humano. A concepção ou suposição de que todos vivem em corpos universalmente, ou da mesma forma, fica desfigurada quando observamos que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos e convenções, que nada mais são que processos culturais e plurais. Nessa perspectiva, não há nada de "natural", a começar pela própria concepção de corpo (natureza e biológico). Pois os corpos também ganham sentido social, a concepção dos gêneros (feminino, masculino e neutro) e seus determinantes culturais. Ficando as possibilidades da sexualidade (das formas de expressar os desejos e prazeres) socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, definidas pelas relações sociais, sendo estas moldadas pelas redes de poder da uma sociedade. Segundo Foucault, a sexualidade é um "dispositivo histórico", em outras



palavras, uma invenção social, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo. Discursos que regulam, normatizam e instauram "verdades". (LOURO, 2000).

Neste contexto, a vulnerabilidade está relacionada à fragilidade, desproteção, desfavor e abandono sociocultural do gênero feminino, o que demanda a necessidade de proteção das mulheres vulneráveis circunstancialmente, ou seja, a necessidade de utilização de práticas políticas e sociais diretas e duras que efetivem a diminuição da iniquidade em relação à mulher. Pois a desigualdade social, a assimetria de gênero, a falta de acesso à educação, saúde e informação, ainda são fatores de vulnerabilidade para as mulheres (GONÇALVES, 2004).

A auto percepção das mulheres acerca da vulnerabilidade do gênero ao contágio de DSTs e HIV/AIDS mostram que a prevalência do comportamento de risco é alta na população feminina em geral. A maioria das mulheres apresenta um ou dois comportamentos de risco, sendo os comportamentos de risco mais comuns: o início precoce da atividade sexual, o não uso de preservativo e o uso de álcool/drogas pelo parceiro.

Nos últimos anos, o Brasil vem apresentando um novo padrão demográfico, que se caracteriza pela redução da taxa de crescimento populacional e por transformações profundas na composição de sua estrutura etária, com um significativo aumento do contingente de idosos. Estas modificações têm expressado importantes mudanças também no perfil epidemiológico da população, com alterações relevantes nos indicadores de morbimortalidade, que contemplam questões e atributos individuais da população, como: sexo, idade, educação e rendimento, em variados períodos de referência e espaços geográficos (IBGE, 2009).

Segundo documento oficial (Brasil, (2013), a expectativa de vida dos brasileiros passou de 74,1 em 2011 para 74,6 anos em 2012, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Diário Oficial da União, foram observadas em todas as idades o aumento na expectativa de vida, beneficiadas pela diminuição da mortalidade. Isto pode ser observado principalmente nos grupos de menores de um ano de idade e de 80 anos ou mais, e com maior intensidade na população feminina. Pode-se observar também a maior mortalidade masculina no grupo de adultos jovens de 15 a 30 anos aproximadamente, em relação à população feminina. Este fenômeno pode ser explicado pela maior incidência dos óbitos por causas violentas, que atingem com maior frequência a população masculina. De acordo com dados do IBGE (2009), a média de vida dos brasileiros é de 72,7 anos e a expectativa ou esperança de vida corresponde à quantidade de anos em média que uma



determinada população vive. A expectativa de vida é um importante indicador social para avaliação da qualidade de vida da população.

O envelhecimento progressivo da população possibilitou a visibilidade social desta camada da população, pois não só as pessoas vivem mais tempo, mas também as condições de saúde e o potencial de integração social foram prolongados, promovendo uma crescente demanda na área da saúde sexual na segunda metade da vida (terapias hormonais, medicamentos para libido, pílulas e prótese para disfunções de ereção). Mesmo com estas essas evoluções, a sexualidade no processo de envelhecimento ainda é um assunto particularmente contaminado com preconceitos (VASCONCELOS, et al., 2004).

Vasconcelos et al., (2004) ressalta que, os estereótipos relacionados à degradação biológica no processo de envelhecimento ainda continuam presentes no pensamento cultural. Até recentemente, acreditava-se que, por volta dos cinquenta anos, o declínio da função sexual seria inevitável, nas mulheres através da menopausa e no homem devido às disfunções de ereção, além da perda do objetivo social da atividade sexual, que seria a procriação.

O processo de envelhecimento apresenta várias alterações ao nível do corpo. No caso das mulheres, a maior parte das alterações é em consequência da menopausa e da sua alteração hormonal, que tendencialmente acontece por volta dos 50 anos, período no qual a mulher encerra seu ciclo menstrual e a sua capacidade de procriação. Algumas destas mudanças orgânicas das mulheres podem dificultar a relação sexual, como, por exemplo, a atrofia e lentidão de lubrificação vaginal, que resulta numa penetração lenta e dolorosa e maior vulnerabilidade para infecções e também pode ocorrer dor ao urinar após a relação. Estas ocorrências são as principais razões apresentadas pelas mulheres idosas como motivos da diminuição ou perda do interesse pelas relações sexuais (RIBEIRO, et al., 2011).

Ribeiro et al. (2011) considera que as alterações biológicas e fisiológicas causam maiores repercussões nos homens que nas mulheres, pois, no caso dos homens ocorre a diminuição da produção de testosterona (hormônio masculino), provocando sensação de fadiga, perda de massa muscular, depressão, e em alguns casos perda do da libido (desejo sexual). Há também menor sensibilidade no pênis, diminuição de fluido seminal, ereção mais lenta, o que implicará na necessidade de maior estimulação (preliminar maior), a menor necessidade física de ejacular e o aumento do período refratário, que poderá diminuir o número de relações



sexuais. Mas nenhuma destas alterações biológicas e fisiológicas é suficiente para justificar o fim ou cessação completa da atividade sexual.

Há mais de 100 anos, foi apresentado por Freud, outro objetivo para a sexualidade humana -, o prazer, visto, sua importância para a realização e o bem estar dos indivíduos durante toda a vida, justificando a criação emergente de um novo campo denominado “saúde sexual”. Esta ideologia só foi possível a partir do desenvolvimento da contracepção, e da terapia de reposição hormonal, que, possibilitou a manutenção do prazer na relação sexual após a menopausa, mais recentemente, medicamentos foram desenvolvidos para a disfunção erétil, uma das formas de impotência sexual do sexo masculino, sendo a sildenafil (Viagra) a primeira pílula (VASCONCELOS, et al., 2004).

A sexualidade é uma necessidade humana básica e fundamental e não se restringe apenas ao ato sexual, mas também aos prazeres do contato corporal, da comunicação e da segurança emocional. Ou seja, todo ser humano tem necessidade de se relacionar com os outros, de se comunicar, receber apoio emocional e afetivo, e de viver momentos de intimidade com o outro, independente da idade. No entanto, a visão de perpetuação da espécie humana, inata ao homem, sobrevaloriza a reprodução enfatizada na figura da genitália, sobreposta à questão emocional. Deste modo, a sexualidade na velhice se torna algo sem sentido. A forma e a intensidade como se vive a sexualidade depende, em grande parte, da forma como esta foi vivida durante a vida. Se no passado ou fase de jovem/adulto, a sexualidade desempenhava um papel importante, na velhice essa importância irá se manter, pois já se sabe que o envelhecimento não diminui o prazer e o interesse na sexualidade. Isso se verifica, pois os aspectos essenciais como identidade, papel de gênero, capacidade de namorar e afeto, intimidade e compromisso, dar e receber não tem justificativa para diminuir ou acabar com a velhice; ao contrário, em muitos casos, até melhorar. Assim, mesmo que com o avançar da idade, a atividade sexual possa diminuir, o interesse e a capacidade de desempenhar a sexualidade de forma satisfatória se manterão. (RIBEIRO, et al., 2011).

Ribeiro et al. (2011) apresenta ainda que a vivência da sexualidade na velhice tem toda uma importância e benefícios físicos e psicológicos. Pois é uma forma de fazer exercício físico, reproduzindo, assim, os mesmos benefícios da atividade física; proporciona, ainda, maior cuidado com a higiene pessoal e com a imagem, queima gorduras e libera endorfina no organismo, reduzindo a ansiedade, além de melhorar a autoestima e a sensação de bem estar.



Nas mulheres, especificamente, mantém e fortalece as secreções e paredes vaginais, e no homem estimula a liberação de testosterona, que fortifica os músculos e os ossos. Além de maior conhecimento do parceiro e uma compreensão mais profunda das suas necessidades e gosto, maior experiência sexual, favorecendo relações sexuais mais satisfatórias e relaxantes.

Outros fatores que influenciam a sexualidade são os pensamentos e comportamentos que resultam no equilíbrio da condição física, da motivação, associado aos padrões sociais. O processo de envelhecimento resulta em alterações corporais, que podem implicar em um certo condicionamento da vida sexual. Há as mudanças da imagem corporal (cabelos brancos, diminuição do tônus muscular, alteração da marcha e do equilíbrio), estas mudanças da imagem corporal são menos atrativas devido às questões culturais (culto e valorização da juventude), existem alterações orgânicas específicas da mulher como: diminuição do tamanho do canal vaginal (atrofia vaginal), diminuição e retardo da lubrificação vaginal, perda da elasticidade do tecido vaginal (musculatura), perda da firmeza e redução do tamanho das mamas, entre outras. Há também as alterações orgânicas específicas do homem como: menor sensibilidade do pênis, que pode não alcançar a firmeza e o tamanho de antes, ereção retardada com menor ângulo, redução da quantidade de fluido seminal (lubrificação), ejaculação retardada e com menos vigor, menor quantidade de esperma. O orgasmo pode ser menos intenso, necessidade de ejacular menor, diminuição do tamanho e da firmeza dos testículos, diminuição do período de resolução (perda da ereção após ejaculação) e alargamento do período refratário (tempo necessário para alcançar uma nova ereção), resultando na necessidade de maior estimulação peniana por um tempo maior para alcançar a ereção, diminuição da quantidade de relações sexuais e relações sexuais satisfatórias sem ejaculação (RIBEIRO, et al., 2011).

As alterações orgânicas provenientes dos processos do envelhecimento foram estudadas e superadas pelos avanços da biotecnologia, sendo estes responsáveis pela minimização das barreiras biológicas que dificultam a manutenção da atividade sexual a partir dos 50 anos. No entanto, é esperado que haja também o avanço social e cultural da mentalidade acerca da sexualidade das pessoas idosas, pois a sexualidade dos idosos foi negligenciada no campo de pesquisas pelos profissionais de saúde mental, assim como pelos próprios idosos, por inibirem este esse assunto devido à predominância de normas sociais preconceituosas (VASCONCELOS, et al., 2004).

A descoberta dos medicamentos que melhoram o desempenho sexual, aumentando



assim o número de relações sexuais entre adultos maduros e idosos, e a não utilização do preservativo, contribuíram para o aumento da incidência de HIV/AIDS na população idosa. A falta de conhecimento em relação à epidemiologia do HIV em pessoas mais velhas contribuiu para o aumento da epidemia ao ponto de se tornar uma ameaça à saúde pública. A exposição à epidemia é agravada pela crescente atuação desta faixa etária na vida social, uma vez que, essa população frequenta bailes e clubes de terceira idade. Outro agravante é a falta de interesse dos profissionais de saúde em relação à sexualidade nesta faixa etária, fazendo com que tenham dificuldades para abordar e orientar os idosos. Muitos profissionais, por acreditarem que os idosos são assexuados, não os consideram em risco em relação à AIDS, fazendo com que raramente a solicitem exames de HIV aos mesmos e/ou perguntem sobre a vida sexual do idoso, contribuindo para o diagnóstico tardio e, conseqüentemente, para o aumento da epidemia (BERTONCINI, et al., 2007).

Estudos apresentados por Ribeiro et al. (2011) sobre o comportamento sexual das pessoas idosas indicam que elas estão menos atentas às DSTs e às formas de prevenção, e demonstram claramente manobras e discursos para não utilização do preservativo, em especial no período pós menopausa. Isto implica as pessoas idosas não se identificarem como grupo de risco de DSTs/HIV/AIDS, sustentado pela não representação deste grupo nas campanhas de prevenção direcionadas especialmente a grupos jovens.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

A abordagem da pesquisa é qualitativa, considerando os processos que refletem no comportamento sexual das mulheres acima de 60 anos relacionados ao HIV/AIDS. Do ponto de vista dos objetivos, caracteriza-se por exploratória e descritiva. O universo da pesquisa foi constituído por idosas inscritas no Programa Mulheres Mil, realizado nas dependências do Instituto Federal Fluminense de Bom Jesus do Itabapoana (IFF-BJI), no município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ. Os instrumentos de coleta de dados foram formulários semiestruturados e entrevistas.

A percentagem de idade apresentada pelas mulheres na 3ª idade compreende 60 a 69 anos (65,5%) e acima de 70 a 79 anos (34,5%). A frequência do estado civil foi distribuída em casada/união estável (55,2%), acima de viúva (41,4%) e solteira (3,4 %). Como integrantes residenciais, temos o conjugue cônjuge (48,3%), acima de sozinha (24,1%), o filho (17,2%),



parentes (6,9%), outros (6,9%) e companheiro (a) (3,4%). Elas estão dispostas em uma renda familiar de mais que 5 até 10 salários (31%), mais do que 2 até 3 salários (20,7%), mais do que 3 até 5 salários (17,2%), mais do que 1 a 2 salários (17,2%) e até 1 salário (10,3%). O nível de escolaridade apresentou a seguinte distribuição: em ensino fundamental (20,6%); ensino médio (44,8%); e ensino superior (34,3%). A prevalência do grau de escolaridade é o ensino médio completo (37,9%).

Relativo às questões da sexualidade foi constatado que a iniciação sexual destas mulheres está fortemente ligada ao matrimônio. Apresentam a média de um parceiro sexual (62,1%) no período dos últimos 12 meses, e média de até três relações sexuais mensais. No entanto, 61,7% das mulheres tem vida sexual ativa. Em relação à qualidade de vida sexual da mulher, 27,6% das mulheres avaliam como ruim ou muito ruim e 27,6% como regular, ou seja, mais da metade das mulheres não percebem de forma positiva sua qualidade de vida sexual. 100% das mulheres são heterossexuais, e possuem pouco conhecimento sobre HIV/AIDS (vírus HIV (55,1%), sintomas do HIV positivo (100%) e exame diagnóstico (65,5%)). A maioria das mulheres acredita que o maior risco de contaminação por HIV está nos relacionamentos homossexuais (69,0%) e bissexuais (68,9%), apresentando uma correlação da opção sexual e contaminação pelo HIV, é apresentado expressivamente o estigma histórico de que o HIV/AIDS é uma doença de homens homossexuais. A maioria tem consciência de que deve sem se preocupar com o HIV/AIDS (79,3%), e que se trata de uma doença que não tem cura (79,3%). Em seu cotidiano conhecem pessoas portadoras de HIV ou com AIDS (65,5%), entretanto 69,0% nunca usaram camisinha e 79,3% nunca realizaram o teste de HIV.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se, pela pesquisa, que a maioria das mulheres idosas é sexualmente ativa, porém possui uma percepção negativa de sua qualidade de vida sexual; apresenta pouco conhecimento sobre o tema HIV/AIDS em questões como: contaminação, prevenção, disseminação.

Outro aspecto relevante verificado é a despreocupação das mulheres em relação a contaminação do HIV/AIDS, pois não se consideram em risco, mesmo percebendo que há possibilidade de riscos de infecção da mulher nesse grupo etário. Tal percepção reflete



diretamente nas práticas sexuais, onde se constatou que a maioria das mulheres idosas não utiliza e/ou nunca utilizou preservativo, e nem faria o exame de HIV.

Conclui-se que, na percepção das mulheres idosas, acerca da vulnerabilidade feminina de contágio do HIV/AIDS, é de que é alta a prevalência do comportamento de riscos. Porém a percepção da vulnerabilidade individual é baixa e frequentemente desconsiderada.

REFERÊNCIAS

- BERTONCINI, Bruna; MORAES, Karla S.; KULKANP, Irene (2007). Comportamento sexual em adultos maiores de 50 anos infectados pelo HIV. In: *Revista DST – Jornal Brasileiro Doenças Sexualmente Transmissíveis*. Universidade Federal Fluminense.
- BRASIL. Portal Brasil (2013). In: *Economia e Emprego*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/12/aumenta-a-expectativa-de-vida-do-brasileiro-segundo-ibge>. Acessado em: 19 de fevereiro de 2014.
- BRAUNWALD, E.; KASPER, D. L.; HAUSER S. L.; LONGO, D. L.; JAMENSON, L.; LOSCALZO J. (2008) Medicina Interna. In: *Mc Graw-will Interamericana do Brasil*. 17ª edição. Rio de Janeiro.
- BRITO, Ana Maria de; CASTILHO, Euclides Ayres de; SZWACWALD, Célia Landmann (2000). AIDS e Infecção pelo HIV no Brasil: uma epidemia multifacetada. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*.
- FALCÃO, D. V. S.; ARAÚJO, L. F. (2010). *Idosos e saúde mental*. São Paulo: Papyrus.
- FERREIRA (1986). Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. In: *Revista E Ampliada*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro.
- GALVÃO, Marli Teresinha Gimenez (2002). *Aplicação do instrumento HAT-QoL para análise da qualidade de vida de mulheres com infecção pelo HIV, ou com aids e sua correlação com variáveis sócio-demográficas, epidemiológicas e clínicas*. Tese Doutorado. Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista.
- GONÇALVES, Erli Helena Gonçalves; VARANDAS, Renata (2004). O papel da mídia na prevenção do HIV/Aids e a representação da mulher no contexto da epidemia. In: *Ciência & Saúde Coletiva*. São Paulo.



IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009). *Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_sociosaude/2009/default.shtm. Acessado em: 19 de fevereiro de 2014.

LOURO, Guacira Lopes (2000). *O corpo educado. Pedagogia da Sexualidade*. Belo Horizonte. 2ª edição. Belo Horizonte: Créditos/copyrights.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (2013). *Boletim Epidemiológico HIV. AIDS. Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde - Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais*. Brasília.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2013). Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos. In: *Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais*. Brasília.

RIBEIRO, Oscar; PAUL, Constança (2011). *Manual de envelhecimento activo*. Lisboa: Lidel.

SILVEIRA, Mariângela, F; BÉRIA, Jorge U.; HORTA, Bernardo L.; TOMASI, Elaine. (2002). Auto percepção de vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis e Aids em mulheres. In: *Revista saúde pública*. Rio Grande do Sul.

VASCONCELOS, Doris; NOVO, R. F.; CASTRO, O, P.; VION-DURY.K, RUSCHEL.A. ; COUTO, M. C. P. P.; GIANE, P. C. A. A. (2004). Sexualidade no processo de envelhecimento: novas perspectivas – comparação transcultural. In: *Estudos da Psicologia*.



MUNDO DO TRABALHO FORMAL: REPRESENTAÇÃO E REALIDADE NO PROJETO DE LEI Nº 4.211/2012 (QUE REGULAMENTA A ATIVIDADE DOS PROFISSIONAIS DO SEXO)

CASTRO, Carla Appollinario de
Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense
– *Departamento de Direito de Volta Redonda e*
Professora Permanente do Programa de Pós-graduação
em Sociologia e Direito da Universidade Federal
Fluminense - PPGSD/UFF)
carlaappollinario@ig.com.br

SANTOS, Hudson Silva dos
(Mestrando do Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense
- PPGSD/UFF)
Bolsista CAPES
hudson_adv@yahoo.com.br

175

RESUMO

Numa dinâmica que alia desemprego com alto índice de informalidade, foi proposto, recentemente, um projeto de lei que procura regulamentar a atividade dos profissionais do sexo. Tomando como base a especificidade do contexto brasileiro, esta pesquisa investiga de que forma as representações, demandas e condições concretas e objetivas do desenvolvimento da atividade profissional ligada à exploração econômica da atividade sexual foram abarcadas pelo Projeto de Lei nº 4.211/2012 (apelidado de “Lei Gabriela Leite”). Em um segundo momento, será problematizada a função do próprio Direito do Trabalho em seu papel de agente regulamentador e garantidor dos direitos sociais inerentes ao trabalhador. Por fim, será analisado o contexto econômico e social, no qual essa nova relação formal de trabalho será inserida, procurando revelar os desafios impostos a esse segmento da classe trabalhadora, a partir das contradições inerentes à relação capital/trabalho e sua recepção pela magistratura trabalhista. Os resultados apresentados no presente artigo decorrem da coleta de dados nos órgãos oficiais, da análise da jurisprudência trabalhista e da pesquisa bibliográfica descritiva-analítica produzida acerca dos temas abordados. Também foram realizadas entrevistas, com questionários semi-estruturados, com o objetivo de captar a representação e a realidade dos/das profissionais do sexo que atuam na rua sobre o projeto de lei e sobre a proteção do Direito do Trabalho.

Palavras-chave: Projeto de Lei nº 4.211/2012; Direito do Trabalho; Inserção Social.

ABSTRACT

A dynamic that assesses with high unemployment informality index has been proposed recently a bill that seeks to regulate the activity of sex workers. Based on the specificity of the Brazilian context, this research investigates how representations, demands and concrete and objective conditions of the development of professional activity linked to the economic exploitation of sexual activity were embraced by Bill No. 4211/2012 (nicknamed "Gabriela Leite law"). In a second step, it will be problematized the function of labor law itself in its role as regulator and guarantor agent of social rights in the worker. Finally, economic and social context will be analyzed in which this new formal working relationship is inserted, trying to reveal the challenges in this segment of the working class, from the



contradictions inherent in the capital / labor relation and its reception by the labor judiciary. The results presented in this article stem from the collection of data in the official organs, the analysis of labor jurisprudence and descriptive-analytic literature produced about the topics covered. Interviews were also conducted with semi-structured questionnaires, in order to capture the representation and the reality of the sex workers who work on the street about the bill and the protection of labor law.

Key-words: Bill No. 4211/2012; Labor Law; Social Inclusion.

INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho contemporâneo tem experimentado transformações que são acompanhadas de uma forma de desemprego crônica/estrutural, que não pode mais ser considerada cíclica, mas sim, estrutural. No contexto brasileiro, este cenário é ainda agravado pela histórica não incorporação de grande parte da classe trabalhadora ao trabalho formal (i.e., aquele regular e pago, com registro na CTPS), amparado pelo arcabouço jurídico-legal de proteção social, que confere acesso aos direitos sociais (trabalhistas, sindicais e previdenciários).

Numa dinâmica que alia desemprego com alto índice de informalidade, foi proposto, recentemente, um projeto de lei que procura regulamentar a atividade dos profissionais do sexo, transformando tais atividades em relações de emprego. Tomando como base a especificidade do contexto brasileiro, esta pesquisa investiga de que forma as representações, demandas e condições concretas e objetivas do desenvolvimento da atividade profissional ligada à exploração econômica da atividade sexual foram abarcadas pelo Projeto de Lei nº 4.211/2012 (apelidado de “Lei Gabriela Leite”). Em um segundo momento, será problematizada a função do próprio Direito do Trabalho em seu papel de agente regulamentador e garantidor dos direitos sociais inerentes ao trabalhador. Por fim, será analisado o contexto econômico e social, no qual essa nova relação formal de trabalho será inserida, procurando revelar os desafios impostos a esse segmento da classe trabalhadora, a partir das contradições inerentes à relação capital/trabalho e sua recepção pela magistratura trabalhista.

Os resultados apresentados no presente artigo decorrem da coleta de dados nos órgãos oficiais, da análise da jurisprudência trabalhista e da pesquisa bibliográfica descritiva-analítica produzida acerca dos temas abordados.

Também foram realizadas entrevistas, com questionários semi-estruturados, com o objetivo de captar a representação e a realidade dos/das profissionais do sexo que atuam na rua sobre o projeto de lei e sobre a proteção do Direito do Trabalho.



1. A INCLUSÃO SOCIAL A PARTIR DA INSERÇÃO DO TRABALHADOR NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO: PROBLEMATIZANDO UMA DINÂMICA PERVERSA

1.1 A cidadania no Brasil:

O presente artigo tem como questão norteadora a problemática da inserção social promovida por meio da dinâmica pautada, única e exclusivamente, pela inserção do trabalhador no mercado formal de trabalho. Para compreendê-la, é preciso, pois, retomarmos a discussão sobre o delineamento da cidadania no cenário político, econômico e social brasileiro.

As contribuições de Thomas H. Marshall, embora bastante criticadas, sobretudo, por seu viés liberal, são o ponto de partida para todo e qualquer debate envolvendo o delineamento da cidadania em alguns dos principais países do globo terrestre e apesar de seu intuito não ter sido o de elaborar uma teoria da cidadania propriamente dita.

Assim, a partir de suas formulações, temos que a cidadania, de uma forma geral, se delineou a partir do acúmulo dos direitos civis, políticos e sociais, durante os séculos XVIII, XIX e XX, como pode ser observado na tabela abaixo:

DIMENSÕES / ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	DIREITOS CIVIS	DIREITOS POLÍTICOS	DIREITOS SOCIAIS
PROCESSO HISTÓRICO	ESTADO LIBERAL	ESTADO DEMOCRÁTICO	ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL
SÉCULO	XVIII	XIX	XX

Elaboração própria, a partir de MARSHALL, 1967.

Uma síntese das principais críticas a ele direcionadas leva em consideração a existência de:

- 1) uma limitação do quadro teórico ao caso da Inglaterra e dos EUA (uma vez que, *na Alemanha*, a sucessão dos direitos teria sido invertida, mantendo-se a seguinte ordem: direitos civis, sociais e políticos e, *no caso da França*, as dimensões de direitos não podem ser consideradas assim tão dissociadas);



- 2) falta de percepção quanto às possíveis contradições entre as espécies de direitos (pois a combinação entre as três dimensões de direitos – civil, política e social – nem sempre se dá de forma tão harmoniosa como pretendeu o autor);
- 3) uma explícita redução do problema da desigualdade social a uma questão de cidadania;
- 4) desatenção quanto às particularidades e especificidades, sobretudo econômicas, que marcaram a experiência inglesa; e
- 5) uma construção etapista e linear, a partir do acúmulo das dimensões de direito, que caracterizaria o processo de configuração da cidadania, resultando no caráter evolutivo-linear de sua abordagem. (FRAGALE FILHO; ALVIM, 2000; ABREU, 2008; YAZBECK, 1993; FALEIROS, 1986; PEREIRA, 1986 e BARBALET, 1989).

No Brasil, as formulações de Marshall foram, em certa medida, debatidas, implícita ou explicitamente, por Wanderley Guilherme dos Santos e por José Murilo de Carvalho. O primeiro parte da década de 30 (ou seja, da Era Vargas) para sustentar que essa época corresponde ao início de um processo em que foi possível perceber uma dinâmica bastante acelerada de regulação social, principalmente, durante o período 1931-1940, a partir de uma farta legislação social, previdenciária e sindical, cujo ápice é a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º/05/1943).

O autor observa que passavam a ter status de cidadãos - não todos os membros da comunidade - mas sim, aqueles que se encontravam amparados por qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei (SANTOS, 1979).

A partir daí, a cidadania revelou seu perfeito acoplamento com a inserção social por meio do mercado [formal] de trabalho (i.e., com as profissões regulamentadas) e os direitos do cidadão passaram a ser, desde essa época, restritos ao conjunto de direitos inerentes ao lugar ocupado pelo trabalhador no processo produtivo, se reconhecido por lei. Em contrapartida, pré-cidadãos seriam todos aqueles que a lei desconhece, ou seja, os trabalhadores rurais e os trabalhadores urbanos com ocupações não reguladas por lei, incluindo os autônomos, os domésticos, os artistas, as prostitutas etc. Por isso, ele denominou todo esse processo de “cidadania regulada”, ou seja, a cidadania que era regulada pelo Estado (SANTOS, 1979). Com relação a este aspecto, não podemos deixar de registrar o caráter profundamente ambivalente da inclusão social que, ao mesmo tempo em que inclui determinadas categorias ou segmentos da



sociedade, exclui outros tantos, remontando a esta época grande parcela da nossa histórica exclusão social.

José Murilo De Carvalho parte do mesmo cenário analisado por Wanderley Guilherme dos Santos e igualmente ressaltou a importância da Era Vargas (a “Era dos Direitos Sociais”), especialmente, no que diz respeito à proteção social (CARVALHO, 2001). Ele também mostra o quanto o projeto de cidadania foi bastante enfatizado a partir da integração social pelo trabalho, apesar de ter sido pouco verificável na prática.

Entretanto, o historiador percorre caminho bem distinto do adotado por Wanderley G. dos Santos, e analisa a cidadania no Brasil, utilizando o modelo analítico e paradigmático proposto por Marshall.

Sua conclusão é no sentido de contextualizar o processo de delineamento histórico de direitos como uma “estadania”, em contraposição, à cidadania, na medida em que o período exigiu uma orientação social mais voltada para o Estado do que para a representação política. Além disso, para ele, a cronologia e a lógica sequencial das dimensões de direitos, proposta por Marshall (definidoras do status de cidadania), no contexto brasileiro, teria sido invertida (CARVALHO, 2001).

Assim, de acordo com Carvalho (2001), verifica-se que, no Brasil, a sequência foi marcada, sucessivamente, pelos direitos sociais (acompanhados da supressão dos direitos políticos e redução dos direitos civis), seguidos dos direitos civis e, por fim, dos direitos políticos.

Uma perfeita ilustração do quanto a inserção no mercado formal de trabalho contribuía para o status de cidadão pode ser observada na citação abaixo, que reflete um texto que era impresso na Carteira de Trabalho e Previdência Social dos trabalhadores desta época:

A CARTEIRA PROFISSIONAL

Por menos que pareça e por mais trabalho que dê ao interessado, a carteira profissional é um documento indispensável à proteção do trabalhador. Elemento de qualificação civil e de habilitação profissional, a carteira representa também título originário para a colocação, para a inscrição sindical e, ainda, um instrumento prático do contrato individual de trabalho. A carteira pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examina, logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica, como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escala profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência. (GOMES, 1988, 255)



Conforme se extrai da citação acima, é possível perceber o quanto a inserção social foi pautada a partir da inserção do trabalhador no mercado formal de trabalho, bem como o quanto esse processo foi absorvido pelo imaginário social, com repercussões diretas, inclusive, na criminalização não apenas da exploração da prostituição, como também, da própria profissão, objeto do presente artigo.

O próximo passo, portanto, consistirá em problematizar o contexto no qual o projeto de lei foi desenvolvido, a fim de perceber suas finalidades e possíveis desafios.

1.2 O cenário político, econômico e social do Projeto de Lei nº 4.211/2012 (“Lei Gabriela Leite): notas para uma reflexão

No atual cenário, a situação dos trabalhadores e das trabalhadoras que desenvolvem atividades econômicas relacionadas ao sexo é ainda mais dramática, uma vez que aliamos, em nosso contexto, altas taxas de informalidade¹ com o desemprego estrutural² típico do neoliberalismo.

Também a criação de novos postos de trabalho e a retomada do emprego formal, ambas verificadas no início dos anos 2000 e anteriores à atual crise econômica, são fatores que não podem ser comemorados, pois, como mostra Marcio Pochmann, houve um aumento dos empregos formais. No entanto, esse aumento se dá na expansão do setor de serviços³, responsável por criar “*nove em cada grupo de dez novas ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal*” (POCHMANN, 2012, p. 10, grifos nossos).

Como ressaltado por Pochmann, esta novidade resulta, em sentido mais amplo, em desvalorização do trabalho e, conseqüentemente, na legitimação da redução do custo geral médio do trabalho, materializada no “*contingente de trabalhadores com rendimento mensal de até 1,5 salário mínimo, que, em 2009, já representava 47,8% da população ocupada*” (POCHMANN, 2012, p. 28, grifos nossos).

¹ Em 2013, último ano de levantamento da taxa de informalidade, realizado pelo IBGE, este índice estava em 46,4% da População Economicamente Ativa. A taxa da informalidade é alcançada por meio da seguinte divisão: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) – Disoc/IPEA.

² De acordo com o IBGE, o desemprego, em agosto de 2015, data de preparação do material para o debate, ficou em 7,60% da população brasileira. (Disoc/IPEA – IBGE).

³ Convém salientar que o setor de serviços é o que apresenta piores remunerações e maior grau de rotatividade dos trabalhadores.



É nesse contexto que se insere o debate político e legislativo⁴ entorno do Projeto de Lei nº 4.211/2012, denominado de “Lei Gabriela Leite”, de autoria do Deputado Federal Jean Whyllys (do PSOL/RJ), que pretende regulamentar a atividade dos profissionais do sexo, transformando-a em relação de emprego. Tal projeto, se aprovado, resultará em desafios ao Judiciário trabalhista que, normalmente, apresenta uma postura bastante conservadora no que diz respeito à proteção desta parcela de trabalhadores e trabalhadoras.

É interessante notar que não é a primeira vez que o Poder Legislativo tenta regulamentar as atividades relacionadas ao sexo. Existiram duas tentativas anteriores: o Projeto de Lei nº 98/2003 (do ex-Deputado Federal Fernando Gabeira, atualmente, arquivado) e o Projeto de Lei nº 4.244/2004 (do ex-Deputado Federal Eduardo Valverde, cuja tramitação foi retirada a pedido do próprio autor).

Contudo, reivindicações dos movimentos sociais que historicamente lutam pelos direitos dos profissionais do sexo continuaram no centro do debate político, culminando na propositura do atual projeto de lei denominado de Gabriela Leite, uma das principais expoentes da luta pelo reconhecimento destes direitos.

No campo internacional, o atual projeto de lei sofreu influência da Lei alemã, que regulamenta as relações jurídicas das prostitutas: a *Gesetz zur Regelung der Rechtsverhältnisse der Prostituierten - Prostitutionsgesetz – ProstG*.

Dentre os principais direitos previstos no atual projeto em tramitação, podemos destacar: a remuneração, a limitação da jornada de trabalho, o Repouso Semanal Remunerado (RSR), os adicionais noturno e de insalubridade, as férias, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o aviso prévio, o 13º salário e a aposentadoria especial de 25 anos, enfim, os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais com exceção apenas da aposentadoria que, no caso dos profissionais do sexo, seria de 25 anos (a exemplo do que já ocorre com os professores do ensino fundamental e médio), reconhecendo-se, portanto, o caráter extremamente penoso desta atividade laboral.

Caso o referido projeto de lei seja aprovado, além da garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários, passaríamos a ter uma definição legal para a exploração sexual, prevista no parágrafo único do seu art. 2º, passível de ser verificada nos seguintes casos:

- i) pela apropriação total ou maior que 50% do rendimento da atividade sexual por terceiro(s);

⁴ Até a data de fechamento do presente artigo, o projeto lei ainda estava em tramitação, pendente, portanto, de



- ii) pelo não pagamento do serviço sexual prestado voluntariamente; ou
- iii) por forçar alguém a se prostituir mediante grave ameaça ou violência. Neste sentido, a exploração sexual é crime e se tipifica independente da maioridade ou da capacidade civil da vítima.

Outras vantagens explícitas decorrentes da aprovação do projeto Gabriela Leite, além da concessão dos direitos trabalhistas e previdenciários acima apontados, seria a desmarginalização da profissão (por meio do acesso à saúde, ao Direito do Trabalho, à segurança pública e à dignidade humana), bem como a diminuição das violências diárias e da exploração sexual, ao promover a medicina, a saúde e a segurança do trabalho, por meio da fiscalização do Ministério do Trabalho, Emprego e da Previdência Social.

Contudo, não podemos deixar de pontuar que outro fato que contribui diretamente para o agravamento da questão social brasileira, além do alto grau de informalidade, do desemprego crônico e da exclusão de parcelas inteiras de trabalhadores e trabalhadoras (como ocorre com os/as profissionais do sexo), se refere ao fato de que os contratos de trabalho atuais são realizados sob o arcabouço jurídico-legal que já contempla as formas precárias e flexibilizadas de relações de trabalho, introduzidas na legislação social, a partir dos anos 1990, isto é, da adoção do padrão de economia neoliberal, que promoveu a flexibilização da jornada de trabalho, das formas de remuneração, de contratação; da alocação do trabalho (terceirização) e das formas de resolução dos conflitos (KREIN, 2003 e CASTRO, 2010).

Todo esse processo faz com que o atual panorama de exclusão social dos trabalhadores e das trabalhadoras que desenvolvem atividades econômicas relacionadas ao sexo alcance contornos dramáticos, pois eles enfrentam, com frequência, como primeiro problema/obstáculo, o direito ao reconhecimento da profissão e, depois, uma luta incansável por um emprego digno, isto é, pelo direito de o trabalhador ser tratado com dignidade, no ambiente de trabalho.

Entretanto, é preciso ressaltar que, mesmo após a aprovação do Projeto de Lei Gabriela Leite, todos os trabalhadores relacionados à atividade do sexo serão contratados por meio de normas que já institucionalizaram as formas precárias de exploração pelo trabalho.

Dessa forma, a organização e a mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras com atuação nas atividades relacionadas ao sexo, a fim de promover sua inclusão social, passa

votação e aprovação/rejeição.



necessariamente por questões que não podem ser negligenciadas pela teoria social e jurídica.

Devemos, pois, considerar que vivemos no seguinte cenário:

- ✓ numa época de clara dissociação entre a economia e a esfera social;
- ✓ De sofisticação das formas de exploração/dominação, em que o capitalismo prescinde da figura de um patrão;
- ✓ de franco ataque aos direitos universais;
- ✓ de aprofundamento das antigas formas de produção da exclusão social (informalidade / subemprego / baixos salários), que resulta em uma super exploração;
- ✓ de produção, em um grau nunca antes visto, de novas formas de exclusão (desemprego estrutural / ocupações atípicas / precarização), que implicam na formação de um excedente de mão-de-obra que não mais se configura como exército de reserva de mão-de-obra;
- ✓ onde a desigualdade, antes consequência indesejada do processo de acumulação, agora, no neoliberalismo, é elevada ao status de motor do desenvolvimento capitalista. A luta de classes se dá também intraclasses; indivíduos são colocados em competição entre si para manter o ambiente microeconômico competitivo, marcado pela ascensão do discurso da “empregabilidade”; e
- ✓ de encolhimento das redes de proteção, com o recuo do Estado em sua função de agente promotor da inserção social e da cidadania, ao mesmo tempo, em que é ampliado o Estado Penal. Ou seja, a questão social volta a ser tratada como um “caso de polícia”, perdendo o status político e ganhando status moral.

Por tudo isso acreditamos que a organização e mobilização destes trabalhadores e trabalhadoras não pode se encerrar apenas na regulamentação da profissão, uma vez que hoje os contratos de trabalho já contemplam as formas precárias de exploração, tal como problematizamos acima, motivo pelo qual é importante ressaltar a necessidade de seu estado permanente de luta, a fim de garantir não apenas a inserção social formal, por meio do reconhecimento e da descriminalização da profissão, mas também, em seu sentido substantivo.

Os resultados apresentados no presente artigo decorrem da coleta de dados nos órgãos oficiais, da análise da jurisprudência trabalhista e da pesquisa bibliográfica descritiva-analítica produzida acerca dos temas abordados.

Também foram realizadas entrevistas, com questionários semi-estruturados, com o objetivo de captar a representação e a realidade dos/das profissionais do sexo que atuam na rua sobre o projeto de lei e sobre a proteção do Direito do Trabalho.



1.3 A visão do Judiciário Trabalhista acerca da prostituição e de sua exploração com intuito econômico:

A fim de problematizar a atuação do Poder Judiciário trabalhista, a seguir são apresentados os seguintes casos, selecionados a partir do enfrentamento do problema da exploração da prostituição na relação de trabalho⁵ ou de emprego⁶:

184

ESTUDO DE CASO	NÚMERO DO JULGADO	DECISÃO
CASO 1	(TST-AIRR-955-43.2010.5.10.082 1, Relatora Desembargadora Convocada: Maria das Graças Silvany Dourado Laranjeira, 2ª Turma, DEJT 31/05/2013).	<p>PROSTITUIÇÃO - ATIVIDADES DE GARÇOM, CAIXA E FAXINEIRO - LICITUDE DO OBJETO. O Tribunal Regional, após a análise dos elementos probatórios dos autos, registrou que ficou caracterizado o vínculo empregatício entre as partes, porquanto preenchidos os requisitos insertos nos artigos 2º e 3º da CLT, porquanto o reclamante, na casa de prostituição, desenvolvia atividades de caixa, garçom e faxineiro. Nessa esteira, verifica-se que a controvérsia acerca do vínculo empregatício está assente no conjunto fático-probatório, sendo seu reexame vedado em fase extraordinária, consoante o enunciado na Súmula 126 do TST. Agravo a que se nega provimento.</p> <p>“Uma casa noturna, que possui diversos quartos, nos quais residem garotas de programa, inclusive o autor, travesti muito assediada e com grande número de clientes, tanto que no local se vestia e se comportava como uma mulher e se dava à prática da prostituição mediante pagamento”.</p> <p>Reivindica o reconhecimento do vínculo de emprego de CAIXA, GARÇOM e FAXINEIRO !!!</p> <p>A empresa alegou não ser possível o reconhecimento do vínculo de emprego dada a atividade ilícita desenvolvida no estabelecimento - casa de prostituição -, ainda que o reclamante também tenha desempenhado as funções de garçom e de caixa.</p> <p>Afirma que o reclamante envolvia-se nas atividades ilícitas do estabelecimento.</p> <p>No caso, <u>o Tribunal Regional, após a análise dos elementos probatórios dos autos consignou que o reclamante, na casa de prostituição, desenvolvia atividades de caixa, garçom e faxineiro. Concluiu que ficou caracterizado o vínculo empregatício entre as partes, porquanto preenchidos os requisitos insertos nos artigos 2º e 3º da CLT, porquanto, ainda que o reclamante tenha desempenhado as suas funções em prostíbulo, a ilicitude da atividade de prostituição ali desenvolvida não afetava as lícitas atividades de caixa, garçom e faxineiro por ele exercidas durante o período em que prestou serviços para a reclamada.</u></p> <p>(grifos nossos)</p>

⁵ Consideramos como relação de trabalho toda e qualquer atividade produtiva humana.

⁶ Já a relação de emprego exige a presença dos requisitos/elementos previstos nos arts. 2º e 3º, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a saber: subordinação, habitualidade, onerosidade, pessoalidade, que o empregado seja uma pessoa física e alteridade.



CASO 2	(TST-RR-1409-3 6.2011.5.01.0078, Relatora Ministra, Dora Maria da Costa, 8ª Turma, DEJT 31/03/2015)	<p>"Dano moral". Alega a Ré que a lesão moral não restou comprovada e que o valor da indenização é excessivo. Não lhe assiste razão.</p> <p>A condenação foi motivada pela confissão ficta, corretamente aplicada por força do disposto no art. 843, o V da CLT e 343, ° 20, do CPC, inexistindo outros elementos nos autos que permitam concluir pela inocorrência do dano. Nesse sentido, a preposta da Primeira Ré nada soube informar acerca dos fatos que ensejaram o dano moral:</p> <p><u>"Inquirida, declarou que a reclamante sempre trabalhou na Loja de campo Grande, na qual estavam lotados 4 pessoas, sendo 3 atendentes de crédito e 1 gerente; que não sabe dizer em qual período o Sr. Marcos Menezes trabalhou na referida Loja como gerente; que não sabe dizer se o Sr. Marcos, quando gerente, utilizou com a reclamante as seguintes expressões: se vira, vai vender seu corpo pra ver se traz mais empréstimos pra cá, se vc não consegue vender o empréstimo vai vender e dar a b---" (fl. 251V - sic).</u></p> <p><u>Assim, verifica-se que os fatos narrados, de utilização de palavras de baixo calão proferidas pelo superior hierárquico com o intuito de cobrar resultados, expressa sugestão de prostituição são bastante graves, além de constituírem absurda discriminação sexual. Com certeza, não utilizava o mesmo tipo de agressão quando cobrava resultados dos homens.</u></p> <p>A cobrança de metas, direito do empregador, não pode ser exercida de forma desmedida, autoritária e desrespeitosa, afrontando a dignidade do trabalhador. Desta forma, a lesão moral resta patente, mostrando-se, outrossim, razoável e adequada a quantificação em R\$10.000,00 (dez mil reais), proporcional à extensão do dano e à capacidade econômica do ofensor. (grifos nossos)</p>
CASO 3	(TST-RR-939840 -36.2005.5.15.014 3, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, 1ª Turma, DEJT de 09/11/2012)	<p>" (...) INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO DONO DA OBRA. A partir da promulgação da EC nº 45/04, atribuindo competência à Justiça do Trabalho para julgar ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes das relações de trabalho, firmou-se a jurisprudência deste Tribunal Superior no sentido de não ser absoluta a exclusão da responsabilidade civil do dono da obra, que responde solidariamente com o empreiteiro, por exemplo, pelos danos morais causados ao prestador de serviços. <u>No caso vertente, o Tribunal Regional reconheceu a precariedade das instalações do alojamento, em inobservância às normas que garantem a saúde, segurança e higiene dos trabalhadores, além de o local revelar-se inadequado, perigoso e onde a prostituição era praticada, daí resultando a obrigação de o dono da obra e o empreiteiro compensarem o prejuízo moral sofrido.</u> Nessa situação específica, em que a responsabilidade do dono da obra decorre de expressa previsão legal (CC, arts. 186 e 927), inaplicáveis a Súmula nº 331 e a OJ nº 191 da SDI-1, ambas do TST, tampouco há violação do art. 455 da CLT, que se restringe às parcelas típicas da relação empregatícia. Precedentes. Recurso de revista de que não se conhece, nesse particular. (grifos nossos)</p>
CASO 4	(TST-RR-132485 -58.2007.5.06.002 3, Relatora Ministra Rosa Maria Weber, 3ª Turma, DEJT 28/06/2010).	<p>"De outra parte, despiciendo questionar acerca dos objetivos empresariais buscados pelo "suposto" empregador, se lícitos ou não. Importa, isto sim, indagar tão-só quanto à licitude da prestação objeto da obrigação afeta ao trabalhador. Para exemplificar, <u>não existe qualquer óbice à configuração do contrato de trabalho entre o proprietário da casa de prostituição e a faxineira que, nessa qualidade, preste serviços no local. Todavia, por ilícita a atividade concernente à mulher que lá se prostitua, inviável o reconhecimento da relação de emprego entre os "supostos" contratantes.</u>" (grifos nossos)</p>

**CASO 5**

(TST-RR-138500-98.2007.5.17.013
2, 7ª Turma,
Relator Ministro
Pedro Paulo
Manus, Julg. em
14/03/2012).

RECURSO DE REVISTA. ATIVIDADE ILÍCITA DO EMPREGADOR. NULIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO. O Tribunal Regional, soberano na análise do conjunto fático probatório, em especial a confissão do próprio autor, manteve a sentença de primeiro grau que não reconheceu o vínculo de emprego pretendido pelo reclamante, por entender que ele fazia parte do núcleo de exploração de prostituição e até mesmo de distribuição de drogas ilícitas. Assim, guarda pertinência com o disposto nos artigos 104, II, e 166, II, do Código Civil decisão regional que não reconhece a validade do contrato de trabalho, face às atividades ilícitas do empregador. Entendimento diverso colide com a Súmula nº 126 do TST. Divergência jurisprudencial não demonstrada (Súmula nº 296 do TST). Recurso de revista de que não se conhece.

"É preciso que consignar, desde logo, que o autor, em depoimento pessoal (fl. 48), admitiu '(...) que as meninas que trabalhavam na casa de prostituição eram de 15 a 20 e eram admitidas pelo próprio depoente, elas chegavam pedindo para ficar e o depoente apenas solicitava identificação, e as deixava, inclusive, dormir nos quartos da casa; que não havia entrevista, seleção ou qualquer outra solicitação, inclusive de exames médicos por qualquer outra pessoa da ré'.

A controvérsia travada nos autos não foi dirimida à luz da legislação trabalhista, por exercer o autor, segundo a convicção da magistrada, atividade ilícita, qual seja, a exploração de prostituição e até mesma a distribuição de drogas (ilícitas).

Trabalho ilícito é aquele não permitido porque seu objeto consiste na prestação de atividades criminosas e ou contravençionais, capituladas em lei, o distinguindo-se do trabalho proibido, cuja vedação decorre de circunstâncias vinculadas à pessoa do trabalhador, sem que, todavia, o objeto esteja revestido de ilicitude.

Na primeira hipótese, não há que se falar em vínculo de emprego pois o negócio jurídico é destituído de validade (artigo 104, II, do Código Civil).

Na segunda hipótese, não há impedimento para a configuração da relação de emprego, desde que presentes os requisitos a que alude o artigo 3º da CLT, pois o beneficiário da mão de obra não pode se valer da própria torpeza para usufruir do trabalho humano.

In casu, embora o autor tenha despendido seu tempo e suor no desempenho de sua atividade, é certo que esta não ultrapassa o crivo dos usos e costumes da sociedade, não sendo atividade aceita e tolerada pelas autoridades.

Não se trata de desonerar a reclamada da condenação, pois o autor, segundo confissão própria, fazia parte do núcleo de exploração da atividade ilícita perpetrada, não podendo ser reconhecido o pedido de vínculo de emprego, por manifesto óbice legal.

Nesse passo, entendo que a sentença de piso deve ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos."

O reclamante defende a regularidade do pacto laboral. Alega que exercia tão somente a função de faxineiro. Colaciona arestos.

O Tribunal Regional, soberano na análise do conjunto fático probatório, em especial a confissão do próprio autor, manteve a sentença de primeiro grau que não reconheceu o vínculo de emprego pretendido pelo reclamante, por entender que ele fazia parte do núcleo de exploração de prostituição e até mesmo de distribuição de drogas ilícitas.

Assim, guarda pertinência com o disposto nos artigos 104, II, e 166, II, do Código Civil decisão regional que não reconhece a validade do contrato de trabalho, face às atividades ilícitas do empregador.

Dessa forma, verifica-se que o fundamento adotado no acórdão está respaldado na análise da prova produzida (depoimento pessoal do reclamante), pelo que incide a Súmula nº 126 desta Corte como óbice à revisão.



		Por sua vez, os arestos transcritos às fls. 111/116, são inespecíficos, pois trata da hipótese de trabalho com jogo do bicho, o que não foi sequer abordado pelo regional (Súmula nº 296 do TST). Não conheço. (grifos nossos)
CASO 6	(TST-TST-Ag-AI RR-248100-78.20 08.5.02.0086, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, Julg. em 05/09/2012).	<p>Não tem o recorrente legítimo interesse para recorrer no que diz respeito à concessão dos benefícios de assistência judiciária gratuita, vez que não é beneficiária de nenhum valor a ser pago pelo autor, nem sofre qualquer prejuízo pela falta de pagamento. Demais, disso, tendo sido julgada procedente em parte a ação, a reclamante não foi condenada em qualquer pagamento de custas ou despesas processuais.</p> <p><u>A recorrente confessa expressamente que é casa de prostituição. Dedicar-se à exploração do lenocínio. Enquanto que a prostituição não é crime, a exploração da prostituta é. Assim, determino a expedição de ofícios ao Ministério Público para que aquela entidade examine a conveniência de oferecimento de denúncia por crime de exploração do lenocínio, previsto no art. 229 do C.P. contra os representantes legais da reclamada, ora recorrente.</u> (grifos nossos)</p> <p>O reexame extraordinário de matéria decidida a partir da exegese dos preceitos legais aplicáveis ao caso, como na espécie, depende de demonstração da existência de efetiva divergência jurisprudencial, e os paradigmas regionais, trazidos a cotejo, não autorizam a cognição intentada, no particular, pois, abordando hipótese fática diversa daquela delineada no duplo grau, não revelam a especificidade exigida pela Súmula nº 296 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>Por outro lado, não se viabilizam as violações apontadas porque não demonstradas de forma literal e inequívoca.</p> <p>CONCLUSÃO: DENEGO seguimento ao Recurso de Revista."</p>
CASO 7	(TRT-01400-2007 -009-09-00-5, 9ª Região, pub. em 05/06/2009, Relator Des. Tobias de Macedo Filho).	<p>"Nem se alegue que a atividade ilícita da reclamada ("casa de massagem"), por si só, elide o vínculo de emprego reconhecido. Somente deveria ser rejeitada pretensão dirigida ao reconhecimento de contrato de emprego que tivesse por objeto atividade ilícita, o que não ocorre no caso em apreço, em que a reclamante exercia a função de zeladora, atividade lícita, portanto."</p> <p>Por fim, consoante acertadamente asseverado pelo MM. Juízo, tem-se que <u>"Não pode o réu, nesse caso, portanto, tentar se prevalecer da sua própria torpeza, alegando que explorava atividade ilícita para com isso tentar se eximir de suas responsabilidades trabalhistas". Igualmente, destaque-se que a reforma ora pretendida acabaria por estimular o reclamado a continuar se valendo da prestação de serviços de trabalhadores que teriam sonogados os seus direitos em razão da ilicitude da atividade por ele explorada, o que não se coaduna com quaisquer dos princípios trabalhistas, inclusive o da boa-fé objetiva. O dever de lealdade em relação ao contratante, certamente, é violado por aquele que procura sonegar o pagamento de direitos daquele que lhe presta serviços de forma lícita, sob a escusa da ilicitude de sua própria atividade empresarial. Ainda, a condição de hipossuficiente, aliada à característica de fonte alimentar de que se reveste o trabalho, impedem qualquer juízo de valor em relação à conduta do trabalhador que precisa do trabalho para seu sustento e de sua família.</u> (grifos nossos)</p> <p>Nessa senda, irretocável a r. sentença ao reconhecer o vínculo de emprego entre as partes no período de 01/09/2009 (conforme confessado pelo autor) a 27/10/2012 (data que não foi impugnada pela defesa).</p>
	(TST- AIRR - 100640-80.2001.5 .24.0002, Relator Ministro: Alberto	<p>ATIVIDADE ILÍCITA DO EMPREGADOR. NULIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO.</p> <p>Ao fundamento de que a atividade ilícita do Reclamado implica a nulidade do contrato de trabalho, o Regional negou provimento ao recurso ordinário do Reclamante (fls. 42/45). Assim se pronunciou:</p> <p>"O autor sustenta a necessidade de reforma da decisão de 1ª instância porque</p>



CASO 8	Luiz Bresciani de Fontan Pereira, 3ª Turma, DJ 20/10/2006).	<p>não houve prova da ilicitude do empreendimento reclamado. Aduz ainda que, mesmo que tivesse existido atividade ilegal, a ré é uma empresa regular, com documentação contábil e alvará de funcionamento, não havendo falar em invalidade do contrato de trabalho.</p> <p><u>Data máxima vênia, a decisão objurgada não merece nenhuma espécie de reparo já que, de fato, o Poder Judiciário não pode legitimar uma atividade prevista no código penal como crime: a exploração da prostituição.</u></p> <p>O argumento de que não houve demonstração da atividade ilícita da reclamada é absolutamente inconsistente porquanto tal prova abunda nos autos, inclusive com participação direta do autor na exploração da atividade de prostituição.</p> <p>Há nos autos cópia do processo penal instaurado contra a proprietária da empresa-ré e o autor em face da exploração da prostituição de menor.</p> <p>Os depoimentos das partes são recheados de detalhes sobre a atividade ilícita da ré, tendo o autor gerenciado o negócio, inclusive com as chaves dos quartos para que os clientes pudessem valer-se da atividade por ele desenvolvida.</p> <p><u>Não é possível legitimar tal espécie de trabalho, dada a ilicitude do objeto, notadamente pela participação direta do autor que entregava as chaves dos quartos aos clientes da casa noturna.</u></p> <p>Em razão dessa participação foi denunciado pelo Ministério Público como incurso na pena prevista no artigo 230 do Código Penal.</p> <p>Art. 230. Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça: O Colendo Tribunal Superior do Trabalho editou a Orientação Jurisprudencial nº 199 a fim de não permitir fossem as atividade ilícitas agasalhadas pela proteção do Poder Judiciário, verbis: Jogo do Bicho. Contrato de Trabalho. Nulidade. Objeto Ilícito. Arts. 82 e 145 do Código Civil. (08.11.2000).</p> <p><u>Esclareço, por último, que a existência de CTPS anotada em um período, regularidade contábil na constituição da empresa ré e a expedição de alvará para funcionamento não tornam lícita a atividade explorada, mas apenas demonstram que houve desvio da finalidade contratual da empresa, que por certo não traz como razão social a exploração da prostituição.</u></p> <p><u>Correta, portanto, a decisão que declarou nulo o contrato de trabalho haja vista a ilicitude do seu objeto".</u> (grifos nossos)</p>
---------------	---	---

Elaboração própria, a partir dos julgamentos disponibilizados pelos sites dos Tribunais.

Como foi possível perceber, por meio dos julgados acima transcritos, o Poder Judiciário Trabalhista tende a garantir o pagamento das verbas trabalhistas, ainda que decorrentes da exploração das atividades relacionadas à prostituição, embora não reconheça a validade do contrato de trabalho, tendo em vista a ilicitude do seu objeto.

Nesse sentido, a aprovação do Projeto de Lei nº 4.211/2012, que irá regulamentar as atividades relacionadas ao sexo, certamente trará maior segurança à atuação destes magistrados, além de materializar todas as vantagens já apontadas no item 1.2, razão pela qual observamos que sua aprovação, nos termos propostos, é imperiosa, como forma de garantir maior inserção social dos trabalhadores e das trabalhadoras que desenvolvem tais atividades,



embora críticas possam e devam ser direcionadas a este padrão de inserção social, sobretudo, pelo seu caráter ambivalente de inclusão/exclusão social⁷.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As principais transformações verificadas no mundo do trabalho foram impostas a partir dos anos 1990, por meio da elaboração de farta legislação social⁸ (trabalhista, previdenciária e sindical) que introduziu, no cenário brasileiro, o fenômeno da flexibilização das leis trabalhistas, sendo este um dos pilares da agenda neoliberal, como aponta Boito Jr. (2002, 61-62).

Dessa forma, mesmo os empregos formais criados no contexto neoliberal (e seus respectivos contratos de trabalho) são acompanhados de um arcabouço jurídico-legal que já contempla as formas institucionalizadas de precarização das relações e condições de trabalho, por meio da flexibilização do tempo de trabalho (jornada de trabalho), da remuneração, das espécies de contratação, da alocação do trabalho e, por fim, das formas de resolução dos conflitos, inclusive, com amplo incentivo à solução direta, como por exemplo, da conciliação e da mediação.

Assim, é interessante notar que é justamente no contexto econômico, político e social contemporâneo, marcado pela adoção do padrão neoliberal de proteção social, que promoveu o ajuste e o desmonte da legislação social brasileira, que o Projeto de Lei nº 4.211/2012 foi elaborado, com o principal propósito de regulamentar a atividade dos profissionais do sexo, por meio da inserção desse segmento da classe trabalhadora no mercado formal de trabalho e, por conseguinte, sua proteção.

Por este motivo, não podemos deixar de apontar três críticas necessárias que podem e devem ser realizadas ao próprio direito do trabalho. A primeira, é direcionada à própria legislação trabalhista, à medida que ela carrega consigo uma ambiguidade intrínseca que lhe é bastante peculiar, pois ela serve como instrumento da burguesia e de seu Estado para dominar o

⁷ Aqui, a noção de exclusão social foi adotada a partir de um prisma que a considera em seu sentido ambivalente. Isto porque ela se revela como um fenômeno extremamente funcional ao sistema, apresentando-se como uma exclusão que é, ao mesmo tempo, excludente e includente. Assim, determinadas camadas da estrutura social são excluídas de certas esferas da vida social (como por exemplo, do trabalho formal) para serem simultaneamente incluídas em outras (no caso, o trabalho informal), revelando um processo dialético de exclusão social que, no contexto brasileiro, se mostra bastante perverso, na medida em que somente contribui para o agravamento das já históricas desigualdade e exclusão social existentes no país durante todo o seu desenvolvimento econômico.

⁸ Em pesquisa anterior, tivemos a oportunidade de esboçar um histórico da principal legislação produzida durante a Era Vargas, com repercussão até os dias atuais, nas esferas trabalhista, previdenciária e sindical, bem como seu processo de flexibilização após a ofensiva neoliberal. Nesse sentido, remetemos para CASTRO (2010: 87-89).



proletariado e, simultaneamente, representa um direito de classe essencialmente protetor/garantidor da classe operária e de seus interesses.

Logo, o aumento da autonomia do direito do trabalho e sua, consequente, desvinculação do direito formal, tal como se extrai do contexto de sucessivas reformas impostas à legislação trabalhista nas últimas duas décadas, também se revela como um processo que possui um aspecto bastante contraditório, pois “(...) o direito do trabalho expressa e legaliza a exploração da força de trabalho e a repressão da ação operária, ao mesmo tempo em que expressa e legaliza esta luta e as vantagens que esta permite obter” (LYON-CAEN: 1951, 55).

Tal fenômeno é extraído a partir do conteúdo próprio da legislação que, sob a égide da proteção, acaba fixando as regras do jogo, ou seja, do uso da força de trabalho a serviço do capital. Nesse sentido, podem ser citados como exemplos: as regras previstas na legislação brasileira relativas ao salário mínimo, à participação nos lucros, o RSR, o 13º salário, as férias, os dias de descanso, a duração da jornada de trabalho e ao banco de horas, enfim, todos os direitos trabalhistas agora tão almejados pelos profissionais do sexo.

A mesma contradição no que diz respeito à natureza do direito do trabalho foi observada por Antoine Jeammaud, ao sustentar que, no campo objetivo (prático), o direito do trabalho se ocupa da regulação dos conflitos capital-trabalho, mas que, no campo subjetivo (ideológico), ele acaba servindo para envolver tais conflitos no manto da justiça (1978, 340).

Além do seu caráter contraditório, uma segunda crítica importante, como aponta Gerard Lyon-Caen, relaciona-se à necessária percepção do quanto, embora o direito do trabalho procure se configurar como mecanismo de consenso e de controle, ele tem seus limites, porque por mais numerosas e radicais que sejam as vantagens garantidas pelas leis de proteção ao trabalhador, elas nunca chegarão a destruir os fundamentos do sistema capitalista de produção. Assim, qualquer modificação das condições objetivas e concretas de vida do trabalhador, por meio da legislação trabalhista, não chega a afetar a reprodução das relações de produção vigentes (LYON-CAEN:1951, 1).

Por fim, a terceira e última crítica que deve ser destacada diz respeito ao fato de que o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores, por meio da legislação, acaba resultando em sua “legalização”/“normatização” e ao seu enquadramento nos mandamentos da ordem jurídica vigente, obrigando a classe trabalhadora a falar um idioma que não é o seu, ou seja, a utilizar o direito como espaço de luta, em vez da mobilização e organização políticas, como mostra Bernard Edelman (1978, 30).



Podemos concluir no sentido de que estes três aspectos inerentes à legislação trabalhista contribuem, e muito, para a compreensão da sobrevivência da legislação trabalhista que, no cenário brasileiro, se consolidou a partir de 1943 (com a CLT) e que sobreviveu a diversos regimes políticos e econômicos (incluindo uma ditadura empresarial-militar), em seu papel de agente protetor e garantidor de proteção social. Corroboram, também, para a necessária problematização do contexto econômico e social, no qual essa nova relação formal de trabalho será inserida, capaz de revelar os desafios impostos a esse segmento da classe trabalhadora, a partir das contradições inerentes à relação capital/trabalho e de que forma tem sido a recepção pela magistratura trabalhista.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Como se trata de pesquisa em fase inicial, foram realizadas, em outubro de 2015, 23 entrevistas preliminares com prostitutas (mulheres e travestis) que atuam na rua, mais especificamente, na Quinta da Boa Vista, no bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, com questionários semi-estruturados, como um pré-teste para a elaboração da pesquisa propriamente dita, a fim de captar suas representações sobre o projeto de lei Gabriela Leite, bem como sobre a proteção do Direito do Trabalho.

A seguir, apresentamos os principais dados preliminares, na medida em que a maioria das entrevistadas:

- ✓ Desconhece o Projeto de Lei Gabriela Leite, mas acredita que as condições de trabalho poderão ser melhores com ele;
- ✓ Trabalha há aproximadamente 10 anos na rua;
- ✓ Tem até 30 anos;
- ✓ Não trabalhou antes com CTPS assinada e não contribui, como autônoma, para nenhum Regime de Previdência Social;
- ✓ Já trabalhou em boate, mas acha a comissão muito alta (entre R\$30,00 e R\$50,00);
- ✓ Acredita que o empresário irá burlar a lei, isto é, irá deixar de pagar todos ou alguns direitos trabalhistas e previdenciários;
- ✓ Faz, em média, de 04 a 06 atendimentos por dia, podendo chegar a 08, no início do mês (época do recebimento dos salários pelos clientes);
- ✓ Cobra entre R\$60,00 e R\$150,00 por atendimento;
- ✓ Ganha, no mês, entre R\$1.200,00 e R\$4.500,00.



Outro dado que chama a atenção, diz respeito ao horário de trabalho, pois metade das entrevistadas atende 24 horas por dia (ou seja, fica à disposição dos clientes) e a outra metade, das 20h/21h às 5h da manhã.

É possível perceber que a representação sobre a regulamentação da profissão revela um otimismo, no que se refere à descriminalização e a perspectiva de fiscalização com relação aos critérios de medicina, saúde e segurança do trabalho. Contudo, no que concerne especificamente à questão econômica, elas se mostraram bastante realistas com relação ao cumprimento da lei pelos empresários, revelando aquilo que o Adalberto Moreira Cardoso e a Telma Lage chamaram de “flexibilização a frio” (CARDOSO; LAGE: 2007, 89), isto é, o processo amplamente adotado pelo empresariado brasileiro de simples burla aos direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores formais em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a pesquisa aborda um debate que ainda permanece em aberto, na medida em que o Projeto de Lei nº 4.211/2012 ainda continua em trâmite na Câmara dos Deputados, esperamos que, com a presente contribuição, sejam fornecidos importantes aportes à reflexão sobre os principais aspectos relacionados à regulamentação da atividade dos profissionais do sexo, assim como também ao potencial do direito do trabalho de atuar como agente promotor da inserção social, em um contexto marcado pelo capitalismo neoliberal.

A partir dos tópicos propostos, esperamos ter contribuído para o debate sobre a inserção da prostituição no mercado formal de trabalho, bem como sobre a capacidade do direito do trabalho de atuar como agente protetor e garantidor dos direitos sociais, problemas que não podem ser negligenciados pela teoria social e pela teoria jurídica, sobretudo, no contexto neoliberal, marcado pelo ajuste e pelo desmonte dos direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Haroldo. Para além dos direitos: cidadania e hegemonia no mundo moderno. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

BARBALET, J.M. A cidadania. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.



BOITO JÚNIOR, Armando. Neoliberalismo e corporativismo de Estado no Brasil. In: ARAÚJO, Ângela (org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 59-87.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei nº 4.211/2011*, que regulamenta a atividade do sexo.

CARDOSO, Adalberto Moreira; LAGE, Telma. *As Normas e os Fatos: desenho e efetividade das instituições de regulação do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, Carla Appollinario de. *Das fábricas aos cárceres: mundo do trabalho em mutação e exclusão social*. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. SETEMBRO/2010. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=140509. Acesso em: 25/11/2011.

EDELMAN, Bernard. *La législation de la classe ouvrière*. Christian Bourgois éditeur, 1978.

FALEIROS, Vicente de Paula. *O que é política social*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FRAGALE FILHO, Roberto; ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende. Trabalho informal e cidadania: uma proporcionalidade necessariamente inversa? In: JEAMMAUD, Antoine. _____. *Trabalho, cidadania & magistratura*. Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas, 2000, p. 93-112.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1988.

JEAMMAUD, Antoine. Propositions pour une compréhension matérialiste du droit du travail. In: *Droit Social*, nº 11, França, 1978.

KREIN, José Dari. Balanço da reforma trabalhista do governo FHC. In: PRONI, Marcelo; HENRIQUES, Wilnês (orgs.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003, p. 279-322. Disponível em: http://www.escolanet.com.br/teleduc/arquivos/8/apoio/27/Bal_Ref_Trab.doc. Acesso em: 26/02/2008.

LYON-CAEN, Gerard. “*Les fondements historiques et rationnels du droit du travail*”. In: *Le Droit Ouvrier*, França, 1951, p.55. Disponível em: <http://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWVfPbnxkcm9pdG91dnJpZXJ8Z3g6MmM4OTY3ZGI0ODE0MjBm&pli=1>. Acesso em: 20/02/2008.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.



PEREIRA, Potyara. O Estado de Bem Estar e as Controvérsias da Igualdade. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1986. n. 20.

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “Do laissez-faire repressivo à cidadania em recesso”. In: Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1993.



A PRIMEIRA DÉCADA DE VIGÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA: AVANÇOS E DESAFIOS

AKUTSU, Beatriz Hiromi da Silva
*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense
biakutsu@gmail.com*

FERNANDES, Eder¹
*Professor Adjunto da Faculdade de Direito e do
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e
Direito da Universidade Federal Fluminense
ederfm@hotmail.com*

RESUMO

O presente artigo analisa alguns aspectos relacionados à situação da violência contra a mulher no Brasil, no período compreendido entre a data de publicação da Lei Maria da Penha até a atualidade. Para isso, o trabalho foi dividido em duas partes. Partindo das informações disponibilizadas pelos Mapas da Violência de 2012 e 2015, o primeiro tópico descreve e analisa alguns dados objetivos sobre a violência contra a mulher, como questões relacionadas a homicídio e à agressão contra a mulher. O segundo tópico, apoiado em pesquisas realizadas com mulheres, procura descrever as suas percepções sobre a violência, bem como sobre o funcionamento dos serviços que compõem a rede de atendimento à mulher. Ao final, a partir da análise dos dados objetivos e dos relatos das mulheres, foram apontados outros possíveis caminhos de modo a contribuir para a redução da violência contra a mulher.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha, violência contra a mulher, masculinidades e feminilidades.

ABSTRACT

The following article analyzes some aspects related to the situation of violence against woman in Brazil, through the period comprised between the date of *Lei Maria da Penha*'s publication and the time being. For that purpose, the work was divided in two parts. Following the information provided by Violence Maps of 2012 and 2015, the first topic describes and analyzes some objective data about violence against woman, such as issues related to murder and aggression against woman. The second topic, supported by research conducted with women, seeks to describe their perceptions of violence, as well as on the functioning of the services that make up the women's care network. Lastly, following the analysis of objective data and reports of women were singled out other possible ways to contribute to the reduction of violence against woman.

Key-words: *Lei Maria da Penha*, violence against woman, masculinities and femininities.

¹ O presente artigo é fruto de trabalho de orientação de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. A coautoria se realizou a partir da função de orientação e correção deste artigo, que faz parte da dissertação de mestrado da autora principal.



INTRODUÇÃO

A partir da década de 60, a luta pelos direitos da mulher começou a se fortalecer. O movimento feminista, a partir da década de 70, começou a questionar os papéis sociais tradicionalmente atribuídos aos homens e às mulheres por acreditar que esses modelos contribuíam para a manutenção da desigualdade entre os gêneros. Assim, a sexualidade passou a ser entendida como uma forma de relação de poder entre os sexos, que, em muitos casos, expressava-se pela dominação e pela violência. Além disso, o sujeito opressor passou a ser reconhecido como o indivíduo que se utiliza da violência nas relações domésticas e familiares para inibir a mulher na conquista pelos seus direitos (MARTINS, 2015, p. 234). Esse período é marcado como um momento de transição, no qual a violência contra a mulher passa a ser discutida pelo movimento feminista em âmbito público, ao invés de ficar restrita à esfera privada.

Uma das conquistas marcantes do movimento feminista foi a criação, no Brasil, de grupos de SOS, que tinham por finalidade oferecer atendimento para as mulheres vítimas de violência.² Em 1985, o Conselho da Condição Feminina de São Paulo propôs a fundação da primeira delegacia especializada de atendimento às mulheres (MACHADO, 2010, p. 25).

Em 1995, foi criada a Lei nº 9099, que instituiu os Juizados Especiais Criminais e passou a tutelar os crimes de menor potencial ofensivo. Assim, alguns crimes contra a mulher, como a ameaça e a lesão corporal leve, passaram a ficar sob a égide de tal Lei. Feministas e estudiosos da área afirmavam que essa Lei reduzia a importância da violência cometida contra a mulher, ao classificar esses crimes como de menor potencial ofensivo. Assim, em agosto de 2002, foi realizada uma reunião que teve por finalidade, entre outras questões, discutir a aplicabilidade da Lei nº 9099/95, bem como novas alternativas para a questão da violência contra a mulher. A partir dessa reunião, outros profissionais uniram-se ao grupo, formando um Consórcio, que promoveu reflexões e debates a fim de construir uma legislação que estivesse conforme o §8º do art. 226 da Constituição Federal, e, principalmente, de acordo com a normativa internacional de direitos humanos. Essa confluência de ideias, juntamente com o

² Sobre o tema, ver também o trabalho de Maria Filomena Gregori, intitulado *Cenas e Queixas*. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e práticas feministas (1993). Nesse livro, a autora analisa o SOS-Mulher, mediante a descrição do movimento feminista da década de 80, da criação do SOS-Mulher e de quais foram as causas de seu fracasso.



estudo do direito comparado, resultou em um texto-base que, em 2006, transformou-se na Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha (LMP) (LAVIGNE, 2009, p. 188).

Embora o enfrentamento à violência contra a mulher venha ganhando força há, pelo menos, quarenta e cinco anos, e a Lei Maria da Penha seja considerada uma das principais conquistas desse campo, de acordo com pesquisas já realizadas sobre a aplicação da Lei³, os resultados encontrados nem sempre têm sido satisfatórios, além de terem sido encontrados poucos estudos sobre a temática, o que justifica a realização de pesquisas empíricas e teóricas sobre a questão.

Esse artigo corresponde à primeira etapa de uma pesquisa mais ampla, cujo tema é a violência contra a mulher no Brasil e a sua relação com as construções sociais das feminilidades e das masculinidades. Tal pesquisa está dividida em quatro partes: (i) descritiva; (ii) teórico-analítica; (iii) empírica; (iv) conclusiva; encontrando-se, ainda, em sua fase inicial, que é a de descrição da primeira década de vigência da LMP. O presente artigo pretende dar continuidade a um trabalho já iniciado sobre o tema⁴, que descreveu e analisou alguns dos principais resultados relacionados à aplicação da LMP.

O referido trabalho⁵ abordou questões relativas ao orçamento destinado ao enfrentamento da violência contra a mulher, bem como aos serviços especializados que compõem a rede de atendimento: delegacias especializadas, instituto médico legal, juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher, promotorias da mulher, núcleos de defesa da mulher das defensorias públicas, e o projeto da casa da mulher brasileira. Em síntese, observou-se: (i) que os recursos financeiros destinados ao enfrentamento da violência contra a mulher ainda são insuficientes; (ii) a ausência de um sistema nacional de informações sobre a violência contra a mulher e a falta de comunicação entre os entes federativos e os serviços; (iii) que todos os serviços analisados apresentam problemas, tais como, precariedade da infraestrutura, falta de servidores, morosidade no atendimento.

³ As pesquisas referidas são: AKUTSU, Beatriz H. S. & FERNANDES, Eder, 2015; CAMPOS, Carmen Hein de, 2015; CERQUEIRA, Daniel & MARTINS, Ana Paula Antunes & MATOS, Mariana Vieira Martins, 2015; GROSSI, Miriam Pillar; SARDERBERG, Cecília Maria Bacellar, 2015.

⁴ Artigo intitulado "A PRIMEIRA DÉCADA DE VIGÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA: avanços e desafios", apresentado na Universidade Federal Fluminense, em outubro de 2015, no 5º Seminário Interdisciplinar em Sociologia e Direito.

⁵ Os anais do trabalho serão disponibilizados no endereço eletrônico: <<http://www.sociologiaedireito.uff.br/index.php/anais-s-d>>



O presente artigo está dividido em dois tópicos: o primeiro, que tem como base as informações apresentadas nos Mapas da Violência de 2012 e 2015, aborda alguns dados objetivos sobre a violência contra a mulher; e o segundo, apoiado em pesquisas realizadas com mulheres, procura descrever as suas percepções sobre a violência, bem como sobre a efetividade da LMP.

1. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM NÚMEROS

Em diversas pesquisas que procuram verificar a aplicação da Lei Maria da Penha, foi constatada a inexistência de um sistema nacional de informações sobre a violência contra a mulher, o que faz com que os dados produzidos até o presente momento sejam divergentes e não confiáveis, comprometendo o acompanhamento da efetividade das políticas públicas e impossibilitando a compreensão das dimensões da violência (CERQUEIRA, MARTINS & MATOS, 2015, pp. 8-9; BRASIL, 2013, p. 47).

Ainda que tais informações sejam insuficientes, é possível inferir, como será demonstrado a seguir, que os casos de violência doméstica e/ou familiar contra a mulher ainda são expressivos no Brasil. Diante dessa constatação, propõe-se discutir a temática para além dos mecanismos estatais. Dessa forma, ao considerar que a violência contra a mulher é uma expressão da assimetria de poder nas relações de gênero, nas quais homens e mulheres participam na produção de seus papéis sociais, nas pesquisas que sucederão esta e que correspondem as etapas seguintes do trabalho de dissertação, procurar-se-á discutir se e como as construções sociais das feminilidades e das masculinidades podem estar relacionadas com a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Nesse tópico, serão descritos e analisados alguns dos dados referentes ao tema, que foram disponibilizados pelos Mapas da Violência de 2012 e 2015.

Com relação às informações sobre os homicídios de mulheres, em agosto de 2012, foi publicada uma atualização do Mapa da Violência de 2012: Homicídio de Mulheres no Brasil, de autoria de Julio Jacobo Waiselfisz e resultado de uma parceria do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA) com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) (WASELFISZ, 2012, p. 5). Nessa pesquisa, para o cálculo das taxas de mortalidade de mulheres foi considerado o período compreendido entre 1980 e 2010 (WASELFISZ, 2012, p. 8).



Nesse Mapa, as fontes utilizadas para o cálculo populacional dos estados e municípios brasileiros foram o IBGE e o DATASUS. No que concerne à análise dos homicídios femininos no Brasil foram utilizadas as informações produzidas pelo Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS). Com relação à causa da morte, foi utilizada a classificação do SIM, que segue os capítulos da Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS). Atualmente, adota-se o CID-10 (WAISELFISZ, 2012, pp. 6-7). Vejamos:

Dentre as causas de óbito estabelecidas pelo CID-10 foi utilizado o título Homicídios, que corresponde ao somatório das categorias X85 a Y09, recebendo o título genérico de Agressões. Tem como característica a presença de uma agressão intencional de terceiros, que utiliza qualquer meio para provocar danos ou lesões que originam a morte da vítima (WAISELFISZ, 2012, p. 6).

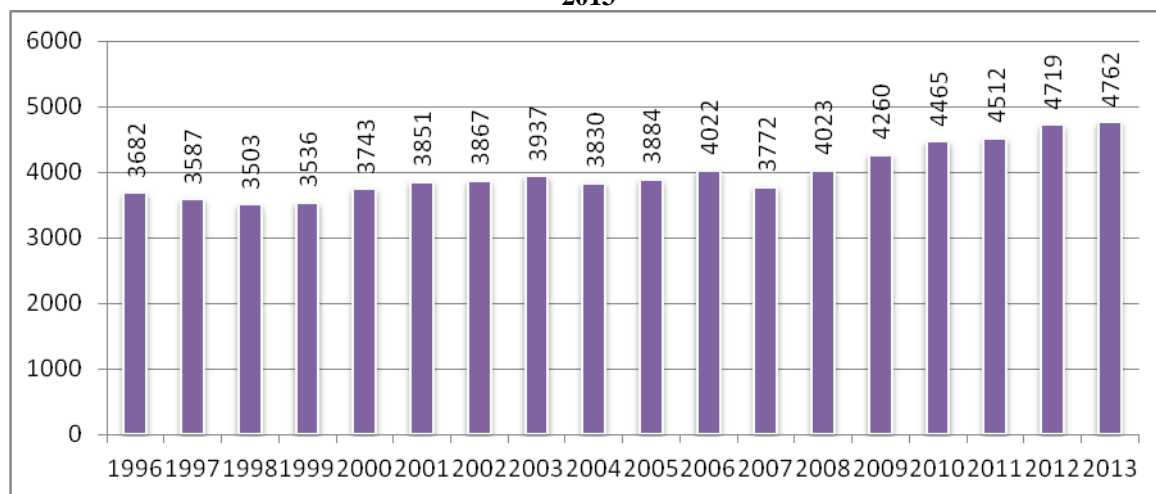
De acordo com esse documento, no ano de 1980, foram assassinadas 1.353 mulheres, e em 2010, esse número subiu para 4.465. Nesse período, o número total de assassinatos femininos foi de 92.100, representando um aumento de 230% (WAISELFISZ, 2012, pp. 8-9).

Em novembro de 2015, a FLACSO, em parceria com os escritórios da ONU-Mulher no Brasil, com a OMS/OPAS e com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), publicou o Mapa da Violência de 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil, que atualizou os dados produzidos no Mapa anterior. (WAISELFISZ, 2015, p. 6). As fontes utilizadas para o cálculo da população e para a análise das informações relativas aos homicídios femininos no Brasil são as mesmas do mapa anterior (WAISELFISZ, 2015, pp. 8-9).

Complementando as informações do Mapa de 2012, no ano de 2010, foram assassinadas 4.465 mulheres, ao passo que, em 2013, esse número subiu para 4.762, o que representa um aumento de 6,65% em 3 anos. Com relação à totalidade de mortes, no período compreendido entre os anos de 1980 e 2013, o número de mulheres assassinadas correspondeu a 106.093. Para uma melhor compreensão, segue, abaixo, um gráfico sobre o homicídio de mulheres entre os anos de 1996 e 2013:



Figura 1 - Número de homicídios de mulheres entre os anos de 1996 e 2013



Fonte: (WASELFISZ, 2010, p. 8; WASELFISZ, 2015, p. 11)

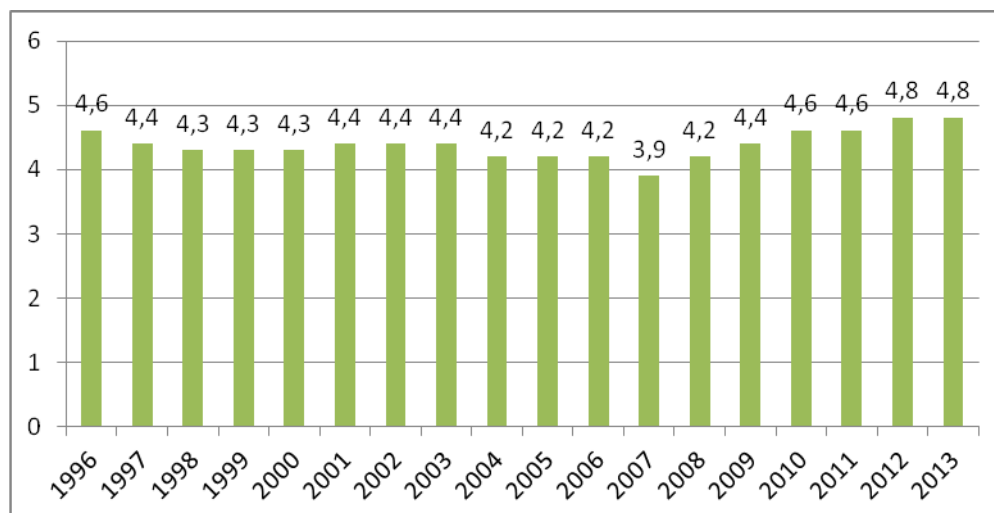
Primeiramente, insta ressaltar que a escolha do ano de 1996, como ponto de início do gráfico, justifica-se porque desde 1980 até 1996, com exceção de 1992⁶, o número de homicídios femininos cresceu, apresentando um decréscimo nos dois anos seguintes (WASELFISZ, 2012, p. 8). Além disso, conforme será demonstrado a seguir, o ano de 1996 apresentou a segunda maior taxa de homicídios a cada 100 mil mulheres, igualando-se aos anos de 2010 e 2011.

Ao interpretar os dados do gráfico, nota-se que, em 2007, ano seguinte à publicação da LMP, o número de homicídios de mulheres diminuiu: em 2006, houve 4022 mortes femininas, ao passo que em 2007, esse número caiu para 3.772. No entanto, em 2008, a quantidade de homicídios voltou a subir, continuando nessa curva crescente até 2013 (WASELFISZ, 2015, p. 11).

Por outro lado, é importante levar em consideração não apenas o número absoluto de homicídios femininos, mas a proporção dessas mortes em relação à totalidade da população de mulheres brasileiras. Para isso, para uma melhor visualização, serão demonstradas, a seguir, as taxas de homicídios femininos a cada 100 mil mulheres:



Figura 2 - Taxas de homicídios femininos a cada 100 mil mulheres



Fonte: (WASELFISSZ, 2012, p. 8; WASELFISSZ, 2015, p. 11)

Ao comparar os dois gráficos, nota-se que, proporcionalmente, em relação ao número total de mulheres brasileiras, no ano seguinte à publicação da LMP, as taxas diminuíram, voltando a subir em 2008. No entanto, as taxas não apresentam crescimento contínuo em todos os anos até 2013, como ocorreu no gráfico anterior: em 2008, a cada 100 mil mulheres, 4,2 foram mortas; em 2009, 4,4; os anos de 2010 e 2011 apresentaram a mesma taxa: 4,6; e, finalmente, os anos de 2012 e 2013 também tiveram taxas iguais: 4,8 mortes femininas a cada 100 mil mulheres (WASELFISSZ, 2012, p. 8; WASELFISSZ, 2015, p. 11).

É importante ressaltar que os dados apresentados referem-se aos homicídios de mulheres em geral, abarcando tanto aqueles que foram perpetrados pelo fato da vítima ser mulher, quanto os homicídios que ocorreram por outras razões. De acordo com Waiselfisz, o caso é que ainda não há informações precisas sobre os homicídios femininos que foram praticados "por razões da condição do sexo feminino". Entretanto, é possível que a partir da publicação da Lei do Feminicídio⁷, que ocorreu em março de 2015, as informações sobre o tema comecem a ser organizadas e sistematizadas:

O Brasil compartilha as limitações quanto a informação pública, acessível e confiável sobre o tema, principalmente na fase criminal e judiciária. Não duvidamos que, num futuro próximo, poderemos contar com algumas

⁶ Nesse ano, as taxas de homicídio diminuíram: em 1991, foram 2.727, ao passo que em 1992, foram 2.399 mulheres assassinadas.

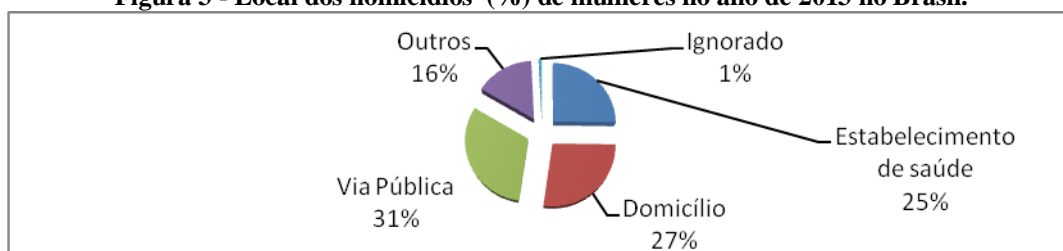
⁷ A referida Lei classifica como crime hediondo aquele que é praticado contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, e prevê agravantes quando o crime é praticado em específicas situações de vulnerabilidade (BRASIL, 2015).



informações estatísticas de inquéritos policiais tipificados como feminicídio, em função da aprovação recente que tipifica como crime hediondo os homicídios de mulheres por razões de sexo (WAISELFISZ, 2015, p. 8).

Embora não haja informações sobre a quantidade de homicídios femininos praticados pelo fato de a vítima ser mulher, há dados sobre o local do cometimento do crime, que trazem a possibilidade de estimar quantos casos podem ser enquadrados na categoria "violência doméstica":

Figura 3 - Local dos homicídios (%) de mulheres no ano de 2013 no Brasil.



Fonte: (WAISELFISZ, 2015, p. 39)

Da observação do gráfico, nota-se que de todos os homicídios femininos registrados em 2013, a maior parte deles ocorreu no espaço público, seguido pelos que foram cometidos no domicílio da vítima. Isso demonstra que mais de 1/4 das agressões que levam mulheres à morte ocorrem dentro da casa da vítima. Apesar do Mapa não conter informações sobre os agressores do ambiente doméstico, poder-se-ia pensar que as pessoas que mais facilmente têm acesso ao domicílio são aquelas que possuem ou já possuíram algum tipo de relação com a vítima, tais como familiares, parceiros e conhecidos.

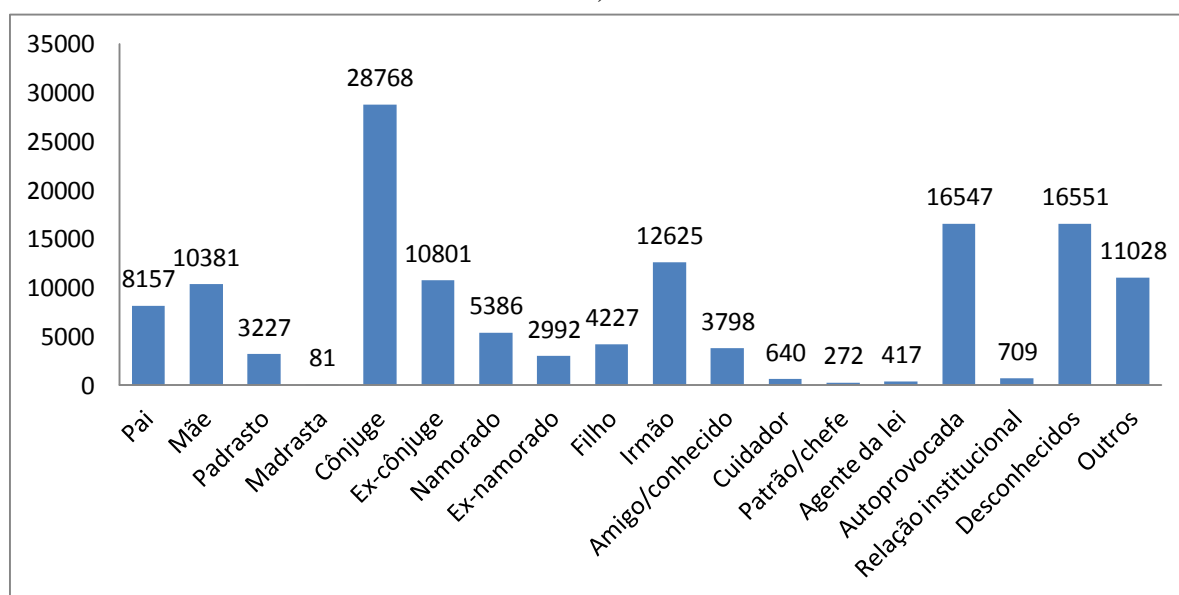
Com relação às informações referentes à violência doméstica, sexual e/ou outras violências, que não necessariamente resultaram em morte, há os dados provenientes dos registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde. Para ter acesso ao site do SINAN, é necessário ter um nome de usuário e uma senha, que só são fornecidos aos profissionais que estiverem cadastrados pelo Interlocutor do Sistema. Diante da impossibilidade de obter acesso direto ao site, serão utilizados os dados disponibilizados pelo Mapa da Violência de 2015, que são os correspondentes ao ano de 2014, ainda sujeitos a atualização (WAISELFISZ, 2015, p. 41).

O sistema de notificação de violência doméstica, sexual e/ou outras violências foi implantado no SINAN no ano de 2009. Para a análise dos dados, é importante considerar que nem todos os locais notificam as ocorrências de violências e nem todos os casos são registrados



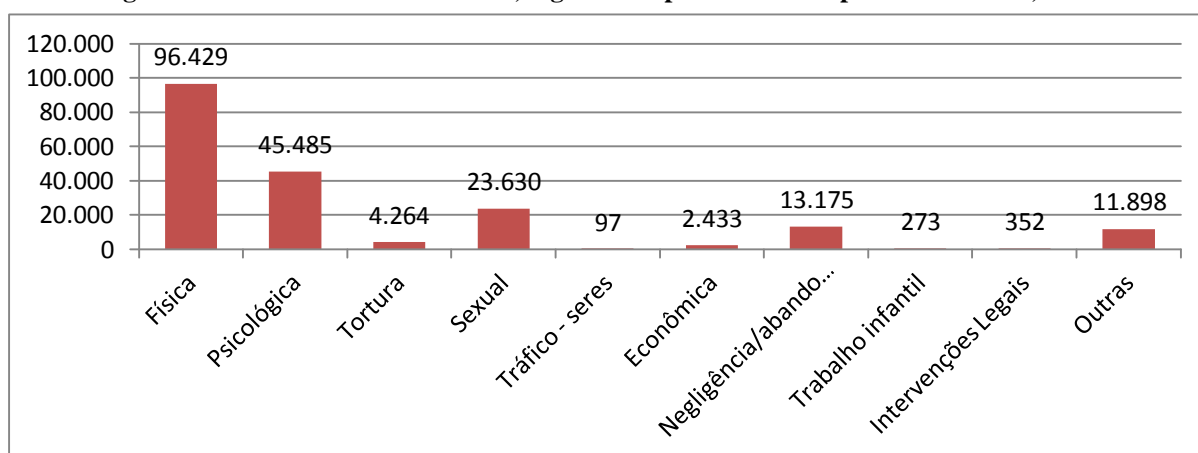
no sistema (WAISELFISZ, 2015, p. 42). No ano de 2014, no Brasil, 147.691 mulheres solicitaram atendimento médico por violência doméstica, sexual e/ou outras violências. Para uma melhor contextualização da ocorrência dessas violências, serão apresentados alguns gráficos que contêm informações sobre a relação dos agressores com as mulheres violentadas; os tipos de violência praticada; bem como o local da agressão⁸:

Figura 4 - Números de atendimentos, segundo o tipo de relação do agressor com a mulher violentada. Brasil, 2014.



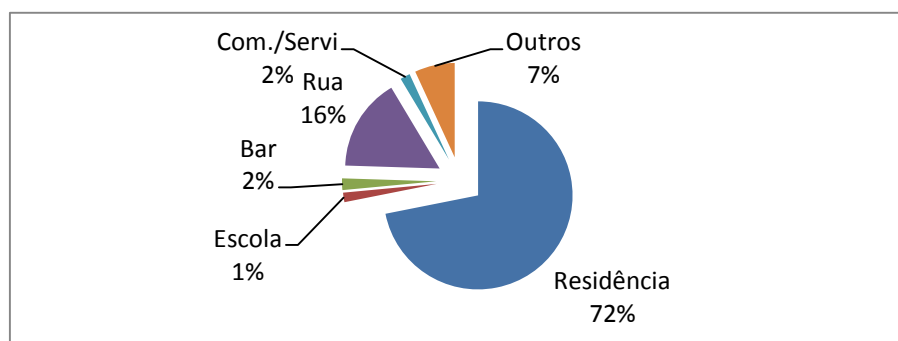
Fonte: (WAISELFISZ, 2015, p. 48)

Figura 5 - Números de atendimentos, segundo o tipo de violência praticada. Brasil, 2014.



Fonte: (WAISELFISZ, 2015, p. 50)

⁸ Os dados do SINAN abrangem os registros de mulheres de todas as faixas etárias.

**Figura 6 - Porcentagem dos atendimentos, de acordo com o local em que a agressão foi cometida. Brasil, 2014.**

Fonte: (WAISELFISZ, 2015, p. 51)

Da observação do primeiro gráfico, nota-se que o cônjuge é o agressor mais frequente. Além disso, observa-se que a maior parte das agressões é cometida por pessoas que, em geral, têm mais proximidade com a mulher agredida: pai, mãe, padrasto, madrasta, cônjuge, ex-cônjuge, namorado, ex-namorado, filho, irmão, amigo/conhecido. Os atendimentos que envolvem as relações mais próximas com a mulher violentada, se somados, totalizam em 90.443, ao passo que os demais representam pouco mais da metade dos primeiros, perfazendo o número de 46.164. A terceira categoria mais alta do gráfico é a "violência autoprovocada", ou seja, aquela provocada pela própria mulher. No Mapa, não foram encontradas informações mais detalhadas sobre essa categoria, como quais situações específicas foram ali enquadradas e se tal enquadramento parte de uma declaração da mulher e/ou da avaliação do profissional da área.

Com relação ao segundo gráfico, pode-se notar que a violência praticada com maior frequência é a física, seguida pela psicológica e pela sexual. No que concerne ao espaço do cometimento da agressão, a residência da mulher é o local onde a violência ocorre mais vezes, correspondendo a quase 3/4 da totalidade dos atendimentos. Ao comparar o local de cometimento dos homicídios femininos e o local da prática de agressões que não necessariamente levam a morte, observa-se que os primeiros ocorrem, principalmente, nas vias públicas, enquanto as segundas são perpetradas, com maior frequência, na residência da mulher.

Embora os dados do SINAN abarquem todo o tipo de violência cometida contra a mulher, mediante a observação das informações disponibilizadas nos gráficos, é possível dizer que, no ano de 2014, no Brasil, a maior parte das agressões contra as mulheres pode ser



caracterizada como violência doméstica e/ou familiar, porque ocorreram, com mais frequência, na residência da mulher e foram praticadas por pessoas próximas.

2. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER PELO OLHAR DAS PRÓPRIAS MULHERES

Embora a coleta e a sistematização de dados referentes à violência contra a mulher sejam importantes em diversos aspectos, como para a compreensão do panorama atual do problema, dos avanços e desafios relacionados à aplicação da LMP, bem como para avaliar as atuais políticas públicas de enfrentamento a esse tipo de crime, imprescindível, também, é ouvir as próprias mulheres que vivenciam a violência no seu cotidiano e utilizam ou não o aparato estatal como forma de resolução dos seus conflitos. A seguir, serão apresentadas pesquisas que abordam a violência contra a mulher, sob o olhar daquelas que a sentem cotidianamente em seus corpos.

Em setembro de 2015, foi realizada uma pesquisa que visou abordar o que é "ser menina no Brasil, sob a ótica do machismo e da violência contra a mulher" (ÉNOIS I INTELIGÊNCIA JOVEM, 2015, p. 1). O trabalho foi conduzido pela agência Énois I Inteligência Jovem, em parceria com o Instituto Vladimir Herzog e o Instituto Patrícia Galvão. A responsável pela condução da pesquisa é uma agência escola de jornalismo, que está dividida em três áreas de atuação: educação, jornalismo e inteligência. (ÉNOIS I INTELIGÊNCIA JOVEM, 2015, p. 4).

A metodologia da referida pesquisa consistiu na realização de entrevistas e questionários online com 2.285 moradoras de 370 cidades brasileiras, com idade entre 14 e 24 anos e renda familiar de até R\$6.000,00. Quando perguntadas sobre a ocorrência da violência no cotidiano, o espaço mais citado nas respostas foi o público, "94% delas já foram assediadas verbalmente e 77%, fisicamente. Dos episódios de assédio sexual físico, 72% se deram com desconhecidos" (ÉNOIS I INTELIGÊNCIA JOVEM, 2015, pp. 1-4).

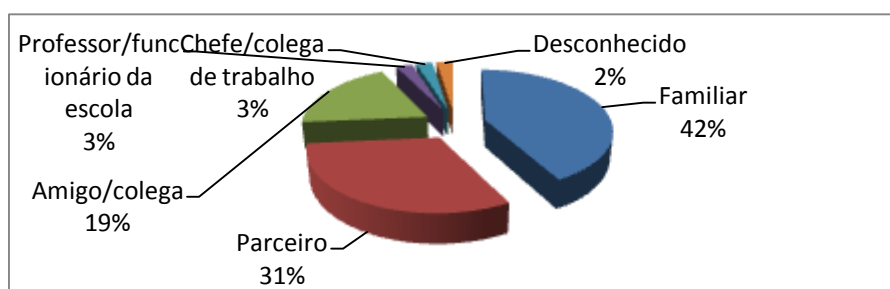
Para as entrevistadas, os homens, se comparados com as mulheres, têm mais liberdade no espaço público. Segundo elas, essa liberdade está intimamente ligada ao processo de educação na infância, que, geralmente, diferencia meninos e meninas:



Os meninos "podem" se machucar e andam sem camisa. As garotas, mesmo muito pequenas, não participam de jogos mais arriscados (afinal, isso não é "coisa de menina"), têm que esconder o corpo e já são alertadas sobre qual a maneira correta de andar e se sentar (ÉNOIS I INTELIGÊNCIA JOVEM, 2015, pp. 1-4).

Das 2.285 moradoras entrevistadas, 937 relataram já ter sofrido agressão física por homem:

Figura 7 - Porcentagem das violências físicas sofridas pelas entrevistadas, segundo a sua relação com o agressor.



Fonte: (ÉNOIS I INTELIGÊNCIA JOVEM, 2015, p. 11).

Da leitura do gráfico, nota-se que, assim como observado com os dados apresentados pelo SINAN, na maior parte dos casos, a violência é praticada por pessoas que mantêm uma relação de mais proximidade com a mulher: familiares, parceiros, amigos e colegas.

Além disso, de todas as mulheres entrevistadas, 84% afirmaram já ter sofrido agressão verbal por homem; 77% disseram já ter sido assediadas sexualmente; 94% afirmaram que já foram assediadas verbalmente; 47% já foram forçadas a ter relações sexuais com o parceiro; 82% já sofreram preconceito por ser mulher; 74% já sentiram tratamento diferenciado em casa por ser mulher; e 77% acham que o machismo afetou o seu desenvolvimento (ÉNOIS I INTELIGÊNCIA JOVEM, 2015, pp. 12-21).

Ao fim, a pesquisa citou algumas experiências pioneiras em São Paulo, que foram iniciativas dos alunos e alunas que vêm organizando grupos para debater questões sobre gênero, feminismo, machismo e preconceito nas escolas (ÉNOIS I INTELIGÊNCIA JOVEM, 2015, p. 25).

Em junho de 2012, doze mulheres em situação de violência doméstica e familiar foram ouvidas em uma roda de conversa, que fora realizada no Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CNDN) com o objetivo de contribuir para a elaboração de um dossiê para



a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM), durante suas diligências na Bahia (TAVARES, 2015, p. 547). A roda de conversa é um tipo de metodologia participativa que tem como objetivo estimular o diálogo entre as participantes, "mediante a adoção de uma postura de escuta e a circulação da palavra, bem como o uso de dinâmicas de grupo conduzidas por um (a) facilitador (a)" (TAVARES, 2015, p. 551).

Nos seus depoimentos, as mulheres consideraram os serviços das delegacias especializadas de atendimento à mulher, das varas de violência doméstica, do ministério público, da defensoria pública, do Instituto Médico Legal (IML), do Disque 190 insatisfatórios, o que corrobora os resultados encontrados na primeira parte desta pesquisa, apresentados na introdução. Nos seus relatos, as usuárias dos serviços reclamaram da morosidade da justiça para o atendimento de suas demandas, que, muitas vezes, é atribuída à falta de servidores. É frequente a reclamação sobre a demora da apreciação das medidas protetivas, que, ao invés de serem apreciadas em 48 horas, conforme previsão da LMP, "levam em torno de seis meses a um ano para serem decretadas e cumpridas" (TAVARES, 2015, p. 555).

Além disso, os relatos apontam para a falta de preparo dos profissionais para a realização de perícias no IML:

[...] Aí, o que aconteceu, voltei no IML, para fazer meu exame, meu rosto ficou [estava] preto, tudo embaixo [dos olhos] preto, horrível [...]A pessoa via que eu tinha sido agredida [...].Ela veio fazer meu exame, e eu pedi que ela tirasse foto, ela disse que não era necessário. [...]Por que o IML não manda a gente fazer um exame aprofundado? Porque não tirou fotos? Por que não mandou fazer uma revisão depois, daqui a 15 dias: 'vamos ver esses olhos como é que estão', né? (Érica) (TAVARES, 2015, p. 555).

E, também, para a dificuldade de compreensão e empatia, por parte dos funcionários dos serviços, sobre o significado da violência em seus corpos:

Eu ouvi por diversas vezes na Vara que eu estava me fazendo de vítima, por quê? Porque naquele momento eu não cheguei lá com o rosto quebrado, ensanguentada, roxa ou morta. Porque quando a gente chega a esse ponto, as providências são mais rápidas, até porque o caso se torna mais público (Irene) (TAVARES, 2015, p. 555).

Para Saffioti, nos casos que envolvem violência intrafamiliar e doméstica, os limites entre quebra de integridade e obrigação de suportar o destino de gênero que é construído para as mulheres (sujeição aos pais e/ou maridos) são muito tênues. Para a autora, não há uma percepção unânime sobre quais condutas são consideradas violentas, assim, "cada mulher



colocará o limite em um ponto distinto do continuum entre agressão e direito dos homens sobre as mulheres. Mais do que isso, a mera existência desta tenuidade representa violência" (2004, p. 75).

Em junho de 2015, o DataSenado ouviu, por telefone, 1.102 mulheres residentes no Brasil, com idade superior a 16 anos, falar sobre questões relacionadas à violência contra a mulher. De acordo com a pesquisa, praticamente todas as mulheres já tinham ouvido falar sobre a LMP, embora tenha sido constatado um aumento do desrespeito às mulheres, segundo a percepção das entrevistadas, bem como o crescimento nos registros de violência psicológica. Além disso, observou-se que a maior parte das mulheres acredita que os casos de violência, mesmo com o advento da Lei, têm crescido, além dos principais agressores apontados terem sido os maridos, companheiros, namorados e ex parceiros (BRASIL, 2015, pp. 2-80)

Do exposto, é possível observar que, embora o enfrentamento à violência contra a mulher tenha ganhado força e visibilidade nos últimos quarenta e cinco anos, o Brasil ainda é marcado por situações que expressam desigualdades entre homens e mulheres, que vão desde o tratamento diferenciado durante todo o processo educacional na infância e na adolescência, em casa e na escola, até as situações de agressões que podem levar a mulher a morte. Além disso, partindo do ponto de vista das usuárias dos serviços especializados no combate à violência, observa-se que há uma descrença generalizada nos meios estatais como forma de tutela e resolução dos conflitos.

Ademais, nota-se que há poucas pesquisas sobre violência contra a mulher que buscam estudar os homens e a sua percepção sobre a violência. Como dito anteriormente, partindo do pressuposto que tanto os homens quanto as mulheres constroem os seus papéis sociais que legitimam a prática da violência, considera-se igualmente importante a realização de pesquisas empíricas que tenham por finalidade analisar as percepções dos homens. Por esse motivo, a terceira etapa desse trabalho será dedicada à observação de um grupo reflexivo para homens autores de violência⁹, que ainda não foi definido.

⁹ A LMP, no artigo 35, inciso V, prevê que sejam criados centros de educação e reabilitação para os agressores.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei Maria da Penha, no Brasil, é um dos mais importantes marcos no combate à violência contra a mulher. No entanto, conforme os resultados encontrados nessa pesquisa e na outra que a antecede, ainda são diversos os desafios a serem enfrentados. Tais resultados demonstram que a resposta punitiva do Estado para esse tipo de crime - que envolve poder, relações interpessoais e afeto - não fez com que os casos de violência contra a mulher deixassem de ser expressivos. Assim, parece que é preciso buscar outras vias, que estejam para além do aparato estatal.

Tanto o relatório elaborado pela CPMIVCM, quanto a pesquisa realizada nas rodas de conversa com as usuárias dos serviços, demonstram que a rede de atendimento à mulher ainda é precária, e necessita desde recursos financeiros para a execução dos serviços até a preparação dos servidores para lidar com o fenômeno complexo que é a violência doméstica e familiar contra a mulher.

No que concerne os dados referentes aos homicídios femininos, disponibilizados pelos Mapas da Violência de 2012 e 2015, nota-se que, tanto em termos absolutos quanto em aspectos proporcionais em relação à totalidade da população feminina, após o ano seguinte à publicação da LMP até 2013, o número de mortes de mulheres cresceu. No entanto, é mister ressaltar que esses dados não discriminam a motivação da violência, podendo ter ocorrido "por razões da condição do sexo feminino" ou por qualquer outro motivo. Apesar dessa dificuldade, o Mapa de 2015 traz informações sobre o local do cometimento do crime: 27% das mortes ocorreu no domicílio da mulher. Esse dado permite dizer que mais de um quarto das mortes resultou de violência doméstica, além de apontar para prováveis informações referentes ao agressor. Embora não haja dados sobre a relação do agressor com a mulher violentada e morta, é possível dizer que as pessoas que têm mais fácil acesso ao domicílio são indivíduos que estabelecem relações de maior proximidade com a mulher, como familiares, parceiros, ex parceiros e amigos.

Com relação às agressões que não necessariamente resultaram em morte, da mesma forma que ocorre com os homicídios, os dados provenientes do SINAN não distinguem a motivação das agressões. No entanto, pelas informações disponibilizadas, é possível afirmar que a maior parte das agressões pode ser caracterizada como violência doméstica e/ou familiar,



pois os agressores mais frequentes são pessoas que mantêm uma relação mais próxima com a vítima, sendo o cônjuge o principal deles, e o local que mais ocorre a violência, com larga diferença dos demais, é o domicílio da mulher.

Embora haja uma debilidade na coleta, disponibilização e sistematização das informações referentes à violência contra a mulher, e não se possa saber, com exatidão, quantas mulheres morreram e foram agredidas em razão da sua condição feminina, o que se sabe é que inúmeras mulheres continuam sendo mortas e violentadas em decorrência da assimetria de poder nas relações de gênero, que ainda se verifica em diversas relações.

Conforme observado nos relatos das mulheres, percebe-se que os resultados da LMP nem sempre têm sido satisfatórios. Além disso, poder-se-ia pensar também que a "solução" que a Lei oferece, que é uma resposta ao crime cometido pelo viés da punição, talvez não seja querida por muitas mulheres violentadas, que, muitas vezes, prezam pela manutenção da relação com o agressor. Ademais, é importante ressaltar que a punição é apenas uma das possibilidades de resposta ao cometimento de crimes e talvez esse não seja o melhor caminho para dar fim às situações de desigualdades entre homens e mulheres que se expressam em forma de dominação e violência.

Da observação da pesquisa realizada com as mulheres de 14 a 24 anos, é possível identificar outras alternativas para se pensar a violência. Nos seus relatos, as jovens associaram a violência que sofrem cotidianamente ao processo educacional vivenciado por elas, que desde a infância, atribui diferentes papéis sociais para o homem e para mulher, que contribuem para a manutenção das desigualdades entre os gêneros.

Do exposto, em relação às outras possíveis alternativas para o enfrentamento da violência contra a mulher, parece ser necessário dar um passo atrás, ou seja, ao invés de somente buscar respostas para um crime já concretizado, deve-se refletir sobre a transformação das estruturas sociais que são responsáveis pela manutenção das desigualdades entre os gêneros, que se explicitam em dominação e violência. Igualmente importante é a compreensão de que não há apenas uma categoria "das mulheres" e uma outra "dos homens", mas identidades de gênero plurais e não universais; e, que, além disso, a violência pode ser a expressão de diversas categorias de poder, como classe social, gênero, raça, que, relacionadas conferem diferentes formas de opressão. Ademais, importa salientar que o poder é algo dinâmico e



relacional, exercido tanto pelo homem quanto pela mulher, embora em proporções diferentes, e que, além disso, são os homens e as mulheres que produzem os seus papéis sociais que legitimam a violência. Diante dessas reflexões, propõe-se discutir a temática de modo a compreender "se e como as construções sociais das feminilidades e das masculinidades podem estar relacionadas com a prática da violência contra a mulher".

Para isso, considera-se de extrema importância a realização de pesquisas empíricas que não visem somente verificar como o Estado vem atuando no combate à violência e como a Lei vem sendo aplicada, mas como as próprias mulheres vivenciam e sentem as violências em seus corpos, e de que forma os indivíduos experienciam e compreendem as relações de gênero e o fenômeno da violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKUTSU, Beatriz Hiromi da Silva; FERNANDES, Eder. A PRIMEIRA DÉCADA DE VIGÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA: avanços e desafios. Trabalho apresentado no 5º Seminário Interdisciplinar em Sociologia e Direito, UFF/PPGSD, Niterói, 2015.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm> Acesso em: 29/11/2015>.

_____. Senado Federal. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher. Relatório Final. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=130748&tp=1>>. Acesso em: 25/11/2015>.

_____. Violência doméstica e familiar contra a mulher. Agosto de 2015. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/senado/procuradoria/publicacao/pesquisa-violencia-domestica-e-familiar-contras-as-mulheres>> Acesso em: 27/11/2015.

_____. Ministério da Saúde. Sistema de informação de agravos de notificação online. Disponível em: <http://sinan.saude.gov.br/sinan/ajuda/ajuda_sinan.pdf?v=1448309598715> Acesso em: 24/11/2015.

CAMPOS, Carmen Hein de. (2015) A CPMI da violência contra a mulher e a implementação da Lei Maria da Penha. *Em: Rev. Estudos Feministas*. v. 23, n.2. Florianópolis: Editora Fiocruz, de maio a agosto, 2015, pp. 519-531.

CERQUEIRA, Daniel; MARTINS, Ana Paula Antunes; MATOS, Mariana Vieira Martins. (2015) A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil (versão preliminar). *Em: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Disponível em:



<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24608>
Acesso em: 25/11/2015.

GOMES, Carla de Castro. A Lei Maria da Penha e as Práticas de Construção Social da “Violência Contra A Mulher” em um Juizado do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em maio de 2010.

GREGORI, Maria Filomena. Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GROSSI, Miriam Pillar; SARDERBERG, Cecilia Maria Bacellar. (2015) Balanço sobre a Lei Maria da Penha. *Em: Rev. Estudos Feministas*. v. 23, n.2. Florianópolis: Editora Fiocruz, de maio a agosto, 2015, pp. 497-500.

LAVIGNE, Rosane Reis. Direitos Humanos e Poder Judiciário no Brasil- Federalização, Lei Maria da Penha e Juizados Especiais Federais. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, Centro de Justiça e Sociedade, 2009.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo em movimento. 2. Ed. São Paulo: Francis, 2010.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O Sujeito nas "ondas do Feminismo" e o lugar do corpo na contemporaneidade. *Em: Revista Café com Sociologia*. Disponível em: <http://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/443/pdf_1> Acesso em: 29/11/2015.

ÉNOIS INTELIGENCIA JOVEM. #Menina pode tudo. Como o machismo e a violência contra a mulher afetam a vida das jovens das classes C, D e E? Disponível em: <<http://enoisconteudo.com.br/2015/09/15/1124/#more-1124>> Acesso em: 19/11/2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

TAVARES, Márcia Santana.(2015) Roda de conversa entre mulheres: denúncias sobre a Lei Maria da Penha e descrença na justiça. *Em: Rev. Estudos Feministas*. v. 23, n.2. Florianópolis: Editora Fiocruz, de maio a agosto, 2015, pp. 547-559.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012.php>> Acesso em: 19/11/2015

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php> Acesso em: 19/11/2015



RESSIGNIFICAÇÕES *QUEER* NO DISCURSO SUBVERSIVO DE *SOLANGE, TÔ ABERTA!*

RODRIGUES, Rejane Lopes

Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO
rejane.rodrigues@ifrj.edu.br

FARIAS, Francisco Ramos de

Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO
francisco.farias@pq.cnpq.br

213

RESUMO

O presente trabalho pretende fazer um estudo de caso sobre a produção musical e performática da banda *Solange, tô aberta!* a partir do pensamento *queer* da filósofa estadunidense Judith Butler. Analisando as letras das músicas, bem como os vídeos dos shows e o filme *CUCETA – A cultura queer de Solange, tô aberta!* (Claudio Manoel Duarte, 2010), pretendemos relacionar os conceitos desenvolvidos pela filósofa com a produção artística da banda. Partindo do princípio de que sexo e gênero são performativos, eles podem e devem ser recitados de maneiras diversas, tendo em vista uma (re) construção dos corpos de forma mais livre e democrática. Com isso, pretendemos estabelecer a relação entre a subversão dos atos de fala dos artistas, através das músicas e das entrevistas feitas para o filme, com a proposta de Butler ao defender tal postura como instrumento de luta política contra a opressão sexual e de gênero.

Palavras-chave: Teoria queer. Gênero. Judith Butler.

ABSTRACT

This is a case study about the musical and performative output of a Brazilian band, *Solange, tô aberta!*, from the perspective of queer theory propounded by American philosopher Judith Butler. Analyzing the lyrics of the songs, the videos of the shows, and the film *CUCETA – A cultura queer de Solange, tô aberta!* (Claudio Manoel Duarte, 2010), we relate the concepts developed by the philosopher to the band's artistic output. If we assume that sex and gender are performative, then they can and should be recited in diverse ways, (re)constructing bodies more freely and democratically. We therefore intend to establish the relationship between the subversion contained in the artists' speech acts, both in their songs and in the interviews for the film, and Butler's proposal by defending their posture as an instrument of political struggle against sexual and gender oppression.

Keywords: queer theory; gender; Judith Butler



INTRODUÇÃO

Analisando as letras das músicas de *Solange, tô aberta!*, banda criada pelos artistas brasileiros Pedro Costa e Paulo Fraga na segunda metade dos anos 2000, podemos ter um bom exemplo do que Judith Butler analisou como atos de fala que visam subverter e desestabilizar a heteronormatividade da nossa cultura. Nas palavras dos próprios artistas, a proposta deles seria justamente “fazer apologia ao travestismo e ir contra os dogmas da igreja católica, o binarismo e a heteronormatividade, além de apoiar a legalização do aborto, o movimento negro, o movimento GLBTT, as mulheres e todos os sujeitos silenciados”. Através de uma sonoridade funk que, segundo eles, seria a sonoridade dos excluídos, músicas como *Fuder Freud, Cuceta, Dama de Pau* e *Dança da Passiva* subvertem signos de caráter ofensivo de forma a revelar sua contingência, instabilidade e citacionalidade, de forma crítica e bem humorada. Desta forma, o presente trabalho visa fazer uma análise da produção artística de *Solange, tô aberta!* a partir do pensamento de Judith Butler, incontestável referência para os estudos *queer*.

Como marco teórico chamamos a atenção para a história do pensamento ocidental que construirá uma lógica identitária de pensamento. Com a desconstrução do pensamento metafísico no final do século XIX, iniciada pelo filósofo alemão Friedrich Nietzsche, uma nova concepção de sujeito torna-se possível: a ideia de um “ser” universal e imutável é substituído por um sujeito mutável, passível de construção em seu constante devir. Por isso, quando falamos em “sujeito *queer*”, tal ideia deve ser necessariamente considerada.

1. ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO *QUEER*.

1.2. A desconstrução da lógica identitária de pensamento.

Parmênides, em seu poema *Sobre a natureza*, inicia o processo de construção do que podemos chamar de lógica da identidade. Podemos afirmar que tal lógica prevaleceu na tradição filosófica, servindo como suporte para a construção da noção de “eu”, como também para o individualismo, tão presentes na cultura ocidental.

No preâmbulo do poema ele descreve uma cena em que, montado em um carro, é conduzido pelas filhas do Sol até a encruzilhada em que bifurcam os caminhos da Noite e do Dia e na qual abre-se a porta, guardada pela Justiça, pela qual é possível chegar junto da deusa. Recebendo o poeta, a deusa lhe diz que é preciso conhecer a Verdade e as Opiniões dos mortais. Segundo ela, o caminho da razão é o que permite encontrar a Verdade (*épistêmê*), imutável e



perfeita, enquanto o dos sentidos, ou da Opinião (*doxa*), é o que só permite o conhecimento da aparência das coisas, confusas e contraditórias. Neste caso, a Verdade será justamente associada ao ser “incriado, imperecível, imóvel e eterno”, onde a geração e a corrupção são inconcebíveis. O ser é, ensina a deusa ao poeta, e não é possível que não seja. Com isso, Parmênides afirma a identidade do pensamento e do ser, afirmação do ser com exclusão do não ser.

Parmênides e os demais eleatas conseguiram, desta forma, sobrepor tal pensamento identitário ao pensamento de Heráclito, que concebia a realidade como mudança e multiplicidade. No fragmento 49 do seu livro *Da natureza*, ele afirma: “Descemos e não descemos no mesmo rio; *somos e não somos* (grifo meu)”. A imagem do rio é particularmente significativa, pois o rio consiste na contradição. O rio é um processo, cujo ser consiste no constante deixar de ser e vir-a-ser. Desta forma, ele estabelece uma outra perspectiva que não a da “ilusão ontológica” e que poderia nos indicar outro modelo para a construção do homem ocidental. Segundo Maffesoli,

É certo que existe uma tradição filosófica que, na linha de Parmênides, vai definir o sujeito em função de sua homogeneidade, concebê-lo a partir de uma ipseidade fechada no círculo do mesmo. Para ela, a identidade está de certo modo “gelada” na subjetividade e na permanência individual. (...) Em compensação, inspirado pela labilidade cara a Heráclito, existe um outro modo de abordagem que vai pensar o sujeito a partir do outro, ou da alteridade. Essa, podendo designar os outros em torno de mim, ou os outros em mim mesmo. (MAFFESOLI, 2010, p. 267)

Desta forma, o indivíduo a partir da perspectiva heraclitiana deve ser definido na multiplicidade de interferências que estabelece com o mundo circundante. A existência do sujeito constrói-se a partir da lógica comunicacional, onde o “eu” é feito pelo outro, em todas as modulações que se pode dar a essa alteridade. No entanto, o que podemos constatar é que tal perspectiva não foi privilegiada na construção do pensamento ocidental.

É apenas no século XIX que emerge um ponto de ruptura nesta tradição: Nietzsche e a sua crítica à metafísica ocidental. Ao questionar o conhecimento racional, tal como existe desde os filósofos gregos, ele acaba nos oferecendo uma nova imagem do pensamento.

É que Nietzsche soube compreender que, ao longo da história da filosofia, todos os filósofos se ocuparam fundamentalmente com a difícil questão: o que significa pensar? O que encontramos como resposta a essa pergunta é uma “imagem” que um ou diversos pensadores fazem do que é o pensamento. Sob esse aspecto, coloca-se em andamento, a todo momento nos textos



nietzschianos, uma crítica ao que podemos chamar de “imagem dogmática do pensamento”. Tal “imagem” do que é o pensamento teria, segundo Nietzsche, dominado a história do pensamento ocidental sendo partilhada pelos filósofos que lhe são anteriores. (BARBOSA, 2000, p. 22-23)

Por isso, podemos compreender melhor porque Nietzsche considera as noções – tão valorizadas pela metafísica – de “eu”, “sujeito”, “substância” e “ser” apenas como ficções conjunturalmente utilizáveis para a conservação do homem, destituindo-se de qualquer realidade absoluta. Ao abandonar a via seguida durante muitos séculos pelo pensamento ocidental, o filósofo se impõe a tarefa de criar novas formas de agir, novas possibilidades de vida e, fundamentalmente, uma nova concepção do que seja pensar. Nesse sentido, o temporal, o sensível, o devir que, até então, eram tidos como aparência, com ele passam a ser considerados como o que é real.

Toda esta tradição de pensamento que tem início na antiguidade clássica e estende-se até a modernidade será chamada por Nietzsche de “idade da razão”. Segundo ele, este período caracteriza-se pelo privilégio do pensamento metafísico.

No século XX, vimos o filósofo francês Gilles Deleuze dando continuidade à crítica iniciada por Nietzsche ao pensamento metafísico. Segundo ele, este pensamento identitário subordina a diferença às potências do uno, excluindo a existência do múltiplo. A ontologia deleuziana caracteriza-se justamente por conceber o ser em todas as suas diferenças: *ele [o ser] é a repetição como diferença, repetição que não pode reduzir-se, mecânica ou materialmente, às exigências do Mesmo e do Idêntico, além de defender que a diferença seja liberada do julgo da identidade e da semelhança.* (VASCONCELLOS, 2005: p. 142)

Desta forma, segundo Deleuze, o plano da imanência é constituído por imagens que estão sempre se atualizando. A matéria é constituída de imagens virtuais e imagens atuais. O tempo promove o devir onde tais imagens representam uma multiplicidade em constante atualização. Essa nova lógica de pensamento tende a rejeitar todo dualismo, rompendo com o princípio de identidade. A repetição da diferença seria o próprio Ser, um ser em permanente devir. Com isso, ele designa a subjetividade como uma espécie de ponto vazio, uma síntese qualitativa de uma multiplicidade virtual. Algo que se articula com o pensamento em um processo constante de criação do novo.



1.3. Contribuições do pensamento foucaultiano para a construção do sujeito *queer*.

No texto *O sujeito e o poder* (FOUCAULT, 1982), Michel Foucault afirma que o objetivo do seu trabalho nos últimos vinte anos foi criar uma história pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos. Neste caso, entende-se sujeito como o indivíduo sujeitado. Ele rompe com as éticas modernas e contemporâneas quando volta aos gregos e romanos e questiona as formas de dominação da modernidade estabelecidas pela biopolítica. Nega a existência de identidades fixas e, conseqüentemente, o discurso que afirma que “nascemos de um determinado jeito” e que não temos outra opção a não ser cumprir o nosso suposto destino biológico. Foucault vai buscar nos antigos a ideia de “constituição de si” que visava uma construção autônoma da subjetividade dos indivíduos. Segundo eles, só a partir da verdade contida dentro de cada um é que uma vida digna de ser vivida poderia ser alcançada. As éticas seriam múltiplas, cultivadas individualmente ou em grupo.

Para tanto, cria uma estratégia metodológica para investigar as relações de poder que tornam os indivíduos seres sujeitados: investiga as lutas antiautoritárias, aquelas que questionam o estatuto do indivíduo e batalham contra o governo da individuação. Por um lado, elas afirmam o direito de ser diferente e enfatizam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais. Por outro, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força-o a se voltar contra si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo. Tais formas de poder aplicam-se justamente à vida cotidiana imediata que os categorizam. Elas se enraizam no conjunto da rede social.

E, para serem compreendidas, Foucault sugere que talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações. Não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual. Toda relação de poder implica, necessariamente, pelo menos de forma virtual, uma estratégia de luta. Entre relação de poder e estratégia de luta, existe atração recíproca, encadeamento indefinido e inversão perpétua. Segundo ele, “talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos” (FOUCAULT, 1982, p. 279). Neste sentido, precisamos imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos da individuação e totalização próprias às estruturas do poder moderno.

Quando se examina o poder e as possibilidades de resistência a ele, o elemento mais importante é entender que resistir não significa simplesmente dizer “não”. A resistência é um



processo de criação, e sendo assim ela deve ser buscada através de novas formas de vida, de relações sociais, de expressões artísticas. Foucault afirma que não devemos somente nos defender, mas também nos afirmar, e nos afirmar não somente enquanto identidades, mas enquanto força criativa. Não devemos criar uma cultura, mas sim realizar criações culturais. Com isso, combatemos o problema da identidade. Tais criações precisam ser construídas por meio de nossas escolhas sexuais, éticas e políticas.

Desta forma, para estudar tais práticas de poder que constroem os sujeitos, Foucault escolhe o domínio da sexualidade, ou seja, como os homens aprenderam a se reconhecer como sujeitos de “sexualidade”. Na entrevista *Sexo, poder e política da identidade* (1984), Foucault afirma:

A sexualidade é algo que nós mesmos criamos – ela é nossa própria criação, ou melhor, ela não é a descoberta de um aspecto secreto do nosso desejo. Nós devemos compreender que, com nossos desejos, através deles, se instauram novas formas de relações, novas formas de amor e novas formas de criação. (FOUCAULT, 1984, p. 1)

As relações que ele faz entre sexualidade e poder serão de grande importância para os estudos *queer*, principalmente nas investigações de Judith Butler acerca do status do sujeito. Segundo a antropóloga Gayle Rubin (SPARGO, 2006, p. 5), o sexo é sempre político. Em *História da sexualidade 1: a vontade de saber* (FOUCAULT, 2007) Foucault rejeita a hipótese repressiva e declara que evidências do século XIX apontavam não para uma proibição de falar sobre a sexualidade, mas sim para uma notável proliferação de discursos sobre a sexualidade. Em vez de buscar uma suposta “verdade” da sexualidade humana, dedicou-se a examinar a sua produção. Ele se preocupava menos com o que é sexualidade e mais com a maneira como ela funciona na sociedade. Afinal,

(...) como sabemos o que faz uma atividade erótica boa ou má? É um caso de vontade divina, natureza biológica ou convenção social? Podemos realmente ter certeza de que nossos desejos e prazeres são normais, naturais, bons – ou de que *nós* o somos? Por que o sexo é tão importante? (SPARGO, 2006, p. 5)

Assim como outros aspectos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade, em qualquer tempo e local, são produto da atividade humana. Elas estão imbuídas de conflitos e manobras políticas, tanto deliberados quanto casuais.



Quando pensamos na construção da homossexualidade, por exemplo, podemos perceber que é algo relativamente recente. Ainda a partir do pensamento foucaultiano, podemos afirmar que a categoria de homossexual nasceu no século XIX e que deveria ser vista como uma categoria de saber “construída” em vez de “descoberta”. Isto não quer dizer que não existia relacionamentos sexuais entre pessoas do mesmo sexo antes, nem mesmo que não fossem condenadas pela Igreja e proibidas por lei. No entanto, o espírito positivista do século XIX construiu uma forma de dominação ainda mais profunda: a diferença crucial entre a antiga forma de regular as práticas sexuais e a nova reside na pretensão dessa última em identificar nas relações entre indivíduos do mesmo sexo uma “espécie”, um tipo aberrante de ser humano definido e identificado por uma sexualidade perversa. Se o sodomita de antes tinha uma aberração temporária, o homossexual passa a ter uma identidade determinada por sua sexualidade.

As novas tecnologias do sexo passam a ter por objetivo preservar e fomentar uma população (ou força de trabalho) produtiva e procriadora que ia ao encontro das necessidades de um sistema capitalista em desenvolvimento. Como isso, o homossexual foi patologizado como um tipo desviante, uma aberração à norma heterossexual, porém passível de tratamento. Deveria estar sujeito aos efeitos disciplinadores, subordinados ao controle social. No entanto, como já vimos antes, não há relações de poder sem resistência.

1.4. A recusa identitária do sujeito *queer*.

A resistência gay tem início justamente a partir da produção de um discurso reverso: os homossexuais passaram a falar em seu próprio nome, a exigir que sua legitimidade ou “naturalidade” fossem reconhecidas, muitas vezes no mesmo vocabulário pelas quais eram medicalmente desqualificados.

É possível ver nesse modelo de discurso reverso a continuidade da política de identidade, agora utilizada como instrumento de contrapoder. Os sujeitos desviantes passam a encontrar uma causa comum e utilizar tal discurso para questionar sua posição social e política. Ao longo dos anos de 1980, no entanto, o modelo de luta política baseada na afirmação identitária, que garantiu conquistas consideráveis para o movimento gay e lésbico em seus primórdios, começou a apresentar problemas. Para alguns, tal campanha política estava marcada pelos valores brancos e de classe média e adotavam, sem questionar, ideais convencionais, como o relacionamento comprometido e monogâmico. Embora essa política tivesse conquistado



considerável terreno promovendo uma maior aceitação e igualdade de direitos, o ideal de uma identidade coletiva apresentava-se fragmentado por diferenças internas.

O movimento *queer* surge justamente a partir de tais constatações e contestações, visando o confronto com a norma, seja ela a heterossexualidade dominante ou a identidade gay/lésbica.

Enquanto os estudos de gênero, os estudos gays e lésbicos e a teoria feminista podem ter tomado a existência de “o sujeito” (isto é, o sujeito gay, o sujeito lésbico, a “fêmea”, o sujeito “feminino”) como um pressuposto, a teoria queer empreende uma investigação e uma desconstrução dessas categorias, afirmando a indeterminação e a instabilidade de todas as identidades sexuadas e “generificadas”. (SALIH, 2013, p. 20)

Queer pode ser traduzido como “estranho” ou “abjeto” e significa também uma expressão pejorativa em língua inglesa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto repetido pelos grupos homofóbicos e que, por isso mesmo, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais para caracterizar sua perspectiva de contestação. Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização, venha de onde ela vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade, como também a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. *Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação seria muito mais transgressiva e perturbadora.

Em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (BUTLER, 2013), publicado em 1990 e talvez o texto mais influente da teoria *queer*, Butler retoma o pensamento foucaultiano no que diz respeito às tecnologias de construção do sujeito a fim de expor e explorar modelos naturalizados e normativos de gênero e de heterossexualidade. Ela adota o argumento do filósofo francês de que a sexualidade é produzida discursivamente e o amplia para incluir o gênero. Ela considera o gênero como um efeito performativo experimentado pelo indivíduo como uma identidade natural.

Como efeito de uma performatividade sutil e politicamente imposta, o gênero é um “ato”, por assim dizer, que está aberto a cisões, sujeito a paródias de si mesmo, a autocríticas e àquelas exibições hiperbólicas do “natural” que, em seu exagero, revelam um status fundamentalmente fantasístico. (BUTLER, 2013, p. 211)



Desta forma, a sexualidade, assim como o corpo, podem ter uma genealogia. É através da repetição estilizada de atos corporais, gestos e movimentos particulares que o efeito de gênero é criado como temporalidade social. O gênero não é a extensão conceitual ou cultural do sexo cromossômico/biológico, mas sim uma contínua prática discursiva estruturada na contemporaneidade em torno do conceito de heterossexualidade como a norma dos relacionamentos humanos. O sujeito *queer*, além de uma construção performática, é aquele que pauta sua ação subversiva através da contestação das práticas de repetição que constituem a identidade. Esta tarefa exige uma genealogia crítica da naturalização do sexo e dos corpos em geral e a promoção de outro tipo de repetição: aquela que visa uma proliferação radical de indivíduos livres e autônomos.

2. O PAPEL DA LINGUAGEM NA (DES) CONSTRUÇÃO DO SUJEITO *QUEER*.

Monique Wittig foi uma escritora e teórica feminista francesa que trouxe preciosas contribuições para a teoria *queer* de Judith Butler. Ela parte do princípio que o sexo não é um dado natural, uma característica física do corpo que por si separa dois grupos, o homem e a mulher. O sexo seria uma criação política dentro e pelas relações sociais, o qual serve aos propósitos da sexualidade reprodutora. Consequentemente, não há distinção entre sexo e gênero. A própria categoria de sexo traz marcas de gênero, é politicamente investida, naturalizada, mas não natural. Resulta que a tarefa política formulada por ela é derrubar inteiramente o discurso sobre o sexo e subverter a própria gramática que institui o gênero como atributo essencial dos seres humanos e dos objetos. Através de suas teorias e obras de ficção, Wittig conclama uma reorganização radical da descrição dos corpos e das sexualidades, sem recurso à noção de sexo e, consequentemente, às diferenciações pronominais que regulam e distribuem os direitos de expressão no interior da matriz de gênero.

Na obra *O pensamento hétero*, ela afirma que “os discursos da heterossexualidade oprimem-nos no sentido em que nos impedem de falar a menos que falemos nos termos deles” (WITTIG, 1980, p. 2), insistindo na opressão dos indivíduos pelos discursos. A linguagem é investida do poder de criar o real por meio dos atos de locução dos sujeitos falantes. Ela consiste em um conjunto de atos, repetidos ao longo do tempo, que produzem efeitos de realidade que acabam sendo percebidos como fatos. Conceitos, categorias e abstrações podem praticar uma violência contra os corpos que eles afirmam organizar e interpretar. No entanto, o



poder da linguagem de atuar sobre os corpos é tanto causa de opressão sexual como caminho para ir além dela.

A transformação das relações econômicas não será suficiente. Temos de produzir uma transformação política dos conceitos chave, isto é, dos conceitos que nos são estratégicos. Há uma outra ordem de materialidade, a da linguagem, e ela é trabalhada de dentro por estes conceitos estratégicos. (WITTIG, 1980, p. 5)

Desta forma, podemos afirmar que, segundo Wittig, a ontologia primeira da linguagem dá a todos a mesma oportunidade de criar a subjetividade. A tarefa prática que os indivíduos enfrentam, em especial as mulheres, ao tentarem criar a subjetividade por meio da fala depende de sua capacidade coletiva de descartar as reificações do sexo a elas impostas, e que as deformam como seres parciais ou relativos. Ela rejeita o universalismo, sugerindo que a formulação binária do sexo tem de se fragmentar e proliferar até o ponto em que o próprio binário seja revelado como contingente. A derrubada do sistema do sexo binário, desta forma, daria início a um campo cultural de muitos sexos.

Wittig afirma ainda que a obra literária pode operar como uma máquina de guerra, cuja a principal estratégia seria apropriar-se antecipadamente da posição de sujeito falante. Falar é, para ela, um ato de poder, uma afirmação de soberania que implica simultaneamente uma relação de igualdade com outros sujeitos falantes. Ela recusa ainda a distinção entre conceito “abstrato” e realidade “material”, argumentando que os conceitos se formam e se difundem no âmbito da materialidade da linguagem e que a linguagem funciona de uma maneira material para construir o mundo social. Os construtos, portanto, são reais na medida em que são fenômenos fictícios que adquirem poder no discurso.

Para Wittig, a linguagem é um instrumento ou utensílio que absolutamente não é misógino em suas estruturas, mas somente em suas aplicações. (...) A ficção lingüística do “sexo”, argumenta ela, é uma categoria produzida e disseminada pelo sistema da heterossexualidade compulsória, num esforço para restringir a produção de identidades em conformidade com o eixo do desejo heterossexual. (BUTLER, 2013, p. 50)

Mesmo considerando Monique Wittig uma idealista clássica para quem a natureza é compreendida como uma representação mental, Judith Butler também chama a atenção para a importância da linguagem na construção e resistência dos sujeitos. O seu trabalho busca justamente descrever os processos pelos quais a identidade é construída no interior da



linguagem e do discurso. Segundo ela, mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais reificadas, a própria cristalização é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais. O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. Butler, seguindo Foucault, caracteriza esse modo de análise de genealógico: uma investigação genealógica da constituição do sujeito supõe que sexo e gênero são efeitos e não causas de instituições, discursos e práticas.

Em relação aos atos de fala, ela constata que estes não se dão no momento exclusivo de sua enunciação, mas são a condensação dos significados passados, dos significados presentes e até mesmo de significados futuros e imprevisíveis. É nesse sentido que os atos de fala estão fora do controle de seus falantes, pois se prolonga para trás e para além de quem enuncia. Desta forma, seria um erro supor que quem enuncia é o produtor isolado de sua fala. No entanto, ao mesmo tempo em que rejeita a noção da autonomia soberana na fala, embora insista que os falantes nunca estão no pleno controle do que dizem, ela também argumenta que os falantes são, em alguma medida, responsáveis por seus enunciados. Na mesma medida em que os falantes são formados pela linguagem, eles também a formam.

Desta forma, partindo do princípio de que não há soberania entre os falantes, quem deve se responsabilizar, por exemplo, por discursos de ódio racial ou autoexpressão sexual? Pressupor um produtor isolado de um enunciado é uma ficção fabricada pela lei para justificar a regulação do discurso e da representação. Uma vez que os enunciados se dão numa cadeia citacional cuja historicidade excede o sujeito, os sujeitos não são os responsáveis exclusivos por suas falas. A lei acaba apontando o dedo para um sujeito que ela mesma cria para poder processar. Diante disso, Butler propõe alternativas para a via da compensação legal: uma vez que a lei não é um árbitro objetivo, ela sugere que se reaja aos discursos de ódio de maneira a evitar o apelo a medidas legais. Seria, neste caso, mais efetivo explorar a temporalidade aberta dos signos, os quais podem ser retirados de seus contextos prévios e ressignificados de formas inesperadas e subversivas.

Butler quer saber, então, o que acontece quando pessoas oprimidas se apropriam dos termos pelos quais sempre foram insultados: “negros” e “mulheres” são os exemplos que ela dá. Há, neste caso, possibilidades subversivas nesta apropriação porque esvazia o termo de seu sentido pejorativo e o converte em uma afirmação *queer*. Observamos ainda que ela não



esquece a importância dos usos sedimentados do signo e o peso desses usos prévios, mas também afirma que tais termos podem readquirir significados inesperados. Além disso, ela continua a enfatizar a mutabilidade produtiva dos atos de fala, os quais podem ser recontextualizados de forma que venham a assumir significados inesperados. A temporalidade aberta do signo significa que insultos e termos pejorativos podem vir a se constituir em oportunidades para contramobilizações e reapropriações radicais.

3. O DISCURSO SUBVERSIVO DE *SOLANGE, TÔ ABERTA!*

Em sua página do Myspace, os artistas de *Solange, tô aberta!* assim se autodefinem: “A Solange, tô aberta! tem como principal intenção contestar, desconstruir e expor situações, costumes, comportamentos e discursos adotados por diferentes segmentos da sociedade. Fazemos apologia ao travestismo e somos contra os dogmas da igreja católica, o binarismo e a heteronormatividade. Apoiamos a legalização do aborto, o movimento negro, o movimento GLBTT, as mulheres e todos os sujeitos silenciados. A banda experimenta a música eletrônica através da criação e, também, do uso de samples e batidas. As principais fontes são as músicas da cultura de massa e as músicas invisíveis que são feitas para divertir e/ou questionar. Ritmos tanto do Brasil quanto de outros países somam o repertório eletrônico.” (SOARES, 2008). Com essas palavras, podemos perceber que muito mais do que chocar e contestar de forma gratuita, a dupla musical – formada pelos músicos brasileiros Pedro Costa e Paulo Fraga – busca construir sua produção artística a partir de um discurso político, mais especificamente um discurso político *queer*.

Nas letras das músicas e no filme *CUCETA – A cultura queer de Solange, tô aberta!* (DUARTE, 2010) podemos perceber o quanto a produção artística da dupla busca desestabilizar o público através de músicas e também visual perturbadores. Quando questionados sobre o porquê de tal atitude, afirmam que o estranhamento também faz parte das suas intenções: buscam fazer as pessoas pensarem sobre as identidades de gênero como fabricadas e não naturais. “Infelizmente, desde criança, aprendemos a tratar o sexo e as sexualidades como assuntos que não devem ser expostos... e quando você não reproduz os padrões heteronormativos, a coisa complica muito!” (SOARES, 2008, p. 1). Desta forma, todo o discurso autoexplicativo da dupla tenta definir como objetivos principais a libertação dos



corpos controlados pelos desejos capitalistas e também da identidade de gênero sob os discursos de controle.

Como afirma Judith Butler, se a subversão for possível, será uma subversão a partir de dentro dos termos da lei, por meio das possibilidades que surgem quando ela se vira contra si mesma e gera metamorfoses inesperadas. O corpo culturalmente construído será então libertado, não para seu passado “natural”, nem para os seus prazeres supostamente originais, mas para um futuro aberto de possibilidades culturais. A subversão da identidade pretende buscar novas possibilidades sexuais e de gênero que contestem os códigos rígidos dos binarismos hierárquicos, sendo isto apenas possível no interior das práticas de significação repetitiva. Assim como as superfícies corporais são impostas como o natural, elas podem tornar-se o lugar de uma performance dissonante e desnaturalizada, que revela o status performativo do próprio natural. O gênero é um ato, por assim dizer, que está aberto a cisões, sujeito a paródias de si mesmo, a autocríticas e àquelas exibições hiperbólicas do “natural” que, em seu exagero, revelam seu status fundamentalmente fantástico. Veremos que é esta justamente a proposta de *Solange, tô aberta!*

Para fazer uma análise mais detalhada do seu discurso subversivo, escolhemos as letras de três músicas. Não iremos descrever a performance dos artistas nas apresentações musicais, mas gostaríamos de chamar a atenção para a incontestável importância que possuem para o processo. As músicas são as seguintes: *Eu sou passiva, mas meto bala*, *Cuceta* e *Dama de pau*. Todas elas cantadas em ritmo de funk que, segundo os próprios artistas, seria a sonoridade da periferia, dos excluídos.

Em *Eu sou passiva, mas meto bala* há claramente a construção de uma resistência ao discurso conservador evangélico. Citando os nomes de Malafaia, Feliciano e Bolsonaro, a música repete as seguintes frases “Eu sou passiva/Mas meto bala/Se quiser tapar meu cu com a sua bíblia/Eu meto bala! (...) Essa é uma declaração de guerra das bichas do terceiro mundo!”, e ainda “Eu sou gay e sou bandida/Não dou bola para fascismo, não tolero homofobia/E quem for mexer comigo.... [som de tiros]”. Retomando o pensamento de Monique Wittig, podemos afirmar que a letra da música em questão tem claramente a pretensão de um empoderamento do sujeito falante através de uma verdadeira máquina de guerra literária. Aqui, a linguagem possui importância fundamental para a reconstrução e resistência do sujeito socialmente excluído.

Em *Cuceta* os autores cantam “O cu é um buraco que todo mundo tem/Eu tenho uma cuceta e você uma buceta. (...) Ah, meu amor!/Não vem com ‘por favor’/Deixa eu te dar minha



cuceta sem dor” e em *Dama de pau*, “Sou uma dama de pau, passiva, ativa e tal/Peituda e sensual, mulher paraguaiá/Muita gente até critica, mas quem prova diz: ai, que delícia!” e ainda “A noite estou na pista e ele vem me procurar/Me paga rios de dinheiro para eu lhe sodomizar”. Abordando o imaginário de grupos marginalizados, a *Solange, tô aberta!* provoca o público de maneira a contestar a sexualidade tida como normal ou natural, afirmando e ressignificando de forma bem humorada manifestações sexuais tidas como proibidas pela sociedade heteronormativa. Tal tarefa tenta desconstruir uma naturalização do sexo e dos corpos e a promoção de outro tipo de repetição: aquela que visa uma proliferação radical de indivíduos livres e autônomos. Afinal, como bem disse Foucault, a resistência é um processo de criação. Não devemos apenas nos defender, mas também nos afirmar enquanto força criativa.

Com isso, podemos afirmar que a *Solange, tô aberta!* transforma atos de fala ofensivos e recontextualiza-os de forma que venham a assumir significados inesperados. Os artistas se apropriam de insultos reproduzidos no cotidiano de gêneros e sexualidades marginalizadas para construir reapropriações simbólicas radicais. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo “performativo” sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. Os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos do discurso. A perda do sentido do “normal” pode ser sua própria razão de riso, especialmente quando se revela que o “normal” ou o “original” é uma cópia e, pior, um ideal que ninguém pode incorporar.

O corpo não é um “ser”, mas uma fronteira variável, uma superfície cuja permeabilidade é politicamente regulada, uma prática significativa dentro de um campo cultural de hierarquia do gênero e heterossexualidade compulsória. (BUTLER, 2013, p. 198)

Essa formulação tira a concepção de gênero, como também de sexualidade, do solo de um modelo substancial da identidade, deslocando-a para um outro que requer concebê-lo como uma temporalidade social constituída. Partimos do princípio de que o sujeito é culturalmente construído e ao mesmo tempo dotado de ação, usualmente representada como a capacidade de mediação reflexiva. Neste modelo, a cultura e o discurso enredam o sujeito, mas não o constituem. Assim, sempre haverá espaço para as resistências aos modelos dominantes não só de sujeito, mas também de sociedade.



CONCLUSÃO

No decorrer do presente trabalho discorreremos acerca da construção e desconstrução do pensamento identitário, bem como as influências da sua desconstrução para a formulação da teoria *queer*. Vimos que o “sujeito *queer*” é aquele que se coloca contra a normalização, venha de onde vier. Além de uma construção performática, é aquele que pauta sua ação subversiva através da contestação das práticas de repetição que constituem a identidade. A resistência, bem como Foucault já havia falado, não consiste simplesmente em dizer “não”: a resistência é antes de tudo um processo de criação, e sendo assim ela deve ser buscada através de novas formas de vida, na construção dos muitos sujeitos. E tais criações precisam ser construídas por meio de nossas escolhas sexuais, éticas e políticas. Neste processo, a linguagem possui papel privilegiado.

Partindo da teoria sobre a linguagem de Monique Wittig, mas também a questionando, Judith Butler chama a atenção para a importância da linguagem na construção e resistência dos sujeitos. Ela afirma que a identidade é construída no interior da linguagem e do discurso, de forma que a subversão deve apropriar-se de termos com sentido pejorativo, ressignificando-os. Os atos de fala possuem uma mutabilidade produtiva, podendo ser recontextualizados de forma que venham a assumir significados inesperados. E é justamente neste sentido que colocamos o estudo de caso de *Solange, tô aberta!*: através das letras das músicas e das entrevistas da dupla procuramos analisar o quanto a sua produção artística visa, através dos termos da lei, liberar corpos e desejos normativamente controlados.

Desta forma, concluímos que tal produção literária pode ser encarada sim como uma “máquina de guerra” na medida em que a linguagem possui importância fundamental para a reconstrução e resistência dos sujeitos socialmente excluídos. Ao ressignificar os atos de fala ofensivos, recontextualizando-os, os artistas transformam os insultos reproduzidos no cotidiano de gêneros e sexualidades marginalizadas em reapropriações simbólicas radicais. Com isso, promovem o empoderamento dos sujeitos falantes através da produção de suas subjetividades de forma cada vez mais livre e autônoma.

**REFERÊNCIAS**

- BESSA, Karla. (2014) “A teoria queer e os desafios às molduras do olhar”. In. *Revista cult – Dossiê teoria queer: o gênero sexual em discussão*. Ano 17, n. 193. São Paulo: Editora Bregantini, p. 23-26.
- BUTLER, Judith. (2013). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DUARTE, Claudio Manuel. (2010). *CUCETA – A cultura queer de Solange, tô aberta!* Duração: 13 minutos. Dirigido por: DUARTE, Claudio Manuel. Disponível em: <https://vimeo.com/11001192>. Acesso em 21/11/2015.
- FOUCAULT, Michel. (1982). “O sujeito e o poder” In: DREYFUS, Hubert L.(ed.). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução: Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p. 273-283.
- _____. (1984). “Sexo, poder e política da identidade” (Entrevista concedida à B. Gallagher e A. Wilson, publicada no *The Advocate*, n. 400, 7 de agosto de 1984, p. 26-30). Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/269998113/Sexo-poder-e-poli-tica-de-identidade#scribd>. Acesso em 20/11/2015.
- _____. (2007). *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 18ª Ed. São Paulo: Graal.
- MAFFESOLI, Michel. “Da identidade à identificação”. In. *No fundo das aparências*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- RODRIGUES, Carla. (2014). “A política do desejo”. In. *Cult*. Ano 17, n. 193. São Paulo: Editora Bregantini, p. 10-13.
- SALIH, Sara. (2013). *Judith Butler e a teoria queer*. Tradução Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- SOARES, Breno. (2008). “Entrevista Solange, tô aberta!”. In. *O grito!* Disponível em: <http://revistaogrito.ne10.uol.com.br/page/blog/2008/01/14/entrevista-solange-to-aberta/>. Acesso em 21/11/2015.
- SPARGO, Tamsim. (2006). *Foucault e a teoria queer*. Tradução: Vladimir Freire. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Ed. UFJF.
- VASCONCELLOS, Jorge. “A ontologia do devir de Gilles Deleuze”. In. *Kalagatos – Revista de Filosofia do Mestrado Acadêmico em Filosofia da UECE*. Fortaleza, v.2, n.4, Verão 2005, p. 137-167.
- WITTIG, Monique. (1980). “O pensamento hétero”. Disponível em: https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero_pdf.pdf. Acesso em 20/11/2015.



RECONHECIMENTO, REDISTRIBUIÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DO GÊNERO: MAPEANDO AS TEORIAS DE NANCY FRASER E JUDITH BUTLER

OLIVEIRA, Natália Caroline Soares de

Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade

Federal Fluminense

natoliveira88@gmail.com

229

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo mapear as teorias de duas filósofas americanas; Nancy Fraser, que orienta sua teoria sob os aspectos de redistribuição e reconhecimento, e como os mesmos podem fazer parte de forma simultânea e sem anularem um ao outro nas demandas de superação de injustiças realizadas dentro de uma sociedade, tanto as de cunho econômicas como aquelas ligadas às questões socio-culturais. Já a teoria apresentada por Judith Butler, questiona a representatividade nos grupos minoritários, por exemplo, o movimento feminista, e como a superação de conceitos de gênero e sexo, podem contribuir para a não exclusão que ocorre dentro do próprio movimento social, é necessário, portanto uma desconstrução do gênero e da identidade fixa que esses movimentos possuem, para que possamos entender as novas demandas de identidade. O estudo da teoria de ambas as autoras nos leva a pensar em uma nova disposição dentro da sociedade e a entender como as demandas referentes à busca por reconhecimento possui hoje um importante papel de afirmação e estima social.

Palavras-chave: política do reconhecimento; redistribuição; desconstrução do gênero

ABSTRACT

This article aims to map the theories of two American philosophers; Nancy Fraser, who guides his theory under the aspects of redistribution and recognition, and how they can be part simultaneously and without spoiling each other in overcoming demands of injustice carried out within a society, both economic nature as those linked to socio-cultural issues. Already the theory presented by Judith Butler, questions the representativeness of minority groups, for example, the feminist movement, and how to overcome concepts of gender and sex, can contribute to the non-exclusion that occurs within the social movement itself, it is necessary, therefore a deconstruction of gender and identity fixed that these movements have, so we can understand the new demands for identity. The study of the theory of both authors leads us to think of a new provision in society and to understand how the demands related to the search for recognition today plays an important role of affirmation and social esteem.

Key-words: recognition policy; redistribution; deconstruction of the gender.

INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo uma análise das teorias de Nancy Fraser e Judith Butler, ambas filósofas americanas, que na década de 1990 estabeleceram importante debate nas páginas da *New Left Review* sobre o lugar do feminismo e sua representatividade, esses



questionamentos trouxeram uma série de interrogações acerca da potência crítica da teoria feminista. Para que possamos expor os impasses referentes ao dialogo entre as autoras, foi necessário em um primeiro momento apresentar a teoria de Nancy Fraser, que encontra na dicotomia do reconhecimento e redistribuição uma solução para as injustiças tanto sociais como econômicas, para ela é necessário entendermos como é possível integrar dentro de um mesmo paradigma de justiça tanto a redistribuição como o reconhecimento, de forma que ambos os tipos não se anulam, pelo contrário se completam. Em um segundo momento foi importante apresentar a teoria da desconstrução do gênero de Judith Butler, utilizando como marco teórico seu livro *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*, essa teoria revolucionou padrões como as questões que ligavam o gênero a construção social e o sexo a natureza, bem como trouxe a tona a heteronormatividade e a sexualidade como matriz da identidade de gênero, uma vez que é no desejo heterossexual que está à causa primeira das regras da feminilidade e masculinidade, chamados de atos performativos. Por fim as questões levantadas pelas autoras embora encontre divergências em determinados aspectos, possuem preocupações em comum como a exclusão em movimentos sociais e a tensão existente entre o poder e autonomia. Desta forma é de extrema importância entender as teorias propostas por ambas às filosofas, pois a discussão enfrentada na década de 1990 nos possibilita uma análise crítica dos rumos que o movimento feminista vem tomando ao longo do tempo e como sua representatividade deverá ser repensada de modo a assegurar questões fundamentais a sua essência, como o respeito e o reconhecimento de direitos e questões como aquelas relacionadas aos corpos representativos dentro do movimento feminista.

1. A TEORIA DE NANCY FRASER: reconhecimento e redistribuição

As demandas por justiça social que encontramos nos dias atuais parecem dividir-se em dois tipos: a redistribuição e o reconhecimento, estando nesse panorama dissociados um do outro, enquanto as demandas por redistribuição buscam uma repartição mais justa dos bens e recursos em uma visão mais igualitária, a “política do reconhecimento” vem ganhando força com a afirmação das identidades e a busca pelo reconhecimento das diferentes perspectivas das minorias étnicas, “raciais” e sexuais, assim como nas questões de gênero. O problema que Nancy encontra em relação a esses dois tipos é o que ela chama de “escolha disjuntiva”¹, que

¹ Em relação a essa “escolha disjuntiva” Nancy apresenta em seu artigo *Redistribuição, reconhecimento e participação: por uma concepção integrada da justiça*, as seguintes perguntas: Redistribuição ou Reconhecimento?



seria a aplicação ou do reconhecimento ou da redistribuição, para solução de demandas que buscam uma justiça social. A tese que a filósofa americana apresenta é a de que a justiça requer tanto o reconhecimento como a redistribuição, nenhum deles sozinho é o suficiente. O que Nancy então irá desenvolver é uma integração entre o melhor de ambas as políticas, o reconhecimento e a redistribuição pertencem ao mesmo paradigma de justiça.

Quando pensamos em casos nos quais somente o reconhecimento ou a redistribuição é a solução para as injustiças, podemos perceber de forma clara como cada tipo atua na solução dessas demandas, como em uma coletividade na qual a redistribuição é o melhor remédio para a injustiça que vem sofrendo, parece correto pensarmos então que as injustiças culturais que não derivam de aspectos de uma estrutura econômica, não irão contribuir de forma significativa para as demandas que as classes sociais almejam. Do mesmo modo, podemos pensar nas demandas pautadas na ordem do status, nos padrões de valorização culturais da sociedade, o remédio necessário, portanto, será o reconhecimento. No entanto, a dificuldade encontrada é quando certa coletividade necessita de ambos os tipos para que sua demanda possa ser solucionada, o que a autora chama de *coletividade bivalente*,

(...) em suma, podem sofrer da má distribuição socioeconômica e da desconsideração cultural de forma que nenhuma dessas injustiças seja um efeito indireto da outra, mas ambas primárias e co-originais. Nesse caso, nem os remédios de redistribuição nem os de reconhecimento, por si sós, são suficientes. Coletividades bivalentes necessitam dos dois (FRASER, 2006, p.233).

Para exemplificar esse modelo de *coletividade bivalente* podemos analisar as questões de gênero e “raça”. Para as questões de injustiças ligadas ao gênero, podemos observar que elas se relacionam tanto com demandas de classe ligadas a redistribuição como para aquelas de status nas quais o remédio é o reconhecimento. Quando pensamos na exploração que uma estrutura econômica gera baseada no gênero, como a marginalização econômica, a privação, os salários desiguais, cargos que são destinados ao sexo masculino, dentre outros, é fácil perceber que se trata de uma diferenciação na qual o gênero está análogo à classe, a injustiça é econômica e a melhor solução para esse impasse seria a redistribuição. Porém o gênero também sofre com questões de cunho culturais, e todos os padrões que se relacionam com uma codificação “feminina” acabam por serem diminuídos, esse fato, segundo Fraser, se deve ao androcentrismo, no qual a masculinidade e os traços que ele carrega é o que determina o valor

Política de classe ou política da identidade? Multiculturalismo ou democracia social? Como sendo uma escolha de exclusão um não se relacionando com o outro. Problema este que Nancy Fraser procura superar em sua teoria.



cultural dominante e tem como consequência a subordinação de status ligados ao gênero. Assim questões como a violência doméstica, tráfico sexual, estupros, acesso reduzido à educação, exclusão e marginalização civil e da vida pública, encontram na política do reconhecimento o melhor remédio para essas injustiças, não significa que a redistribuição seja independente dessas questões só que a solução apresentada pelo reconhecimento torna-se mais eficaz na alteração da ordem de status. Outro exemplo seria a “raça”, imigrantes e minorias étnicas sofrem com altas taxas de desemprego e pobreza, além de empregos mal remunerados e trabalhos subalternos, essas injustiças encontram na política de redistribuição o melhor caminho para a superação. Já as questões relacionadas à cultura dessas minorias étnicas, populações nativas ou até mesmo imigrantes, encontram no padrão *eurocêntrico* que privilegia a “brancura”, a religião cristã, e fatores culturais e até mesmo estéticos dos europeus, acabam por definirem a subordinação das demais culturas, levando a escravização, violência policial, não acesso a moradia, genocídio, discriminação, desvalorização do corpo, cultura e crença, dentre outras questões. Embora, assim como no caso do gênero, a redistribuição também possua um importante papel nessas questões, é no reconhecimento que podemos encontrar maiores esperanças para o respeito aos direitos, valorização racial e proteção igualitária as diversas demandas que uma ordem cultural necessita. De tal modo a teoria de Fraser parte do pressuposto que a construção isolada da política do reconhecimento ou da redistribuição de forma excludente não ampara as diversas demandas que afetam tanto os interesses econômicos, como os ligados a identidade, o que deve ser feito, ao invés disso, é integração de ambos os tipos nas dimensões da justiça social.

Partindo desse pressuposto a teoria de Nancy Fraser procura solucionar a indagação de *como integrar a redistribuição e o reconhecimento em uma única estrutura?* Para isso ela procura enfrentar dois tipos de questões: as normativo-filosóficas e as teórico-sociais. Aquelas chamadas de normativo-filosóficas colocam a justiça distributiva e o reconhecimento como categorias da teoria moral, para isso Nancy em seu ensaio *Redistribuição, reconhecimento e participação: por uma concepção integrada da justiça*, responde a três questões:

Primeiro, o reconhecimento é realmente uma questão de justiça, ou uma questão de auto-realização? Segundo, a justiça distributiva e o reconhecimento constituem dois paradigmas normativos distintos *sui generis*, ou podem ser subsumidos um ao outro? E terceiro, a justiça requer o reconhecimento do que é distintivo em relação a indivíduos ou grupos, ou o reconhecimento de nossa humanidade comum é suficiente? (FRASER, 2008, p.178 e 179)



Em resposta a essas questões podemos de forma resumida explicar que o reconhecimento é para Fraser uma questão de justiça, pois é tratado como uma questão de status e coloca os padrões institucionalizados de valores culturais como impeditivos de uma participação social, por exemplo, quando esses padrões colocam a feminilidade, a homossexualidade, como não aceitos dentro desse valor cultural, as mulheres, gays, lésbicas, encontram dificuldades na sua estima social que não são enfrentados por aqueles que estão dentro de um padrão culturalmente estabelecido. Já na segunda questão levantada pela autora, o reconhecimento e a redistribuição não podem ser reduzidos a um só, são dois paradigmas normativos distintos, pois possuem diferentes demandas e soluções para os impasses apresentados, o que sua teoria propõe é uma concepção “bidimensional da justiça”, tanto o reconhecimento como a distribuição está dentro de um espectro mais amplo e abrangente, não se reduzindo um ao outro. Por fim, na terceira indagação referente a uma questão normativo-filosófica, a justiça requer o reconhecimento do que é distintivo em relação a indivíduos ou grupos, ou o reconhecimento de nossa humanidade comum é suficiente? É necessário segundo Fraser pensarmos na noção de *participação paritária*² que seria a interação igualitária entre os membros adultos de uma sociedade, uns com os outros como pares. Requisitos como a condição objetiva (distribuição de recursos que garantam independência aos participantes) e a intersubjetiva (igual respeito e oportunidade por parte dos padrões institucionalizados de valor cultural, para que os participantes conquistem a estima social) são necessários para que a *participação paritária* ocorra. Para Fraser (2008, p.181) “uma concepção bidimensional da justiça orientada para a norma da participação paritária abrange tanto a redistribuição quanto o reconhecimento sem reduzir um ao outro”. Embora essa concepção de participação paritária possua uma norma universalista (abrange todos os parceiros adultos e igual valor moral dos mesmos), a questão fica em aberto, pois o que irá definir quais pessoas ou grupos necessita de determinados tipos de reconhecimentos serão as dificuldades que deveram enfrentar para a real participação paritária, assim distintas questões poderão ser levantadas partindo de diversas demandas.

² Para uma maior compreensão prática de como essa participação paritária atuaria, por exemplo, nas questões de gênero, ler livro *Fortunas del feminismo, cap.VI, subtítulo “La justicia de género entendida como paridad participativa” p.194-198.*



No que se refere às questões sócio-teóricas, para podermos entender a redistribuição e o reconhecimento em uma mesma estrutura, devemos perceber as relações entre economia e cultura, entre classe e status, pois as sociedades contemporâneas não podem ser moldadas baseando-se somente em uma estrutura unicamente econômica ou cultural, segundo Nancy (2008) “ao invés disso, necessita-se de uma abordagem que possa acomodar a diferenciação, a divergência e a interação em todos os níveis”. A proposta então seria um tipo de dualismo, que consiga tratar de forma simultânea uma prática como econômica e cultural, sob a óptica de perspectivas diferentes, sem que sejam reduzidas uma na outra. Esse dualismo Fraser chama de *dualismo de perspectiva*, no qual as perspectivas de ambos entrelaçam uma nas outras de formam que a justiça de qualquer prática social pode ser analisada partindo de duas posições normativas estratégicas, que são analiticamente distintas. No entanto, essa forma de dualismo pode carregar como consequência resultados não pretendidos, como por exemplo, políticas de assistência pública a pessoas de baixa renda, podem auxiliar nas questões econômicas, mas ao mesmo tempo impregna os status de “exploradores”, o mesmo pode ocorrer com as leis que beneficiam as mulheres, como no caso da licença maternidade, ao mesmo tempo em que obtém o benefício por ser reconhecida sua especificidade, as mulheres sofrem com a redução de seus salários e discriminação na preferência a determinados cargos. A solução que Fraser encontra para esses impasses seria a moral, uma avaliação de ambas as perspectivas, a pergunta que deve ser feita é: “a proposta em questão funciona para solucionar tanto o não reconhecimento quanto à má distribuição? Ou ela, ao invés, mitiga um desses danos ao custo da exacerbação do outro?” (FRASER, 2008). Assim a proposta de integração apresentada na teoria de Fraser, que une a redistribuição e o reconhecimento em uma mesma estrutura de busca por soluções de injustiças econômicas e socio-culturais, podem segundo a mesma, encontrar as exigências da justiça como um todo.

2. DESCONSTRUÇÃO DO GÊNERO NA TEORIA DE JUDITH BUTLER

Inicialmente é de grande importância destacar o contexto ao qual o pensamento de Judith Butler em sua obra *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*, que foi publicada nos EUA na década de 1990, estava inserido. A teoria feminista vinha enfrentando um debate sobre a identidade “mulher” dentro do movimento, questões referentes à diversidade e representatividade de diferentes demandas não comportavam a universalidade a



qual o termo se referia, pois dentro do termo “mulher” havia uma tentativa de englobar mulheres brancas, negras, ocidentais, orientais, jovens, idosas, escolarizadas, trabalhadoras, donas de casa, pobres, e o substantivo “mulher” estava longe de representar tamanha diversidade. Embora a teoria e a própria militância passasse a falar em nome de “mulheres” usando o substantivo no plural como uma forma de responder as críticas referentes à falta de representatividade, esse pluralismo não era suficiente para resumir toda uma diversidade em um só significante. Assim a ideia de que o movimento feminista era universal e representava todas as mulheres foi se desfazendo e diferentes compreensões acerca da distribuição de renda, sexualidade, educação, diferenças étnico-raciais foram levadas em consideração para busca de direitos da mulher. Podemos afirmar que o livro *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* da autora trouxe como temática central a exclusão dentro do próprio movimento feminista. A argumentação utilizada pela autora é a de que dentro do movimento a identidade da mulher ali representada é reducionista e excludente, uma vez que não há características humanas suficientemente estáveis e abrangentes. Desta forma, para a autora, “as políticas de identidade não são permeáveis à multiplicidade de interesses e demandas dos integrantes do grupo que pretende representar” (Butler, 2003, p. 34). Butler convida o feminismo a abdicar da busca da estrutura universal da dominação da mulher e a reconhecer que essa universalidade é ilusória não apenas quando se refere ao fundamento da dominação sofrida pelas mulheres, mas também no que permeia à própria identidade representada no movimento feminista.

Para essa reflexão, Butler, nos traz a discussão de gênero e sexo, essa divisão foi de extrema importância para teoria feminista, pois a mesma parte da ideia que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído. Quando Butler questiona essa dualidade entre gênero e sexo a representatividade no movimento feminista passa a ser questionada. Em um dos diálogos que Butler estabelece no livro, aqui em especial o realizado com Simone de Beauvoir, nos chama a atenção à tradição estabelecida e reproduzida aos significados de gênero/sexo, segundo a autora, “Beauvoir diz claramente que a gente ‘se torna’ mulher, mas sempre sob uma compulsão cultural a fazê-lo. E tal compulsão não vem do ‘sexo’. Não há nada em sua explicação que garanta que o ‘ser’ que se torna mulher seja necessariamente fêmea” (2003, p.27). Assim a ideia de que o gênero decorre do sexo passa a não ser verdadeira, na medida em que, para ela talvez o sexo e o gênero sempre tenham sido a mesma coisa. Dessa desconstrução entre gênero e sexo podemos então pensar o sexo assim como o gênero como sendo discursivo e culturalmente construído, segundo a autora:



o gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos*. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanentemente marcado pelo gênero (...) se o gênero é instituído mediante atos internamente descontínuos, então a *aparência de substância* é precisamente isso, uma identidade construída, uma realização *performativa* em que a plateia social humana, incluindo os próprios atores, passa a acreditar, exercendo-a sob a forma de uma crença. (BUTLER, 2003, p.200)

O questionamento realizado por Butler acerca dessa dicotomia, nos leva a pensarmos na construção de gêneros como algo limitado ao sexo, e este estando relacionado a características biológicas, as concepções nas quais a sociedade se estrutura se tornam imutáveis. Essas características, então, não funcionam como um argumento sólido no que se refere à fundamentação das identidades, por exemplo, dentro de um movimento feminista. O comportamento feminino e masculino são estabelecidos segundo padrões que seguem as regras sociais, para a autora, um ato “*performativo*”. Em Butler tanto a dicotomia sexo/gênero é de extrema importância para pensarmos nessas identidades representativas, mas também a sexualidade, pois como nossa sociedade é pautada por um padrão *heteronormativo* essa sexualidade atua como a matriz da identidade de gênero, pois é no desejo heterossexual que está à causa primeira das regras da feminilidade e masculinidade (BUTLER, 2003). Assim para a autora:

O fato de a realidade do gênero ser criada mediante *performances* sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter *performativo* do gênero e as possibilidades *performativas* de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003, p.201).

Um bom exemplo que a autora nos fala é o caso das “Drag Queens”, pois o que entendemos como feminino é realizado de modo estereotipado, mesmo que sua *performance* tenha se realizado por um corpo anatomicamente masculino. Nesse sentido entendemos como o gênero é constituído por modos de agir associados à feminilidade e à masculinidade, destacando assim a discordância entre sexo, sexualidade e gênero e a revelação que a identidade feminina e masculina na natureza humana é uma ficção. Segundo Carla Rodrigues em seu artigo *Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida*,



Butler quer discutir o corpo não como “natural”, mas como tão cultural quanto o gênero, de tal forma que problematize os limites de gênero e tome como cultural a vinculação entre sexo e gênero (Butler, 1987:145). Com a proposição de gênero como performance, Butler também vai solapar o peso metafísico da identidade (de gênero). Para ela, não há identidades que precedam o exercício das normas de gênero, é o exercício mesmo que termina por criar as normas. É a repetição das normas de gênero que promove isto, que no pensamento da desconstrução chamamos de “duplo gesto”. (RODRIGUES, 2012, p.150)

Assim a indagação que o movimento feminista passou a enfrentar, qual seja: *quem é essa mulher que o feminismo procura representar?* Carrega em sua “identidade definida” características construídas socialmente, como à fragilidade feminina, a submissão, delicadeza, dentre outras, que deram força para diversas injustiças, sejam elas de ordem social ou econômica. Butler nos leva a refletir acerca de uma nova concepção dessas identidades de gênero, atentando-se para a análise da subordinação bem como a construção histórica do processo que resultou em uma determinada configuração de poder. A proposta que Butler oferece são questionamentos sobre a lógica binária que nos levou as diferenças biológicas dos comportamentos ditos masculinos e femininos, pois afirma que os mesmos não são efeitos da natureza, e sim de regras sociais que determinam as características que diferem o feminino e o masculino, inaugurando um debate que, além de entender o sexo como uma construção social, também percebe o sexo como um conceito dependente das percepções que se desenvolvem sobre o gênero.

Como vimos acima à problemática em torno do termo “mulher” ou “mulheres” que envolve a representatividade no movimento feminista não é o principal empecilho para pensarmos em uma identidade comum, a análise do que realmente é esse gênero que o movimento se baseia se torna central nas discussões. Assim outra questão levantada por Butler é a possibilidade de haver uma política sem a necessidade de uma identidade fixa, embora reconheça a importância desse conceito unificado de mulher para que o movimento não perca a sua base categórica de suas próprias afirmações normativas, no entanto a crítica realizada parte da exigência da política de que se tenha um sujeito estável. Nas palavras de Butler (2003, p.213)

A desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada. Esse tipo de crítica põe em questão a estrutura fundante em que o feminismo, como política de identidade, vem-se articulando. O paradoxo interno desse fundacionismo é que ele presume, fixa e restringe os próprios sujeitos que espera representar e libertar.



O questionamento levantado por Butler acerca da concepção uniforme de uma “mulher” que represente o movimento feminista, nos leva a pensar na necessidade de desconstrução desta figura dita universal e natural de modo a não encontrar na sua identidade universal um fator excludente, e assim possamos analisar como questões ligadas ao reconhecimento social, distribuição de bens dentre outras que envolvem a justiça social podem ser resolvidas sob um novo prisma de identidade que não se fundamente somente nas questões ligadas ao gênero como constructo social. Carla Rodrigues observa de forma esclarecedora como Butler se posiciona:

A autora estaria propondo alguma coisa que pode soar como impossível – que o sujeito feminino venha a deixar de ser o motor da política feminista, e indo ainda mais longe ao apontar o paradoxo que existe em toda prática política exige a fixação dos sujeitos em categorias restritas para poder “libertá-los”. O paradoxo se estenderia também a qualquer teoria que pretenda se estabelecer a partir da criação de “novas identidades”. É pelo caminho do abalo da divisão sexo/gênero, aqui exposto, que Butler chegará à crítica ao ideal de sujeito para desmontar a ideia de um sujeito uno, as mulheres, que legitime o feminismo na sua tarefa de emancipação. (RODRIGUES, 2012, p.158)

A teoria de Butler nos conduz a uma nova percepção da “identidade” dentro do movimento feminista, pois afirma que utilizar a identidade como alicerce em um movimento político não oferece uma base sólida já que as categorias de identidade são sempre normativas e por isso exclusivista. Desta forma podemos pensar em novos questionamentos que não sejam baseados em um reducionismo unitário e analisarmos de forma crítica os próprios termos utilizados na formação da identidade do movimento feminista.

3. UM PARALELO ENTRE AS TEORIAS DE NANCY FRASER E JUDITH BUTLER

Em análise ao livro *Justice Interruptus: Critical Reflections on the “Postsocialist” Condition* (NANCY, 1997) de Nancy Fraser, a também filósofa americana Judith Butler, identifica a adequação do movimento de gays e lésbicas como demandas “meramente culturais” como um impasse, pois os movimentos que criticam a estrutura e regulação da sexualidade desafiam também a economia política, já que a relação entre produção e reprodução encontra na regulação heteronormativa da sexualidade o alicerce para o funcionamento da economia política. A vinculação entre sexualidade e economia política em Butler implica, portanto, a expansão da esfera econômica de modo a abranger tanto a reprodução de bens quanto a de pessoas.



Fraser, no entanto, rebate a essa crítica no seu artigo *Heterossexismo, falta de reconhecimento y capitalismo: una respuesta a Judith Butler* (FRASER, 2000) argumentando que a redistribuição e o reconhecimento não constituem paradigmas distintos. Como podemos observar no tópico anterior referente à pretensão que sua teoria possui em entender tanto a redistribuição como o reconhecimento como em uma esfera dualística que ela denomina de *dualismo de perspectiva*, no qual os dois tipos de demandas estão dentro de um mesmo paradigma de justiça. Embora possamos lembrar que eles não são e nem devem ser tratados como sinônimos, uma vez que nem todo problema de redistribuição é um reflexo da depreciação cultural. Nancy deixa claro que a falta de reconhecimento constitui uma injustiça fundamental, sendo ou não acompanhada de uma desigual distribuição, e também possui consequências políticas:

Esto es lo que ocurre con la falta de reconocimiento de carácter heterossexista, que implica la institucionalización de normas sexuales e interpretaciones que niegan la participación igualitaria de gays y lesbianas. Oponerse al heterossexismo no tiene por qué pasar por traducir las reivindicaciones contra las ofensas al status sexual a los términos en los que se formulan las reivindicaciones contra las desposesiones sufridas por pertenecer a una determinada clase social con el fin de dotar a aquéllas de legitimidad. Tampoco es preciso demostrar que estas luchas representan una amenaza para el capitalismo para demostrar que son justas. (FRASER, 2000, p.125)

Segundo Indrid Cyfer (2011), em seu artigo no qual trata do debate entre Butler e Fraser, embora o argumento proposto por Butler passe inicialmente a impressão de uma identificação dos movimentos de gays e lésbicas com a redistribuição, pois esses grupos sofrem com a desigualdade material e econômica, mesmo sendo alvo de opressão, não se caracterizam pela falta do reconhecimento. O objetivo da mesma é afirmar que essa distinção realizada por Fraser entre redistribuição e reconhecimento não faz sentido, pois não se trata, portanto, de saber se as políticas sobre sexualidade pertencem ao âmbito cultural ou econômico. Em leitura específica de duas passagens de *Redistribuição, reconhecimento e participação: por uma concepção integrada da justiça*, Fraser, parece explicar a necessidade e a utilização do reconhecimento e redistribuição de forma dualística em sua teoria:

A política da redistribuição, como a compreendo, engloba não só orientações centradas em classes sociais, como o liberalismo do New Deal, a social democracia ou o socialismo, mas também aquelas formas de feminismo e anti-racismo que vislumbram as reformas sócio-econômicas como o remédio para as injustiças de gênero e étnico-raciais. Portanto, é mais ampla do que política de classes no sentido convencional. A política do reconhecimento, em contraste, engloba não somente movimentos visando a revalorizar identidades injustamente depreciadas, por exemplo, o feminismo cultural, o nacionalismo



cultural negro e a política de identidade homossexual, mas também tendências desconstrutivas, como a *queer politics*, a política racial crítica e o feminismo desconstrutivista, que, que rejeitam o “essencialismo” da política da identidade tradicional. (FRASER, 2008, p.169)

A sexualidade também pode ser tratada como bivalente por propósitos práticos. Para ser exata, a causa última da injustiça heterossexista é o padrão de valor heteronormativo que está institucionalizado na ordem de status da sociedade contemporânea. Mas os danos decorrentes incluem a má distribuição, tanto quanto o não-reconhecimento. E os danos econômicos originados como subprodutos da ordem se status possuem um inegável peso próprio. Deixados de lado, além do mais, podem minar a capacidade de mobilização contra o não reconhecimento. (FRASER, 2008, p.177)

Nancy também deixa claro no seu artigo em resposta a Butler como a mesma pode ter realizado uma confusão entre “o econômico” e “o material”, ao qual Butler se refere como um “anacronismo teórico” na obra de Nancy, pois embora apoie a sua diferenciação normativa entre a redistribuição e o reconhecimento feita através de uma distinção ontológica entre o material e o cultural, o ponto de divergência entre ela e Butler não seria a distinção material/cultural e sim a econômico/cultural:

las injusticias que se derivan de la falta de reconocimiento son, según mi perspectiva, tan materiales como puedan serlo las injusticias debidas a una distribución desigual. En este sentido, la distinción normativa que establezco no se funda sobre una diferencia ontológica. En cambio, sí es correlativa con respecto a una distinción entre lo económico y lo cultural en las sociedades capitalistas. Sin embargo, no se trata de una distinción ontológica, sino socioteórica. (NANCY, 2000, p.132)

Em análise a teoria de Butler, aqui em especial no seu livro *Problemas de Gênero: Feminismo e a Subversão da Identidade*, a nova visão que a autora nos trás acerca do conceito de gênero e sexo bem como o questionamento de uma identidade que se forma em uma sociedade pautada em aspectos *heteronormativos*, quando questiona a distinção entre reconhecimento e redistribuição, segundo Fraser a consequência desta questão é a perda de uma dimensão histórica necessária para uma teoria social, porque insere a ação e a crítica social em uma propriedade abstrata da linguagem, como a ressignificação e a performatividade. A historização permite apreciar o caráter sociocultural singular e específico da sociedade capitalista contemporânea, possibilitando assim identificar as motivações das lutas por justiça social.



Em outra versão da teoria de Butler, Wladimir Safatle (2015), em posfácio do livro da autora *Relatar a si mesmo*, realiza uma síntese da importância que a teoria da filósofa pode nos oferecer:

Butler foi capaz de recolocar o problema dos vínculos entre política e moral através de uma radicalização da teoria do reconhecimento na qual as limitações das matrizes normativas da individualidade liberal eram denunciadas. Pelas suas mãos, uma teoria do sujeito fortemente marcada por aportes da psicanálise e por certa leitura da tradição hegeliana servia de fundamento para pensarmos problemas de reconhecimento para além da afirmação normativa do indivíduo moderno com suas exigências de posse de si, seu “individualismo possessivo”, sua autoidentidade e sua redução egológica da experiência. (SAFATLE, 2015, p.173)

Assim em relação à desconstrução do gênero, segundo Fraser, é a de que Butler oferece de fato uma importante contribuição na análise da subordinação, no entanto encontra impasses ao justificar a motivação da crítica, uma vez que sua concepção de identidade é incompatível com a superação da exclusão dentro dos movimentos que demandam a afirmação dessa identidade. Desta forma, talvez a teoria de Fraser em sua concepção dualística de soluções para demandas de injustiças, consiga abordar de forma mais ampla as questões suscitadas por diferentes grupos, embora encontre ainda um impasse nas questões de identidade e exclusão, o que é importante destacar em análise a teoria de ambas as autoras é uma apreciação mais profunda dos pontos relacionados à identidade e as consequentes injustiças que leva a formação de grupos sociais que buscam um reconhecimento, tendo em vista as respectivas concepções de reconhecimento e a relação com a subordinação e a resistência, ou seja, com o impacto que o reconhecimento (e a falta dele) produz na capacidade crítica dos movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar das questões acima tratadas que a discussão apresentada por Butler nos trás um importante questionamento referente à dicotomia da teoria de Fraser e a real importância dessas divisões entre reconhecimento e redistribuição em questões relacionada ao gênero. Importantes levantamentos como a representatividade e o que é essa identidade fixa que existe dentro do movimento feminista, bem como as questões relacionadas à concepção de gênero, devem ser levados em consideração na busca por uma estima social. Ainda assim pode-se perceber que o reconhecimento mesmo dentro da teoria da desconstrução do gênero se faz necessário na medida em que reafirma e insere grupos excluídos pela sua sexualidade, pois



o reconhecimento se baseia na interação entre indivíduos que compactuam de ideais e enxergam na luta uma saída para injustiças sofridas dentro de uma sociedade. Dadas às considerações feitas acima em especial as perguntas levantadas por ambas as autoras, fica uma importante reflexão acerca da busca por uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CYFER, Ingrid. *Feminismo, Sexualidade e Justiça no debate entre Nancy Fraser e Judith Butler*. IN: Sociedade Brasileira de Sociologia, Curitiba-PR, 2011, anais do Congresso Brasileiro de Sociologia- XIV-Gt16.

FRASER, Nancy. *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”*. Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, 2006, p. 231-239

_____. *Fortunas del Feminismo*. Quito: IAEN, 2015.

_____. *Heterosexismo, falta de reconocimiento y capitalismo: una respuesta a Judith Butler*. New Left Review, v.2, 2000, p.123-134.

_____. *Justice Interruptus: Critical Reflections on the “Postsocialist” Condition*. Routledge, Londres, 1997.

_____. *Redistribuição, reconhecimento e participação: por uma concepção integrada da justiça*. In: SARMENTO, D.; IKAWA, D.; PIOVESAN, F. (orgs.). *Igualdade, diferença e direitos humanos*. : Lúmen Júris, Rio de Janeiro, 2008, p. 167–190

RODRIGUES, Carla. *Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida*. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana, n.10, abril de 2012, p.140-164.

SAFATLE, Wladimir. Posfácio. In: *Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética*. Judith Butler, editora Autêntica, Belo Horizonte, 2015.



ELEKÔ¹: MULHERES NEGRAS CONTRA AS REMOÇÕES DAS FAVELAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

SANTOS, Carolina Câmara Pires dos
(*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense*)
Bolsista CAPES
carolpiresproject@gmail.com

243

RESUMO

O trabalho em questão apresenta o protagonismo das mulheres negras moradoras da Comunidade da Estradinha, localizada na favela Ladeira dos Tabajaras, no Rio de Janeiro, em busca da efetivação do seu direito à moradia frente à invisibilidade gerada pelos fatores discriminatórios que se inter-relacionam, os quais provocam a vulnerabilidade diante da ação do poder público local. Desse modo, o este artigo se propõe a investigar de que maneira as remoções de favelas colaboram para o processo de desempoderamento das mulheres negras, de acordo com os parâmetros internacionais de direitos humanos e analisa como as lideranças negras femininas se organizam para resistir a essa perversa cruzada implementada pelo governo municipal. Busca ainda uma reflexão sobre a solidariedade existente entre as mulheres negras da diáspora africana e de que maneira esse vínculo cria estratégias para fortalecer a resistência.

Palavras-chave: Mulheres negras - Favela - Resistência

ABSTRACT

The work at issue presents the role of black women living in the Estradinha community, located in Ladeira dos Tabajaras slum, in Rio de Janeiro, in search of carry out their right to housing front of invisibility generated by the discriminatory factors that are interrelated which cause vulnerability to the local government action. Therefore, this article proposes to investigate how slums removals collaborate for black women's disempowerment process, according to the human rights standards, and analyzes how as black women leaders organize themselves to resist this evil crusade implemented by municipal government. It still searches for a reflection on the existing solidarity between black women from African diaspora and how that link creates strategies to strengthen the resistance.

Key-words: Black women – Slum - Resistance

INTRODUÇÃO

Após a notícia que a cidade do Rio de Janeiro sediaria megaeventos esportivos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, o poder público, motivado pela especulação imobiliária, instituiu uma política de remoção das favelas, principalmente nas áreas consideradas como nobres, tais como a Zona Sul e Barra da Tijuca e adjacências. Desta maneira, milhares de

¹ Elekô era o nome de uma sociedade secreta de mulheres guerreiras africanas lideradas pela divindade Obá.



famílias foram removidas e outras permaneceram em suas comunidades, resistindo às inúmeras tentativas de despejo forçado.

Nesse contexto, sugerem as lideranças comunitárias, em sua maioria mulheres negras, que articulam com setores de defesa de direitos e mobilizam suas comunidades para resistir à remoção. A pesquisa se propôs a analisar esse processo de resistência das mulheres negras, residentes em favelas, que ainda que invisibilizadas e vulnerabilizadas pela ação do Estado, tornam-se protagonistas da luta por moradia.

Desta maneira, a metodologia utilizada para a confecção deste artigo foi: a) a leitura e posterior fichamento dos textos de intelectuais negras feministas e das legislações internacionais de proteção ao direito à moradia; b) a participação em assembleias comunitárias e encontros entre lideranças das favelas atingidas pela remoção; c) pesquisa dos dados demográficos no Censo 2010 do IBGE e no Instituto Pereira Passos; d) entrevista com algumas lideranças femininas da comunidade da Estradinha, realizada através de roteiro semi-estruturado, baseado no questionário produzido pela ONU-HABITAT para casos de remoções forçadas.

É importante ressaltar que a metodologia aplicada encontra-se pautada nos métodos desenvolvidos pela pesquisa ativista, que não ignora os métodos tradicionais de pesquisa, mas busca aprofundar as relações humanas e compreender melhor as raízes dos problemas sobre desigualdade, opressão, violência e as condições relacionadas ao sofrimento humano, sendo realizada, em cada fase, desde a sua concepção até a difusão, em cooperação direta com um coletivo organizado de pessoas que estão sujeitas a essas condições, além de formular, coletivamente, estratégias para transformar essas condições e alcançar o poder necessário para tornar essas estratégias efetivas (HALE, 2003).

A primeira fase da pesquisa foi iniciada no ano de 2012, se estendeu até o ano de 2013 e teve por conclusão a monografia. Nesse momento, a segunda fase da pesquisa busca evidenciar os detalhes desse processo de resistência das mulheres negras e suas subjetividades, cuja conclusão se desdobrará na dissertação de mestrado do Programa de Pós- Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. A seguir, estão pautados os desdobramentos deste artigo, de acordo com a metodologia de pesquisa descrita acima.



1. AS VIOLAÇÕES DO DIREITO À MORADIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

As constantes práticas de remoção nas favelas da cidade do Rio de Janeiro promovidas pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e apoiadas pelo Governo do Estado, são realizadas por meio de diversas estratégias para forçar os moradores a sair das suas comunidades. Assim, o poder público local utiliza argumentos questionáveis, como por exemplo, que a construção dos imóveis ocorreu de forma irregular, e que, portanto, não teriam direito a permanecer no local. Outro argumento bastante utilizado é que as casas foram construídas em área de risco, porém os laudos preparados pelos engenheiros da prefeitura são entregues sem nenhuma verificação técnica prévia no local.

Sendo assim, para atender aos interesses da especulação imobiliária, o poder público tende a violar o direito à moradia, assegurado como fundamental pela Carta Magna de 1988, ignorando inclusive as normas, princípios e diretrizes internacionais de direitos humanos. O conceito de moradia adequada, estabelecido e defendido pela Organização das Nações Unidas (ONU), desaparece frente ao descaso das autoridades no processo de remoção, o qual ocorre de maneira acelerada e ilegal, na maior parte dos casos, devido aos anseios da especulação imobiliária e, por conseguinte, aos prazos e metas estipulados pelo Comitê Olímpico para a entrega dos espaços onde serão realizados os eventos esportivos.

O termo moradia adequada aparece pela primeira vez no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, proclamado pela ONU, em 16 de Dezembro de 1966. Este documento estabelece as premissas que os Estados partes devem cumprir, reconhecendo que esses direitos decorrem da dignidade inerente à pessoa humana².

ARTIGO 11

1. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e *moradia adequadas*, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento.

Portanto, o direito à moradia adequada é consagrado neste documento como fundamental para o exercício da cidadania do indivíduo e impõe a responsabilidade da garantia deste direito ao Estado parte. Desta forma, nota-se a relevância do tema no plano internacional,

²Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf. Acessado em 20/03/2013.



uma vez que, ratificado este pacto, o Estado se compromete a promover melhores condições de vida para os seus habitantes.

Trinta anos após a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1978, a ONU-HABITAT é estabelecida, após uma reunião em Vancouver para tratar sobre as questões referentes à urbanização e moradia. A partir de 1997, a ONU-HABITAT foi revitalizada, sendo guiada pela Agenda Habitat³ e a Declaração do Milênio⁴, e assim ampliou o seu campo de atuação. Este fato colocou esta organização na agenda de desenvolvimento das Nações Unidas para a redução da pobreza, com uma base estruturada e um conjunto mais relevante, focados nos programas e prioridades sobre esta temática. Sua missão é promover o desenvolvimento social, a sustentabilidade ambiental dos assentamentos humanos e a concretização de moradia adequada para todos⁵.

Um dos documentos mais importantes é o Comentário Geral nº 4 do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Sexta Sessão, 1991) o qual traz considerações importantes acerca da moradia adequada, presente no parágrafo primeiro do artigo 11. Dentre elas, define o conceito, afirmando que a habitação não deve ser interpretada de forma restrita e que o termo “adequada” inclui uma série de outros direitos que estão presentes no conceito de dignidade da pessoa humana:

Item 7. Segundo o ponto de vista do Comitê, o direito à habitação não deveria ser interpretado em um sentido estreito ou restrito que o equipara com, por exemplo, o abrigo provido meramente de um teto sobre a cabeça dos indivíduos ou julga o abrigo exclusivamente como uma mercadoria. Diferentemente, isso deveria ser visto mais propriamente como um direito a viver, onde quer que seja, com segurança, paz e dignidade. Isto é apropriado por, pelo menos, duas razões. Em primeiro lugar, *o direito à habitação é integralmente vinculado a outros direitos humanos e a princípios fundamentais sobre os quais a Convenção é baseada*. Esta “inerente dignidade da pessoa humana”, de que os direitos na Convenção são ditos derivar, exige que o termo “habitação” seja interpretado de forma que leve em conta uma variedade de outras considerações, fundamentalmente que o direito à habitação deveria ser assegurado a todas as pessoas independentemente da renda ou acesso a recursos econômicos. Segundamente, a referência no artigo

³ Documento lançado pela ONU-HABITAT para promover a moradia adequada a todos. Nele estão descritos os princípios, os compromissos e o plano de ação global para a promoção da moradia adequada pelos países membros.

⁴ A Declaração do Milênio é um documento histórico para o novo século, lançado na Cúpula do Milênio, evento promovido pela ONU em Setembro de 2000, na cidade de Nova York, no qual os 191 líderes dos Estados-Membros das Nações Unidas, assumiram o compromisso de eliminar a fome e a pobreza extrema de todo o planeta até o ano de 2015, assinando a declaração. Disponível em: <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>. Acessado em: 20/03/2013.



11(1) deve ser lida, referindo-se não apenas à habitação, mas à habitação adequada. Como a Comissão sobre Assentamentos Humanos e a Estratégia Global para Habitação para o ano 2000 afirmaram, “habitação adequada significa privacidade adequada, espaço adequado, segurança, iluminação e ventilação adequadas, infraestrutura básica adequada e localização adequada em relação ao trabalho e facilidades básicas, tudo a um custo razoável.”

Outro importante instrumento relacionado ao pacto é o Comentário Geral nº 7 do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o qual versa sobre despejos forçados e os reconhece como um grave problema. De acordo com este documento, entende-se por despejos forçados:

[...] a remoção permanente ou temporária, contra a vontade dos indivíduos, famílias e/ou comunidades, das casas e/ou terras que ocupam sem a provisão e o acesso a formas adequadas de proteção jurídica ou outra.

Por fim, esclarece que as transferências forçadas de populações, o deslocamento interno, as realocações forçadas no contexto de um conflito armado, êxodos em massa, movimentos de refugiados, podem ocorrer por diversos motivos, tais quais conflitos armados internacionais, conflitos internos e violência popular ou étnica, ou ainda são causados em nome do desenvolvimento econômico:

Outros casos de desalojamento forçado ocorrem em nome do desenvolvimento. As expulsões podem ser realizadas em conexão com conflitos sobre direitos de terra, projetos de desenvolvimento e infraestrutura, como a construção de barragens e outros projetos de energia em larga escala, a aquisição de terras associadas a renovação urbana, renovação habitacional, programas de embelezamento da cidade, a limpeza da terra para fins agrícolas, especulação desenfreada da terra, ou a realização de grandes eventos esportivos como os Jogos Olímpicos.

Dada a grande quantidade de instrumentos internacionais, lançados pela ONU-HABITAT, os quais salvaguardam o direito em questão, existem três documentos de extrema importância para a análise proposta neste artigo: Forced Evictions Assessment Questionnaire, La Mujer y El Derecho a Una Vivenda Adeuada e The Right to Adequate Housing. Estes documentos permitem a melhor compreensão sobre a violação do direito à moradia das mulheres moradoras das favelas cariocas.

Segundo “O Direito à Moradia Adequada” (The Right to Adequate Housing), manual lançado pela ONU-Habitat e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas sobre Direitos Humanos (OHCHR), o conceito de moradia adequada inclui:



[...] a garantia de um lugar para morar sem ameaça de remoção, o acesso a educação, saúde, lazer, transporte, energia elétrica, água potável e esgoto, coleta de lixo, áreas verdes e um meio ambiente saudável; proteção efetiva contra frio, calor, chuva, vento, incêndio, inundação, sem riscos de desmoronamento ou outras ameaças à saúde e à vida; acesso aos meios de subsistência, inclusive acesso à terra e a trabalho; uso de materiais, estruturas e organização espacial de acordo com a cultura dos moradores; prioridade às necessidades de grupos específicos, como as mulheres e grupos vulneráveis como crianças, idosos e deficientes; acesso independente da renda ou da capacidade de pagar do morador.

Este detalhamento busca, na verdade, afastar a ideia de que a moradia adequada se resume a um teto com quatro paredes. Não se trata apenas do imóvel, mas sim de toda a estrutura do qual faz parte, tanto interna quanto externa. Sendo assim, estão incluídos nesta descrição os conceitos de segurança da posse, disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, habitabilidade, localização adequada, adequação cultural, custo acessível, o princípio da não discriminação e a priorização de grupos vulneráveis. Estes sete elementos compõem o que se compreende por moradia adequada.

Outro ponto relevante abordado pelo manual é a aplicação do princípio da não discriminação na habitação. A ONU-HABITAT entende que a discriminação pode ocorrer de forma ativa, através de políticas excludentes, ou de forma omissa, quando não se manifesta diante das ações discriminatórias realizadas por agentes privados. Sendo assim, o Estado tem a obrigação de promover o princípio da não discriminação, no que tange a moradia, seja por meio de políticas públicas ou na inibição e proibição de atos discriminatórios privados.

Na habitação, a discriminação pode assumir a forma de leis, políticas ou medidas discriminatórias, a regulamentação de zoneamento, ou desenvolvimento de política excludente; exclusão de benefícios habitacionais; negação de segurança da posse, a falta de acesso ao crédito; participação limitada na tomada de decisões, ou falta de proteção contra práticas discriminatórias realizadas por agentes privados.

Há uma questão muito interessante presente neste instrumento e de grande importância: a percepção da questão de gênero dentro do direito à moradia. Ele identifica que as mulheres estão sujeitas a muitos tipos de discriminação no que tange à habitação, tais como pobreza, idade, classe social, orientação sexual e etnia (ibid., p.17), e reconhece, ainda, que existe uma grande quantidade de mulheres vivendo em áreas precárias.



O documento ressalta ainda o estresse emocional causado antes, durante e depois de um despejo forçado, devido aos laços estreitos com a casa, seu papel de cuidadora e provedora da família. Em muitos casos, no processo de remoção, as mulheres são agredidas verbal e fisicamente, sendo vítimas até mesmo de estupros (ibid., p.18), além de serem realocadas com suas famílias em espaços distantes do local de origem, os quais possuem infraestrutura precária, dificultando assim sua nova condição de vida.

Isso significa que as mulheres vivem diferentes dramas no setor habitacional, os quais estão intrinsecamente relacionados com a posição e o papel que desempenham na sociedade. Assim, é possível compreender a partir desta observação o grande valor que a moradia possui no empoderamento⁶ das mulheres. O empoderamento é compreendido como a representação igualitária feminina na sociedade, tanto no processo das tomadas de decisões na esfera pública, sendo reconhecidas e valorizadas como mulheres, quanto conquistando sua autonomia em âmbito privado. Desta forma, a segurança quanto à posse da moradia implica diretamente no empoderamento da mulher, posto que terá mais liberdade para tomar decisões, enquanto a remoção ou despejo forçado contribui para seu desempoderamento, pois restringe seu campo de atuação, dada a insegurança quanto ao local de moradia.

Em 2012, foi publicado o documento “Mulheres e o Direito à Moradia Adequada da Mulher” (La Mujer y El Derecho a Una Vivenda Adeuada), pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas. Consiste num manual, com três capítulos, que trata sobre os direitos da mulher referentes à habitação. Neste são abordadas as leis protetivas internacionais de direitos humanos que regem este direito específico, os instrumentos e iniciativas regionais, a discriminação contra a mulher nas áreas de habitação, terras e propriedades, e questões específicas acerca da sucessão, despejos forçados, violência doméstica, condições inadequadas de moradia, AIDS, desastres naturais, mudanças climáticas e crises financeiras.

Este manual traz indicadores de extrema importância sobre a questão de gênero dentro da área de habitação, como por exemplo, o fato de a população feminina constituir 70% dos pobres do mundo inteiro (OHCHR, 2007, p. 39). Esse dado é importante porque indica que essas mulheres vivem em locais de moradia não adequados, conforme o conceito criado pela

⁶ O empoderamento implica, pois, no reconhecimento das restrições sociais a que a categoria está submetida e da necessidade de reversão dessa situação, por meio de mudanças em um contexto amplo/público (inserção em cargos de poder/decisão, educação não sexista e serviços de saúde adequados) e também em contextos mais específicos,



ONU. Outro fator importante apontado neste documento é a discriminação interseccional no âmbito da habitação:

“Numerosos testemunhos das pesquisas regionais mostram que a *discriminação interseccional constitui um obstáculo fundamental para a realização do direito à moradia adequada*, porque muitas vezes leva as mulheres a viver em habitações inadequadas ou em comunidades segregadas, sem serviços básicos, como água potável, saneamento ou eletricidade. Mulheres vivendo na extrema pobreza ou desempregadas, as mulheres indígenas e pertencentes a tribos, viúvas, divorciadas ou separadas, chefes de família, meninas, mulheres idosas, mulheres com deficiência, trabalhadoras domésticas, migrantes, lésbicas, bissexuais e transgêneros são particularmente vulneráveis (ibid., p. 40-41)”.

“A Comissão do Pacto Econômico, Social e Cultural destacou a importância de se levar em conta a discriminação interseccional no seu Comentário Geral nº 16 (2005): Muitas mulheres sofrem diversas formas de discriminação com base no sexo, combinado com fatores como raça, cor, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou outros fatores como idade, etnia, presença de deficiência, estado civil, a condição de refugiado ou imigrante, o que agrava a desvantagem (ibid., p. 41)”.

A discriminação interseccional é reconhecida pela ONU-HABITAT como um impedimento à conquista do direito à moradia das mulheres. Portanto, os Estados partes devem assegurar o princípio da não discriminação dentro das questões habitacionais, a fim de que este direito seja respeitado. Para além da discriminação interseccional, este documento alerta também sobre a importância da segurança da posse para as mulheres:

A falta de segurança da posse pode levar a consequências graves para as mulheres. Sem controle ou sem a posse da moradia, terra e propriedade, as mulheres se encontram com escassa autonomia pessoal ou econômica, portanto, são mais suscetíveis a abusos e violência na família, comunidade e sociedade em geral. Quando o acesso das mulheres à moradia, terra ou propriedade depende de um terceiro (marido, irmão, pai ou outro parente do sexo masculino), as mulheres são vulneráveis à perda familiar, pobreza e indigência quando termina o relacionamento com o homem (ibid., p. 42).

Mais uma vez a segurança da posse é retomada como um fator, necessário para o empoderamento das mulheres, que o Estado deve prestar atenção ao criar e promulgar suas leis, para que esta demanda não se torne invisível nos assuntos ligados à moradia. A existência de uma legislação neutra não considera as circunstâncias específicas das mulheres e do mesmo modo, não reconhece a discriminação baseada em fatores estruturais e históricos, o que por sua vez impede a participação feminina nos processos de tomadas de decisão (ibid., p. 43-44).

ou individuais (aumento de autoestima e autonomia, reorganização do trabalho doméstico, etc). CORTEZ, M



A discriminação das mulheres pode ser causada pela discriminação contida na lei, a existência de leis e neutro não levam em conta as circunstâncias específicas das mulheres, as prevalência de leis e práticas costumeiras, as ações administração pública e da justiça parcial, a falta de acesso a recursos e informações e participação nos processos de tomada de decisões e falta de consciência dos direitos. Esta discriminação é baseada em fatores estruturais e históricas. Não só é um discriminação intolerável que viola as normas de direitos humanos mas, como um resultado disso, as mulheres são vítimas de enorme violações do direito à moradia adequada e outros direitos humanos fundamentais.

Este documento conclui que o Estado deve rever as suas leis e políticas para identificar os casos em que as leis neutras perpetuam a situação de desigualdade em relação ao gênero, além de eliminar as leis que possuam teor discriminatório neste campo. Outro dever do Estado é estabelecer a participação de mulheres no desenvolvimento, na implementação e monitoramento de leis, políticas e programas, incluindo a garantia de que as mulheres pertencentes a grupos em situação de vulnerabilidade e/ou marginalizados tenham acesso às ações específicas (ibid., p. 100). Os esforços governamentais devem ser concretizados, referindo-se às suas obrigações internacionais e implementando as recomendações dos órgãos de direitos humanos, além de garantir que as mulheres conheçam seus direitos e os meios apropriados para exigí-los.

O “Questionário de Avaliação dos Despejos Forçados” (Forced Evictions Assessment Questionnaire)⁷ é um instrumento criado, pela ONU-HABITAT, para orientar e lidar com as situações de despejos forçados, através da contextualização dos acontecimentos, da avaliação do tipo de violações de direitos humanos que estão previstas em curso e oferecer conselhos práticos relacionados à questão, além de contribuir para o monitoramento e informações sobre o tema.

O questionário difunde conhecimentos, sobre a legislação internacional, relativos à moradia e busca identificar nitidamente as vítimas, de acordo com o grupo ou comunidade que pertencem, ou mesmo se o fato ocorreu de forma individual. Não obstante, investiga a composição e as características do grupo afetado conforme o gênero, etnia, idade, seu pertencimento a uma minoria, se são pessoas com deficiência, migrantes, sem-teto, etc (ONU HABITAT, 2011, p. 03). Identifica também os representantes da comunidade, considerando a

e SOUZA, L, 2008, p. 171)

⁷ *Forced Evictions Questionnaire*. ONU-HABITAT. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/issues/escr/docs/ForcedEvictionsAssessmentQuestionnaire.pdf>. Acessado em 05/05/2013.



dimensão de gênero, avalia se há tensões, rivalidades ou outras dinâmicas dentro das populações afetadas ou entre os seus líderes.

Segundo este documento é importante considerar se a população afetada enfrenta a discriminação em termos de acesso à justiça, aos serviços sociais, tanto no que tange à legislação quanto à execução das políticas públicas e identificar se há outras violações de direitos humanos enfrentadas pela população (ONU HABITAT, 2011, p. 03). E, por sua vez, é preciso mapear os atores envolvidos direta ou indiretamente relacionados com a questão, analisando as perspectivas, a fim de descobrir as formas mais eficientes para intervir com sucesso numa situação de remoção.

Todas as perguntas deste questionário são baseadas nos sete conceitos que constituem o conceito de moradia adequada, as quais se dividem em três blocos: antes, durante e após as remoções. Ademais, há um questionário final sobre as soluções para este problema, buscando novas alternativas direcionadas à sua resolução. Contudo, existe outro questionário, criado pela ONU-HABITAT, direcionado à situação de moradia das mulheres: “Questionário sobre a Moradia Adequada e a Mulher (Cuestionario sobre La Vivienda Adeuada y la Mujer). Este pretende “solicitar informações aos Estados, autoridades locais, sociedade civil e outras partes interessadas, com vista à elaboração de um estudo sobre o tema da mulher e habitação”⁸.

Todos esses mecanismos citados anteriormente demonstram os esforços da ONU-HABITAT no tratamento da problemática de moradia para a população feminina, exercendo o importante papel de reconhecer a vulnerabilidade desta demanda, partindo da discriminação interseccional, e identificando os impactos negativos causados pela remoção, principalmente no que diz respeito ao desempoderamento das mulheres. Por outro lado, as instituições governamentais brasileiras ignoram os parâmetros internacionais e seguem violando o direito à moradia, descumprindo os tratados e as recomendações de direitos humanos já ratificados.

Considerando o arcabouço da legislação internacional protetiva de direitos humanos para o tema da moradia, serão colocados a seguir os referenciais teóricos de análise interseccional, que auxiliarão a compreender as dimensões de gênero, classe, raça ou etnia no arcabouço do direito à moradia.

⁸ Cuestionario Sobre La Vivienda Adeuada y La Mujer. p.01. Disponível em: <http://dereitoamoradia.org/?p=6563&lang=es>. Acessado em: 07/05/2012.



2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fim investigar os processos que invisibilizam o protagonismo das mulheres negras no contexto das remoções, é necessário se debruçar sobre a teoria da interseccionalidade. Portanto, a produção intelectual da autora Kimberlé Crenshaw, uma das responsáveis pelo desenvolvimento teórico do conceito de intersecção das desigualdades de gênero e raça, busca desvendar como a vulnerabilidade se intensifica à medida que são correlacionadas opressões distintas.

A interseccionalidade é um conceito que surge no centro dos debates feministas norte-americanos entre as décadas de 1960 e 1970, originando-se da “reflexão sociológica acerca da relação entre as diversas formas de discriminação ou desvantagens estruturais, como raça, gênero ou classe social”. Kimberlé Crenshaw afirma que as leis e as políticas públicas nem sempre conseguem abarcar as categorias de opressão, principalmente quando elas perpassam entre si, de modo que a teoria da interseccionalidade tem o desafio de abordar as diferenças dentro das diferenças.

Em diversas situações, a discriminação de gênero resta implícita diante de uma situação de discriminação racial e vice-versa, e, então, a vítima tem o seu direito violado, não sendo alcançada pelas legislações de proteção dos direitos humanos. Quando a discriminação não se encaixa no modelo-padrão definido pelas leis protetivas de gênero ou de raça, tende a ser compreendida como extremamente diversa das experiências formais e desta maneira, não é assimilada como uma violação aos direitos humanos.

A discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível. O efeito disso é que somente o aspecto mais imediato da discriminação é percebido, enquanto a estrutura que coloca as mulheres na posição de receber tal subordinação permanece obscurecida. Como resultado, a discriminação em questão poderia ser vista simplesmente como sexista (se existir uma estrutura racial como pano de fundo) ou racista (se existir uma estrutura de gênero como pano de fundo). Para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais ou de gênero, que são parte da estrutura, teriam de ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação (CRENSHAW, K, 2002, p. 176).



A autora sugere que as mulheres, já sujeitas à discriminação de gênero, podem também sofrer outros tipos de opressão de acordo com os “fatores relacionados às suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual”, o que, portanto, estabelecem vulnerabilidades específicas para determinados grupos de mulheres. É imprescindível perceber as categorias de invisibilidade interseccional, sugeridas por Crenshaw, para entender de que forma as mulheres negras, residentes nas favelas se tornam fragilizadas diante da intersecção.

Por sua vez, Avtar Brah⁹, outra importante intelectual desta teoria, descreve o conceito de interseccionalidade como um indicador dos efeitos complexos, irreduzíveis, diversos e variáveis que decorrem quando múltiplos eixos de diferenciação – econômicos, políticos, culturais, psíquicos, subjetivos e empíricos se cruzam em contextos históricos específicos, o que por sua vez, não permite que essas diferentes dimensões da vida social sejam separadas, de forma discreta (BRAH; PHOENIX, 2004), invisibilizando assim o indivíduo. Em seu artigo “*Ain’t I a Woman? Revisiting Interseccionalidade*”, Brah identifica que a classe social, por exemplo, com suas interseções de gênero, é simultaneamente subjetiva, estrutural sobre o posicionamento social e as práticas cotidianas¹⁰. Portanto, ao considerar as interseções de “raça” e gênero com a classe social, o quadro se torna mais complexo e dinâmico¹¹, o que dificulta a identificação da profundidade da vulnerabilidade.

Uma questão a ser observada é que as redes de interligação dos diversos tipos de subordinação tendem a criar, em situações históricas específicas, hierarquias de acesso diferenciado a uma variedade de recursos - econômicos, políticos e culturais (YUVAL-DAVIS, 2006). Esta compreensão acerca da interseccionalidade das estruturas de opressão abre o campo de visão para compreender a situação das mulheres moradoras de favelas da cidade do Rio de Janeiro que sofrem atualmente com a política de remoção. Apesar do efeito desta medida ser totalmente devastador em suas vidas, essas mulheres são invisíveis aos olhos do Estado e, portanto, vulneráveis à sua ação arbitrária.

Embora haja uma legislação de proteção ao direito à moradia, é preciso mapear os atores envolvidos direta ou indiretamente relacionados com a questão, analisando as perspectivas, a fim de descobrir as formas mais eficientes de atuação para efetivar as conquistas já realizadas

⁹Aposentou-se recentemente como Professora de Sociologia em Birkbeck – Universidade de Londres, especialista em questões de identidade étnicas, de raça e de gênero.



no âmbito legal e assim garantir a proteção do direito à moradia das mulheres negras moradoras das favelas cariocas.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Embora a leitura dos textos das intelectuais negras tenha sido de extrema importância para compreender a discriminação interseccional no contexto das remoções, a convivência em reuniões e assembleias comunitárias foi fundamental para realizar a imersão no universo das mulheres negras envolvidas no processo de luta pelo direito à moradia. Apesar de não se identificarem como um movimento de mulheres negras pelo direito à moradia, é evidente que essas várias lideranças se organizam e buscam assessoria jurídica na Defensoria Pública e nos núcleos de assessoria jurídica popular das universidades, mobilizam suas comunidades e apoiadores de diversos movimentos sociais, formando assim um bloco resistente contra a política higienista direcionada às favelas.

Algumas dessas líderes comunitárias rompem com determinadas estruturas e assumem uma nova identidade: abandonam o papel da mera dona-de-casa e se tornam ativistas, verdadeiras guerreiras, defensoras das territorialidades em que habitam. Desse modo, ainda que o Estado esteja cego aos impactos gerados na vida das mulheres negras que residem nas favelas, submetendo-as ao plano da invisibilidade, e, por conseguinte, tornando-as vulneráveis, o que contribui diretamente para o seu desempoderamento, elas se organizam e seguem buscando a efetivação dos seus direitos e protagonizando a luta contra as remoções.

Durante a entrevista com algumas lideranças femininas da comunidade Estradinha Botafogo, em 2013, foi possível perceber essa dinâmica na atuação das ativistas negras. Um exemplo interessante a destacar é a Sra. Benedita Veríssimo Dias tem 84 anos, sendo a moradora militante mais idosa da Estradinha, relata que mora na Ladeira dos Tabajaras há 72 anos e desse longo período, reside há 29 anos na Estradinha. Dona Bené, como é carinhosamente conhecida pela comunidade, criou seus filhos na Ladeira dos Tabajaras, lado Copacabana, onde pagou aluguel por mais de 40 anos, e se mudou para a Estradinha em 1986, com a oportunidade de moradia própria concedida pelo Prefeito Saturnino Braga. Dona Bené diz que foi muito duro ver as pessoas em desespero por causa da remoção. Sofreu tanto ao saber que vizinhos venderam suas casas às pressas com medo de perdê-las, quanto ao ver as suas casas sendo derrubadas. No entanto, manteve-se firme na resistência, afirmando que o que ela preza não é o dinheiro e sim a moradia.



Dona Anita, 59 anos, é uma das moradoras mais antigas da comunidade e também chegou ao local junto ao grupo que recebeu os terrenos na gestão do Prefeito Saturnino Braga. Ela relata que na ocasião morava numa casa alugada de uma vila na Ladeira dos Tabajaras e que o prefeito havia liberado os terrenos para a população de baixa renda para a construção de residências, justamente com o objetivo de tirar aquelas pessoas da situação de pagamento de aluguel. Dona Anita demonstra que entende bem o conceito de moradia adequada, afirmando que deve ser localizada próxima a equipamentos e serviços públicos, tais como acesso ao trabalho, educação, saúde e meios de transporte, etc.

Vice-presidente da Associação de Moradores da Ladeira dos Tabajaras, a Sra. Maria de Fátima Amorim tem cinquenta e quatro anos e é a principal articuladora da comunidade. Casada, mãe de cinco filhos, é conhecida na Estradinha como Irmã Fátima e identifica-se racialmente pela cor negra. Ela conta que antes das remoções era apenas uma dona de casa, que não se envolvia com as questões da comunidade e definiu sua antiga rotina como alienada. Porém, quando o desespero bateu à porta dos moradores da comunidade, por causa do despejo forçado, ao ver o sofrimento de todos, decidiu que precisava fazer alguma coisa para ajudar os seus vizinhos.

Desta maneira, começou a participar das reuniões junto com a Associação de Moradores e durante o processo de resistência acabou assumindo a posição de vice-presidente da associação comunitária. A Irmã Fátima demonstra sua sabedoria na condução de sua função, tanto na participação ativa junto aos movimentos sociais e aos órgãos de defesa da população como a Defensoria Pública e o Ministério Público, quanto na articulação de ações da sua comunidade, as quais contribuem de forma significativa para a união do grupo. Há uma frase marcante dita por esta liderança e que representa a o pensamento da comunidade da Estradinha: “Eu quero ter voz! Quero ser ouvida e ter nossos direitos respeitados”! Assim, a comunidade continua de pé, lutando bravamente pelo seu direito à moradia adequada e resistindo às remoções forçadas.

É importante ressaltar que o protagonismo feminino é perceptível nas reuniões que ocorrem dentro e fora da comunidade. Sendo assim, as mulheres comparecem nos espaços de discussão em número muito maior do que os homens e buscam defender seus direitos. Muitas vezes, seus companheiros ou maridos estão trabalhando no horário dos encontros e são elas que comparecem em grande número para representar as suas famílias.



Assim, é possível perceber essa articulação na fala das moradoras entrevistadas quando questiono de que forma exercem essa resistência:

Vocês têm algum envolvimento político dentro da comunidade? Em relação à resistência? Como vocês se posicionam dentro da comunidade?

Bené: Tivemos aqui o apoio do Dr. Maurício (engenheiro), do Dr. Marcos (arquiteto), da Dra. Maria Lúcia (defensora pública) e da Dra. Adriana (defensora pública), o Dr. Leonardo Chaves (procurador do Ministério Público) também esteve aqui no socorro da gente! Teve aqui também o Marcelo Itagiba (político), e foi com ele que conseguimos os documentos da posse registrada, não é o definitivo, mas já demos entrada no cartório.

Irmã Fátima: Nós buscamos a assistência jurídica junto à Defensoria Pública, ao Ministério Público e até mesmo a Anistia Internacional visitou a comunidade para averiguar o que estava acontecendo aqui. E também os professores e estudantes universitários também estão contribuindo conosco.

De que forma vocês exercem essa resistência?

Carminha: Indo às reuniões. Quando a Fátima aciona, nós vamos para representar a nossa Estradinha. O lugar que a gente mais vai é na Defensoria Pública. Marcou a reunião nós vamos. Quando não pode ir todo mundo, vão seis, três ou quatro, mas a gente está sempre representando a nossa Estradinha.

Anita: Eu deixava as crianças no colégio e ficava com a tarde livre, então acompanhava os moradores nas reuniões. Eu já fui com outras pessoas em várias reuniões, na Câmara dos Vereadores, Câmara dos Deputados (leia-se Assembleia Legislativa), OAB, em tudo o que você puder imaginar nós fomos.

Desta maneira, identifica-se a quantidade de instituições acionadas pelos moradores e suas lideranças para tentar resolver o problema da comunidade. E, por conseguinte, através de uma comissão formada por seus habitantes, a Estradinha consegue pressionar o poder público e estabelecer um diálogo. É interessante perceber esta estratégia, posto que a Irmã Fátima raramente comparece a uma reunião sem a presença desta comissão, principalmente nos compromissos decisivos para o destino da comunidade.

Paralelamente a todos esses esforços, caminham a informação e a conscientização sobre seus direitos. Esse fator constitui uma importante estratégia para a Comunidade da Estradinha, pois quanto mais esclarecimentos possuírem sobre o direito à moradia adequada, não aceitam as propostas apresentadas, sem antes questionar o Município.

Anita: Eu acho que a gente não saiu daqui até hoje por casa da Defensoria Pública, que interferiu e está trabalhando muito em cima disso. Inclusive a gente ganhou aquela questão da retirada dos entulhos e que ia gerar multa. Vieram (agentes da Prefeitura), fingiram que estavam limpando, não tiraram



quase nada e ficou por isso mesmo! Mas, a Defensoria Pública nos ajudou muito e continua nos ajudando! E também a comunidade... O Reinaldo, presidente da associação de moradores e a Irmã Fátima, a vice-presidente, que vão às reuniões, correm atrás, as pessoas vem ver as coisas que aconteceram aqui, os engenheiros, por causa do conhecimento deles!

Bené: O meu pensamento é positivo, agora eu sou consciente de que não temos nenhum político para nos apoiar. Se não fosse esse grupo de resistência não estaríamos todos aqui enfrentando essa situação. Aqui é um laço onde nós temos tudo! A nossa criação toda foi aqui! Só que por mais forte que você seja, tem hora que você fracassa. Eu ainda não entreguei os pontos... Nós vamos lutar! Meus filhos às vezes me perguntam, quando tem reunião: “o que a senhora vai fazer lá”? Eu digo: “eu vou porque palavras o vento leva, mas só vale o que está escrito”! Mesmo que eu não entenda o que está acontecendo, mas eu estou ouvindo! Toda vez que tem reunião com a irmã Fátima e os defensores, eu largo tudo que estou fazendo e vou pra reunião! O coração e a cabeça estão firmes! Tudo que está vindo de bom pra gente, a gente aceita! Quando começou isso (remoção) aqui pra gente, foi um desespero muito grande! Mas, eu não fraquejei, não!

Esses relatos são significativos para pensar como a resistência feminina negra se articula a fim de promover a permanência das suas famílias nas localidades onde residem e fomentam sua capacidade de tomar decisões nos momentos difíceis e enfrentar o sofrimento. Ainda que a política de remoção seja perversa, dolorosa e vulnerabilize a sua condição socioeconômica, mental e emocional, elas se mantem firmes na decisão de resistir e lutar por seus direitos.

Assim, faz-se necessário trazer a esta análise a perspectiva da intelectual negra brasileira Jurema Werneck, cujos argumentos demonstram que mesmo diante do panorama da discriminação interseccional, o posicionamento das mulheres negras em recusar o padrão eurocêntrico, buscando a descolonização nas suas vivências cotidianas, é uma forma diferenciada de resistência. Ainda que o feminismo considerado como universal proponha a libertação de todas as mulheres, o protagonismo das mulheres negras aparece confrontando de maneira incisiva a constituição de privilégios dentro da sociedade, cuja estrutura se encontra enraizada no colonialismo, racismo, patriarcado e capitalismo.

Mas devemos explicitar a impossibilidade prática de dissociação entre patriarcado, racismo, colonialismo e capitalismo – tudo parte do mesmo “pacote” de dominação do ocidente sobre as demais regiões do mundo. E que não se estrutura em capítulos ou hierarquias. Ao contrário, age sobre as mulheres como um bloco monolítico, às vezes pesado demais.

(...) a luta das mulheres negras por descolonização nos diferentes níveis, ou seja, de corpos, mentes, sistemas políticos, econômicos, sociais, religiosos, culturais, raciais, etc, poderá implicar um feminismo, claro. Este, diferenciado daquele produzido pelas diferentes correntes do lugar comum feminista e provocando uma contradição indissociável em seu interior, uma vez que se



coloca em confronto com posições de privilégio ou de dominação. (WERNECK, 2007)

Outra importante contribuição é o pensamento da autora Keisha-Khan Perry que, ao viver algum tempo no Brasil, percebeu a importância de cultivar e vivenciar o conceito da Diáspora Africana como uma ferramenta que fortalece a luta das mulheres negras ao redor do mundo e a partir desta conexão, unir intelectuais e ativistas para a promoção dos direitos das mulheres negras.

Embora separadas por fronteiras geográficas, socioculturais, econômicas e políticas, as mulheres afrodescendentes tiveram o papel histórico como vanguardas na manutenção e reorganização das estruturas sócio-culturais, econômicas e políticas relacionadas com a população afrodescendente. É nesse sentido que eu considero fundamental que as mulheres negras intelectuais apropriem-se do conceito de Diáspora Africana como um instrumento teórico e político que nos ajuda a pensar sobre a presença de afrodescendentes no mundo, acima de tudo, as mulheres negras.

As identificações diaspóricas como mulheres negras, um grande número de pessoas vivendo fora da África, ilustram construções paralelas em várias comunidades raciais e de gênero. As políticas feministas de acadêmicas e ativistas permitem uma ampla análise das subjetividades das mulheres negras no Brasil, no âmbito das estruturas internacionais mais amplas de subordinação racial e de gênero. O pensamento diaspórico feminista negro me oferece um quadro no qual eu examino a questão de por que e como as mulheres negras organizam movimentos sociais em comunidades de afrodescendentes. A articulação transcultural do pensamento feminista está preocupada com questões de poder e dominação, e mais importante, com ações anti-sexismo e anti-racismo. (PERRY, 2009)

Nesse contexto, a união das mulheres negras através do conceito de diáspora africana desenvolve os laços de pertencimento que, por sua vez, fortalece o processo de resistência das mulheres negras. Seguir de mãos dadas com as *elekôs*, na defesa pelo seu território, permite mais do que a compreensão da sua luta e das estratégias que organizam para resistir a essa perversa política implementada pelo governo local. O exercício da solidariedade entre as mulheres negras promove um empoderamento coletivo, formando, assim, um poderoso bloco de resistência que exige a efetivação dos direitos já garantidos por lei, buscando incessantemente avanços nas políticas públicas e ameaça as estruturas de poder historicamente privilegiadas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à moradia no Brasil, apesar de incorporar as diretrizes estabelecidas internacionalmente através da ONU-HABITAT, dos tratados de direitos humanos, da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional, encontra dificuldades para ser efetivado. Nesse contexto, com a chegada dos megaeventos esportivos à cidade do Rio de Janeiro, e, por conseguinte, da especulação imobiliária, a fim de padronizar os espaços urbanos para o mercado mundial, as favelas tornaram-se alvo das políticas de remoção. Essas intervenções autoritárias na dinâmica urbana tendem a expropriar os moradores de favelas do seu pertencimento à cidade, afetando diretamente o seu direito à moradia adequada.

Em meio a este panorama, a comunidade da Estradinha se mantém resistindo às iniciativas arbitrárias do poder municipal carioca. Através da articulação das lideranças femininas com instituições de defesa de direitos, tais quais, Defensoria Pública e Ministério Público e também da união de seus moradores, esta favela vem tornando-se referência. Assim, ao identificar quem é essa população deslocada e qual a influência das suas características nesse procedimento de realocação das centenas de famílias para locais distantes das áreas nobres da cidade, percebe-se que a política de remoção atua de forma discriminatória em várias categorias.

Exemplificando através do caso da Estradinha, uma comunidade que em sua maioria é afrodescendente, feminina e pobre, de acordo com os dados levantados pelo CENSO 2010-IBGE, a política de remoção demonstra um caráter interseccional, que invisibiliza as vítimas. Ou seja, o resultado da combinação dos diversos tipos de opressão é a invisibilidade dessas mulheres, enquanto sujeito de direitos. Os impactos negativos decorrentes da política municipal, afeta diretamente as mulheres que são vulnerabilizadas por causa dessas ações. Essa vulnerabilidade pode ser expressa através da desagregação dos laços comunitários, das redes de solidariedade que, por sua vez, chegam a afetar a saúde física e mental de seus moradores.

Desta forma, o poder público desrespeita as premissas que envolvem o conceito de moradia adequada, principalmente no que tange ao princípio da não discriminação e à priorização de grupos vulneráveis. Em contrapartida aos ataques da Prefeitura, a comunidade, liderada pelas mulheres que moram no local, se organiza e combate o desrespeito ao seu direito, mantendo-se numa posição de resistência.

A fim de manter a união e o ativismo da Estradinha, é importante que os seus moradores percebam/construam a sua identidade racial, para que também possam enfrentar a questão do



racismo, que apesar de impregnada nas políticas de remoção, torna-se invisível pela sobreposição de outras opressões, tais como a de classe e de origem geográfica, de acordo com a teoria da interseccionalidade.

REFERÊNCIAS

BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. Ain't I a Woman? Revisiting Interseccionality. *Journal of International Women's Studies*. Vol. 5 No. 3. Publicado em Maio/2004. P. 76. Disponível em: http://www.bridgew.edu/soas/jiws/may04/phoenix_brah.pdf. Acessado em: 27.03.2013.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Aglomerados Subnormais – Primeiros Resultados. IBGE, Rio de Janeiro, 2011. p.19. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf. Acessado: 25/04/2013

CRENSHAW, Kimberle. A Interseccionalidade da Discriminação de Raça e Gênero. p.7. Disponível em: <http://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>. Acessado em: 12/03/2013.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. 2002. p.172. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acessado em: 22/03/2013.

HALE, Charles. What is activist research? 2003. Pp.13-15. Disponível em https://www.utexas.edu/cola/anthropology/_files/PDF/Hale.pdf

OHCHR. Mujeres y El derecho a Una Vivienda Adecuada. 2007. Disponível em: http://dereitoamordia.org/wp-content/uploads/2013/01/OHCHR_Mujeres-y-el-derecho-a-una-vivienda-adeuada.pdf.

ONU-HABITAT. Forced Evictions Questionnaire. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/issues/escr/docs/ForcedEvictionsAssessmentQuestionnaire.pdf>. Acessado em 05/05/2013.

ONU-HABITAT. The Right To Adequate Housing. 2009. Disponível em: http://www.ohchr.org/Documents/Publications/FS21_rev_1_Housing_en.pdf. Acessado em: 23/03/2013.

ONU-HABITAT. THE RIGHT TO ADEQUATE HOUSING. Disponível em: http://www.ohchr.org/Documents/Publications/FS21_rev_1_Housing_en.pdf. p. 03. Acessado em: 23/03/2013.

PERRY, Keisha-Khan Y. Espaço urbano e memória coletiva: O conhecimento de mulheres negras em lutas políticas. IN: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). *Questões Urbanas e Racismo*. Petrópolis-RJ, 2012. Ed. De Petrus e Alii Editora.



CONINTER 4

Congresso Internacional
Interdisciplinar em Sociais
e Humanidades

Foz do Iguaçu PR: UNIOESTE, 8 a 11 de
dezembro de 2015, ISSN 2316-266X, n.4

WERNECK, Jurema. *OF IALODÊS AND FEMINISTS - Reflections on Black Women's Political Action in Latin America and the Caribbean*. 2007. SAGE Publications (Los Angeles, London, New Delhi and Singapore). Disponível em: <http://cdy.sagepub.com>. Acessado em 28.05.2015.

YUVAL-DAVIS, Nira. Intersectionality and Feminist Politics. *European Journal of Women's Studies*, 2006. P. 199. Disponível em: <http://ejw.sagepub.com/content/13/3/193>



SER OU NÃO SER, EIS A IDENTIDADE EM QUESTÃO

PONTES, Carlos Frederico Bustamante

Professor da Universidade Federal de São João del-Rei e Doutorando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina/PPGICH. E-mail: fredericobustamante@ig.com.br

LAGO, Mara Coelho de Souza

Professora Voluntária dos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas/PPGICH e do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina/PPGP. E-mail: maralago7@gmail.com

263

RESUMO

O trabalho em questão buscou realizar alguns apontamentos acerca da noção de identidade, em particular da identidade individual e social de gays e lésbicas, circunscritos em sua maior parte ao âmbito do pensamento de Michel Foucault, bem como de outras autoras e autores. A intenção do estudo foi refletir sobre algumas tendências contemporâneas, dentre elas as que nascem com a teoria de Foucault, que discutem a validade da afirmação das categorias identitárias e o papel destas diante do enfrentamento social na luta pela conquista de direitos. A crítica que se faz é que, muitas vezes, a manutenção de tais categorias favorece a continuidade do status normalizador empreendido pelo saber-poder hegemônico. O resultado da pesquisa oferece mais perguntas que respostas, indicando que não há respostas simples para uma questão de tamanha complexidade.

Palavras-chave: Identidade gay e lésbica. Michel Foucault. Movimentos sociais

ABSTRACT

The work in question sought to make some notes about the notion of identity, particularly of individual and social identity of gays and lesbians, confined mostly to the scope of the thought of Michel Foucault and other women and men authors. The intent of the study was to reflect on some contemporary trends, among them that are born with Foucault's theory, arguing the validity of the assertion of identity categories and their role on the social confrontation in the struggle for rights. The criticism that is made is that, often, the maintenance of such categories favors the continuity of normalizing status undertaken by the hegemonic knowledge-power. The search result offers more questions than answers, indicating that there are no simple answers to a question of such complexity .

Keywords: gay and lesbian identity. Michel Foucault. Social movements

INTRODUÇÃO

A questão da identidade homossexual começa a se colocar nas sociedades de forma mais expressiva a partir do advento do movimento de mesmo nome. Este nasce contemporaneamente de forma mais proeminente nos EUA, a partir do final dos anos de 1960, e vai se afirmando ao longo de toda a década de 1970 e 80 até os dias atuais.

O filósofo francês Michel Foucault foi um dos primeiros pensadores a refletir sobre o tema das recém-criadas identidades gay e lésbica na ocasião da formação do movimento



homossexual. Escreveu mais sobre a questão da identidade gay ao se deparar, em suas idas aos EUA, com os comportamentos e modos de vida desta comunidade em Nova Iorque e São Francisco. Por este motivo o pensamento de Foucault é a base teórica de discussão de nosso estudo, que conta com outras autoras e autores a refletirem sobre o tema das identidades individuais e de grupo (em especial LGBT e não apenas) nos dias que seguem.

O ponto de partida da discussão pretendida neste trabalho nasceu em face da aprovação, pela Suprema Corte dos EUA, da legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo em junho de 2015. A ocasião do acontecimento histórico, já há muito reivindicado pelo movimento hoje denominado LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros –, se colocou como um momento importante que consideramos relevante discutir e refletir à luz das perspectivas de Foucault sobre o assunto e com base no que ele prospectou sobre o tema.

1. A RESISTÊNCIA AO PODER OU À AQUIESCÊNCIA A ELE NO ÂMBITO DO DISPOSITIVO¹ DA SEXUALIDADE

1.1. O advento do movimento homossexual e a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo pela Suprema Corte dos EUA

No dia 26 de junho de 2015, a Suprema Corte dos Estados Unidos aprovou o direito constitucional do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Dois dias depois deste importante evento, em 28 de junho, se daria a comemoração do *Gay Pride*, Dia do Orgulho Gay, data que ficou internacionalmente conhecida enquanto marco do primeiro e mais representativo enfrentamento social e político entre a comunidade homossexual e o poder estatal norte-americano. Na ocasião do conflito de Stonewall², em meio aos contínuos maus tratos realizados pelo poder heterossexista estadunidense a esta comunidade, o embate que se deu

¹ Para Foucault, o dispositivo é “[...] um conjunto absolutamente heterogêneo que implica discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito quando o não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se estabelece entre estes elementos” (Foucault, *Dits écrits*, v.III, p. 299-300 apud Agamben, 2014, p. 24).

² O marco de Stonewall se configurou a partir de uma série de violentas manifestações espontâneas de membros da comunidade, hoje LGBT, contra a invasão da polícia que, continuamente, dava batidas no bar *Stonewall Inn*, localizado no bairro Greenwich Village de Manhattan, em Nova Iorque. Tal evento aconteceu nas primeiras horas da manhã de 28 de junho de 1969.



entre a polícia, gays, lésbicas, travestis e demais frequentadores do bar favoreceu o processo que deflagrou o início da organização do movimento homossexual e a gênese das categorias identitárias gay e lésbica. Interligados, estes dois fenômenos foram se configurando no âmbito das sociedades contemporâneas e se afirmando ao longo das décadas que se seguiram à Stonewall.

Na ocasião recente da aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, o presidente Barack Obama veiculou, em diferentes mídias, um discurso na Casa Branca que circulou o mundo. Neste discurso, o presidente disse: “Os americanos deveriam estar orgulhosos, [pois] pequenos atos corajosos fizeram o país compreender lentamente que amor é amor” (IG GAY, 26 de jun. 2015). Por certo os cidadãos norte-americanos conservadores não devem ter ficado orgulhosos e muito menos compreenderam ou aceitaram a legitimidade do amor entre pessoas do mesmo sexo. Diferente, é claro, dos milhões de gays e lésbicas daquele país, e não só dele, que se viram mais respeitados em suas cidadanias pelo fato de que seus intentos de união afetivo-sexual ganharam estatuto de legalidade, em igual representatividade e legitimidade social ao da relação heterossexual hegemônica em função da importante conquista política e histórica. No texto final da Suprema Corte dos EUA há a seguinte afirmação:

ao excluir casais do mesmo sexo do casamento, explicou, [...] nega-se a eles a “constelação de benefícios que os estados relacionaram ao casamento. [...] Eles pedem direitos iguais aos olhos da lei. A Constituição lhes concede este direito” (PORTAL G1, 26 de junho de 2015).

O texto demonstra claramente que o direito a certa “constelação de benefícios” legais só pode ser concedido pelos estados em face da vinculação dos indivíduos à instituição do casamento.

1.2. A biopolítica e o biopoder

O momento da decisão da Suprema Corte dos EUA foi particularmente significativo pela proximidade do dia que se completariam 46 anos, naquele mesmo país, do início do enfrentamento e marco importante da resistência dos gays, lésbicas e travestis na ocasião. Tal resistência, segundo Foucault, pode ser descrita como uma reação aos processos disciplinatórios do corpo, em particular no âmbito da sexualidade, dentre outros, realizados desde o final do século XVIII e denominados pelo filósofo de biopolítica e biopoder.

Estes conceitos, em consonância aos construtos da racionalidade política do Estado e da relação desta com o surgimento do liberalismo econômico, teriam sido desenvolvidos para



regulamentar, teoricamente, as forças coercitivas do Estado liberal em função da necessidade do aumento e controle da população com fins do crescimento da produção industrial emergente (REVEL, 2005).

O termo “biopolítica” designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica – por meio dos biopoderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, *da sexualidade*, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas (REVEL, 2005, p. 26, grifo nosso).

Foucault (2008, p. 493) esclarece que biopoder é “o conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais [e que] vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder”.

No que tange ao tema do investimento político do poder sobre os corpos, Judith Revel vai dizer ainda que o filósofo, nos anos de 1970, questiona-se a respeito da possibilidade, ou não, de recuperação do corpo em face da coerção dos dispositivos biopolíticos (REVEL, 2005). O questionamento de Foucault se dá em face de sua crença de que as tecnologias disciplinatórias do corpo, engendradas no intuito de torná-lo dócil, submisso e obediente às normatizações do Estado, incutiriam nos indivíduos (por meio desta perspectiva de coerção constitutiva e subliminar) uma alienação acerca do exercício individual da liberdade e da autonomia do sujeito frente ao jugo disciplinador e individualizador moderno.

Uma noção importante [para Foucault] nos anos de 1970 é a de que o poder produz ou, mais propriamente, produz a própria individualidade [a identidade]. Diante de estruturas plurais de poder, os indivíduos não teriam espaço (expressivo e importante ao menos) para o exercício efetivo da liberdade (CASTELO BRANCO, 2015, p. 31).

Por conseguinte, se apresenta a dúvida em Foucault sobre a possibilidade, ou não, de reversão deste estado de aprisionamento do corpo, submetido e moldado por tais processos de subjetivação. “[A] vida biopolítica é útil, dócil, segura, repleta de pastores laicos, religiosos e científicos, produzindo tentativas racionais de prolongamento da vida do corpo, articulada aos governos do espírito, da alma, da subjetividade [...]” (PASSETTI, 2015, p. 19).



Ao ter se acostumado a seguir e agir conforme as normas, leis e regulações do Estado de direito, e por sua vez forjado por estas, o sujeito moderno não saberia mais como distinguir-se das mesmas (tendo se assujeitado a elas, se tornado sujeito delas). Assim como um pássaro que nasceu e cresceu em uma gaiola e foi cerceado do aprendizado do voo, os indivíduos na modernidade não teriam desenvolvido, segundo Foucault, o sentido acerca de sua tendência (e direito) à liberdade em função da gaiola coercitiva na qual se constituíram e se subjetivaram por meio do biopoder.

O poder disciplinador do corpo tornou-se de tal forma necessário a fim de regular a conduta e a ação dos sujeitos diante da sociedade liberal emergente, que estes indivíduos desconhecem a noção de liberdade apesar de ela ter sido sempre aclamada por este mesmo Estado liberal como uma de suas principais bandeiras políticas e sociais (“Igualdade, liberdade e fraternidade”, por exemplo, como lema de ascensão do Estado liberal francês).

Foi principalmente em *Vigiar e Punir* (1975) e nos cursos que ministrou no Collège de France, nos anos de 1970, que Foucault mostrou como surgiram, a partir do século XVII, as técnicas de poder que, centradas no corpo dos indivíduos, causaram resultados profundos e duradouros no âmbito macropolítico (principalmente no que diz respeito à consolidação do Estado liberal, que é o estado moderno). Tais técnicas de poder são chamadas por Foucault de disciplinas (DANNER, 2010, p.150).

Mas o que são as disciplinas? Segundo Danner (p. 150), “as disciplinas são uma técnica, um mecanismo, um dispositivo de poder” que permitiriam um controle minucioso das operações do corpo promovendo a sujeição contínua de suas forças e impondo a este uma dinâmica de docilidade-utilidade. “Como se pode perceber, as disciplinas trabalham diretamente o corpo dos indivíduos, manipulam seus gestos e comportamentos, formam-no, adestram-no” (p. 150).

Quanto ao questionamento de Foucault, nos anos de 1970, acerca da viabilidade ou não da recuperação do corpo na contemporaneidade, Revel continua dizendo que, não por acaso, o filósofo participava, naquela mesma ocasião, das discussões sobre o advento do movimento homossexual. É em função destes debates sobre a luta pelos corpos e em meio à emergência dos movimentos sociais e do processo de liberação sexual já em curso desde os anos de 1960, que a analista de Foucault vai dizer que o filósofo afirma ser a sexualidade um problema político. Desta forma, “o corpo representa desde então um foco da resistência ao



poder, uma outra vertente dessa ‘biopolítica’ que se torna o centro das análises do filósofo no final dos anos de 1970” (REVEL, 2005, p. 32).

Neste sentido, a resistência dos corpos ao poder sobre a qual Foucault estaria falando não só representaria a perspectiva literal do enfrentamento individual e coletivo – corpo a corpo – tal qual se deu entre os homossexuais, as travestis e a polícia em junho de 1969, mas representaria também e, efetivamente, o processo de parte do corpo social que, em determinadas condições e circunstâncias, tenderia a resistir e a lutar por subjetivar-se de forma diferenciada da que o jogo disciplinador e homogeneizador estatal têm como meta continuamente instituir.

Malgrado dos mecanismos, técnicas e tecnologias de poder apresentados na analítica de poder, Foucault percebe, a partir de 1978, que em certas condições a força dos indivíduos e dos grupos tem o potencial de contestar os sistemas hegemônicos de poder. Mais: acaba por modificá-los, devagar, num lento e tenaz movimento diário, ou abruptamente, num movimento de transformação político-social de caráter revolucionário (CASTELO BRANCO, 2015 p. 33).

Desta forma, entendendo que o jogo do poder se dá em pelo menos uma via de mão dupla, é que Foucault vai trabalhar, mais para o final dos anos de 1970, sobre as tensões que existiriam entre o impulso de liberdade e de saída da “gaiola” na qual o corpo individual e social foi condicionado a viver, e a tendência subjetiva de permanência dele ali aprisionado. Pois para o filósofo:

o poder [será sempre] luta, enfrentamento, disputa, relação de forças, estratégia, onde se tem por objetivo acumular vantagens e *multiplicar benefícios*. A base das relações de poder [é] o confronto belicoso das forças sociais em antagonismo constante (DANNER, 2010, p. 148, grifo nosso).

Por outro lado, Castelo Branco (2015) diz que Foucault entendia que a análise da oposição entre grupo e poder não era algo de tão fácil compreensão, na medida em que o filósofo constata que muitas destas lutas seriam, desde os seus primórdios, algo que visava “à inclusão e/ou legitimação na ordem estabelecida [...], [e] acabam consolidando as estruturas do poder e auxiliando para o desenvolvimento de suas técnicas de controle das populações” (CASTELO BRANCO, 2015, p. 31-32). Pois as técnicas de manipulação e controle, segundo



Foucault, não seriam apenas encontradas hoje nos regimes autoritários, mas que são praticadas, inclusive, nos países considerados democráticos (CASTELO BRANCO, 2015).

Em face da constatação de Foucault e do exposto até o momento algumas perguntas ficam no ar: será que a decisão da Suprema Corte norte-americana reconheceu e/ou cedeu de fato aos contínuos embates políticos e sociais da comunidade LGBT ante ao poder hegemônico? Ou a decisão do Judiciário dos EUA só reafirmou uma nova estratégia de poder, manipulação e controle dos corpos ao ter legitimado, de forma constitucional, o casamento entre pessoas do mesmo sexo? Pois através da captura sub-reptícia destes corpos excluídos, agora reincorporados ao contexto social hegemônico (heterossexista) na atualidade, o governo norte-americano não estaria realizando uma nova faceta da biopolítica no âmbito do dispositivo da sexualidade?

2. MODOS DE SUBJETIVAÇÃO: A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE GAY E LÉSBICA E A VIDA ENQUANTO OBRA DE ARTE

Foucault entendia que estávamos todos “assujeitados” às contingências discursivas que constituíram as esferas socioculturais modernas, agindo até certo ponto inconscientes destas e, por este motivo, dependentes de tais contextos subliminares. Assim, lutar para distinguir-nos da norma a fim de uma maior liberdade de ação e conduta em sociedade era lançar-nos em uma nova armadilha rumo à captura do biopoder. Era ser novamente “apanhado nas malhas dos dispositivos modernos do saber-poder, produtores de identidades fixas e bem demarcadas” (DUARTE; CÉZAR, 2012, p. 13). A esse respeito, Foucault diz:

[...] todas as lutas atuais giram ao redor da mesma questão: quem somos nós? São uma recusa destas abstrações, uma recusa da violência exercida pelo Estado econômico e ideológico, que ignora que somos individualmente, e também uma recusa da inquisição científica ou administrativa, que determina nossa identidade.

Para resumir, o principal objetivo destas lutas não consiste tanto em atacar tal ou qual instituição de poder, ou grupo, ou classe, ou elite, mas uma técnica particular, uma forma de poder.

Esta forma de poder exerce-se sobre a vida cotidiana imediata, que classifica os indivíduos em categorias, as designa por sua individualidade própria, as fixa na sua identidade, lhes impõe uma lei de verdade que lhes é necessário reconhecer e que os outros devem reconhecer neles. Trata-se de uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos. Há dois sentidos do termo “sujeito”: sujeito submetido a outro pelo controle e pela dependência, e sujeito preso à sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si. Nos dois casos, este termo sugere uma forma de poder que subjuga e sujeita (FOUCAULT, s/d, p. 3-4).



Em face deste estado de coisas, Foucault não via como saída para os homossexuais, e não só para estes, a constituição de um movimento sócio-político e a consequente afirmação de uma identidade gay ou lésbica para o fim da exclusão social. Segundo ele, afirmar a homossexualidade enquanto identidade fixa seria caminhar rumo ao outro lado da moeda, dentro de um contexto geral no qual a heteronormatividade se encontra também inserida em face de uma constituição sociocultural e estrutural maior.

Dentre as formas de individualidade que nos foram impostas durante séculos, cabe considerar a heterossexualidade normativa, por um lado, mas também as perigosas tendências identitárias dos movimentos sociais que se enfrentam ao padrão heterossexual. Afinal, de uma perspectiva foucaultiana, toda busca da identidade “nos fixa em um dispositivo de obediência”, pois toda verdade que se possa alcançar acerca de si mesmo será sempre um “eco no sujeito particular de uma injunção social, geral (‘Quem é você?’) [...]” (GROS, 2008, p.138 apud DUARTE; CÉZAR, 2012, p. 13-14).

Mesmo com sua crítica ao estatuto da afirmação identitária, Foucault reconhecia a importância estratégica desta no âmbito das lutas políticas minoritárias, pois entendia, obviamente, que o Estado só reconheceria e concederia um determinado direito na medida em que pudesse definir o(a) requerente de tal direito. Contudo, para o filósofo, era importante que a prática e a ação política não fossem vinculadas diretamente a qualquer identidade essencialmente determinada e, sobretudo, que se recusasse a identificação de si orientando-se por quaisquer figuras relacionadas à sexualidade ou ao desejo. Se em determinado momento, de forma tática, houver a necessidade de uma afirmação identitária baseando-se na sexualidade, por outro lado esta afirmação não deve ser utilizada por um tempo muito maior do que o necessário. “Não se trata neste caso de confirmar sua identidade sexual, mas de recusar a injunção de identificação à sexualidade, às diferentes formas de sexualidade” (FOUCAULT, 1994, p. 662).

Ao entender que o potencial político e as conquistas dos movimentos sociais nos anos de 1960, 1970 e início dos 80 se revelavam principalmente enquanto possibilidade de renovação criativa e crítica de aspectos ontológicos da experiência individual e social, é que Foucault vai refletir e dizer que, tais percursos sociais e culturais, se mostravam como potencial histórico de abertura “para uma vida política criativa, inventiva e capaz de experimentação fora



dos grandes partidos burocráticos e alheia aos programas políticos tradicionais” (DUARTE; CÉZAR, 2012, p. 19).

É preciso considerar a ontologia crítica de nós mesmos não certamente como uma teoria, uma doutrina, nem mesmo como um corpo permanente de saber que se acumula: é preciso concebê-la como uma atitude, um êthos, uma via filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem possível (FOUCAULT, 2000, p. 351).

Ainda segundo Duarte e Cézar (2012), o filósofo compreendia que as conquistas dos movimentos de gays e lésbicas deveriam ser pensadas para além do próprio universo das questões homossexuais em que nasceram, pois estas questões diziam respeito a uma profunda e necessária transformação da vida, mentalidade e atitude de tais pessoas, assim como também necessária à vida de qualquer pessoa. Lutando por uma desvinculação à noção de uma identidade fixa que justificasse este ou aquele comportamento identitário, Foucault (1981, p. 3) vai dizer: “acredito que ser gay não [é] se identificar aos traços psicológicos e às máscaras visíveis do homossexual, mas buscar definir e desenvolver um modo de vida”. Segundo ele:

a homossexualidade é uma ocasião histórica de reabrir virtualidades relacionais e afetivas, não tanto pelas qualidades intrínsecas do homossexual, mas pela posição de “enviesado”, em qualquer forma, das linhas diagonais que se podem traçar no tecido social, as quais permitem fazer aparecerem essas virtualidades (FOUCAULT, 1981, p. 4).

Alexei Dodsworth Magnavita (2008), baseando-se em Foucault e Deleuze, também é crítico à noção de identidade gay (ou homossexual) já que entende que a noção de identidade se aproxima da ideia “de ‘ser idêntico a’, ou seja, ‘seguir um modelo pré-estabelecido’” (MAGNAVITA, 2008, p. 15-16). Deste modo, seguir um modelo impediria qualquer possibilidade de constituição de uma efetiva singularidade do sujeito, quer seja este homossexual ou não necessariamente. Segundo Magnavita, Foucault e Deleuze opõem-se a ideia de se seguir um modelo, pois entendem que o exercício da liberdade pressupõe justamente a contínua criação e recriação do indivíduo e a responsabilização deste por si, suas próprias escolhas e modos de ser no mundo, caminho este que não permite o referenciar-se a nenhum padrão pré-estabelecido como mediador de sua conduta.



Da mesma forma que Foucault teria criticado os gays de óculos Ray-ban e seus espessos bigodes (nos anos de 1970) ao chamá-los de “clones bigodudos” para referir-se a estes homens ‘todos iguais’” (p. 18), Magnavita também faz uma crítica aos gays dos anos 2000 e o culto ao corpo “moldado” pelo padrão corporal das academias de musculação. Para ele, tal padrão não só reproduz a manutenção de um modelo de supremacia machista e de masculinidade hegemônica no âmbito da subcultura gay, como também favorece o estigma de outros gays que não se aproximam ou se identificam com tal padrão.

Se o grupo não é multivocal, onde está a ética? Guatarri, com quem Deleuze trabalhou por diversas vezes, enfatizaria a ideia [também de Foucault] de “transversalidade”, por oposição aos grupos hierarquizados, onde temos um que fala em nome de todos os outros (p. 19).

Este modelo corporal adotado atualmente na subcultura gay, segundo o autor, é autoritário e discriminatório em relação aos gays que são considerados, por exemplo, “afeminados”. Magnavita (p. 21) conclui sua crítica à padronização da identidade gay hoje em dia dizendo que é “deste machismo colonialista que os gays precisam se livrar – não apenas fora de si, mas principalmente dentro de si mesmos”.

Assim, é pensando na ideia de que os gays e lésbicas (e não só estes e estas) teriam a tarefa de constituição de uma vida individual com base em uma tessitura própria, original, a ser concebida enquanto obra de arte pessoal a ser burilada por meio de uma “estética da vida”, que Foucault vai realizar seus últimos estudos e desenvolver o Terceiro Volume da *História Sexualidade – O cuidado de si*. Neste, o sujeito se coloca como o “inventor de modalidades da existência de acordo com regras facultativas capazes de resistir às diferentes formas de saber e poder, mesmo quando o saber se esforça por ser apropriar delas e dominá-las” (PEIXOTO JUNIOR, 2008, P. 18).

Para constituir esta ética do cuidado de si, Foucault vai retornar aos gregos e romanos em suas pesquisas a fim de sair das amarras do cristianismo (e da renúncia a si mesmo enquanto preceito ético e moral dominante) no intuito de analisar diferentes maneiras do indivíduo se ver, viver e se constituir. O *ethos* pesquisado por Foucault tem como base a ideia de “uma prática de si, [...] um fenômeno bastante importante em nossas sociedades desde a era greco-romana, embora não tenha sido muito estudado” (FOUCAULT, 2004a, p. 265).



A prática de si deve ser entendida como uma prática de autoformação não coercitiva, uma prática ascética que não implica em uma moral de renúncia, [mas] um exercício de si sobre si pelo qual o sujeito tenta elaborar-se, transformar-se e aceder a um modo de ser singular (PEIXOTO JUNIOR, 2008, p. 21).

Com isso o filósofo pretende reabilitar o “princípio délfico do ‘conheça-te a ti mesmo’” (p. 19), embora ressignificado na atualidade. Não que, com isso, Foucault estivesse nos propondo um retorno à Antiguidade greco-romana, mas, sim, um salto qualitativo em nossa compreensão de nós mesmos “que o contato com esta ou aquela filosofia [que foi quase esquecida, pudesse] produzir alguma coisa, mas seria preciso enfatizar que essa coisa é nova” (FOUCAULT, 2004a, p. 280).

Esta elaboração da própria vida como uma obra de arte pessoal, ainda que obedecendo a certos cânones coletivos, estava ao centro, me parece, da experiência moral, da vontade moral na Antiguidade, enquanto que, no cristianismo, com a religião do texto, a idéia de uma vontade de Deus, o princípio de uma obediência, a moral assume muito mais a forma de um código de regras (somente certas práticas ascéticas estavam mais ligadas ao exercício de uma liberdade pessoal) (FOUCAULT, 1984, p. 2).

Foucault entende que os gays e lésbicas necessitariam muito mais da libertação do cogito normativo moral cristão a fim de desenvolverem uma “arte de viver” calcada na vivência de sua sexualidade e de seus prazeres, do que lutarem propriamente por uma política de direitos formulada por uma ciência sexual ou por um estado tutor, como acontece nas sociedades através dos exercícios de biopoder (SILVA; PEREIRA, 2010). Segundo o filósofo, “nós não devemos descobrir que somos homossexuais [...], nós devemos, antes, criar um modo de vida gay. Um tornar-se gay” (FOUCAULT, 2004b, p. 261). Já que a identidade é algo que nos limita, temos “(e devemos ter) o direito de ser livres” (p. 266).

A luta travada pelos gays, segundo Foucault, não seria apenas para se defender do preconceito, do racismo de direitos. A maior luta seria agonística, em prol da liberdade de expressar sua vida de forma prazerosa, intensa e artística. É lutar não apenas contra a relação de poder inerente à sociedade, em nome de uma proverbial dignidade, *mas lutar contra si mesmo*, contra a mediocridade de se colocar parcialmente de um lado, se identificando como um segmento, ante as exigências exteriores, por exemplo, de uma identidade necessária (SILVA; PEREIRA, 2010, p. 92, grifo nosso).



Foucault propõe, assim, que o sujeito não se limite a olhar apenas pelo viés da sexualidade neste caminho de se constituir por uma “prática de liberdade” (FOUCAULT, 2004a, p. 270), mas utilizar a sexualidade como referência a fim de exemplificar e explicitar a diferença entre a liberação de estados opressores de dominação e a busca por uma liberdade enquanto prática do cuidado de si.

se tomarmos o exemplo da sexualidade, é verdade que foi necessário um certo número de liberações em relação ao poder do macho, que foi preciso se liberar de uma moral opressiva relativa tanto à heterossexualidade quanto à homossexualidade; mas essa liberação não faz surgir o ser feliz e pleno de uma sexualidade na qual o sujeito tivesse atingido uma relação completa e satisfatória. A liberação abre um campo para novas relações de poder, que devem ser controladas por práticas de liberdade (FOUCAULT, 2004, p. 267).

A partir destas práticas de liberdade caminha-se rumo a um “processo de autonomização” (CASTELO BRANCO, 2015, p. 40) no qual estão em jogo as diferentes possibilidades do exercício da liberdade e a antinomia destas ante as pressões disciplinares forjadas por relações de poder que engessam os sujeitos em instâncias de “normalização e de acomodação social” (CASTELO BRANCO, 2015, p. 40). O esforço maior é o de se “construir uma relação não normalizada ou normalizável consigo” (PEIXOTO JUNIOR, 2008, p. 18) a fim de burlar o poder disciplinador moderno e construir uma atitude ético-estética que subverta a rede do saber-poder (PEIXOTO JUNIOR, 2008).

3. A AFIRMAÇÃO (OU NÃO) DA IDENTIDADE DE GRUPO COMO INSTRUMENTO DE LUTA SOCIAL

Duarte e César (2012), embora em consonância à perspectiva foucaultiana (que entende que a ruptura da afirmação da identidade fixa, fundamentada na sexualidade, é o único caminho possível a fim de se transpor as “garras” do biopoder), dizem que reconhecem e também não podem negligenciar os importantíssimos ganhos jurídicos e políticos dos movimentos sociais. Os autores observam que são visíveis os esforços e as lutas destes movimentos pelo reconhecimento de direitos em uma sociedade excludente e de valores hegemônicos. Entretanto, Duarte e César alegam que tais conquistas sociais e políticas acabam por minimizar a força e a potência questionadora e crítica dos movimentos sociais feminista e LGBT. Segundo eles, tais conquistas, de forma recorrente “se fazem acompanhar da



reprodução da lógica disciplinar da normalização promovida e disseminada socialmente como efeito do ‘dispositivo da sexualidade’” (DUARTE E CÉZAR, 2012, p. 14-15).

A justificativa dos autores para a crítica que fazem ao *modus operandi* atual dos movimentos sociais é a de que tais conquistas, no intuito estrito de propiciarem a inclusão de novos sujeitos identitários no universo jurídico dos direitos, tendem a reforçar a dinâmica institucional do saber-poder já em curso, que é disciplinadora e normalizadora, e age de modo à domesticação ou à exclusão do desconhecido. Estes ou estas, ao estarem fora da norma vigente, são “considerados como abjeções incompreensíveis. [Tais] indivíduos e [suas] experiências inclassificáveis e ininteligíveis, de corpo e gênero, continuam excluídos ou são incluídos nesse regime jurídico-disciplinar sob o preço de sua pacificação normalizada” (DUARTE; CÉZAR, 2012, p. 14-15).

No mesmo caminho de Duarte e Cézar, a/o acadêmica/o e militante transexual Marie-Hélène/Sam Bourcier (2015, p. 15) diz-se também bastante crítica/o quanto ao que “a política igualitária nos levou com seu modo de engajar a luta contra as discriminações, com essas histórias de casamento gay e lésbico, mas não trans.” Segundo Bourcier:

o casamento não é um direito. É um privilégio e uma idiotice. É essa política daqueles que chamo de “bons-homos” e os same sex, tendo em vista que essa fração rica e branca das lésbicas e gays (LG) não se define mais por expressões de gênero diferentes, mas pelo fato de ser homem ou mulher: essa bússola do sexo seria a orientação sexual. Acredito que essas políticas são cúmplices do neoliberalismo, que promovem o homoprodutivo e o homonacionalista, para não dizer racista (BOURCIER, 2015, p. 15).

Bourcier continua dizendo que há a necessidade de se ir “contra esse novo lugar de produção da subjetividade homo” (p. 15), que aderiu à economia vigente e ao trabalho contribuindo para o reforço de comportamentos normalizados e já incorporados ao sistema neoliberal. Ela/ele quer ver o que seria, esta sim, uma agenda queer e transfeminista mais efetiva de transformação e justiça social, que subverta os ditames dominantes e caminhe em oposição às políticas LG.

Na análise de Richard Miskolci (2012, p. 25) sobre o movimento homossexual, o autor vai dizer que este sempre caminhou para “adaptar os homossexuais às demandas sociais”, para que gays e lésbicas fossem incorporados(as) socialmente e vistos(as) de forma normal e respeitosa. Por sua vez, os queer tinham e ainda têm como intento “mudar a sociedade de forma que ela lhes seja aceitável” (p. 25). Os homossexuais, ao denunciarem a heterossexualidade como compulsória, afirmam a defesa da homossexualidade e pretendem a criação de um novo



status heteronormativo no qual estejam inseridos e normalizados. Já os que são considerados anormais pelo deslocamento do gênero “ou não enquadrarem suas vidas amorosas e sexuais no modelo heterorreprodutivo” (p. 25), são alijados socialmente e vistos como seres abjetos (MISKOLCI, 2012). Daí a crítica do movimento queer ao de LG.

Didier Eribom (2008, p. 405) vai dizer que Foucault se encontra mais perto “dos modos de vida *gays* dos anos setenta e oitenta” do que das questões separatistas do movimento de LG empreendidas pela atual cultura queer. Segundo o autor, Foucault separa os diferentes modos de vida a serem criados por homens gays e mulheres lésbicas e diz que estas “relações fortes [...], como fundamento de uma cultura a ser inventada,” (p. 405) devem ser percebidas para além da sexualidade, embora seja esta, “apesar de tudo [...], o que serve de cimento para o novo tecido relacional que cria na sociedade um novo princípio de diferenciação” (p. 405).

Por sua vez, a feminista Joan Scott (2005) diz que em uma sociedade desigual na qual o indivíduo é reduzido a uma determinada categoria identitária, a identificação a tal categoria acaba por gerar um efeito por vezes “devastador e embriagador” (SCOTT, 2005, p. 18). Pois o estigma criado a fim de excluir aquele que difere de qualquer padrão normativo, acaba por transformar o indivíduo estigmatizado em objeto de discriminação e estereótipo. Já quando este mesmo indivíduo se torna membro de um movimento social, sua fragilidade transforma-se em força em função do apoio e solidariedade que recebe no engajamento a uma luta comum.

Por isso Scott entende que as identidades de grupo, que nascem a partir das identificações individuais a determinados aspectos vividos em comum, acabam sendo um elemento inevitável da vida social e da vida política. Pois ambas, sociedade e política, diz ela, estão interconectadas e as distinções de cada grupo se tornam aparentes, são explícitas e alvo de problematização em contextos sociais e políticos específicos. É nesses momentos, diz Scott (2005, p. 18):

[...] quando exclusões são legitimadas por diferenças de grupo, quando hierarquias econômicas e sociais favorecem certos grupos em detrimento de outros, quando um conjunto de características biológicas ou religiosas ou étnicas ou culturais é valorizado em relação a outros, que a tensão entre indivíduos e grupos emerge. [...] Indivíduos para os quais as identidades de grupo eram simplesmente dimensões de uma individualidade multifacetada descobrem-se totalmente determinados por um único elemento: a identidade religiosa, étnica, racial ou de gênero.

E Scott (p. 29) continua dizendo:



se as identidades de grupo são um fato da existência social e se as possibilidades de identidades individuais repousam sobre elas tanto em sentido positivo quanto negativo, então não faz sentido tentar acabar com os grupos ou propositadamente ignorar sua existência em nome dos direitos dos indivíduos. Faz mais sentido perguntar como os processos de diferenciação social operam e desenvolver análises de igualdade e discriminação que tratem as identidades não como entidades eternas, mas como efeitos de processos políticos e sociais.

O argumento de Scott tem sido de que o tensionamento entre identidade de grupo e identidade individual não pode ser resolvido. Na opinião dela este é uma “consequência das formas pelas quais a diferença é utilizada para organizar a vida social” (P. 22).

Em um caminho semelhante ao de Scott, a também feminista María Luisa Femenías (2007, p. 21) vai dizer que:

muchas veces, para alcanzar la visibilización – que es justamente la denuncia de la exclusión – se apela a estrategias de autoafirmación identitaria como si de identidades esenciales se tratara. Esta autoafirmación permite un giro trópico. Una suerte de trabajo de autoafirmación identitaria que contribuye e erosiona las claves de la exclusion, para luego – em um segundo momento – erosionar también las pautas esencializantes que contruyeron desde outro lugar a una sujeto-agente desnormativizada; para resignificarse.

Por fim, Judith Butler (2003), refletindo sobre a questão das discussões atuais acerca do casamento entre pessoas do mesmo sexo, entende que a questão deve ser mesmo ampliada para além dos limites normativos e conservadores que vêm de roldão atrelados ao peso que a instituição do casamento carrega em função de seus pilares heteronormativos e liberais. Não há como se pensar o casamento (enquanto um contrato-social moderno), diz ela, sem observá-lo como fazendo parte da normalização e legitimação de um determinado status quo que exclui, em contrapartida, o que difere por qualquer motivo de tal modelo de união afetivo-sexual.

Para um movimento sexual progressista, mesmo alguém que deseje tornar o casamento uma opção para nãoheterossexuais, a proposição de que o casamento deva se tornar a única maneira de sancionar ou legitimar a sexualidade significa um conservadorismo inaceitável. [E como essa legitimação legal com os benefícios adquiridos por meio dela afetam] a comunidade dos não-casados, dos solteiros, dos divorciados, dos não interessados em casamento, dos não-monogâmicos – e como o campo sexual torna-se assim reduzido, em sua própria legibilidade, se o casamento se torna a norma? (BUTLER, 2003, p. 232).



Assim, em face de todos estes questionamentos atuais, Rick J. Santos (2014, p. 148), ao observar o pantanoso e tensionado lugar no qual se encontra a discussão hoje sobre o papel e a relevância da luta política pela afirmação identitária e o contraponto das perspectivas de não identificação rígida a modos diferenciados de se viver a sexualidade e o gênero, diz que é necessário “(re)pensar uma teoria-proposta inclusiva de coalisão entre ‘diferentes’, capaz de criar visibilidade em estruturas de poder institucionalizado de coerção e fragmentação, sem cair na armadilha da vitimização e da cooptação”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em questão configura-se muito mais como um apanhado de ideias e reflexões sobre o tema estudado do que propriamente uma hipótese apontada, logo ao início da pesquisa, que demandaria um resultado a ser considerado ao final.

O percurso do estudo nasceu de uma indagação pessoal e intelectual do autor e da autora do trabalho com base nos questionamentos de Foucault relacionados ao âmbito da biopolítica, do dispositivo da sexualidade e dos modos de vida diferenciados a serem criados em face dos hegemônicos. Assim, como o caminho se faz caminhando, ampliar a compreensão sobre o tema nos coloca diante da real possibilidade de estabelecermos percursos próprios, a serem concebidos a fim da criação de modos de vida individuais na contramão do saber-poder constituído, na busca da construção de nossas singularidades e do exercício da liberdade.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é um dispositivo? & O amigo*. Chapecó: Argos. 2014.
- BOURCIER, Marie-Hélène/Sam. Entrevista. [setembro de 2015]. SP: *Revista Cult*, nº 205, ano 18, 2015, pp. 11-15. Entrevista concedida Pedro Paulo Gomes Pereira.
- BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual. In: *Cadernos Pagu*, nº 21, 2003. pp. 219-260. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a10.pdf>>. Acesso em 25 de jan. 2016.
- CASTELO BRANCO, Guilherme. *Michel Foucault – Filosofia e biopolítica*. RJ: Autêntica, 2015.
- DANNER, F. O Sentido da Biopolítica em Michel Foucault. *Revista Estudos Filosóficos DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG*, nº 4, 2010, pp. 143-157. Disponível em:<<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>>. Acesso em: 25 de julho de 2015.



DUARTE, A; CÉZAR, M. R. A. Estética da existência como política da vida em comum: Foucault e o conceito de comunidades plurais. O que nos faz pensar. RJ: *Revista de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*, out 2012, pp.1-21 Disponível em: <http://www.academia.edu/2576512/Est%C3%A9tica_da_exist%C3%Aancia_como_pol%C3%ADtica_da_vida_em_comum_Foucault_e_o_conceito_de_comunidades_plurais>. Acesso em 12 de agosto de 2015.

ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. RJ: Companhia de Freud, 2008.

FOUCAULT, Michel. Da amizade como modo de vida. Entrevista com Michel Foucault. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento do original De l'amitié comme mode de vie. Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux, publicada no *jornal Gai Pied*, nº 25, abril de 1981, pp. 38-39. Disponível em: <http://escolanomade.org/images/stories/biblioteca/downloads/foucault_amizade_mododevida.pdf>. Acesso em: 15 de jul. de 2015.

_____. Uma estética da existência. Une esthétique de l'existence (entretien avec A. Fontana), *Le monde*, 15-16 juillet 1984, p. XI. Tradução de wanderson flor do nascimento. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/estetica%20(1).pdf. Acesso em: 15 de jul. de 2015.

_____. *Dits et Écrits*, vol. IV, Paris: Gallimard, 1994.

_____. *Ditos e Escritos*, vol. II, RJ: Forense universitária, 2000.

_____. *Ditos e Escritos*, vol. V, RJ: Forense universitária, 2004.

_____. M. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. *Verve*, 5, 2004b, pp. 260-277. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/viewFile/4995/3537>> Acesso em: 15 de jul. de 2015.

_____. *Segurança, Território, População*. SP: Martins Fontes, 2008.

_____. O saber gay. Tradução de Eder Amaral e Silva e Heliana de Barros Conde Rodrigues. *Revista Eopolítica*, n. 11, jan-abr 2015, pp. 2-27. Disponível em:<<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/23545>>. Acesso em 01 de ago. 2015.

_____. Porque estudar o poder: a questão do sujeito. Excertos de: FOUCAULT, M. Le pouvoir, comment s'exerce-t-il?, in: loc. Cit., s/d. pp. 308-316. Tradução provisória de Selvino José Assmann.

FEMENÍAS, María Luisa. Esbozo de um feminismo latinoamericano. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, nº 15, jan-abr 2007, pp. 11-25.

GROS, F. O cuidado de si em Michel Foucault. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (orgs.) *Figuras de Foucault*. BH: Autêntica, 2008.



MAGNAVITA, Alexey Dodsworth. Identidade gay e os preconceitos que cerceiam a intolerância. In: *Revista Filosofia Ciência & Vida*. Ano 2, nº 22, 2008, pp.14-23.

MISKOLCI, Richard. *Teoria queer. Um aprendizado pelas diferenças*. SP: Autêntica, 2012.

REVEL, Judith. *FOUCAULT, Conceitos essenciais*. São Carlos, Claraluz, 2005.

PASSETTI, Edson. Prefácio. In: CASTELO BRANCO, Guilherme. *Michel Foucault – Filosofia e biopolítica*. RJ: Autêntica, 2015.

PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. *Singularidade e subjetivação*. RJ: 7 Letras, 2008.

SANTOS, R. J. *Poética da diferença – Um olhar queer*. SP: Hagrado edições, 2014.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. Trad. Port. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, vol. 13, n.1, 2005, pp.1-20. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000100002>>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

SILVA, Keitiana. S.; PEREIRA, F. V. M. Do Estilo de Vida Gay: Um não à Identidade Sexual em *Michel Foucault. Ensaios Filosóficos*, Volume II – out 2010, pp. 87-99. Disponível em:<http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo2/Keitiana_Souza_Silva.pdf>. Acesso em: 01 de agosto de 2015.

SOUSA, M. Homossexualidade e Amizade como Modo de Vida. Disponível em:<<http://www.webartigos.com/artigos/homossexualidade-e-amizade-como-modo-de-vida/13727/>>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

SUPREMA Corte dos EUA legaliza casamento gay em todo país; veja reações. In: IG GAY, 26 de jun. 2015. Disponível em:<<http://igay.ig.com.br/2015-06-26/suprema-corte-dos-eua-legaliza-casamento-gay-em-todo-pais-veja-reacoes.html>>. Acesso em: 26 de junho de 2015.

SUPREMA Corte dos EUA aprova o casamento gay em todo o país. In: PORTAL G1, 26 de jun. 2015. Disponível em:<<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/06/suprema-corte-dos-eua-aprova-o-casamento-gay-nacionalmente.html>>. Acesso em: 26 de junho de 2015.



INCLUSÃO E APRENDIZAGENS: ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS IDOSAS MEDIADA PELA INFORMÁTICA

SOARES, Márcia Regina Pacheco

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Cognição e Linguagem da
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF*

E-mail: mpachecosoares@gmail.com

MANHÃES, Fernanda Castro

*Estudante de Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Cognição e Linguagem da
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF*

E-mail: castromanhaes@gmail.com

ISTOE, Rosalee Santos Crespo

*Professora do Programa de Pós-Graduação Cognição e Linguagem da
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro*

E-mail: rosaleeistoe@gmail.com

RESUMO

A nova estrutura da população brasileira, as transformações sociais e as inovações tecnológicas, apontam para a necessidade de especificidade nos processos educativos para as pessoas idosas. A população idosa apresenta a maior taxa de analfabetismo, entre os grupos de idade, ocasionando não apenas limitações e exclusão social, mas também a exclusão do mundo digital e tecnológico. A partir dos pressupostos que conferem relevância à educação para a inclusão social e para a longevidade com qualidade de vida, este trabalho tem como objetivo discutir a relevância da mediação da informática no processo de alfabetização de pessoas idosas. Constatou-se que utilização da informática se configura como uma ferramenta de estímulo, de motivação e favorecedora do desenvolvimento cognitivo e de inclusão da pessoa idosa na sociedade atual.

Palavras-chave: Idoso, alfabetização, Informática.

ABSTRACT

The new structure of the Brazilian population, the social changes and technological innovations, point to the need for specificity in the educational processes for older people. The elderly population has the highest illiteracy rate among age groups, causing not only social exclusion and limitations, but also the deletion of the digital world and technology. From the assumptions which give relevance to education for social inclusion and for longevity with quality of life, this paper aims to discuss the relevance of computer mediation in the process of literacy of older people. It was noted that use of information technology is configured as a tool of stimulation, motivation and cognitive development and favorers of inclusion of elderly person in current society.

Key-words: Aged, literacy, Informatics.



1. INTRODUÇÃO

1.1. Novos Paradigmas

O processo de transição demográfica, relacionado com a queda das taxas de mortalidade e fecundidade vem configurar um novo retrato da população brasileira que se reflete em mudanças nas demandas por Políticas Públicas específicas. O paradigma da inclusão de pessoas idosas em processos de aprendizagens nos remete a pensar em novas práticas pedagógicas que visem promover a interação em diferentes formas de construção do conhecimento, eliminando barreiras e vislumbrando novos caminhos que possibilitem a permanência ativa da pessoa idosa na sociedade.

Dados estatísticos divulgados pelo IBGE (2011) revelam que se considerando às faixas etárias, a população idosa apresenta a maior taxa de analfabetismo, o que conseqüentemente acarreta maior grau de dependência e exclusão social. Idosos analfabetos demonstram interesses em aprender a utilizar novas tecnologias, porém a falta de domínio da leitura e da escrita aumenta o grau de dificuldades, resultando na inviabilidade de inserção destes no mundo digital. Diante desses argumentos, este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa exploratória, seguindo uma abordagem qualitativa, como objetivo analisar se a introdução da informática como recurso didático-pedagógico no processo de alfabetização de idosos, pode se configurar como uma ferramenta facilitadora no processo de aprendizagem. Para tal foram desenvolvidas aulas de alfabetização/letramento alternadas com aulas de informática e revisão dos conteúdos estudados com o auxílio do computador.

Este estudo foi desenvolvido com 10 idosos participantes do projeto de Extensão Universitária Terceira Idade em Ação da Universidade Estadual do Norte Fluminense no município de Campos dos Goytacazes/ RJ.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A Transição Demográfica e o Envelhecimento

O mundo está no centro de uma transição irreversível no processo demográfico, que tem como consequência populações mais velha. A Organização Mundial da Saúde (2005) considera que o envelhecimento da população mundial é a maior história de sucesso de desenvolvimento humano. Embora estabelecido como mero valor cronológico, que nem sempre correspondente à idade fisiológica, é considerado como limite inicial caracterizador da velhice pela OMS (2005), a idade de 65 anos, para os países desenvolvidos e a idade de 60 anos para os países em



desenvolvimento. A OMS (2005) também ressalta que qualquer que seja a idade definida dentro de contextos diferentes, é importante reconhecer que a idade cronológica não é um marcador preciso para as mudanças que acompanham o envelhecimento. Existem variações significativas relacionadas ao estado de saúde, participação e níveis de independência entre pessoas idosas que possuem a mesma idade. Afirma que as autoridades precisam considerar essas variações ao formular políticas e programas para esta população.

No contexto mundial, a ONU (2014) revela que atualmente, 64% de todas as pessoas com mais de 60 anos vivem atualmente em regiões menos desenvolvidas e este percentual deverá aproximar-se de 80% em 2050.

O Brasil, acompanhando a tendência mundial, vive também um período de transição demográfica com acelerado envelhecimento humano e aumento na expectativa de vida, acarretando importantes implicações para indivíduos, famílias e toda a sociedade.

Dados estatísticos do IBGE (2011) revelam que a previsão é que o número de idosos triplique até 2050, passando de 21 milhões em 2010 para 63 milhões. A população com 60 anos ou mais de idade passou de 14,2 milhões em 2000, para 19,6 milhões em 2010, devendo atingir 41,5 milhões em 2030, e 73,5 milhões em 2060. Já o grupo populacional de 70 anos ou mais de idade, que representava 2,3% da população total em 1980, passou em 2010, para 4,8% do total. “Espera-se, para os próximos 10 anos, um incremento médio de mais de 1,0 milhão de idosos anualmente no Brasil” (CAMPOS, et. al., 2015, p 146). Muller (2015) considera que esse crescimento representa uma importante conquista social, e que tal conquista, resulta da melhoria das condições de vida, com ampliação do acesso a serviços médicos preventivos e curativos, ao avanço da tecnologia médica, a ampliação da cobertura de saneamento básico, como também ao aumento da escolaridade e da renda, entre outros determinantes.

O IBGE (2011) considera que em 2025 o Brasil estará mundialmente colocado no sexto lugar em relação ao número de população mais idosa. A tendência de envelhecimento populacional fica ainda mais clara ao se observar que o grupo de pessoas de 60 anos ou mais de idade, segundo IBGE (2013), será maior que o grupo de crianças com até 14 anos de idade após 2030, e em 2050 a participação de idosos na população total será maior que a de crianças e jovens com até 29 anos de idade.

O município de Campos dos Goytacazes/RJ, de acordo com o IBGE (2015), tem uma população total de 483.970 mil habitantes, distribuída entre as zonas rurais e urbanas e ocupa o 22º lugar entre os municípios mais populosos do país (exceto as capitais) segundo IBGE



(2014). De acordo com o censo 2010 (IBGE, 2011), o município tinha 55.258 mil habitantes com idade igual ou superior a 60 anos, correspondendo a 11,41% da população total do município, com previsões de alcançar 69 mil em 2025 e 140 mil em 2050.

2.2. Velhice e Educação

A partir das últimas décadas do século XX, o envelhecimento populacional, passou a chamar a atenção de cientistas e pesquisadores de todo mundo, corroborando com a produção científica sobre a velhice, onde estudos e pesquisas de diversas áreas, com abordagens a diferentes temas, passaram a contribuir significativamente na alteração dos conceitos referentes à pessoa idosa e suas representações sociais. Tais contribuições, de incontestáveis relevâncias, vêm fortalecendo a superação de estigmas e os preconceitos e a inclusão do novo conceito de envelhecimento. Para Lima (2001, p. 51) “A partir do reconhecimento de que a velhice é algo além do envelhecimento fisiológico e psicológico de indivíduos, as práticas de intervenção puderam ser modificadas significativamente”.

Na atualidade é comum à procura, pelos idosos, por atividades educativas em cursos da educação básica na Educação de Jovens e Adultos (EJA), em graduações, estudo de línguas estrangeiras, artesanatos, cursos de reciclagens, de tecnologias da informação, além da participação em academias de atividades físicas, que visando este público, oferecem atividades específicas. Diversos estudos sobre a aprendizagem têm demonstrado a importância de atividades desses tipos para o desenvolvimento de habilidades na velhice e para a manutenção do envelhecimento ativo, saudável e com qualidade de vida.

Para Duay e Bryan (2006) citado por Scoralick-Lempke, et. al. (2012, p.650), “além de ser uma forma de exercitar a mente, a aquisição de aprendizagens na velhice permite novas experiências sociais, funcionando como uma estratégia de enfrentamento frente às perdas que ocorrem nessa fase da vida e como uma forma de lazer e obtenção de prazer.” Os autores acrescentam ainda que assim, o envelhecimento assume significados diferentes, e permite que o idoso reveja seu projeto de vida, seus ideais e expectativas, fazendo com que experimente maior liberdade, com maior autonomia e exerça sua cidadania.

Partindo da concepção de envelhecimento ativo e saudável, pressupõe-se que preservando o equilíbrio entre as suas potencialidades e limitações, a aquisição de novas aprendizagens se destaca como auxiliar na manutenção de um envelhecimento saudável quer seja nos aspectos físicos, psicológicos ou sociais, visto que, “o desenvolvimento das



capacidades cognitivas ocorre durante toda a vida, inclusive na velhice, contrapondo-se à tradicional ideia de que somente crianças e adolescentes poderiam se desenvolver cognitivamente” (SCORALICK-LEMPKE, et al., 2012, p.650).

Como coadjuvantes do funcionamento e fortalecimento cognitivo na velhice, destacam-se, entre outros, a motivação, a autoestima, a satisfação com a vida, a autoconfiança e a segurança de pertencimento a grupos familiares e sociais. Neste sentido, a educação ocupa papel fundamental para os aspectos cognitivos durante o processo de envelhecimento, favorece a formação crítica do idoso, para que tenha condições de manter-se ativo e com maior inserção social, com consciência de seus valores, com potencialidade de articulação, de exigir mais respeito, dignidade, reivindicar os seus direitos e ter maior percepção de suas próprias competências.

Freire (1996) entende a educação “como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço da reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento”. (p.98).

Para Morin (2000) “a educação deveria mostrar e ilustrar o Destino multifacetado do humano: o destino da espécie humana, o destino individual, o destino social, o destino histórico, todos entrelaçados e inseparáveis”. (p. 61).

Nesta ótica, Oliveira (2009) acrescenta que a educação é o desenvolvimento de potencialidades e apropriação do saber social, um conjunto de conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações para dar conta de seus interesses e necessidades, que tem como objetivo a formação integral do homem, ou seja, o seu desenvolvimento físico, político, social, cultural, filosófico, profissional, afetivo, entre outros. Para o autor esta concepção de educação fundamenta-se numa perspectiva crítica que o homem na sua totalidade, como ser constituído pelo biológico, material, afetivo, estético e lúdico.

2.3. O Idoso e o Analfabetismo

As Políticas Públicas de Educação brasileira têm como foco principal a educação de crianças e jovens deixando à margem principalmente os idosos. A questão do direito à educação e do acesso à escolaridade são imprescindíveis também nesta fase da vida. O dilema da não escolarização da população idosa no país é extremamente sério visto que a OMS considera que



“os baixos níveis de instrução e o analfabetismo estão associados a maiores riscos de dependência e morte durante o processo de envelhecimento”. (OMS, 2005, p. 30).

Entretanto, o nível educacional dos idosos no Brasil é considerado muito baixo pelas estatísticas publicadas pelo IBGE (2011), de acordo com dados do censo de 2010, é a maior taxa de analfabetismo, considerando-se os grupos de idade. Dados mais atualizados, de acordo com o IBGE/ PNAD (2015), revelam que em 2013, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada, no Brasil, em 8,5%, o que corresponde a 13,3 milhões de pessoas. Em relação ao sexo, a maioria dos analfabetos em 2013 era de mulheres com 50,5%.

Considerando-se os grupos etários as pessoas com 60 anos ou mais de idade alcançavam 24,3% de analfabetos em 2013. “Como as maiores taxas de analfabetismo estão nestes grupos etários, isso pode contribuir para que a taxa de analfabetismo seja de 8,5% para o Brasil”. (IBGE/PNAD, 2015, p. 52).

De acordo com o censo 2010 (IBGE, 2011), 11,41% da população do município de Campos dos Goytacazes com idade igual ou superior a 60 anos, correspondendo a 55.258 mil habitantes e, deste grupo, 32.783mil eram analfabetos, correspondendo a 59.327 % do número total de idosos do município.

Para justificar as altas taxas de analfabetismo entre a população idosa, o IBGE (2002) considera que esse indicador é um termômetro das políticas públicas brasileiras do passado, e que a falta de oportunidade de acesso às instituições escolares nas décadas de 1930 a 1950, seja um dos fatores dessa realidade. Pois ”nas décadas de 1930 até, pelo menos, os anos 1950, o ensino fundamental ainda era restrito a segmentos sociais específicos. Nessa medida, o baixo saldo da escolaridade média dessa população é um reflexo desse acesso desigual”. (IBGE, 2002, p.20).

O Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF, 2005) do Instituto Paulo Montenegro considera que o analfabetismo corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas que envolvem decodificação de palavras e frases e realizar tarefas elementares com números, como ler o preço de um produto ou anotar um número de telefone. Destaca que “é considerada analfabeta funcional a pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever, não tem as habilidades de leitura, de escrita e de cálculo necessárias para viabilizar seu desenvolvimento pessoal e profissional” (INAF, 2005, p. 03). Para o IBGE (b) (2015, p. 138) “Uma pessoa analfabeta não logra alcançar um fim, que é ler ou escrever um bilhete simples, enquanto alguém alfabetizado



o faz. Mas a diferença entre elas é muito maior: as possibilidades e escolhas que se apresentam a um analfabeto, sua liberdade, são muito mais limitadas”.

Contudo, diante do grande contingente de idosos analfabetos, romper a marginalidade do analfabetismo na terceira idade pressupõe ações estratégicas de transformação e de produção de conhecimentos, dentro do contexto histórico, cultural e social. Para Tajra (2013, p. 11) “os analfabetos são aqueles que não sabem relacionar, criticar, interpretar e interagir com o seu meio”. Assim, transpor barreiras impostas pelo analfabetismo carece ações estratégicas flexíveis, produtoras de conhecimentos e que abranjam as mudanças oriundas das transformações sociais e tecnológicas.

2.4. As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

Novos paradigmas emergem na sociedade contemporânea, estamos vivendo um período revolucionário, de transformações sociais e de inovações tecnológicas, e, “é diante de todas essas mudanças, oriundas das transformações sociais e do avanço das tecnologias, que percebemos as mudanças que estão ocorrendo com o comportamento dos homens e das mulheres, os quais são ingredientes dessas mudanças.” (TAJRA, 2013, p.21).

As tecnologias de informação e comunicação (TIC's) assumem progressivamente o papel de ferramentas de domínio da sociedade contemporânea. É, portanto, fundamental hoje tentar entender esse fenômeno social, o seu papel, sua forma de atuação, cada vez mais amplas, na vida cotidiana dos cidadãos. Rodrigues, et al. (2012, p.43) ressalta que “essas tecnologias consistem, atualmente, na base para crescimento econômico, geração de empregos, melhor qualidade de vida e competência mundial, pois transformam as formas de trabalho, de relacionamento, de lazer, de aprendizado e de difusão do conhecimento”.

A partir do advento da Internet, e a popularização do computador, do celular e aplicativos, o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) vem sendo expandido e, exigindo dos indivíduos maiores habilidades e competência para lidar com essas novas tecnologias. . “Porque o uso das tecnologias, principalmente da informação e comunicação, é inerente à sociedade em que vivemos atualmente. Não estarmos incluídos nela é no mínimo um fator de exclusão digital e, se analisarmos mais amplamente, uma exclusão social.” (TAJRA, 2013, p. 37).

A tecnologia em rede modificou os modos de relacionamento entre as pessoas. Além de favorecer os relacionamentos interpessoais, agilizando a comunicação e informação, também



ampliou e beneficiou as relações no mundo do trabalho, tendo o e-mail, blogs, facebook, entre outras, como ferramentas de uso cotidiano. A utilização maciça das TIC's possibilitou também novas atividades de lazer e diversão, como jogos, vídeos, músicas, etc., visto que, as redes digitais, o ciberespaço, favorecem outros estilos de interação e relacionamento. Lévy (1999) considera o ciberespaço como o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores, referindo não apenas a infraestrutura material, mas um universo de informações por onde os seres humanos navegam e alimentam esse universo.

2.5. Informática e alfabetização de idosos. Qual a relação?

Articular, discutir e analisar a vinculação dessas diferentes realidades: a utilização da informática e a alfabetização de pessoas idosas, visando ao mesmo tempo, possibilitar ou acelerar o processo de aprendizado e inclusão social, é um desafio, visto que, esta conjunção é uma possibilidade ainda bastante nova e pouco investigada, principalmente porque ainda é muito limitado o acesso aos recursos tecnológicos pelos idosos.

Contudo, as limitações diárias afrontadas pelos idosos, uma vez analfabetos e por conseguintes excluídos digitais, além das inerentes ao analfabetismo como ler e escrever se configuram ainda em atividades que envolvem tecnologias, tais como: uso de aparelho telefônico celular, consultas a caixas eletrônicos de bancos, uso de computador e acesso a redes sociais, entre outras. “É que estamos vivendo, hoje, a introdução, na sociedade, de novas e incipientes modalidades de práticas sociais de leitura e de escrita, propiciadas pelas recentes tecnologias de comunicação eletrônica, o computador, a rede (a web), a Internet”. (SOARES, 2002, p.146).

Assim como saber ler e escrever e saber fazer dessas habilidades, a sociedade contemporânea exige ainda novas capacidades para a efetiva autonomia e participação social. As novas tecnologias exigem habilidades específicas para manuseio, entendimento e interação, portanto, novas aprendizagens são necessárias.

Na concepção de Tajra (2013):

O aprendizado, além de ser um processo em contínua mudança, é coletivo. Negar o contexto no qual se vive é se transformar numa “caixa-preta”; é não querer perceber o que está ao redor; é desprezar uma característica típica do ser humano: a capacidade de aprender. Aprender é mudar. Aprender significa romper constantemente para que possamos nos posicionar como seres autônomos e transformadores diante do ecossistema no qual estamos inseridos. (p.112).



Neste sentido, diante desta nova realidade revolucionária de inovações tecnológicas, incumbe uma revisão nos conceitos, valores, hábitos e paradigmas referentes às práticas educacionais e de inclusão, a fim de que não se alargue a exclusão social que vive o idoso analfabeto em nosso país. Partindo destes pressupostos, acreditamos que a informática possa se tornar ferramentas aliadas à educação e na promoção de oportunidades nos mecanismos de alfabetização e de inclusão da pessoa idosa na sociedade atual. Visto que:

Ao saber utilizar um computador e acessar a Internet, o sujeito passa a estar incluído em uma nova realidade que possibilita o acesso a múltiplos bens (entretenimento, informação, serviços, correspondência,...) que no mundo real estariam atrelados a dificuldades para serem encontrados, em virtude de fatores como a distância, o custo, a disponibilidade de tempo. Assim, a inclusão digital permite igualar as condições de acessibilidade a tais benefícios de interesse, como também a própria busca pelo conhecimento. (GOULART, et al., 2012, P.24).

Assim, a inclusão da informática no processo de alfabetização de idosos visa conciliar enfoques pedagógicos e sociais, possibilitando que além de desenvolver as habilidades de leitura e escrita, os idosos consigam utilizar o computador, e relacionar à utilização da informática em suas atividades cotidianas, a fim de promover a sua autonomia e a participação ativa no contexto social e o exercício da cidadania. Pois, “uma nação de fato desenvolvida, todavia, não é aquela que proporciona realizações e liberdades plenas a certos grupos e as nega ou restringe a outros”. (IBGE, 2015b, p.134.)

A utilização da informática como recurso pedagógico, possibilita atividades interativas e motivadoras, podendo ser incorporados ao computador vários recursos tecnológicos. Tajra (2013) cita que o computador funciona como um grande aglutinador das várias tecnologias existentes, nele é possível fazer pesquisas na internet, ouvir rádio, ver fotos e filmagens, ler jornais e revistas, conversar com pessoas distantes, entre outras coisas.

A informática utilizada como ferramenta no processo de ensino aprendizagem no ambiente educacional, além de favorecer o desenvolvimento de comunicação e socialização, estimula à escrita e à leitura, a curiosidade, o raciocínio lógico e a autonomia.

Assim, a informática como um dos instrumentos que apoiam o uso das tecnologias de informação e comunicação vinculada à alfabetização de idosos, torna-se bastante propícia, e, ao mesmo tempo, possibilita percebermos que estamos diante de uma grande oportunidade de proporcionar além da aprendizagem a inclusão digital e social de pessoas idosas.



3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Tal pesquisa se desenvolveu através de uma proposta educacional de alfabetização/letramento específica para idosos, aplicada, através de aulas, para um grupo de idosos participantes no Projeto Terceira Idade em Ação, desenvolvido pela Universidade Estadual Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), no município de Campos dos Goytacazes/RJ. O grupo que compôs a amostra deste estudo foi formado por 10 (dez) idosos analfabetos ou analfabetos funcionais, com idade igual ou superior a 60 anos. As aulas tiveram duração de uma hora (60 min), quatro vezes por semana, sendo duas aulas de alfabetização/letramento e duas de informática, durante seis meses consecutivos. Esperava-se que ao término do período de aulas os idosos fossem capazes de interagir com textos escritos em diferentes situações, dominar o sistema alfabético de escrita, poder ler e escrever textos que tratem de assuntos familiares ao seu universo e utilizar o computador em funções básicas como: ligar e desligar o computador, manusear o mouse, abrir o editor de texto, digitar números, palavras e frases no editor de texto, utilizar a tecla de maiúscula e minúscula no editor de texto, acessar a Internet e acessar sites na Internet.

Para realização da coleta de dados foi necessário uma combinação de instrumentos metodológicos que tiveram como elementos principais: entrevistas estruturadas e formulários a fim de delinear o perfil do idoso participante da atividade.

Foi constatado a predominância feminina (100%); com idades entre 65 e 78 anos; sendo 80% viúvas, separadas ou solteiras; 70% vivem sozinhas; renda média um salário mínimo (aposentadoria INSS); média de 3 anos de escolaridade. Foi averiguado, no início das atividades, que o maior grau de dificuldade era em relação à escrita. Como principais motivações para uso do computador e da internet se destacaram aprender a mexer no computador, usar facebook, se comunicar com amigos e familiares, conhecer novas pessoas e fazer novas amizades. Como resultados, ao término das aulas e através de auto avaliação, em relação ao grau de satisfação com a aprendizagem se destacaram: o uso do computador e melhora na escrita.

Constatamos através de entrevista que apesar de usos de medicamentos para controle da pressão arterial, colesterol e uso de óculos não havia problemas de saúde aparente que pudessem interferir no processo de aprendizagem.

Foi realizada inicialmente uma avaliação do desempenho cognitivo global, dos sujeitos envolvidos através do Mini Exame do Estado Mental (MEEM) e do Teste do Desenho do



Relógio, com o objetivo de realizar um rastreamento comparativo do desempenho das habilidades cognitivas ao término da pesquisa quando foram aplicados novos testes. O escore do MEEM pode variar de um mínimo de 0 pontos, que indica maior grau de comprometimento cognitivo, até um máximo de 30 pontos que corresponde a melhor capacidade cognitiva. Utilizamos como referência os escores adotados por Bertolucci et. al. (1994), adotando como o ponto de corte 13 pontos para sujeitos sem escolaridade. Constatou-se na avaliação inicial (no início das aulas) que o grupo de idosos apresentou um escore médio de (12,60). Já na segunda avaliação (MEEM), realizada ao término das aulas, o mesmo grupo apresentou um escore médio de (14,80), demonstrando um acréscimo no desempenho cognitivo global, após conclusão do período das aulas. Os resultados obtidos através do (MEEM) aplicados ao término do estudo apresentaram variação significativa positiva nas habilidades cognitivas mapeadas, em comparação ao aplicado no início das atividades.

Quanto ao Teste do Desenho do Relógio (TDR), proposto por Sunderland et. Al. (1989), trata-se de um instrumento de avaliação das funções executivas como planejamento, atenção concentrada, organização visuoespacial, visuoespacial, visuoespacial, coordenação psicomotora e memória recente. Consiste em um instrumento de fácil aplicabilidade e execução que demanda na realização de um desenho representando um relógio em uma folha de papel, indicando através dos ponteiros a hora de 2h45min. Utilizou-se para interpretação dos dados, a escala proposta por Sunderland et.al. (1989) que utiliza a pontuação de 0 a 10 pontos, sendo 0 ponto para a pior representação e 10 para a melhor representação. O valor do ponto de corte é de 6 pontos total, tendo em vista que uma pontuação abaixo de 6, sugere prejuízos nas habilidades rastreadas pelo instrumento, necessitando se melhor investigada. A média inicial obtida no grupo de idosos foi de 6,30 pontos, contrastando com a média obtida pelo mesmo grupo de idosos ao término das aulas, de 7,2 pontos. Foi possível observar que o mesmo grupo de idosos, apresentou melhor desempenho nas funções investigadas após as aulas.

O desenvolvimento das atividades de escrita e leitura ocorreu através de leitura, interpretação e criação de textos; para tal, foram priorizados textos sugeridos e de interesse dos próprios idosos, tais como: letras de músicas, poesias, receitas culinárias, saúde, cultivo de plantas, meio ambiente, viagens, cidades brasileiras e internacionais, entre outros. Cabe ressaltar, que a partir de pesquisa na internet, os assuntos eram analisados, discutidos e os exercícios (digitais e manuscritos) eram desenvolvidos contextualizando as temáticas.



A avaliação da evolução das habilidades com escrita e leitura ocorreu através de avaliações diagnósticas e contínuas ao longo de todo o processo, possibilitando assim, considerar os avanços e dificuldades dos idosos com a leitura e escrita, com o manuseio das tecnologias, além de considerar os aspectos cognitivos, afetivos e psicológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo apontam que o desempenho das habilidades cognitivas dos idosos pesquisados, foi influenciado positivamente pela alfabetização concomitante com o uso da informática como recurso didático. Apesar das dificuldades iniciais com o manuseio do computador, este domínio se tornou um desafio para cada idoso. Entre as principais dificuldades se destacaram a coordenação motora (dificuldade em manusear o mouse) e dificuldades de visão (tamanho do teclado e fonte).

Percebeu-se que no processo de ensino aprendizagem, entender o interesse do idoso, respeitar os suas limitações físicas, motoras e psicológicas; as suas certezas e as incertezas; as suas motivações e necessidades de aprendizagem, e estar atento às suas características, são fundamentais para o seu melhor desempenho.

Entre os interesses em aprender a ler e escrever com maior desenvoltura se destacaram a leitura de textos religiosos e escrever o próprio nome com rapidez e agilidade.

A informática e a internet são universos ainda visto como incógnitos pelos idosos, mas ao mesmo tempo são campos que instigam a possibilidade de novas descobertas, o que proporciona encantamento, motivação e a sensação de estarem diante de desafios às suas capacidades e potenciais. As motivações para o uso do computador e da internet, os maiores destaques foram: aprender a mexer, usar facebook, se comunicar com familiares e fazer novos amigos.

A informática como recurso auxiliar na alfabetização de idosos se configura como uma ferramenta de estímulo, de motivação, de elevação da autoestima no processo de ensino aprendizagem. Além de favorecedora de novas descobertas promove o desenvolvimento de novas habilidades, visto que as novas tecnologias despertam curiosidades atreladas ao interesse em conhecê-las e utilizá-las, apesar de ser um universo ainda cercado de mistérios e de limitações para o idoso.

Por fim, constatamos que, ao término das atividades educacionais desenvolvidas com o propósito de alfabetizar/letrar com o uso da informática como recurso auxiliar, os participantes



obtiveram maiores habilidades com a leitura e escrita além e demonstraram capacidades de utilizar o computador em funções básicas e acessar a internet.

REFERÊNCIAS

BERTOLUCCI, P. H. F.; BRUCKI, S. M. D.; CAMPACCI, S. R.; JULIANO, Y. O. (1994) *Miniexame do estado mental em uma população geral. Impacto da Escolaridade*. Arquivos de Neuropsiquiatria, nº 52, no.1, São Paulo, Mar.

CAMPOS, Marden Barbosa de, BORGES, Gabriel Mendes. (2015). Projeções de níveis e padrões de fecundidade no Brasil. In: ERVATTI, Leila Regina; BORGES, Gabriel Mendes; JARDIM, Antônio Ponte (ogs). *Estudos e Análises Informação Demográfica e Socioeconômica número 3. Mudança Demográfica no Brasil no Início do Século XXI. Subsídios para as projeções da população*. Rio de Janeiro: IBGE, p. 30-41.

FREIRE, Paulo. (1996) *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

GUOULART, Denise; FERREIRA, Anderson Jackle. (2012) “Aprendizagem digital de idosos. In: FERREIRA, Anderson Jackle; STBARS, Claus Dieter; GOULART, Denise; MOSQUERA Juan José Mouriño. *Educação e Envelhecimento* (recurso eletrônico). Porto Alegre: EdIPUCRS, 2012. P. 23 – 30. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/educacaoeenvelhecimento.pdf>. Acessado em: 20/03/2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. (2002) *Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios no Brasil 2000*. Disponível em [WWW.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/perfilidosos2000.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/perfilidosos2000.pdf), acessado em 24 de novembro de 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. (2014) *Nota técnica - Estimativas da população dos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2014*. IBGE, 2014. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/analise_estimativas_2014.pdf. Acesso em: 12/10/2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. (2015) *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013 / IBGE*, Coordenação de Trabalho e Rendimento. 2. ed.. Rio de Janeiro: IBGE.



- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. (2013). *Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE, Instituto de Geografia Estatística (2011). *Sinopse do censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf, acessado em 13/03/2013.
- IBGE, Instituto de Geografia Estatística. (2015) *Informações completas, Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes*. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330100>. Acesso em 14/08/2015.
- INAF, Indicador de Alfabetismo Funcional. (2005) *5º Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional. Um diagnóstico para a inclusão social pela educação - Avaliação de Leitura e Escrita*. São Paulo: Instituto Paulo Montenegro.
- LÉVY, Pierre. (1999). *Cibercultura*, São Paulo: Editora 34.
- LIMA, Marcelo Alves (2001). A gestão da experiência de envelhecer em um programa para a terceira idade: A UNATI/UERJ. In: VERAS, Renato Peixoto (org.). *Velhice numa perspectiva saudável*. Rio de Janeiro: UERJ, UnATI.
- MORIN, Edgar. (2000) *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução de SILVA, Catarina Eleonora F. da; SAWAYA, Jeanne; Revisão de CARVALHO, Edgard de Assis. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO.
- MULLER, Neusa Pivatto. (2015). SDHPR, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Guia de Políticas, Programas e Projetos do Governo Federal. *Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo, – Brasil*. MULLER, Neusa Pivatto (Org.). Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Disponível em: <http://prattein.com.br/home/images/stories/230813/Guia-Políticas-Programas-2015.pdf>. Acesso em: 15/10/2015.
- OLIVEIRA, João Ferreira de. (2009) A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas. In: FERREIA, Eliza Bartolozzi; OLIVRIRA, Dalila Andrade (orgs.) *A crise da escola e políticas educativas*. Belo Horizonte: Autêntica.
- OMS, Organização Mundial da Saúde (2005). *Envelhecimento Ativo: uma política de saúde*. Tradução CONTIJO, Suzana. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde.
- RODRIGUES, Natália Oliveira Rodrigues; NIRI, Anita Liberalesso (2012). *Vulnerabilidade social, individual e programática em idosos da comunidade: dados do estudo FIBRA*. Campinas, SP, Brasil. In: *Ciências saúde coletiva*. vol. 17, no. 8. Rio de Janeiro. Disponível em:



http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232012000800023&script=sci_arttext. Acesso em: 20/08/2015.

SCORALIC-LEMPKE, Natália Nunes; BARBOSA, Altamir José Gonçalves. (2012) “Educação e envelhecimento: contribuições da perspectiva Life-Span”. In: *Estudos de Psicologia*. Campinas.

SOARES, Magda (2012). Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 143-160. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em 30/07/2014.

SUNDERLAND, T. (1989) *Clock drawing in Alzheimer's disease: a novel measure of dementia severity*. J. Am Geriatr Soc. ,V. 37, 1989.

TAJRA, Sanmya Feitosa. (2013) *Informática na Educação: Novas Ferramentas Pedagógicas para o Professor na Atualidade*. 9ª ed. rev., atual e ampl., 4ª impressão. São Paulo: Érica.



AUTISMO E SEXUALIDADE NA VISÃO DE FREUD, FOUCAULT E GREENSPAN.

Bruna Poley Gomes Reis Gusmão
Psicóloga e Arte terapeuta, terapeuta DIR/ Floortime Brasil
Mestra em Cognição e Linguagem- UENF
brunapoley@hotmail.com

Regina Celia da Silva Fontes
Psicóloga clínica
Mestra em Psicologia
Aluna Especial do Doutorado de Cognição e Linguagem UENF – Campos dos Goytacazes RJ.
rcsfontes@gmail.com

296

RESUMO

Este artigo se propõe investigar as bibliografias já publicadas, para buscar informações relevantes que nos levem a evoluir em relação aos temas: autismo e sexualidade. Dentro do tema sexualidade focaremos nas teorias proposta por: Freud, Foucault e Greenspan. O tema autismo será exposto de forma generalizada, não nos prenderemos a um teórico. Nosso objetivo inicial será detectar o que existe nas proposições teóricas dos autores citados quanto ao tema sexualidade e o método DIR/Floortime proposto por Greenspan.

PALAVRAS CHAVES: sexualidade, autismo, Freud, Foucault, Greenspan, DIR/Floortime.

RESUME

This article aims to investigate the bibliographies already published, to seek relevant information leading us to evolve on the issues: autism and sexuality. Within the theme sexuality will focus on the proposal by theories: Freud, Foucault and Greenspan. Autism theme will be across the board, not We will hold a theorist. Our initial goal will be to detect what is the theoretical propositions of the authors cited on the subject sexuality and method DIR / Floortime proposed by Greenspan.

KEYWORDS: Sexuality, autism, Freud, Foucault, Greenspan DIR / Floortime.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta temas que estão em voga na atualidade, visto sua presença constante nos meios midiáticos brasileiros. Sexualidade sempre foi e continua sendo um assunto de grande interesse e estudo dos seres humanos. O segundo tema, autismo, também mostra-se complexo e polêmico. Segundo Goldstein (2010) na última década casos diagnosticados com autismo aumentaram imensamente. Várias são as supostas explicações: “A mais comum é que se conhece melhor o problema agora e crianças que recebiam outros rótulos



anteriormente, agora recebem um diagnóstico dentro do espectro autista. Especula-se também sobre fatores ambientais, modificações na alimentação, etc.

A investigação se dará pelo método bibliográfico, baseando-se em livros de autores conceituados, além de artigos e revistas confiáveis. Como pré-supostos da pesquisa bibliográfica, indagaremos e buscaremos informações sobre nossos dois temas: autismo e sexualidade. O artigo apresentará teorias existentes de autores nacionais e estrangeiros, enfatizando as teorias de três autores principais: Freud, Foucault e Greenspan sobre os temas, relacionando-os. O objetivo inicial será detectar o que existe de bibliografia nas proposições da psicanálise, proposta por Freud, Foucaultiana e o método DIR/Floortime proposto por Greenspan quanto à sexualidade, relacionando-as à realidade dos autistas a fim de esclarecer para profissionais e pais a relação estabelecida entre esses sujeitos e a sexualidade, com o intuito de aumentar o conhecimento, diminuir preconceitos e melhorar a qualidade das relações dos autistas.

CONTEXTUALISANDO AUTISMO

O termo Autismo, foi oficialmente empregado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Eugene Bleuler em 1911. A palavra vem do grego *autós*, que significa “de si mesmo”. Inicialmente Bleuler descreveu o autismo como uma “fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos de esquizofrenia” (CUNHA, 2012, p. 20). Muito tempo se passou e muitos estudiosos se interessaram pelo assunto, mas em 1938, Kanner conseguiu isolar, dentro do grupo maior das psicoses infantis, já estabelecido nosograficamente tanto pela psiquiatria infantil como pela psicanálise, uma nova categoria que, segundo ele, tinha as características de uma síndrome. A ela, Kanner deu o nome de “autismo infantil precoce”, tomando o termo autismo de empréstimo a Bleuler, que o havia cunhado em 1911 para designar um dos sintomas da esquizofrenia, segundo Postel e Quérel, (1987) apud Kupfer (2001, p. 47).

Kupfer (2001, p. 44) notifica que não há um consenso sobre o que sejam verdadeiramente uma psicose infantil ou um autismo infantil e tampouco sobre sua etiologia. (Kupfer, p.45) os diagnósticos de psicose infantil e autismo têm uma história recente.(...) dentre os inúmeros problemas a serem enfrentados, há a discordância sobre as diferenças entre psicose infantil e o autismo, que ocorre mesmo entre psicanalistas de diferentes filiações teóricas.



De acordo com ELIA, L. F. (2009) O autismo é um quadro clínico que, quase invariavelmente, acomete crianças a partir de um momento muito inicial de sua existência, e sempre envolve intenso sofrimento psíquico para a criança e para sua família. Caracteriza-se por uma extrema dificuldade de estabelecimento de laços com as outras pessoas, mas também com objetos de modo lúdico, construtivo ou prazeroso. Exibe também uma forma muito peculiar e problemática de relacionamento da criança com seu próprio corpo e suas funções, tanto as funções ligadas às necessidades ditas básicas e que, normalmente, passam por todo um processo civilizatório de educação e higiene, como também, muitas vezes, as funções de movimento, deslocamento no espaço físico, desempenho de ações concretas capazes de expressar o desejo da criança e de conseqüentemente obter êxito em seus propósitos.

De acordo com Goldstein, Ariela (2010) o autismo infantil se caracteriza por três aspectos principais: dificuldade na interação social, na comunicação e comportamentos e interesses restritos e/ou repetitivos. É considerado um transtorno Invasivo do Desenvolvimento, segundo o DSM IV. Segundo a mesma autora, “...fala-se da existência de um “espectro autista” onde há o comprometimento das três áreas citadas acima, com variações quanto a sua apresentação.”

SEXUALIDADE E AUTISMO

Everard (1974) sugere que as pessoas com autismo podem se sentir atraídas por outras pessoas, porém a expressão de sua sexualidade é, com freqüência, ingênua, imatura e inexperiente.

Devido a este fato e a dificuldade do autista interagir socialmente, grande parte das bibliografias pesquisadas confirmam o que foi proposto por Everard (1974). Os sujeitos acometidos por essa patologia têm a probabilidade de sofrerem impactos por não se enquadrarem nos padrões convencionados socialmente para as atividades sexuais humanas. Devido a estes fatos podemos supor que o autista e seus pares, encontrarão dificuldades de entender e concretizar, o que representa a energia sexual em si mesmo e no outro.



A partir das formulações de Freud o conceito de sexualidade se remete ao tratamento, estando ligados à gênese das neuroses. Foucault propõe a sexualidade a partir de suas representações ligadas ao contexto repressor e ao poder e Greenspan acredita que para compreendermos melhor os desejos mais característicos dos seres humanos, é de grande valia observar esses desejos emergindo ao longo do desenvolvimento. “A capacidade para a intimidade e o interesse e prazer advindo da companhia dos outros são os primeiros fenômenos indicativos do desejo real.” O modelo DIR/ Floortime, abordagem promissora, que vem sendo desenvolvida desde os anos 1990 para o tratamento de crianças autistas, valoriza interações espontâneas que ocorrem durante o brincar, visando estimular a iniciativa, o comportamento intencional e promover habilidades fundamentais até o nível mais elevado a que a criança conseguir chegar por meio da brincadeira. Esta brincadeira será trabalhada a partir de algumas metas, as principais para este trabalho são: (1) Adentrar o mundo da criança autista através do brincar, seguindo seu exemplo e estimulando sua iniciativa e (2) Trazer a criança autista para um mundo compartilhado, fazendo com que isso seja prazeroso para ela, estimulando habilidades, das menos complexas para as mais complexas, ajudando a criança a expressar suas ideias, considerando-se que ao adentrar o mundo dela pode-se criar uma série de oportunidades para ajudá-la a desenvolver-se e a avançar os níveis de relacionamento, comunicação e pensamento... (INTERDISCIPLINARY..., 2010; GREENSPAN; WIEDER, 2006; BREINBAUER, 2006).

Segundo Kanner, apud Maleval (2007, p. 89) Trabalhar para a sustentação de sua solidão se cortando do Outro, frequentemente por intermédio de objetos superinvestidos, e trabalhar para a imutabilidade de seu ambiente, empenhando-se em manter as referências fixas, são as duas preocupações principais da criança autista. A solidão é o testemunho manifesto de uma recusa de apelo ao Outro, relacionada a uma dificuldade fundamental do autista em se situar em posição de enunciador. Segundo Williams apud Maleval (2007, p. 86) No caso do autismo, é o mecanismo que controla a afetividade que não funciona corretamente. O corpo não é afetado e as capacidades intelectuais permanecem normais, ainda que não possam se exprimir com a profundidade desejada.

Segundo Rocha, (1997, p. 156) o distúrbio fundamental mais surpreendente, “patognômico”, é a “incapacidade dessas crianças de estabelecer relações” de maneira normal com as pessoas e situações, desde os princípios de suas vidas. Não se trata, como nas crianças



ou adultos esquizofrênicos, de uma ruptura de relações previamente estabelecidas, não se trata de um “retraimento” sucedendo uma participação. Existe inicialmente um fechamento autístico extremo que, sempre que possível, faz com que a criança negligencie, ignore ou recuse tudo que lhe vem do exterior.

FREUD, FOUCAULT E GREENSPAN

300

Enquanto Foucault afirma que o dispositivo de sexualidade produz efeitos “nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais” (FOUCAULT, 1976/2006, p.139). Pontuando que a confissão dos atos sexuais é algo castrador, que nos denuncia a ponto de necessitarmos de purificação.

Freud destacaria a dimensão simbólica do corpo, o corpo fantasiado, que está na esfera do psíquico, do inconsciente (MEZAN, 1985 apud CHAVES, 1988), um corpo dotado de intensidades, onde circulam afetos. A psicanálise freudiana foi constituída como um processo, com retificações, mudanças e vários olhares sobre as questões relacionadas à sexualidade a partir da libido. A clínica psicanalítica efetuou uma busca verdadeira sobre a sexualidade do sujeito e sua busca erótica, de uma sexualidade que se concretiza na presença do outro e do desejo não apenas como uma forma de recordações, mas um movimento interno que nos leva ao outro. Greenspan foca na criança e em sua capacidade para a intimidade e no seu interesse e prazer advindo da companhia dos outros como primeiros fenômenos indicativos do desejo.

“ Um desejo, com o grupo de sentimentos a ele relacionados, vem logo à tona, persistindo no decorrer de nossas vidas, sendo aparentemente responsável pelas estruturas mentais que tornam possíveis muitas das funções humanas. Esse desejo de proximidade com os outros leva à constituição de famílias, comunidades, sociedades. Embora apresente componentes sexuais na criança em crescimento e no adulto, ele é basicamente alimentado pelo prazer inerente às próprias relações.” (GREENSPAN, 1999 pág:138)

Segundo Elia, (2009) as pesquisas clínicas com o autismo em psicanálise não cessam de revelar pontos cruciais na relação da criança autista com sua família - o lugar que ela ocupa na estrutura familiar, junto ao casal parental, a posição de objeto à qual o sujeito autista adere, a dificuldade de ingressar



no universo e no circuito das demandas e da fala, a dificuldade de construir uma imagem do corpo próprio, a imensa angústia diante da sexualidade, entre outros aspectos. Para Sellin, (1994) apud Maleval(2007, p. 86) o autismo é a ruptura do homem com as primeiras experiências simples, como experiência essenciais e importantes. Segundo Williams (1992) apud Maleval (2007, p. 86) No caso do autismo, é o mecanismo que controla a afetividade que não funciona corretamente. O corpo não é afetado e as capacidades intelectuais permanecem normais, ainda que não possam se exprimir com a profundidade desejada.

Segundo Elia, (2009), o tratamento fundamentado na orientação psicanalítica não isola a criança em consultório ambulatorial, como se poderia supor, junto a um psicanalista, mas é praticado em espaço aberto e coletivo, no qual a criança/adolescente autista é tratado como um sujeito cujos atos têm ou podem ter sentido, são mensagens a serem recebidas e tratadas como tais, de forma a dar uma outra resposta diferente daquela que a criança vem tendo desde o início de sua vida, permitindo a reconstrução de seus laços afetivos, volitivos e cognitivos. Essa proposta vai de encontro com os princípios do DIR/Floortime proposto por Greenspan quando o mesmo pensa nas diferenças individuais de cada criança autista, organizando seus atos e necessidades de maneira mais eficaz no ambiente.

Elia, (2009), fala do que não se admite em qualquer técnica ou prática dita de tratamento: que se isole a criança, apartando-a de seus vínculos familiares e comunitários que, se muitas vezes se mostram difíceis ou quase impossíveis, devem se também incluídos nas estratégias de tratamento, e nunca tomados como obstáculos que essas técnicas devam evitar; tome o quadro clínico como uma doença, no sentido de uma afecção demasiado específica, ou cuja etiologia a defina como um mal funcional que demande tratamento pontual, contrariando o princípio da integralidade da ação de cuidado e da tomada da criança como sujeito psicossocial, agente de um processo sempre complexo e multivetorial, jamais redutível a uma função orgânica ou psíquica isolada e pretenda dar a resposta última e verdadeira sobre o autismo, com exclusão de qualquer outra, contrariando o princípio científico da necessária prudência, humildade e reverência diante do que ainda não se conhece suficientemente, e que a um só tempo exige e legitima toda e qualquer busca de saber e fazer (no caso, o fazer clínico, o cuidar e o tratar) desde que ela atenda a princípios éticos e às diretrizes políticas já vigentes no campo da saúde mental pública.



CONCLUSÕES

Elia, (2009) diz que na verdade, a ciência pouco conhece sobre o autismo. No campo científico, encontram-se diferentes abordagens da questão, mas nenhuma delas conseguiu ainda dar uma explicação que se possa considerar inteiramente satisfatória sobre o autismo, sua etiologia, semiologia e conseqüentemente nenhuma delas foi até hoje capaz de apresentar um método de tratamento eficaz sobre o autismo, capaz de apresentar resultados inequívocos de melhora irreversível e de cura.

Elia, (2009) diz que, entretanto, tampouco a psicanálise já é capaz de apresentar uma teoria etiológica do autismo, uma concepção clara da formação dos fenômenos autísticos e conseqüentemente um tratamento eficaz, com resultados estáveis e irreversíveis, para os autistas.

Segundo

Kupfer (2001, p. 50 e 51) nenhum psicanalista, em sã consciência, pode negar que um bebê seja antes de mais nada um feixe de nervos. E acolherá como bem – vindas todas as experiências que puderem avançar no conhecimento das bases neurológicas de todas as patologias. Um psicanalista acredita, porém, que o corpo de um bebê jamais sairá de sua condição de organismo biológico se não houver um outro ser que o pilote em direção ao mundo humano, que lhe dirija os atos para além dos reflexos e, principalmente, que lhes dê sentido. Assim, de nada adiantará um organismo absolutamente são se não houver quem o introduza no mundo do humano, vale dizer, da linguagem.

Diante de tais colocações percebe-se que ambos os autores ressaltam a importância da relação social, do reconhecimento e proximidade do Outro para um melhor desenvolvimento do sujeito autista e sua sexualidade do corpo, sua libido, seu desejo. Assim como proposto por Foucault, não podemos decifrar a vida sexual do sujeito a partir da confissão, já que esta é uma técnica que traz a tona uma verdade atrelada ao pecado do corpo e tal movimento para o autista se torna difícil devido a sua dificuldade de comunicação e interação social e identificação do próprio corpo, mas podemos ver as marcas do embotamento, da sublimação e traumas como proposto por Freud quando a questão sexual não é tratada como algo natural e passível de prazer por meio da brincadeira como proposto por Greenspan e seu método o DIR/floortime.

Segundo Kupfer (2001, p. 52) os psicanalistas que escutam as mães dessas crianças, que as deixam falar, que lhes abrem as condições para que se dê esse corajoso enfrentamento de si,



têm colhido resultados. Como no caso do modelo DIR/Floortime. Ao lado dessa escuta, têm proposto novas abordagens de tratamento das crianças, inspiradas pela psicanálise, e novas formas de reintroduzir essas crianças no mundo da cultura e da escola. Têm acompanhado os progressos da medicina. Resta agora esperar que também os médicos reconheçam nossos resultados e se sentem conosco para planejar a melhor maneira de mudar os destinos, até agora francamente desfavoráveis, dessas crianças em nossa sociedade.

A integração torna-se possível quando ambos constatarem que estão enfrentando um mesmo problema e passam a identificar as contribuições de cada um e de seus saberes na busca de soluções para os desafios. As amarras são afrouxadas e uma proposta interdisciplinar pode ser construída nesse processo.(...) o que une de fato os vários profissionais é a responsabilidade social pela formação de uma sociedade melhor. .Antunes e cols (2003) apud Meira (2003, p. 114).

Segundo Elia, (2009), resta-nos, portanto, acolher sem preconceitos todas as vertentes de investigação e tratamento que se apresentarem, desde que se revelem sérias, efetivamente comprometidas com o avanço do conhecimento sobre o autismo e, sobretudo, com métodos de tratamento que melhorem a vida dos autistas.

REFERENCIAS

ANTUNES (org.) e cols. A psicologia escolar na implementação do projeto político-pedagógico na rede municipal de ensino de Guarulhos: construindo um trabalho coletivo. In Meira, M.E. Psicologia Escolar: Práticas críticas. Casa do Psicólogo, S.P, 2003.

ELIA, L. - Carta Aberta à comunidade científica (convocação ao debate...), texto inédito, veiculado por meio digital (correio eletrônico), na data de 25/01/2009, tendo como remetente o endereço lucianoelia@uol.com.br, do Rio de Janeiro.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, Freud e Marx. In: Um diálogo sobre os prazeres do sexo. São Paulo. 2000

FREUD, Sigmund. Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud [ESB]. v. IX, pp.187-212, Rio de Janeiro, Imago. 1996



GOLDSTEIN, A. O Autismo sob o olhar da Terapia Ocupacional – Um guia de orientação para pais. – 2 edição, Casa do Novo Autor Editora, São Paulo, 2010.

GREENSPAN, S. I.; WIEDER, S. Engaging autism: using floortime approach to help, children relate, communicate, and think. Cambridge: Da Capo Press, 2006.

-----, S. I.; WIEDER. A evolução da mente: as origens da inteligência e as novas ameaças a seu desenvolvimento. Tradução de Mônica Magnani Monte. Rio de Janeiro: Record, 1999.

KUPFER, M.C.M. Educação para o futuro: psicanálise e educação. 2ª ed. São Paulo: Escuta, 2001.

MALEVAL. “Sobretudo verbosos” os autistas. Escola Brasileira de Psicanálise. Objetos soletrados no corpo 12, Latusa, Rio de Janeiro, 2007.

PIRES, D. D. A. Módulo: O (im)possível diálogo da psicanálise com a educação. Cristalina, 2005.

ROCHA Paulina Schmidtbauer (org.) Autismos. São Paulo. Editora Escuta; Recife, P.E.: Centro de Pesquisa em Psicanálise e Linguagem, 1997. – (Biblioteca de psicopatologia fundamental) Vários autores. Tradução do capítulo: Os distúrbios autísticos do contato afetivo por Mônica Seincman.



MEMÓRIA E IDENTIDADE: DISCUSSÕES A PARTIR DO DOCUMENTÁRIO THE FLAT

SANT'ANNA, Sebastião Cesar Meirelles
Doutorando do PPGMS/UNIRIO
Programa de pós-Graduação em Memória Social
Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro
sebastiaothauzs@hotmail.com

305

RESUMO

A construção da memória, da identidade ou de identidades tem sido motivo de discussão quanto seu caráter, sendo defendido tanto sua forma social como a individual. A discussão abarca as duas formas de construção sem que haja uma ambivalência ou contraposição entre as mesmas. The Flat é um documentário de co-produção israelita e alemã que, narra a história do estreito laço de amizade de um casal judeu com um casal formado pelo alemão nazista, que nos leva a elucubrações quanto ao sentimento de identificação, por conseguinte, da construção de identidades e o quanto o pertencimento a uma sociedade ou a um grupo podem interferir na subjetividade que envolve determinadas construções. O desenrolar da história nos coloca diante diversas possibilidades do “fazer memória”, proporcionando discussões no que tange ao seu caráter interdisciplinar, aos conceitos desenvolvidos, assim como os significados que essa pode adquirir a partir do foco social, espacial e temporal do qual é analisada.

PALAVRAS-CHAVE: identidade, memória, subjetividade.

ABSTRACT

The construction of memory, identity or identities has been cause for discussion as his character, being defended both its social form as the individual. The discussion includes the two forms of construction without ambivalence or contrast between them. The Flat is a documentary of Israel and German co-production, tells the story of the bond of friendship of a Jewish couple with a couple formed by German Nazi, that leads us to musing about the sense of identification, therefore, the construction of identities and as belonging to a company or group may interfere with the subjectivity that involves certain constructions. The story puts us on various possibilities of "making memories", providing discussions regarding the interdisciplinary character, the developed concepts, as well as the meanings that can acquire from the social, spatial and temporal focus which is parsed.

Keywords: identity, memory, subjectivity.



INTRODUÇÃO

A questão do holocausto, segundo Huyssen (2014) tem sido bastante explorada sob diversos aspectos no campo midiático e cultural; ainda segundo o autor, a partir da década de 1980, o aumento de obras relacionadas ao tema, fez com que esse emergisse num “aumento explosivo de memória popular” (HUYSSSEN, 2014, p. 143), tornando-se ainda cada vez mais internacional a partir da década de 1990.

The Flat (o apartamento), de Arnon Goldfinger, Israel, 2011, parece corroborar essa afirmação, ao mesmo tempo em que, de certa forma descontrói aquilo que majoritariamente é apresentado quando o tema holocausto nos é apresentado. O documentário coloca em destaque a memória relacionada ao nazismo a partir da incursão do cineasta no apartamento de sua avó materna, Gerda Tucher, em Tel Aviv, após a sua morte.

Com a morte de Gerda e a necessidade de esvaziamento do apartamento onde viveu por cerca de setenta anos acompanhada de seu marido Kurt, Arnon relembra hábitos de sua avó, como o de nunca ter utilizado o iídiche, língua falada por populações judaicas, preferindo o alemão, inclusive para a leitura. Em meio a seus guardados, Arnon se deparou com documentos e correspondências que indicavam um relacionamento íntimo e fraterno entre seus avós maternos e o alemão Leopold Von Mildesntein e sua esposa. Embora devamos ressaltar que nem todos os alemães compactuavam com o nazismo, Leopold havia sido antecessor de Eichmann, um dos principais líderes desse movimento. A partir daí, numa busca frenética pelo entendimento dessa relação, assim como o do resgate da memória familiar, desenvolve-se uma narrativa que surpreende por diferenciar-se da maioria dos trabalhos que tem o nazismo e holocausto como tema principal.

A relação entre o casal judeu com o alemão na década de 1930, sendo mantida mesmo após segunda guerra, suscita nova abordagem temática em se tratando das memórias construídas . Uma proximidade entre cidadãos pertencentes a esses povos já foi descrita em algumas outras obras, no entanto, a narração do documentário transcende a solidariedade entre as partes, adquirindo um caráter de cumplicidade. A história narrada deixa claro o entrosamento entre ambas as partes nesse sentido; Leopold é responsável de levar o casal amigo para Tel Aviv, enquanto Gerda e Kurt o inserem no contexto cultural judeu, o que, por sua vez permite que tais informações cheguem não só a Eichmann, como a todo o departamento dos judeus, em meio ao



governo nazista. Esse posicionamento vai ao encontro do que Bauman descreve em *Modernidade e Ambivalência* (1999).

Bauman na obra mencionada, cita importantes nomes da ciência moderna que, influenciados pela ideologia iluminista, defenderam o controle da raça humana a partir de uma analogia com a botânica, comparando homens às espécies vegetais, num contexto onde deveriam ser exterminados, via não reprodução, todos considerados impuros; nesse sentido, a não reprodução de judeus era vista como um objetivo a ser atingido, justamente pelo fato desses serem considerados como raça inferior pelo governo nazista. Entre tais cientistas encontrava-se F. Kallman, famoso psiquiatra judeu defensor da esterilização compulsória de indivíduos, inclusive os saudáveis, que portassem o gene heterozigoto da esquizofrenia. Observa-se aqui que, mesmo não tendo se referindo diretamente aos judeus, o cientista os incluía no seu plano de “melhoramento” da raça humana, um dos pilares do pensamento nazista.

As abordagens tanto do casal formado pelos avós de Arnon, quanto do famoso psiquiatra deflagram a discussão acerca daquilo que temos tido em grande parte como senso comum, ou seja, das posturas e práticas dos nazistas com relação aos judeus. A desconstrução da imagem que preconiza os judeus apenas como vítimas de um governo violento e opressor, trazendo à tona o posicionamento de alguns desses que compactuavam de forma ideológica e/ou política com o regime estabelecido relaciona-se com o sentimento de identidade, assim como tem seu desdobramento no âmbito da memória.

Ao buscar informações intencionando o resgate do passado familiar, Arnon utilizou diversos mecanismos que estão ligados diretamente à memória tanto em nível individual, através do registro de declarações de fonte oral dos entrevistados, como em nível social, através de publicações e documentações em ambientes que Nora conceituou como *lugares de memória* (NORA, 1981).

Esse ensaio tem como objetivo discutir como ao se constituírem diversas interpretações de identidades, produz-se memória. A abordagem em questão parte de memórias produzidas que são postas como uma verdade local ou universal, corroborando leituras generalistas e desenvolve-se na busca pela discussão que engendra a dicotomia entre aquilo que é considerado verdadeiro ou senso comum na perspectiva acadêmica. Nesse exercício, posicionamentos políticos e culturais são levantados, trançando uma teia na qual valores tidos como individuais podem ter uma leitura como sendo resultados da inserção social do indivíduo, tornando-se



sujeitos; não obstante, o ensaio discute a identidade no campo da produção de identificação subjetiva, tendo assim um caráter individual.

Esse exercício de análise da relação da identidade com a memória a partir de uma obra que põe em xeque questões culturais e políticas estabelecidas aponta para o fato de que em se tratando do ser humano e, por conseguinte de subjetividade, o arcabouço para interpretações identitárias ancora-se numa pluralidade disciplinar e conceitual, colocando tal análise num espectro que suplanta direções cartesianas no sentido de sua interpretação.

1 IDENTIDADES E SENTIMENTOS DE PERTENCIMENTO

Antes que possamos falar de identidades, temos que reconhecer que o termo possibilita uma grande gama de interpretações; de maneira geral, a identidade pode ser confundida como aquilo que remete a algo de origem comum, entendida num sentido *latu*, generalista (HALL, 2003). Dessa forma, faz-se necessário pontuar o local do qual falamos, dando assim sentido àquilo que entendemos como representação de identidades, ou seja, precisamos conceituá-la.

Dentre os aspectos mais importantes no que se refere ao tema, temos a identificação, o sentimento de pertencimento. Esse nos remete a um contexto de grupo, desenvolvido dentro de um corpo social, no entanto, entendemos que esse o processo começa ainda na infância. Compactuando da visão psicanalítica, pensamos que a identidade surge a partir do momento em que a criança internaliza que ela não é um ser e uníssono com sua mãe, ou seja, que possui existência própria (LACAN, 1977). Não obstante, a identidade se constrói a partir da inserção na linguagem, por conseguinte dos símbolos. Essa perspectiva permite-nos dialogar com correntes conceituais que apontam a construção da identidade como um processo coletivo, pois, embora acreditemos que ela parta de uma percepção individual, a inserção na linguagem, assim como num conjunto de símbolos, corrobora a ideia de que o corpo social ao qual o indivíduo está inserido é responsável pelo desenvolvimento de identidades, ou seja, nessa concepção, as identidades são construídas dentro do corpo social havendo a possibilidade de um processo de identificação a partir da subjetividade inerente ao humano.

Berger e Luckman referindo-se ao processo de desenvolvimento do ser humano afirmam que: “ Desde su nacimiento el desarrollo de éste , y em realidad gran parte de su ser en cuanto tal,



está sujeito a uma contínua interferência socialmente determinada” -Desde seu nascimento o desenvolvimento desse e, em realidade grande parte de seu ser enquanto tal está sujeito a uma contínua interferência determinada socialmente – (BERGER & LUCKMAN,2003, p.68-*tradução minha*). A afirmação dos autores nos coloca numa vertente analítica que vai ao encontro do posicionamento que as identidades são formadas num processo misto, pois determina que o sujeito enquanto tal, ou seja, enquanto ser subjetivo sofre a influência de determinada sociedade, não havendo a defesa de que a sociedade de forma única seja formadora das identidades, nem mesmo de que as identidades consideradas individuais correspondam somente a um reflexo de uma construção social ou coletiva. Assim, como Woodward (2003), entendemos que o simbólico e o social embora sejam constituintes de identidades referem-se a dois processos diferentes, estando o primeiro relacionado às nossas percepções pessoais enquanto pertencentes e inseridos no segundo; assim o grupo social pode construir noções de identidades, mas a percepção e identificação dessas se dá de forma individualizada. Não cabe, no entanto pensarmos a identidade construída a partir de oposições binárias, antes na pluralidade que envolve o campo social e demais espectros, como o político, econômico, psicológico, antropológico e religioso, entre outros.

A lógica que buscamos no documentário não pretende entender obviamente, o processo de inserção de Gerda e seu marido Kurt no âmbito da linguagem e dos símbolos, mas nas na suposição de que ao longo do desenvolvimento de suas identificações o processo se deu num viés inverso ao tido como “natural”. Pressupomos que a tal “inversão” que marca suas respectivas identidades desenvolveu-se mais com a identificação da cultura alemã do que da judaica, grupo aos quais os mesmos pertenciam. Isso poderia efetivamente explicar a relação desses com seu casal amigo. De qualquer forma a identidade é sempre relacional marcada pela diferenciação entre mim e os outros, ou entre meu grupo e o dos outros, numa tentativa de arrefecimento daquilo que é tido como do outro, o não eu; assim, “a identidade e a diferença estão, pois, em estreito contexto com as relações de poder” (SILVA, 2003).

A afirmação de Silva (2003) possibilita, por sua vez, pensar na relação de Gerda e Kurt como uma possível associação ao poder nazista, numa tentativa de sobrevivência, ou de defesa. Porém não é isso que o documentário expõe, sobretudo porque no filme tomamos conhecimento de uma relação mais íntima, que transcende tais necessidades; isto se afirma porque mesmo em Tel Aviv, território tido como seguro e em companhia de seu povo, o casal



judeu manteve uma intensa relação de amizade com o casal alemão, que perdurou mesmo após a guerra, havendo visitas ao mesmo em seu território natal, troca de correspondências, de presentes e viagens juntos ao redor da Europa. O relato de Arnon põe por terra a concepção de identidade como sendo algo mais ou menos fixo ou como sendo construída a partir de um contexto unicamente social, que segue unicamente a direção do pensamento coletivo, colocando-nos na direção do que postula Maffesoli (2006, p.122-123) ...“Cada um a seu modo, compõe sua ideologia, sua pequena história, a partir de elementos díspares que encontramos pelos quatro cantos do mundo. Tais elementos podem ser tomados de empréstimo à tradição do lugar, ou pelo contrário, ser transversais a essas tradições”.

No caso de nossas personagens, a criação de suas próprias histórias seguiu elementos transversais à sua cultura. Um fato importante de ser observado é que a geração que sucede à das personagens principais parece ter entrado num estado de afastamento ou anulação da exterminação sofrida pelo povo judeu.

A busca do entendimento de tal posicionamento pela geração que sucede à da que sofreu com o holocausto pode também ter seu entendimento a partir do estudo de memória. Nesse caso, da relação dessa com o esquecimento. Nietzsche (2003, p. 11) postulou que “o histórico e o a-histórico são na mesma medida necessários para a saúde de um indivíduo, um povo e uma cultura”. O posicionamento do filósofo é justamente de que é necessário esquecer para que não incorramos no risco de ficarmos presos ao passado, processo improdutivo e causador de sofrimentos. Adiante, o autor postula a necessidade de se limitar o elemento a-histórico, “... somente pelo fato de o homem limitar esse elemento a-histórico, pensando, refletindo, comparando, separando e concluindo...somente pela capacidade de usar o que passou em prol da vida e de fazer a história uma vez mais a partir do que aconteceu, o homem se torna homem” (NIETZSCHE, idem, p. 12).

Notamos assim que para Nietzsche o afastamento da história para posteriormente uma reaproximação com a mesma é algo necessário. O tempo decorrente desse afastamento se faz mister para que se possa incorrer num direcionamento de ideias e reflexões. A geração posterior ao holocausto necessitava digerir o que passou, o holocausto então se tornou um elemento a-histórico, ressurgindo na terceira geração de Arnon, que num exercício de resgate desse episódio buscou na memória tanto do holocausto, como de sua própria família o entendimento para aquilo que se desenvolveu em meio ao governo nazista afetando seu povo judaico como



um todo, assim como o entendimento relacional entre seus avós maternos e seu casal de amigo alemão. Ao fazer tal caminho, o cineasta verteu ao estudo de memória, trazendo à tona uma discussão que similarmente à da identidade se apóia na oposição binária entre o social e individual.

2 MEMÓRIA E IDENTIDADE: CONSTRUÇÕES COLETIVAS E INDIVIDUAIS

A era moderna preocupou-se substancialmente com o estudo sobre o sujeito. No bojo das transformações sociais baseadas numa nova configuração espacial e econômica, o homem passou de forma mais efetiva a ser o objeto de estudos tanto empíricos como científicos.

O estudo com relação mais direta ao homem enquanto sujeito, transcendeu a filosofia, sua metafísica e ganhou contornos tangentes à sociedade de forma mais concreta. Assim, os estudos referentes ao homem englobando seu meio, relações e subjetividade passaram a ter cada vez mais representatividade, tais estudos desenvolveram-se sobremaneira, nascendo ciências que se debruçavam sob a temática de forma mais contundente, como as ciências sociais.

Os estudos referentes à memória como tal são mais recentes, tendo sido inaugurados com Halbwachs, no início do século XX. Desde então discussões acerca de sua base epistemológica são constantes. Para alguns, a memória teria sua base ligada às ciências sociais, de caráter positivista; para outros, essa visão se estende, apresentando-se como um conjunto de reflexões e práticas. Sendo como for, pensamos na memória estando ancorada no desenvolvimento sócio-histórico e na discussão espaço-temporal (PINTO & FARIAS, 2012).

Ao buscarmos nos estudos de memória o resgate de representações do tempo passado, devemos atentar para o fato de que esse estudo diferencia-se do estudo da história clássica, geralmente de caráter mais fechado. Assim, as representações em nível de memória envolvem a consideração de subjetividades e interpretações que vão além do dito como oficial. Nessa perspectiva, a memória envolve um acontecimento histórico, dentro de um espectro temporal, mas amplia interpretações para um campo mais subjetivo do que o estudo clássico de documentos e arquivos ou de registros tidos como oficiais. Essa característica da memória, por sua vez, fomenta a possibilidade de ser pensada para além de um campo de disciplina fechada, colocando-a na perspectiva interdisciplinar. Cabe ressaltar que esse caráter plural, onde



conceitos são trabalhados numa gama que ultrapassa a explicação a partir de um único campo de conhecimento, implicando na possibilidade de variadas interpretações não deve ser encarado como uma forma de pulverizá-los. Para Gondar (2005), o grande desafio conceitual, ético e político no campo da memória social é a aliança necessária entre abertura e rigor num campo de conhecimento que visa a interdisciplinaridade.

Quando falamos em identidade, temos em comum com a memória social o fato de podermos discutir essa categoria de forma conceitual mais abrangente, abarcando interpretações subjetivas, mesmo que na maioria das vezes, tanto a memória quanto a identidade tenham como fator primordial de interpretação considerações que as coloquem num âmbito de sendo resultado de construções sociais.

Memória e identidade podem ser estudadas em campos diversos como a psicanálise, a história e as ciências sociais, por exemplo, sendo atravessadas pelas categorias como a política, economia, comportamentos, religião etc. Mas em se tratando de memória e, por conseguinte de identidade, a busca por interpretações devem primar pela amálgama dos diversos campos científicos em relação às categorias estudadas. Maffesoli (2006) ao analisar as sociedades em um tempo de construção de *tribos* postulou que :

... a pessoa (persona) representa papéis, tanto dentro de sua atividade profissional quanto no seio das diversas tribos de que participa. Mudando seu figurino, ela vai, de acordo com seus gostos (sexuais, culturais, religiosos, amicais) assumindo o seu lugar a cada dia, nas diversas peças do *theatrum mundi*. (MAFFESOLI, *op cit.*, p. 133)

Trazendo a consideração do autor para nossa discussão, devemos ponderar o fato da base de nosso ensaio referir-se a um documentário que tem como enredo principal a relação amical de um casal judeu e outro alemão durante anos, que incluem tanto o período do governo nazista na Alemanha e o holocausto, quanto as décadas que o sucede. Sendo assim, o sentido de *tribos* deve ser relativizado. No entanto o caráter simbólico do que é proposto mantém a sua pertinência de sentido na escala temporal, se pensarmos que embora as chamadas *tribos* tenham sido consideradas num período posterior ao relato do documentário, podem também ser pensada num âmbito minimalista com pequenos grupos, possivelmente com uma menor representatividade, mas mantendo seus respectivos laços de identificação e afetividade.

Essa forma relacional pressupõe que ao construir nossas identidades de acordo com o âmbito ao qual estamos inseridos, estamos lidando de fato com a pluralidade inerente ao social.



Assim, ao construirmos nossas identidades dentro de um contexto social mais amplo, estamos nos submetendo às normas, indo de encontro a elas, ou simplesmente tecendo nossas “artes de fazer” (CERTEAU, 1998). Ao mesmo tempo, vamos construindo também dentro desse quadro nossas memórias e interpretando as que são deixadas e construídas por outros, por isso, ao lidarmos com a identidade tecemos interpretações subjetivas que, de acordo com nossas ações, representações, falas, gestos, escritos, ou seja, de acordo com nosso posicionamento diante da vida e seus respectivos registros, servem de embasamento para o entendimento não só do eu pessoal, mas também da sociedade a qual me incluo; dos grupos ou *tribos* as quais pertenço e das que me distancio, das minhas interpretações binárias e plurais. Ao expor ou lidar com identidades tangenciamos as memórias que são construídas a partir dessas, assim como construímos também identidades a partir de traços de memória. Num sentido mais amplo a identidade, ou as identidades podem ser pensadas no posicionamento diante do que é engendrado pelo quadro social, eis seu caráter duplo: uma construção que pode ser coletiva, mas que ao mesmo tempo se relaciona com a maneira que eu a sinto e a represento, adquirindo um caráter subjetivo; similarmente, a memória tem um substrato social, que ao ser interpretado pelo indivíduo no movimento de *se tornar sujeito* adquire uma conotação de memória pessoal ou subjetiva. Essa relação intrínseca aponta para as identidades como mecanismo de construção de memória, ao mesmo tempo em que essa incide diretamente na forma relacional como o eu lido com o campo social e com os seus símbolos, criando identidades.

3 THE FLAT: MEMÓRIAS E IDENTIDADES POSTAS EM QUESTÃO

The Flat (o apartamento). Detenhamo-nos em seu espaço físico e pensemos o quanto de memória esse espaço pode suportar. Estendamos nossas elucubrações para o quanto esse espaço também pode nos revelar a respeito das identidades dos seus moradores?

Arnon inicia o documentário com observações afirmativas sobre a não identificação de sua avó com o iídiche, ao mesmo tempo diz que se sentia na Alemanha ao visitar a senhora Gerda Tuchler; não obstante, ao referir-se ao seu avô, Kurt Tucher, diz que o ex-juiz era um sionista convicto, defendendo ainda sua nacionalidade alemã de forma ferrenha, sentia a Alemanha como sua verdadeira pátria. Inicialmente isso poderia apenas os identificar como os judeus



alemães (yekkes) na tentativa de manterem-se fiéis às suas raízes, desempenhando um papel de cidadãos dentro do espectro nacionalista disseminado por quaisquer Estados.

Diante do impasse do que guardar, manter, jogar fora ou vender os pertences deixados com a morte de sua avó, Arnon se surpreende. Em meio a livros de Goethe, Shakespeare, Balzac, Dostoiévski e Nietzsche descartados pelo livreiro devido à sua não importância ou inadequação idiomática no cenário israelita, assim como de pertences como jóias, indumentárias, quadros e tapetes..., são achados jornais judeus descrevendo a visita de um nazista à Palestina, posteriormente, uma revista da década de 1980, que citava a visita do Barão Von Mildestein como sendo a serviço da SS (organização paramilitar ligada ao partido nazista). Tais fatos levam o cineasta ao questionamento sobre o que ele próprio sabia a respeito do homem que julgava tanto se parecer, seu avó, como também qual era o tipo de relação que poderia unir seus ancestrais a um importante representante de um sistema inimigo à sua etnia à época.

Entrevistando diversos membros familiares, Arnon se deparou com afirmativas que o fizeram constatar que muito pouco se sabia a respeito de seu avô, exceto o fato de ele ter sido juiz na Alemanha, antes de sua partida para a Palestina.

Esse primeiro quadro apresentado no documentário, nos permite uma reflexão acerca da memória, tanto no sentido social e coletivo, como, e, sobretudo no sentido individual. Como podemos estar em meio a tantos objetos que remetem a alguém e vivermos por tanto tempo perto desse alguém sem efetivamente saber o que tais objetos representavam para essa pessoa ou quem exatamente essa pessoa foi? Vemos aqui que o legado deixado por um parente próximo e a nossa relação com esse não representa necessariamente elementos que garantam a interpretação da construção de memória de maneira automática. O que temos são nossas próprias leituras, construídas a partir do conjunto simbólico de objetos, vivência e posturas, nesse sentido, entendidas aqui como expressões identitárias.

O espaço físico de um apartamento, naturalmente não comporta nada além do que pode ser palpável, visto e interpretado a partir do conjunto de sua mobília e de diálogos travados em seu interior, o que remeteria a um caráter de desdobramento subjetivo. Podemos então entendê-lo como um *lugar de memória* (NORA, 1981), pois, a partir do mesmo construímos uma história que passa a ter um sentido oficial. Para que haja um entendimento mais substancial, no entanto, se faz necessário o transbordamento das leituras aparentes, objetivando um maior alcance da



representatividade simbólica desses pertences e da relação que seus donos mantinham com os mesmos.

A perspectiva da história narrada é a do entendimento de Arnon sobre sua própria história familiar, no entanto, embora ele tenha a pretensão de entendimento de algo que se desenvolve num âmbito pessoal ou de um grupo restrito, sua pesquisa parte de buscas a partir de um contexto social, fazendo assim um caminho que vai daquilo que é tido como macro a um universo minimalista ou micro. Esse movimento nos coloca numa posição de ratificação dos teóricos que têm a memória social se sobrepujando à individual, porém não refuta a importância dessa última, uma vez que as leituras individuais e sociais devem ser entendidas numa perspectiva de complementaridade, partindo desse viés ou de seu inverso, uma espécie de reciprocidade. É preciso atentar que as construções tidas como sociais foram pensadas por um grupo e disseminadas *a posteriori* alcançando âmbitos familiares, por conseguinte pessoais, num movimento que indica poder de um grupo sobre outros. Assim a memória social pode ser entendida como formas de poder, ao mesmo tempo em que as memórias individuais são leituras desses movimentos num sentido *strictu*, sendo interpretadas a partir de uma construção pessoal.

A memória social então, possibilita que sejam feitas várias leituras sobre ela, demonstrando seu caráter plural e incidindo na conjectura dos posicionamentos identitários. Assim, a história de Arnon quando analisada do seu ponto de vista temporal e histórico é entendida como uma história de levantamento de uma memória social, entretanto, as interpretações a partir dessa se desdobram em diversas outras memórias individuais. Observamos então que, a forma de percepção e leitura da relação entre memória pessoal e individual é atravessada pelo subjetivo, estritamente relacionada com o posicionamento pessoal enquanto sujeito, sendo então atravessada pela própria identidade.

No desenrolar de sua pesquisa Arnon não consegue entender a relação amical de seus avós com uma das principais figuras nazistas, e sua perplexidade aumenta ao saber que sua bisavó materna foi morta em um campo de concentração. Simultaneamente, é colocado em questão o choque entre gerações, no caso a sua e de sua mãe no que se refere aos seus respectivos posicionamentos e interesses quanto ao Shoá (holocausto).

Nesse jogo que envolve o resgate de memórias sociais e individuais, o posicionamento de suas personagens pode indicar o sentido da leitura de seus traços identitários. Enquanto Gerda e



seu marido viajavam constantemente à Alemanha, sua melhor amiga em Israel, Gertrudes, diz que nunca mais voltou ao país e não pretendia voltar, pois Israel era a pátria que havia escolhido. Temos então a constatação que um conjunto de normas sociais num mesmo recorte espaço-temporal não é o suficiente para que identidades semelhantes possam ser construídas. A relação de Greta com Von Mildstein e sua esposa num mesmo espectro temporal que a relação mantida com Gertrudes indica identificações em âmbitos diferentes, somando valores identitários a partir de uma pluralidade que suplanta a oposição binária.

Von Mildstein é tido no filme como representando papéis de jornalista, de Barão, de chefe do departamento judeu e de executivo de uma empresa nos Estados Unidos da América. O que o documentário expõe é que cada uma dessas identidades é vivenciada de acordo com a necessidade do seu posicionamento político; todavia, se havia o interesse de aproximação dos judeus para que houvesse o entendimento de sua cultura e do uso dessas informações na perseguição aos mesmos, o que levou o Barão a manter essa relação de amizade durante décadas mesmo após a guerra? O filme acaba sem que haja uma conclusão concreta, havendo apenas a suposição de um especialista sobre o assunto. Isso reforça o nosso posicionamento de que, em se tratando de memória assim como de identidades, não podemos pensar apenas em certezas ortodoxas num paradigma racionalista e acadêmico. Fazemos um movimento constante de entendimentos que a partir de um novo olhar, de novos documentos, de novos levantamentos a respeito de um contexto social, temporal, político e econômico podem nos levar a diversas interpretações. Projetando a pluralidade dessas possibilidades em nível social nas percepções individuais e nas respectivas identidades que se formam a partir e em relação com as mesmas, atingimos um caráter exponencial de entendimentos e representações, influenciando assim em novas formas na construção de memórias e identidades, num movimento incessante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações da memória enquanto tal passou por diversas mudanças na sua concepção. Sendo inicialmente concebida como de caráter individual, a memória foi analisada por grandes nomes da Filosofia, como Platão, Aristóteles e Santo Agostinho e, posteriormente por nomes que remetem a diversas áreas de conhecimento dentre eles William James e Freud.



No entanto, em fins do século XIX e início do século XX, a percepção de memória sofreu uma transição, passando ter um caráter que remete mais ao social e coletivo. Nessa perspectiva, Bergson postulou que o homem é um “ser de memória”, que conserva o passado através do presente, mecanismo que permite a manutenção da tradição e da própria história e Durkheim traçou um paralelo entre a memória individual e coletiva, privilegiando o caráter simbólico e o individual, no entanto, coube a Halbwachs a consolidação desse paralelo, dando uma forte representatividade à memória coletiva através do livro homônimo e fundando a memória social (WHELLING *et al*, 1997).

Whelling *et al* (1997, p.15) ao comentar a gênese da memória social postula quatro argumentações: o surgimento da memória social, segundo o autor pode ter ocorrido pela emergência das massas, a partir do contexto migratório para as cidades com vistas ao processo de industrialização no século XIX, havendo então um esvaziamento das tradições, donde a memória social buscaria a recuperação pela memória coletiva; sua segunda hipótese parte do não reconhecimento da memória baseada na oralidade das tribos consideradas primárias; a terceira hipótese seria o fortalecimento do historicismo, um viés cientificista, por último, a quarta hipótese seria a busca do entendimento da compreensão da historicidade do homem, rompendo com tradições metafísicas e idealistas.

Observamos assim, que segundo o autor, a memória social possui um fundamento bastante racionalista, embasado numa visão academicista, surgida em meio a um espectro temporal que se voltava para o estudo do homem enquanto ser social, ficando relegado a segundo plano a perspectiva do homem enquanto sujeito e suas respectivas subjetividades.

O entendimento de identidade tem como similaridade em relação à memória social o fato de ter sido originalmente concebido num prisma individual, a partir das considerações de Freud (s/d) com a postulação do complexo de Édipo; posteriormente, os estudos que envolviam a conceituação de identidade voltaram-se para a premissa que essa era construída socialmente e que, as percepções individuais e consequentes formações identitárias individuais advinham daquilo que era “captado” em âmbito social.

Num contexto contemporâneo, diversos autores defendem a ideia de que tanto a memória quanto a identidade são construídas num hibridismo que envolve as considerações acerca do social, assim como as percepções subjetivas. O indivíduo assim, no seu *tornar-se sujeito* está em meio a um convívio social. “El *Homo sapiens* es siempre , y la misma medida, *Homo*



socius”- O homo sapiens é na mesma medida homem social – (BERGER & LUCKMANN, 2003,p.72 – *tradução minha*). E a partir das construções da sociedade em que vive , vai tecendo seus posicionamentos individuais. Entretanto, vale ressaltar que a sociedade não pode ser vista com uma conotação de universalidade, antes, é composta por diversas *tribos* (MAFFESOLI, 2006), que correspondem ou não àquilo que é determinado pelos mecanismos de poder do Estado e das instituições, dentre elas principalmente as de cunho religioso. Nesse sentido, o sujeito, à medida que constrói suas identidades correspondem ou não às expectativas sociais disseminadas numa relação de poder, podendo estar num posicionamento de contra-poder; não obstante, o sujeito como afirma Maffesoli (idem) não é possuidor de uma única identidade, utilizando diversas delas de acordo com as relações sociais e espaciais que estabelecem. Dessa forma, aumentamos a consideração do sujeito enquanto plural, estendendo também a concepção de pluralidade quando se tratando de construções identitárias.

Entendemos, que a partir de seu posicionamento mediante ao social, ou seja, de acordo com as identidades que tecem ,o homem,constrói não só a sua própria memória, como também a memória social. Mesmo sendo uma peça dessa construção, devemos considerar o fato de que, ao identificar-se e colocar-se mediante ao social, o sujeito insere-se num grupo, ou em diversos grupos, que num âmbito maior constroem também ações e posicionamentos sociais, portanto a memória social.

Arnon, ao buscar o resgate da memória de seus ancestrais, manteve um posicionamento binário, desconsiderando a possibilidade da flexibilização identitária dos mesmos. Seus avós, dentro do espectro de suas relações e posicionamentos nos mostra que as construções de identidade vão de encontro a algo previamente estabelecido; daí o porquê não podermos interpretar as identidades e, por conseguinte a memória a partir de algo estabelecido de forma unilateral. Gerda e Kurt nos ensinam que a subjetividade nos leva a posicionamentos ambíguos, a amizade com um dos líderes do nazismo, concomitante como com uma judia pertencente ao seu povo, a proximidade da cultura alemã, ao mesmo tempo em que mantinham um posicionamento sionista, as viagens à Alemanha e a decisão de se manterem moradores de Isarel mesmo após a guerra, o sentir-se um judeu *yekke*, entre outras ações, constroem subjetividades que demonstram que o homem enquanto sujeito abraça o ambíguo. Portanto, estabelecimentos de conceitos e regras fixas estão na contramão do entendimento pleno do ser humano.



REFERÊNCIAS

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **La Construccion Social de La realidad**. Avellaneda, Buenos Aires: Color Efe,2003. Disponível em : <<http://psikolibro.blogspot.com>> . Acesso em: 30.jun.2015.

BAUMAN, Zygmunt . **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano** artes de fazer. 3.ed. Petrópolis ,Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

FREUD, Sigmund. **A Interpretação dos sonhos**. Vol I e II. São Paulo: Círculo do livro,s/d. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/proin/versao_2/ Freud>. Acesso em: 14.jun.2015.

GOLDFINGER, Arnon. **The Flat**. [Documentário- Filme]. Produção de Arnon Goldfinger, direção de Arnon Goldfinger. Israel/Alemanha. 2011.97 min. Col. Som.

GONDAR,Jô. Quatro Proposições sobre Memória Social. In: GONDAR,Jô; DODEBEI,Vera (org). **O que é Memória Social?** Rio de Janeiro : Contracapa,2005, p.11-26.

HALL, Stuart. Quem Precisa de Identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). **Identidade e Diferença**. 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do Passado-presente: modernismo, artes visuais, políticas da memória**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LACAN, Jacques. **The mirrow stage as formative of the function of the I as a raveled in psychanalitiy experience**. New York: Norton,1997. Disponível em : <<http://faculty2.ric.edu/rfeldstein/560spring11/3.mirrorstageannotatedandabridged.pdf>>. Acesso em: 08.jul.2015

MAFFESOLI, Michel. A sociedade contra o social. In: **O tempo das tribos**. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária,2006, p. 103-125.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda Consideração Intempestiva: Da utilidade e da desvantagem da história para a vida**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NORA, Pierre. Entre Memória e História, a problemática dos lugares. **In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História e do Departamento de História**. PUC-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1981.

PINTO, Diana de Souza; FARIAS, Francisco Ramos. **Novos Apontamentos em Memória Social**. Rio de Janeiro: 7 letras,2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença**. 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.



WHELING, Arno *et al.* **Memória Social e Documento : uma abordagem interdisciplinar.** Rio de Janeiro: UNIRIO, 1997.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). **Identidade e Diferença.** 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.